



CONJUNTURA:

UMA LEITURA ALTERNATIVA



No. 9 outubro 2024 ISSN 3085-6841

GRUPO DE ACOMPANHAMENTO E ANÁLISE DA
CONJUNTURA ECONÔMICA

GAACE - UFPA

Conselho Editorial

Águida Cristina Santos Almeida
Karla Vanessa Batista da Silva Leite

Organizadores

Karla Vanessa Batista da Silva Leite
Águida Cristina Santos Almeida

Arte da Capa

Júlia Farias Venancio Caminha

GAACE - UFCG

Conjuntura: Uma Leitura Alternativa [recurso eletrônico]. Karla Vanessa Batista da Silva Leite; Águida Cristina Santos Almeida (org. Do No. 9) No. 9; EDUFCG; Campina Grande; 2024; p. 293.

Eletrônica Anual

Artigos de Opinião

ISSN 3085-6841

1. Economia - Periódico. 2. Ciências Humanas. I. Almeida, Águida Cristina Santos; Leite, Karla Vanessa Batista da Silva. Conjuntura: uma leitura alternativa.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	6
AS NEONARRATIVAS QUE SÃO MAIS PREVISÍVEIS DO QUE PIADA DO PAVÊ. 10	
Rafael Tavares Requeijo.....	10
Águida Cristina Santos Almeida.....	10
ESTADO MÍNIMO PARA QUEM?.....	14
Emanuel Lucas Guerra Sobral.....	14
Águida Cristina Santos Almeida.....	14
A (NOVA) RELAÇÃO DESARMÔNICA DO TRABALHO.....	17
Diary de Mélo Santos.....	17
Águida Cristina Santos Almeida.....	17
A NEUTRALIDADE NÃO É NEUTRA.....	20
Iago Ricardo Dos Santos Silva.....	20
Águida Cristina Santos Almeida.....	20
O modelo de federalismo brasileiro e as percepções de Estado.....	23
Charles Lucio Bezerra da Silva.....	23
Águida Cristina Santos Almeida.....	23
Educação financeira, uma necessidade hoje?.....	30
Guenold Omoungou Dibangoye.....	30
Águida Cristina Santos Almeida.....	30
Lazer em consumir: como o mercado ocupa nossas horas vagas.....	33
Hortência Frazão.....	33
Águida Cristina Santos Almeida.....	33
TraFécantes: O narcopentecostalismo nas favelas do Rio de Janeiro.....	36
Fernando de Lima Dionizio.....	36
Águida Cristina Santos Almeida.....	36
E conhecereis a verdade e a verdade vos libertará.....	40
Inácio Cardoso dos Santos Neto.....	40
Águida Cristina Santos Almeida.....	40
Um olhar sobre a economia do cuidado: igualdade para quem?.....	46
Maria Gabriella da Silva Valentim.....	46
Águida Cristina Santos Almeida.....	46
O poder que as ideologias têm em causar cegueira na humanidade e o risco que disso resulta.....	50
Águida Cristina Santos Almeida.....	50
AUSTERIDADE PARA QUEM?.....	56
Axl Bonfim Rached.....	56
Águida Cristina Santos Almeida.....	56

LIBERDADE PARA QUEM?.....	60
Emanuel Lucas Guerra Sobral.....	60
Maria Gabriella da Silva Valentim.....	60
Águida Cristina Santos Almeida.....	60
O que aprendemos com o Chile.....	68
Júlia Farias V. Caminha.....	68
Águida Cristina Santos Almeida.....	68
A desigualdade do sonho e a falácia da meritocracia.....	71
Ruth Vitoria Barros Cardoso.....	71
Águida Cristina Santos Almeida.....	71
É uma questão de saúde pública, mas tratada de forma leviana e desonesta com estigma e moralidade vazias.....	74
Diary de Mélo Santos.....	74
Águida Cristina Santos Almeida.....	74
O supermercado do mundo.....	77
Charles Lucio Bezerra da Silva.....	77
Águida Cristina Santos Almeida.....	77
O ter superior ao ser: O dinheiro acima de tudo no sistema Capitalista.....	82
Igor Pereira dos Santos.....	82
Águida Cristina dos Santos Almeida.....	82
Manipulação midiática: Como a mídia pode influenciar indivíduos?.....	85
Igor Pereira da Silva.....	85
A cobra insaciável que devora seu próprio rabo.....	89
Iago Ricardo dos Santos Silva.....	89
Águida Cristina Santos Almeida.....	89
O papel da geografia econômica na interação entre a atividade humana e o ambiente físico.....	92
Guenold Omoungou Dibangoye.....	92
Águida Cristina Santos Almeida.....	92
Será que o ser humano será destruído pelas ideias nas quais acredita, em meio a uma estrutura de poder cada vez mais asfixiante?.....	95
Águida Cristina Santos Almeida.....	95
O que há de se comemorar no dia da Terra?.....	101
Inácio Cardoso dos Santos Neto.....	101
Águida Cristina Santos Almeida.....	101
Digressões.....	104
Júlia Farias V. Caminha.....	104
Águida Cristina Santos Almeida.....	104
América em vertigem.....	107
Axl Bonfim Rached.....	107
Águida Cristina Santos Almeida.....	107
Espiral consignada.....	112

Hortência de Lima Frazão.....	112
Águida Cristina Santos Almeida.....	112
A Índia e sua democracia imbricada na ideologia.....	116
Rafael Tavares Requeijo.....	116
Águida Cristina Santos Almeida.....	116
A Política do "Pão e Circo" na Arábia Saudita: O Futebol como Ferramenta de Distração e Controle.....	121
Fernando de Lima Dionizio.....	121
Águida Cristina Santos Almeida.....	121
Moralidade para quem? Uma análise crítica do papel dos líderes religiosos.....	125
Maria Gabriella da Silva Valentim.....	125
Emanuel Lucas Guerra Sobral.....	125
Águida Cristina Santos Almeida.....	125
Cortando a floresta e semeando o caos.....	130
Ruth Vitoria Barros Cardoso.....	130
Águida Cristina Santos Almeida.....	130
O colapso climático do Rio Grande do Sul: uma surpresa inesperada ou uma tragédia anunciada?.....	136
Águida Cristina Santos Almeida.....	136
Crise Climática: Quando irá deixar de ser tratada como causa divina e passará a ser tratada como causa de responsabilidade humana.....	140
Igor Pereira dos Santos.....	141
Águida Cristina dos Santos Almeida.....	141
PRIVATIZAÇÃO PARA QUÊ E PARA QUEM?.....	145
Emanuel Lucas Guerra Sobral.....	145
Águida Cristina Santos Almeida.....	145
A Inteligência Artificial é tipo uma “Bomba Atômica”.....	148
Iago Ricardo Dos Santos Silva.....	148
Águida Cristina Santos Almeida.....	148
A Heresia da ortodoxia.....	151
Inácio Cardoso dos Santos Neto.....	151
Águida Cristina Santos Almeida.....	151
O Estado como um corpo humano.....	155
Ruth Vitoria Barros Cardoso.....	155
Águida Cristina Santos Almeida.....	155
Não se vive apenas do PIB: A importância das Políticas Sociais à população mais vulnerável.....	159
Igor Pereira dos Santos.....	159
Águida Cristina dos Santos Almeida.....	159
A batalha “campal” dos juros.....	164
Axl Bonfim Rached.....	164
Águida Cristina Santos Almeida.....	164

O mercado de trabalho e a ideologia neoliberal.....	168
Diary de Mélo Santos.....	168
Águida Cristina Santos Almeida.....	168
A evolução demográfica da Índia e suas expectativas de crescimento econômico.....	171
Guenold Omoungou Dibango.....	171
Águida Cristina Santos Almeida.....	171
Polêmica Olímpica.....	174
Júlia Farias V. Caminha.....	174
Águida Cristina Santos Almeida.....	174
Envelhecer e trabalhar: O desafio do etarismo para mulheres 50+.....	177
Maria Gabriella da Silva Valentim.....	177
Águida Cristina Santos Almeida.....	177
Capitalismo démodé.....	181
Hortência de Lima Frazão.....	182
Águida Cristina Santos Almeida.....	182
Por que buscamos Déficit Zero?.....	186
Charles Lucio Bezerra da Silva.....	186
Águida Cristina Santos Almeida.....	186
Nutrindo-se de pequenas conquistas.....	190
Águida Cristina Santos Almeida.....	190
Crescimento do PIB e mídias corporativas que chutam escadas.....	195
Emanuel Lucas Guerra Sobral.....	195
Águida Cristina Santos Almeida.....	195
Liberdade de Expressão: Até que ponto uma ‘opinião’ é de fato apenas uma opinião?.....	198
Igor Pereira dos Santos.....	198
Águida Cristina dos Santos Almeida.....	198
Mitos são apenas Mitos?.....	202
Iago Ricardo Dos Santos Silva.....	202
Águida Cristina Santos Almeida.....	202
A face oculta da economia e o império branco.....	205
Ruth Vitoria Barros Cardoso.....	205
Águida Cristina Santos Almeida.....	205
Quanto menos somos, melhor passamos internacionalmente?.....	210
Edilma de Oliveira.....	210
Águida Cristina Santos Almeida.....	210
Exploração Espacial: Um benefício além de observar estrelas.....	213
Cloves Eduardo Leite da Silva Mendes.....	213
Águida Cristina Santos Almeida.....	213
Mapa da fome: O Brasil está prestes a, novamente, não participar mais dessa lista.....	216
Ariana Ellen da S. Bezerra.....	216

Águida Cristina Santos Almeida.....	216
Guerra Cultural: Quais os limites entre liberdade religiosa e a proteção do Estado Democrático de Direito.....	219
Ariana Ellen da S. Bezerra.....	219
Águida Cristina Santos Almeida.....	219
A Crise Habitacional e as Moradias Improvisadas: Uma vergonha nacional.....	222
Maria Anaele Silva de Lima.....	222
Águida Cristina Santos Almeida.....	222
A manutenção da ordem neoliberal e o encontro inevitável com a guerra civil.	224
Águida Cristina Santos Almeida.....	224
Dólar x Unit: visões e perspectivas para um mundo multipolar.....	229
Axl Bonfim Rached.....	229
Águida Cristina Santos Almeida.....	229
Saúde uni duni tê.....	234
Hortência de Lima Frazão.....	234
Águida Cristina Santos Almeida.....	234
A movimentação das bets.....	237
Gysmenya Gabriela Barbosa de Melo.....	237
Águida Cristina Santos Almeida.....	237
Carros elétricos no Brasil: A transição quase certa.....	240
Jessé Gomes Araújo.....	240
Águida Cristina Santos Almeida.....	240
Análise da inflação brasileira e seus determinantes.....	242
Guilherme de Farias Meira.....	242
Águida Cristina Santos Almeida.....	242
Programa Bolsa Família: rompimento do ciclo da pobreza intergeracional.....	246
Camila da Silva Santana.....	246
Águida Cristina Santos Almeida.....	246
Vale em foco: Nova tragédia à vista?.....	251
Maria Gabriella da Silva Valentim.....	251
Águida Cristina Santos Almeida.....	251
O impacto da mudança climática na oferta de alimentos: em direção ao fundo do poço....	256
Diary de Mélo Santos.....	256
Águida Cristina Santos Almeida.....	256
A certeza de que o planeta Terra seguirá aquecendo: O que isso significa?.....	259
Águida Cristina Santos Almeida.....	259
“Chino valiente aqui está tu gente”?.....	264
Júlia Arruda Câmara S. Rodrigues.....	264
Águida Cristina Santos Almeida.....	264
Mobilidade Urbana e Sustentabilidade: Ipanema e Los Angeles.....	267
Charles Lucio Bezerra da Silva.....	267

Águida Cristina Santos Almeida.....	267
“Ancestralicídio”: A lógica condenadora dos nativos.....	271
Inácio Cardoso dos Santos Neto.....	271
Águida Cristina Santos Almeida.....	271
Gabão, 13 meses depois do golpe de Estado: Onde estamos?.....	277
Guenold Omoungou Dibangoye.....	277
Águida Cristina Santos Almeida.....	277
O fim das privatizações?.....	281
Júlia Farias V. Caminha.....	281
Águida Cristina Santos Almeida.....	281
Abaixo a ditadura do mercado financeiro! O povo cabe no Orçamento sim!.....	283
Águida Cristina Santos Almeida.....	284

Sou professor a favor da decência contra o despudor, a favor da liberdade contra o autoritarismo, da autoridade contra a licenciosidade, da democracia contra a ditadura de direita ou de esquerda. Sou professor a favor da luta constante contra qualquer forma de discriminação, contra a dominação econômica dos indivíduos ou das classes sociais. Sou professor contra a ordem capitalista vigente que inventou esta aberração: a miséria na fartura. Sou professor a favor da esperança que me anima apesar de tudo. Sou professor contra o desengano que me consome e imobiliza. Sou professor a favor da boniteza de minha própria prática, boniteza que dela some se não cuida do saber que devo ensinar, se não brigo por este saber, se não luto pelas condições materiais necessárias sem as quais meu corpo, descuidado, corre o risco de se amofinar e de já não ser o testemunho que deve ser de lutador pertinaz, que cansa, mas não desiste. Boniteza que se esvai de minha de minha prática se, cheio de mim mesmo, arrogante e desdenhoso dos alunos, não canso de me admirar¹.

¹ FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa, Paz e Terra. 1997, pp 115-116.



APRESENTAÇÃO

Desde o ano de 2009, o Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica – GAACE busca fazer a árdua tarefa de acompanhar e interpretar a conjuntura brasileira e mundial, do modo mais responsável e comprometido possível. Depois de ter se moldado para funcionar como um grupo de extensão, desde o ano de 2023, essa responsabilidade e comprometimento foram reforçados, tendo em vista que, ao se tornar um grupo de extensão, o GAACE se abriu para o público externo e para a toda a comunidade acadêmica da UFCG, estendendo-se para muito além dos discentes do curso de Economia.

O desafio de agregar a extensão ao GAACE foi encarado com motivação e vem sendo muito gratificante poder receber estudantes interessados em debater economia, política e sociedade, mesmo sendo de áreas de formação distintas daquela da Economia. Além disso, agora no ano de 2024, o público interessado no GAACE vem se ampliando, tornando o grupo mais diverso e contribuindo à sua maturação, num momento em que há uma clareza de que o grupo pode ampliar sua contribuição, ao contemplar não somente os discentes do curso de Economia, mas discentes da UFCG e o público em geral.

A contribuição que a integração no GAACE busca construir diz respeito à construção de uma visão acurada e crítica à compreensão das complexas relações entre os poderes econômico e político, e de que modo essas relações impactam concretamente na vida de todo o povo. Além disso, o acompanhamento da conjuntura e as reflexões oriundas desse acompanhar, permitem ir descortinando como a condução dos diferentes instrumentos de política econômica pelos governos (fiscal, monetária, social, industrial, dentre outras), reverberam diretamente no dinamismo da economia, de modo positivo ou negativo, e com isso impacta diretamente às condições concretas de vida do povo, tornando-as melhores ou piores. E mais, busca-se entender ainda como as decisões na gestão da política econômica e as demais medidas regulatórias que ensejam reformas nos diferentes mercados e instituições têm como consequência ampliar ou restringir direitos e garantias sociais, que por seu turno também impactam nas condições materiais de existência de milhões de pessoas.

No caso especificamente do Brasil, o ponto histórico escolhido como partida do acompanhamento da conjuntura na atualidade tem sido o período que compreende o começo do século XXI, quando o Partido dos Trabalhadores governou por três



mandatos e, mesmo dentro da ordem e da engrenagem neoliberais conseguiu implementar um amplo processo de inclusão social, interrompido pelo Golpe Parlamentar de 2016, sucedido com as gestões de Michel Temer e de Jair Bolsonaro, sendo que este último compilou o movimento de extrema direita no Brasil. Partindo da assertiva do professor da UFF, Victor Leonardo de Araújo, as gestões de Temer e Bolsonaro significaram o retorno de um neoliberalismo radicalizado e, de acordo com a economista Laura Carvalho, a deposição da Presidente Dilma Roussef significou a imposição de uma agenda de políticas e reformas antissociais e antidemocráticas, dado que atentam contra a Constituição de 1988 e a democracia brasileira. Agenda esta compilada no documento “Ponte para o Futuro”, defendida pelo MDB, e que claramente representa os interesses estritos da minoria mais rica do país.

Ocorreu que Jair Bolsonaro não conseguiu se reeleger em 2022 e, por uma diferença de apenas dois milhões dos votos, o Presidente Lula venceu as eleições para o seu terceiro mandato presidencial, o qual vem transcorrendo num contexto de imensa complexidade política, econômica, social e institucional. Do ponto de vista institucional, a crise instaurada desde 2016, como produto do Golpe Parlamentar e da Operação Lava Jato, segue sem solução, apesar de parcialmente abrandada. Mas, os poderes que constituem a República continuam repetindo situações de contendas e conflitos que deixam claro o quão longe o Brasil está de uma situação mínima de “normalidade” institucional.

Socialmente, ao arrumar minimamente as políticas públicas e o gasto público, os indicadores sociais vêm registrando uma melhora contundente, com uma redução de 85% no quadro de insegurança alimentar, desde 2023, o qual tinha sido instaurado na gestão Bolsonaro e atingiu níveis alarmantes. Além disso, mais 20 milhões de famílias estão sendo assistidas com recursos do programa Bolsa Família, que voltou ao seu arranjo inicial de obrigar a matrícula escolar das crianças e a atualização do cartão de vacinação das crianças e jovens contemplados.

Para agregar ainda mais resultados positivos ao Bolsa Família, o governo criou o programa Pé de Meia, que contempla os jovens no ensino médio com uma bolsa e uma poupança, com vistas a mantê-los na escola e, com isso evitar uma interrupção precoce dos estudos e a tendência a uma entrada precarizada no mercado de trabalho. Contudo, apesar das melhoras sociais, o fenômeno social do bolsonarismo segue vivo e polarizando a sociedade, mantendo presente o fantasma da extrema direita que segue

assombrando e alimentando o terror do seu retorno ao poder, num momento que não se sabe o quão está próximo ou distante.

Politicamente, pode-se afirmar que a situação não está menos complexa, considerando que a velha tensão entre a esquerda e a direita tradicional, que não é nada fácil, deixa saudade quando se tem uma extrema direita protagonizando. Isto porque, a extrema direita vai, dolorosamente, destruindo o que resta da política e da necessidade do espaço para o contraditório que o debate político representa. A protagonização da extrema direita elimina o debate político via propostas e se alimenta somente da guerra cultural, da desinformação e das teorias conspiratórias, minando paulatinamente as possibilidades de debater com a sociedade de modo propositivo e engajar o povo na luta por direitos e garantias, bem como em termos da resiliência necessária para manter o que foi conquistado.

Do ponto de vista econômico, o Brasil conseguiu retomar um crescimento econômico de 3%, em 2023, com a expectativa de repetir essa mesma taxa em 2024. Simplesmente, essa retomada de um crescimento do PIB em 3%, vem promovendo permanentes quedas na taxa de desemprego, que no trimestre entre junho e agosto próximo atingiu a menor taxa histórica na série da pesquisa da PNAD Contínua, do IBGE, em 6,6%. Esse melhor desempenho econômico vem ocorrendo apesar de uma gestão fiscal constrangida, que a nova âncora fiscal que substituiu o Teto de Gastos, atenuou, mas está bem distante de gerar uma capacidade de manejar o gasto público como ocorreu nos dois primeiros mandatos do Presidente Lula, por exemplo.

Além disso, o mercado financeiro tem feito uma interpretação totalmente negativa da melhora na economia, alegando que a economia está muito aquecida, que o desemprego está muito baixo, e que isso resultará somente em mais inflação. O mercado financeiro vem disseminando ainda, por meio da imprensa corporativa, um terrorismo fiscal, alegando que o governo está fazendo uma gestão fiscal irresponsável, insustentável e, alcançando o absurdo de afirmar que os dados fiscais divulgados pelo governo não são confiáveis. Esses ataques do mercado financeiro vêm sendo mais um desafio ao governo, que juntamente com as investidas da extrema direita (dentro e fora do Congresso) e o combate a inúmeras atividades criminosas que se alastraram pelo país nos últimos anos, vêm tornando a gestão Lula 3 a mais desafiadora da história do Brasil, desde a redemocratização.

É justamente com esse pano de fundo que a conjuntura vem sendo debatida. E, ao longo desse acompanhamento, *pari passu*, dos principais movimentos da economia,

da política e da sociedade, que o coletivo que conforma o GAACE escreveu os artigos de opinião ao longo do ano, permitindo a consolidação da edição 14 da revista *Conjuntura: Uma leitura alternativa*, que apresento neste momento com a máxima estima e sentimento de realização. Isto porque, os artigos que conformam a revista do GAACE são escritos ao longo do ano letivo, por meio de uma iniciativa que exige coletivamente muita disciplina, esforço, empenho, e, no final de cada jornada, o cansaço é abrandado com a certeza de que muito se trabalhou e de que todo esse trabalho valeu muito a pena, pois em cada ano, aprende-se um pouco mais, avança-se um pouco mais na compreensão da difícil tarefa de interpretar criticamente a realidade política, econômica e social da qual fazemos parte.

Com isso, em cada ano, encerra-se um ciclo já abrindo o seguinte, sempre de braços abertos para todos aqueles e aquelas que irão chegar e o saudosismo a aqueles e aquelas que integram o grupo, por um ou mais períodos, mas se despedem do grupo para voar outros voos e se empenhar em outras atividades.

Concluo a breve apresentação com votos de boa leitura!

Com carinho,

Campina Grande, 16 de outubro de 2024

Professora Águida Cristina Santos Almeida

AS NEONARRATIVAS QUE SÃO MAIS PREVISÍVEIS DO QUE PIADA DO PAVÊ²

Rafael Tavares Requeijo³

Águida Cristina Santos Almeida⁴

Algumas piadas já foram tão usadas a ponto de passarem de ser previsíveis e se tornaram inconvenientes, são as famosas piadas de “tiozão”, sendo a anedota do pavê a mais famosa e que já virou até meme por ser vergonhosa. Muito semelhante a esse tipo de brincadeira são as frases prontas ditas pelos especialistas em economia, repetidamente, quando se trata de algo relacionado ao orçamento ou em relação à gestão da política fiscal. O rol desses termos e frases é bem extenso, tal como: “megadéficit”; “rombo”; “ano perdido”; “contas no vermelho”; “gastança”; “mamata”; e muitos outros. Em um tweet⁵, o economista André Roncaglia menciona que tais sentenças são reais “neonarrativas” que estigmatizam a política fiscal expansionista como desnecessária ou ineficiente, por gerar nada mais do que inflação.

No começo de 2024 não foi diferente, foi só ser publicado os dados do déficit fiscal que os editoriais de economia e os especialistas saíram à luz do dia para retomar as mesmas retóricas, de que “o governo não dá bons sinais” e que “o controle de gastos e a busca pelo superávit é bom para a prosperidade da sociedade” (dão a entender que o superávit fiscal teria uma função social). O interessante é pensar que todos os anos que temos superávits sucessivos da balança de pagamentos, tal função social não aparenta ser aquilo como foi vendido pelos prognósticos dos especialistas de economia da grande mídia, como é vendido à população como o resultado de quando alcançarmos o superávit fiscal, pois mesmo sendo líderes mundiais de exportação de grãos, a alimentação domiciliar ainda se apresenta bem excludente em valores monetários, só ver o caso do arroz nesse começo de 2024. Tendo isso mente é latente que essa busca incessante por superávit fiscal em uma economia periférica no contexto internacional, que é o caso do Brasil, só remete mais uma vez a essas neonarrativas pré-prontas que

²Artigo escrito em fevereiro de 2024.

³Graduando no curso de Ciências Econômicas da UFCG e integrante do GAACE.

⁴Professora do curso de Ciências Econômicas da UFCG e coordenadora do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica-GAACE. No presente artigo fez o trabalho de revisão. Email: aguidasantosalmeida@gmail.com

⁵Postagem do economista André Roncaglia. Acesso em 09/02/2024. disponível em: <https://twitter.com/andreroncaglia/status/1753199594723287492>



são difundidas para grande parte da população, como se fosse a solução dos problemas do atraso do Brasil.

Em fevereiro de 2024, o Tesouro Nacional publicou seu levantamento das contas do governo central (que compreende o Tesouro Nacional, o Banco Central e a Previdência Social), relatando um déficit primário de aproximadamente R\$ 230,5 bilhões, no ano de 2023, que equivale a 2,1% do PIB⁶. Em virtude disso, os noticiários já constavam que foi um dos maiores valores desde a criação do Plano Real, só perdendo para 2016 e 2020, de acordo com alguns editoriais há a possibilidade de o déficit ainda poder estar subestimado, isto é, pode ser maior ainda. Outros dados também foram levantados, como o de que as despesas cresceram 12,5% no último ano, enquanto as entradas caíram 2,8%⁷ e as despesas totais estiveram no patamar de R\$ 2,162 trilhões em 2023.

Além disso, também foi apresentado em alguns setores da mídia que esse déficit foi muito influenciado pela obrigação do governo de pagar os precatórios, os quais não foram pagos em 2021, por conta da PEC dos precatórios que Paulo Guedes conseguiu aprovar. Por conseguinte, sem essa obrigação o déficit seria de R\$ 138,1⁸ bilhões (muito próximo da previsão do Ministério da Fazenda). O interessante é que o governo que deu “calote” nos precatórios para serem pagos no próximo pleito, foi exatamente aquele que se dizia defensor da responsabilidade fiscal.

Muito mais pernicioso do que os textos das notícias da grande mídia são exatamente as colunas e editoriais que expressam a opinião econômica, política e ideológica dos detentores dos grandes canais midiáticos (e de quem os financia). O que é apresentado nesses textos vai muito além do desdém e do deboche, chegando a ser claramente descomprometido com a sociedade e desleal. Por exemplo, textos que omitiam a questão dos precatórios na composição do déficit fiscal (além de grande parte da mídia escrita não comentar que se os precatórios não fossem pagos em 2023, o governo teria em 2026 um passivo de R\$ 250 bilhões⁹ de reais), assim atribuindo o

⁶FOLHA de São Paulo. A conta da ganstança. editorial. acessado em 08/02/2024. disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2024/01/a-conta-da-gastanca.shtml>

⁷ HOLLAND. Márcio. O difícil equilíbrio fiscal. Jornal Folha de São Paulo. Acessado em 08/02/2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2024/02/o-dificil-equilibrio-fiscal.shtml#:~:text=Em%202023%2C%20as%20despesas%20da,no%20sapato%20do%20crescimento%20econ%C3%B4mico>.

⁸TOMAZELLI. Idiana e FERNANDES. Adriana. Contas públicas têm rombo de R\$230,5 bi em 1º ano de Lula, pior resultado desde 2020. acessado em 08/02/2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/01/contas-publicas-tem-rombo-de-r-2305-bi-em-1o-ano-de-lula-pior-resultado-desde-2020.shtml>

⁹ PIMENTA. Guilherme e SANT'ANA. Jéssica. Com precatórios, governo central fecha 2023 com o 2º maior déficit primário. acessado em 08/02/2024. Disponível em:



déficit aos aumentos do Bolsa Família, do salário-mínimo e da atuação do governo de ampliar os gastos de forma menos “controlada”. Isto é, claras neonarrativas que usam de teorias reducionistas e genéricas ao tratar sobre a política fiscal, com o intuito de defender a volta da “responsabilidade fiscal” por ser benéfica para todos, o que ficou evidente que não é totalmente verdade, frente às gestões austeras de Michel Temer e Bolsonaro, suavizado somente em função da necessidade de agir na pandemia.

Não contentes com o uso dessa retórica, também é feito pouco caso da estratégia da pasta da Fazenda, sendo a política de promoção do aumento da receita, para amenizar os gastos com foco nos setores sociais. Enquanto isso, já em janeiro a tributação foi muito mais positiva do que o esperado, segundo o próprio Tesouro Nacional, por conta do que foi taxado dos montantes que estão em paraísos fiscais ‘offshore’. É evidente que essa estratégia é muito complicada de ser aplicada com efetividade, contudo, pode ter melhores resultados do que a total austeridade que foi colocada em prática em alguns momentos, como durante o ano de 2019, no qual o crescimento do PIB foi ínfimo.

O interessante é ter em mente que as mesmas neonarrativas que atacam tanto a atuação de maior investimento público, com a retórica de que são gastos ineficientes, são feitas e difundidas pelos mesmos que defendem que o regime tributário é um obstáculo para o setor de criação de empregos, e que seria até mesmo uma expropriação das riquezas de quem as produz, ou seja, são aqueles que defendem o pensamento de uma panaceia do subfinanciamento público, alegando que o Estado é muito “grande”. Não obstante, o sistema tributário ainda se mantém em níveis de regressividade elevados, como é evidenciado pelo cenário no qual os 10% mais pobres pagam cerca de 26,4% da sua renda em impostos, ao passo que os 10% mais ricos pagam somente 19,2%¹⁰. O que deixa mais claro que se trata de “um sistema tributário que pesa a mão sobre os mais pobres e acaricia os mais ricos” (Gauto e Nascimento, 2023, p. 6), pois enquanto as classes sociais mais baixas devem pagar montantes consideráveis de sua renda, principalmente para a previdência, já os mais abastados são favorecidos com regalias, como a isenção de impostos nos dividendos de pessoas jurídicas. Em razão disso, somente no ano de 2021 um total de R\$ 555,7 bilhões¹¹ dos lucros dos dividendos

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/01/29/com-precatorios-governo-central-fecha-2023-com-o-2o-maior-d-eficit-primario-anual.ghtml>

¹⁰ AUGUSTO. Fausto Junior e HORIE. Leandro. O que queremos com uma reforma tributária? Revista Le Monde Diplomatique Brasil. N° 197. Dezembro, 2023.

¹¹ GAUTO. Maitê e NASCIMENTO. Jefferson. Por um sistema tributário a favor do Brasil. Revista Le Monde Diplomatique Brasil. N° 197. Dezembro, 2023.



não foram tributados, sendo que esse montante potencial de arrecadação supera, por exemplo, o que o governo gasta pagando o Bolsa Família (R\$173,4 bilhões), programa que alimenta mais de 20 milhões de famílias brasileiras, em condição de pobreza e extrema miséria.

Portanto, é latente que as neonarrativas têm um objetivo específico de manter status quo de desigualdade, com um sistema tributário regressivo e com a política fiscal sendo a mais contracionista possível. É como Piketty demonstra na sua obra, *Capital e Ideologia*, ao relatar como as estruturas ideológicas de manutenção da concentração excessiva de recursos sempre se mantiveram presentes na sociedade, sofrendo algumas mudanças, tal como o período atual que vivemos um neoproprietarismo, no qual é promovido o processo de sacralização de bilionários e de suas propriedades, como símbolos de sucesso e de realização, com o uso intenso da ideologia da meritocracia.

No entanto, Piketty mostra que a construção histórica e social desses bilionários vem de expropriações dos espaços de produção e de territórios que pertenciam a comunidades historicamente instaladas (como o caso do Oriente Médio e da Rússia), assim culminando na expansão de oligarquias que usam do interesse próprio para manter parcela expressiva da riqueza em paraísos fiscais, em consonância com os interesses de determinados Estados (Piketty, 2020)¹².

A lógica do sistema de mercado e da ideologia proprietarista estão imbricadas com a neonarrativas, por serem ambas envolvidas pela retórica de que a expansão da progressividade dos sistemas tributários e o caminho para a maior igualdade podem colocar em xeque o sistema de manutenção da propriedade privada. Então as neonarrativas fazem o trabalho de induzir parte da população de que o Estado é o instrumento que retira o ganho suado do trabalhador, por meio de sentenças que são ditas todos os anos e que parecem até piada repetida para aqueles que acompanham esses editoriais por um período maior de tempo. Contudo, quem realmente não paga os impostos não é o pequeno trabalhador, mas sim os mais ricos, que pagam muito menos impostos proporcionalmente ao que ganham, só que essa piada irônica os especialistas de economia de alguns jornais não gostam de mencionar.

¹² PIKETTY, Thomas. *Capital e Ideologia*. trad. Maria de Fátima Oliva do Coutto e Dorothée de Bruchar. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.



ESTADO MÍNIMO PARA QUEM?¹³

Emanuel Lucas Guerra Sobral¹⁴

Águida Cristina Santos Almeida¹⁵

É comum se ler em revistas, em periódicos, ou ouvir falas em jornais televisivos, lives em canais do Youtube, jargões do tipo: “rombo nas contas públicas”, “Estado gastador” e sobre como o Estado deveria ser mais austero, expressões muito utilizadas com viés ideológico neoliberal, a fim de falsificar a realidade e distorcer as funções do Estado, buscando reduzir as suas responsabilidades sociais, conforme demonstram Pedro Rossi e Juliane Furno no livro *Economia para transformação social: pequeno manual para mudar o mundo*, no qual analisam o discurso da austeridade fiscal, tentando trazer as “virtudes” do indivíduo para o plano público¹⁶.

Mas, quando os interesses em questão são da classe capitalista, tem Estado sim e muito Estado, como quando houve a política de ajustamento, nos anos 1980, no Brasil, por meio da qual “longe de impedir a sobrevivência empresarial, o Governo (ainda militar) patrocinou [as políticas de ajustamento], que proporcionaram a reestruturação corrente e patrimonial do grande capital, ao mesmo tempo em que provocaram o desequilíbrio do setor público”, lançando o Estado brasileiro em profundas crises fiscal e financeira¹⁷. A utilização desses discursos de Estado mínimo, de Estado gastador, do mito da austeridade, serve como formas de legitimação das políticas, reformas e desinstitucionalizações neoliberais, embora ainda antes do neoliberalismo tais expedientes já fossem empregados.

Juliane Furno e Pedro Rossi (2023), no livro já citado, abordam em um dos capítulos sobre a mitologia fiscal e a retórica da austeridade, onde falam sobre a austeridade como um mito. Trazem que, na retórica de austeridade, é muito comum a comparação do orçamento público com o orçamento doméstico, onde o Estado não deve

¹³Artigo escrito em março de 2024.

¹⁴Graduando do curso de Ciências Econômicas da UFCG, integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação e Tutorial de Ciências Econômicas. E-mail: emanuel.lucas@estudante.ufcg.edu.br;

¹⁵Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, tutora do PET-Economia e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

¹⁶FURNO. Juliane e ROSSI. Pedro. *Economia Para transformação social: pequeno manual para mudar o mundo*. Fundação Perseu Abramo. São Paulo. Editora Autonomia Literária, 2023.

¹⁷BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello; ALMEIDA, Júlio Gomes de. *Depois da queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real*. Rio de Janeiro (RJ): Civilização Brasileira, 2002.



gastar mais do que ganha. Mas essa comparação do orçamento público com o familiar é essencialmente equivocada, pois desconsidera três fatores essenciais: 1 – O Estado define seu orçamento; 2 – O gasto retorna em forma de crescimento e; 3 – O Estado emite moeda, sob a qual mantém monopólio: “A metáfora que compara o orçamento público ao familiar é dissimulada e desvirtua as responsabilidades que a política fiscal tem na economia em suas tarefas de induzir o crescimento e amortecer os impactos de crises e dos ciclos econômicos na vida das pessoas” (FURNO; ROSSI, 2023, p. 187)

Deve-se entender que o gasto governamental impacta no que diz respeito ao econômico, ao político e ao social. A austeridade auxilia, na verdade, a economia desacelerar, pois com menor gasto público, há menos consumo e menos investimento. Essa narrativa austera é totalmente contrária ao que Keynes (1936)¹⁸ propôs em seu livro “Teoria Geral do juro, do emprego e da moeda”. Muito se discute, entre os “especialistas” em austeridade fiscal, que em momentos de crise, o Estado deve reduzir seus gastos, para que, ao sinalizar com ‘responsabilidade fiscal’ os agentes privados tenham mais confiança e aumentem seus investimentos.

Não obstante, vale ressaltar que os agentes, para Keynes, aumentam seus investimentos quando há expectativa de retorno sobre o capital investido, que acontece quando se tem demanda, a qual pode ser gerada por meio do gasto público, sobretudo numa fase recessiva, momento no qual os componentes autônomos do gasto os únicos capazes de reanimar a economia, sendo os mais importantes dentre estes: as exportações e os gastos do governo, mas no caso do primeiro, depende da renda externa, ou seja, de elementos que estão fora da alçada da dinâmica interna da economia e do poder político.

Então, pode-se perguntar o porquê de utilizarem tão frequentemente a retórica austera. E a resposta é até que esperada: alguém ganha com isso. E quem ganha com a austeridade? E a resposta é: a própria classe capitalista, sobretudo numa economia financeirizada, que permite o acesso a grandes ganhos econômicos de modo alheio à dinâmica da demanda agregada na economia real. Com o aumento dos cortes nos gastos públicos quando a economia está aquecida, se gera um nível de contração, e com isso, aumenta-se o desemprego (FURNO, ROSSI 2023). Daqui se entende que, com um aumento no nível de desemprego, mais pessoas estarão procurando trabalho, o que gera também, uma pressão para que os salários diminuam e, pagando salários menores, os capitalistas obtêm mais lucro. Pode-se destacar também que quando o Estado, em razão

¹⁸ KEYNES, John Maynard (1936). A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. São Paulo: Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1970.



de uma gestão austera da política fiscal, diminui a oferta de serviços públicos à população, abre possibilidades de negócios na esfera privada. Os capitalistas utilizam da retórica austera conforme seus próprios interesses e, quando a pauta em questão são seus interesses, utilizam do Estado como meio para isso. Então fica a pergunta, Estado Mínimo para quem?



A (NOVA) RELAÇÃO DESARMÔNICA DO TRABALHO¹⁹

Diuary de Mélo Santos²⁰

Águida Cristina Santos Almeida²¹

Na obra “Os operários” (1933), de Tarsila do Amaral, produzida no contexto do pós-crise de 1929, em que o Brasil se inseriu numa crise no mercado de trabalho, a pintura apresenta um painel da classe trabalhadora brasileira, permitindo enxergar a preocupação diária do trabalhador, um proletário explorado, inserido em uma condição subalterna. Na obra, não existe um rosto que demonstre emoções de alegria, felicidade ou esperança, apresentando operários infelizes, desesperançosos, explorados. Alguns anos depois, em 1943, no governo Vargas foi criada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que garantiu os primeiros direitos trabalhistas no Brasil, possibilitando férias remuneradas, criação do salário-mínimo, licença maternidade, definição de limite de horas de trabalho. Porém essas leis não abarcavam os trabalhadores informais, nem os trabalhadores rurais, ou seja, contemplava somente os trabalhadores urbanos, com registro de trabalho formalizado.

Capitalismo, sistema de produção em que os trabalhadores são submetidos a um processo formal de exploração, sob o progresso da sociedade que ocorre em concomitância com a miséria social e outras contradições que geram extremos de pobreza e de riqueza. Desse modo, a classe dos capitalistas defende a não promoção de direitos com a falácia liberal de que o capitalista não vai suportar a redução de jornada de trabalho ou o aumento do salário, no entanto, não existe relação entre a garantia de direitos sociais e a queda do crescimento econômico. Em 2015, no Brasil, foi retomada uma agenda neoliberal radical, resultando no impeachment da presidenta Dilma Rousseff, para que Michel Temer, seu vice, pudesse assumir a presidência e concretizar o projeto neoliberal, e juntamente com o Congresso aprovar o pacote de (contra) reformas compiladas no documento ‘Uma Ponte Para o Futuro’.

¹⁹Artigo escrito em março de 2024.

²⁰Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial (PET - Economia). E-mail: diuarycg@gmail.com.

²¹Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

Dentre as (contra) reformas aprovadas destacam-se as mudanças operadas nas regras trabalhistas, na designada reforma trabalhista de 2017. Em razão das profundas mudanças que a reforma ensejou na CLT, retirou-se e flexibilizou-se os direitos trabalhistas proporcionando o avanço da terceirização e possibilitando negociações diretas entre empresário e trabalhador (supondo uma relação entre iguais), com relação aos direitos no trabalho, destruindo a rede de segurança trabalhista, tanto os sindicatos, quanto a estrutura de justiça do trabalho²². Além disso, permitiu-se uma série de tipos de contrato de trabalho que empenham grande desvantagem, perda financeira e insegurança aos trabalhadores, como o contrato temporário; o contrato intermitente e um tipo de contrato que permite que o trabalhador seja contratado como pessoa jurídica, assumindo todo um ônus que não corresponde com a sua capacidade material, normalmente.

O ano de 2024 se iniciou com o Brasil registrando a criação líquida de 180.395 empregos no mês de janeiro, divulgado na sexta-feira, dia 15 de março, pelo Ministério do Trabalho e, diz respeito aos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, o Caged²³. Entretanto, os dados do Caged são apenas de trabalhadores com carteira assinada, não incluindo trabalhadores autônomos e informais. Essa base de dados permite vislumbrar a melhora no mercado de trabalho formal em comparação ao período anterior. Não obstante a melhora no mercado de trabalho, a taxa de informalidade segue muito alta, pois, segundo a última PNAD Contínua que foi divulgada em fevereiro, com dados referentes ao último trimestre encerrado em janeiro, a taxa de informalidade do país é 39,2%²⁴, percentual que representa em torno de 39 milhões de trabalhadores informais.

No início do mês de março, o governo Federal fez o envio de uma proposta ao Congresso para regular a atividade de trabalho dos motoristas que atuam no capitalismo de plataforma²⁵. O projeto trata os proletários como “autônomos com direitos” e estabelece regras a respeito da remuneração mínima, organização sindical e, direitos previdenciários. No entanto, estabelece que as empresas de plataforma são intermediadoras de viagens entre cliente e trabalhador, porém ao solicitar o serviço de

²²Para saber mais a respeito do tema consulte: FURNO, Juliane; ROSSI, Pedro. Economia para a transformação social: Pequeno manual para mudar o mundo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Autonomia Literária, 2023.

²³<https://www.cartacapital.com.br/economia/brasil-gerou-180-mil-empregos-formais-em-janeiro-aponta-caged/amp/>

²⁴<https://www.cartacapital.com.br/economia/brasil-fecha-2023-com-taxa-media-de-78-de-desemprego-aponta-ibge/>

²⁵<https://www.cartacapital.com.br/opiniao/os-problemas-do-pl-que-regula-o-trabalho-dos-motoristas-via-aplicativo/>



aplicativo da 99 ou Uber, dentre outros, solicita-se o serviço de viagem e não o serviço de um motorista específico.

As empresas “intermediadoras” possuem algoritmos que utilizam a avaliação do trabalhador pelo consumidor ao término do serviço e vinculam essas avaliações ao potencial de corridas futuras que o motorista tenderá a receber, impactando em seu rendimento, conseqüentemente. Sendo assim, motoristas que registrarem avaliações abaixo do que se considera como favorável são excluídos da plataforma. Além disso, os motoristas não estabelecem o preço das corridas, muito menos o percentual do valor de cada corrida que lhe caberá, e podem ser punidos se rejeitarem corridas solicitadas.

Com o projeto de lei em curso, espera-se mudanças que resultem em melhoria em termos de direitos, garantias e rendimentos a esses trabalhadores de plataforma, embora não se trate de um emprego formal nos marcos da CLT, o que todavia, pode mudar o mercado de trabalho em definitivo, pois permitirá que uma empresa possa estabelecer uma nova opção de contrato trabalhista por intermédio de plataforma digital, que parecerá com um novo modelo de terceirização, agora legislado e transformado em lei. O projeto de lei não é o que os trabalhadores merecem, mas será o que terão no Brasil, com o trabalho de carteira assinada se encontrando cada vez mais distante das relações de trabalho, que vão tender a preferir um trabalhador de plataforma para reduzir os custos, ao invés das formas de formas de trabalho que ensejem maior proteção ao trabalhador, em termos de direitos e garantias.

A relação de trabalho estabelecida via aplicativo, criou uma forma nova de exploração do trabalho, expondo o trabalhador a elevado nível de insegurança e precarização. Enfim, o capitalismo se inventa e reinventa, absorve e agrega, uma simbiose entre a desigualdade e a riqueza, e o precariado que esta forma de trabalho criou é mais um instrumento de manutenção e agravamento das contradições do capitalismo, já que resulta para essa classe de trabalhadores em perda de direitos socioeconômicos, jurídicos e políticos. Por fim, desprovidos de identidade ocupacional e buscando o mínimo de remuneração esta é a fotografia do operário em 2024, o quão análogo deve estar quanto ao infeliz operário de 1933, retratado na obra de Tarsila do Amaral.

A NEUTRALIDADE NÃO É NEUTRA²⁶

Iago Ricardo Dos Santos Silva²⁷

Águida Cristina Santos Almeida²⁸

Não é supérfluo lembrar que a palavra “neutro” provém do latim “ne-uter”, que significa “nenhum dos dois”, de modo que o conceito de neutralidade nos remete à propriedade de um elemento ao qual não se atribui nenhum dos valores de uma contraposição (AUROUX 1990, p. 1744). Mas, a partir da etimologia da palavra ‘neutro’, surge a pergunta: é possível construir uma ciência com neutralidade?

Para respondermos a essa questão voltaremos a Francis Bacon, que em 1620, criou a base do método científico (o método de indução ou empírico), na sua obra *Novum Organum*, e assim o método científico foi se expandindo ao decorrer dos séculos, até chegarmos no Século XIX, com a culminação da escola positivista, representada por pensadores como Comte e Durkheim, que defenderam a ideia de que o único conhecimento válido era o científico. Ou seja, o conhecimento gerado através da utilização do método científico, que possui essa validade baseada na sua objetividade, a qual se atribui em grande medida a suposta neutralidade, mais especificamente da neutralidade de três fatores²⁹:

“Tese da neutralidade temática, a ciência é neutra porque o direcionamento da pesquisa científica, isto é, a escolha dos temas e problemas a serem investigados, responde apenas ao interesse em desenvolver o conhecimento como um fim em si mesmo³⁰”.

“Tese da neutralidade metodológica: a ciência é neutra porque procede de acordo com o método científico, segundo o qual a escolha racional entre as teorias não deve envolver, e de maneira geral não têm envolvido valores sociais³¹”.

²⁶Artigo escrito em março de 2024.

²⁷Graduando(a) do curso de Ciências Econômicas da UFCG, do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE), Membro do Grupo PET. E-mail: iago.ricardo@estudante.ufcg.edu.br;

²⁸Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

²⁹ Neutralidade da ciência, desencantamento do mundo e controle da natureza, Marcos Barbosa de Oliveira

³⁰A ciência é neutra? MAIA, Freire Newton. *A Ciência Por Dentro*, Ed. Vozes, Petrópolis, 1998, pp.

³¹ CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*, São Paulo: Ática, 1995. 440 p.



“Tese da neutralidade factual: a ciência é neutra porque não envolve juízos de valor; ela apenas descreve a realidade, sem fazer prescrições; suas proposições são puramente factuais³².”

Newton Freire-Maia, professor, pesquisador e geneticista brasileiro, escreveu um texto intitulado “ciência é neutra”? Segundo o autor, seria ingenuidade pensar que a ciência, como conjunto de conhecimentos (Ciência-Disciplina) e atividades (Ciência-processo), seja independente do meio social, alheio a influências externas e, neutra com relação às diferentes disputas que ocorrem na sociedade. Ao analisarmos a ciência por cada uma de suas óticas, podemos inferir que a Ciência sofre influência do meio social e da cultura nas quais é gerada. Como fruto da sociedade, a ciência influi na sociedade e é influenciada por ela.

Os impactos científicos impactam nossa vida, impactam a política e decidem os rumos e caminhos políticos da sociedade, de forma direta ou indireta. Em congruência a esse pensamento, a escritora e filósofa Marilena Chauí, no seu livro “Convite à filosofia” de 1995, levanta questionamentos e reflexões acerca do mito da neutralidade na ciência. Como por exemplo, porque Copérnico teve que esconder os resultados da sua pesquisa, ou porque Galileu teve que ir até a inquisição e negar os resultados de sua própria pesquisa, de que a Terra se move ao redor do sol. Quando um cientista escolhe um objeto de estudo e os métodos que irá empregar, tentando alcançar determinados resultados positivos ou negativos, a própria escolha ou conjuntos de escolhas não é imparcial, mas, fruto de escolhas previamente decididas.

O pensador brasileiro Michael Löwy, diz que essas visões prévias, e a ideologia, são como uma espécie de daltonismo, ou um problema de visão, no sentido de que deturpam/limitam o campo de visão. Como consequência, o cientista não irá conseguir retratar aquela imagem, aquele fato social, sem levar em consideração essa limitação. A objetividade da ciência para Lowy é importante, mas deve sempre levar em consideração que obscuramente se tem no olhar do pesquisador uma influência de suas visões política e ideológica nessas camadas.

Em alinhamento com esse pensamento, Newton Freire-Maia, fala que o conteúdo produzido pelo cientista tem várias camadas, inclusive a camada moral e a camada ética, que são indissociáveis do ser humano, e, por conseguinte, a separação

³² COUTINHO, Eduardo. O conceito de neutralidade no discurso da história: entre os “Geschichtliche Grundbegriffe” e “Le Neutre”(2008), Olga Guerizoli Kempinska.

dessas camadas, a separação da reflexão do trabalho do cientista e nem o impacto de seu trabalho na sociedade.

Trazendo a discussão para o âmbito da ciência econômica, temos os monetaristas, que defendem uma política monetária estável, sem a intervenção do governo. Tendo como principais representantes, Stigler e Friedman, os quais defendiam a neutralidade da moeda no longo prazo, alegando que a variação da base monetária não afeta variáveis reais, mas apenas variáveis nominais (como preços, salários e taxa de câmbio). Dessa forma, políticas monetárias seriam totalmente ineficientes para dinamizar a economia real e melhorar os dados de emprego, por exemplo, de modo que a ação do Banco Central fazendo uma política monetária de estímulo à demanda, não teria a capacidade de afetar a economia real, ampliando ou reduzindo os agregados macroeconômicos de produto, renda e emprego. Na verdade, uma ação do Banco Central nessa direção levaria a economia rapidamente a se ajustar, pois teria impactos apenas nas variáveis nominais, como resultado final no qual se teria somente uma economia com mais inflação.

Nesse caso, temos a aparição mais perigosa da neutralidade da ciência, quando ela aparece em um discurso de análise da política econômica, se levarmos em consideração a teoria da neutralidade da moeda, e aceitarmos o discurso da sua neutralidade. Isto porque, teria se desprezado os impactos que a moeda causa, que as ações do Banco Central implicam à determinação da taxa de juros, que impacta diretamente em diferentes variáveis macroeconômicas, e conseqüentemente em variáveis reais, ao se aceitar uma hipótese que não tem validade empírica. Quando se aceita a neutralidade das coisas, sem questioná-las, terminamos dando credibilidade a falsas verdades, meias verdades, mesmo dentro da seara da ciência, que é composta por um grande mosaico complexo, em cada área do conhecimento que atua. Então, deve-se ficar atento quando se afirma sobre a neutralidade, sobre a indiferença ou como tal ação, teoria e modelo não impactam em nada. Se aceitarmos que a política, que a economia, que o Estado são neutros é porque na realidade alguém pensou por nós e achou melhor nos convencer assim, pois na realidade não há neutralidade alguma, nem na economia, nem na condução da política econômica, pelo Estado e na relação deste com os diferentes grupos sociais que conformam a economia-sociedade.

O MODELO DE FEDERALISMO BRASILEIRO E AS PERCEPÇÕES DE ESTADO³³

Charles Lucio Bezerra da Silva³⁴

Águida Cristina Santos Almeida³⁵

O federalismo é um modo de organização do governo que foi introduzido no Brasil com a Proclamação da República, no ano de 1889. Sendo considerado um modelo que estrutura e organiza de forma mais simples o que viria a servir como Estado federal, de modo em que há uma maior facilidade em sua organização e distribuição do poder estatal, mesmo que exista um governo central, não impedindo assim que sejam divididas responsabilidades e competências entre este e as entidades subnacionais-membras. Cabendo a Constituição brasileira determinar quais as competências de cada uma das partes que compõem a federação.

Desse modo fica definida a União (governo federal) atividades que busquem atuar na área da política externa e das relações internacionais; propor e executar a política de segurança e de defesa nacional; conduzir a economia e as finanças do país, inclusive emitir moeda; organizar, regular e prestar serviços na área de comunicação; explorar os serviços e instalações nucleares³⁶. Sendo uma característica desse modelo de gestão, a autonomia entre os municípios, estados e a União, que apesar de autônomos, precisam funcionar de modo cooperado para que a nação rume ao bem-estar, sendo na teoria um modelo gracioso, funcional e perfeito. Entretanto há vários cenários para identificar defeitos estruturais, especialmente em que mudanças políticas esbarram em dificuldades ideológicas e de conflitos de poder que dificultam a cooperação.

O sistema brasileiro tem a União (governo Federal) com uma parcela significativa de competências e responsabilidades, além de ser a principal fonte de arrecadação de impostos, incluindo impostos sobre a renda, comércio exterior, importação, exportação, entre outros. Como resultado, a União tende a arrecadar a maior parte das receitas tributárias.

³³Artigo escrito em março de 2024.

³⁴Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial (PET - Economia). E-mail: Charles.lucio@estudante.edu.ufcg.edu.br

³⁵Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

³⁶

Disponível

em:

<https://www12.senado.leg.br/jovensenador/home/arquivos/textos-consultoria/o-federalismo-brasileiro>



No ano de 2023, primeiro ano do terceiro governo Lula, houve o anúncio do novo programa de aceleração do crescimento (PAC), que representa a retomada do investimento público, paralisado desde o governo de Temer. Ou seja, o PAC é um programa do governo federal que tem como objetivo promover o estímulo ao crescimento da economia brasileira, através do investimento em obras de infraestrutura, tais como, portos, rodovias, aeroportos, redes de esgoto, geração de energia, hidrovias, ferrovias etc.³⁷.

Quando da sua origem, o PAC foi lançado em janeiro de 2007, durante o segundo governo do presidente Luís Inácio Lula, quando do seu lançamento, o programa era voltado especialmente no planejamento e execução de obras de infraestrutura social, urbana, logística e de energia. Findou sendo um programa que impulsionou a candidatura de Dilma Rousseff à presidência da república, que no posto de ministra-chefe da casa civil foi chamada de "mãe do PAC"³⁸, sendo eleita e reeleita, em 2011 e 2014.

Não obstante, a execução do PAC começou a desacelerar ainda na gestão da presidente Dilma, pressionada a fazer ajuste fiscal, num contexto de piora fiscal e perda de ampla arrecadação, em função da política de desoneração tributária. Então, da gestão de Temer em diante, o PAC foi descontinuado, de forma que nem sequer as obras em andamento foram concluídas³⁹. Nas gestões de Temer e Bolsonaro buscou-se implantar novas formas de governança para estimular o investimento em infraestrutura, com vistas a retirar do Estado a responsabilidade de financiar, como por exemplo, por meio da adoção de modelos para liberar o investimento privado e análise de projetos e planejamento no longo prazo, bem como a transferência à iniciativa privada da operação de alguns projetos⁴⁰. Na figura a seguir consta os valores orçados e executados nas edições 1 e 2 do PAC e a expectativa quanto ao PAC 3.

³⁷ Disponível em: https://www.suapesquisa.com/o_que_e/pac.htm

³⁸ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/07/marco-de-gestoes-petistas-pac-deixara-de-receber-novos-projetos.shtml>

³⁹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/07/marco-de-gestoes-petistas-pac-deixara-de-receber-novos-projetos.shtml>

⁴⁰ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/07/marco-de-gestoes-petistas-pac-deixara-de-receber-novos-projetos.shtml>





No ano de 2019 se abordou mudanças nos projetos de lei que previam a mudança na legislação de debentures, que são títulos de dívida emitidos por empresas que buscam captar recursos no mercado privado, e o emissor desses papéis fica com a obrigação de pagar juros ao credor, ao longo de um prazo prefixado. Sendo uma modalidade incentivada de modo que o governo renuncia à tributação, visando fomentar empreendimentos que ajudem no crescimento da economia. Desse modo houve uma perspectiva por parte do governo de que através desse instrumento criasse viabilidade que permitisse que os fundos de pensão, viriam a servir como financiamento para projetos de infraestrutura, e deste modo substituir o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)⁴¹, isto é, o Estado, no financiamento do investimento em infraestrutura.

Deste modo, em 9 de abril de 2019, meses antes do anúncio das novas diretrizes para projetos, a situação que se tinha era pouco mais de 1.400 obras de infraestrutura paradas no Brasil (obras que foram planejadas através do PAC). Há dados que cerca de quatro em cada dez projetos estavam parados, devido a pendência em

⁴¹

questões operacionais ou mesmo de licitação⁴². Sendo principalmente as regiões Sudeste e Nordeste com projetos inacabados⁴³ e, em julho de 2019, o governo federal definiu que o PAC não iria mais receber projetos⁴⁴. Vê-se claramente uma descontinuidade de objetivos e ações entre distintos mandatos no âmbito do governo federal, e como o gasto em investimento não é constitucional, tende a ser facilmente cerceado, sobretudo quando da retomada da austeridade na gestão da política fiscal, em especial quando consideramos obras que deveriam ter sido entregues e ficaram barradas, devidos a questões legais e/ou pela falta de financiamento.

Então, após fazer um breve histórico do PAC, desde a sua primeira edição, dando enfoque a descontinuidade e desmonte do programa, o presente artigo retoma com a discussão acerca do retorno do programa em 2023 e as expectativas para o ano corrente. Nesse quesito abordamos o PAC, no ano de 2024, em vista que o governo anunciou que vai investir R\$ 1,7 trilhão, em todos os estados do Brasil, sendo R\$ 1,4 trilhão até 2026 e R\$ 0,3 trilhão após 2026. Em primeiro lugar, cabe destacar a origem desses recursos, o governo incluiu financiamento de bancos públicos, investimentos de concessões e PPPs (parcerias público-privadas) federais e investimentos de estatais, sobretudo da Petrobras⁴⁵. O PAC contará com cerca de 1,7 trilhão de reais como já mencionado, com as seguintes origens, R\$ 371 milhões de orçamento da União, R\$ 323 milhões apenas da Petrobras, R\$ 363 milhões de financiamentos e cerca de R\$ 612 milhões de recursos advindos do setor privado⁴⁶. Os recursos estão relacionados a investimentos vinculados a objetivos divididos em nove eixos⁴⁷:

⁴² Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2019/04/mais-de-1400-obras-de-infraestrutura-do-pac-estao-para-das-no-brasil.shtml>

⁴³ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2019/04/mais-de-1400-obras-de-infraestrutura-do-pac-estao-para-das-no-brasil.shtml>

⁴⁴ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/07/marco-de-gestoes-petistas-pac-deixara-de-receber-novos-projetos.shtml>

⁴⁵ Disponível em: <https://www.poder360.com.br/anuncios-do-governo/novo-pac-chega-a-r-17-bi-com-verba-do-governo-e-setor-privado/>

⁴⁶ Disponível em: <https://www.poder360.com.br/anuncios-do-governo/novo-pac-chega-a-r-17-bi-com-verba-do-governo-e-setor-privado/>

⁴⁷ Disponível em: <https://www.poder360.com.br/anuncios-do-governo/novo-pac-chega-a-r-17-bi-com-verba-do-governo-e-setor-privado/>

O primeiro eixo⁴⁸ comporta investimentos em duplicação de rodovias, concessões rodoferroviárias, arrendamentos portuários e obras em aeroportos, investimentos que busquem uma maior eficiência e sustentação;

O segundo eixo⁴⁹ diz respeito a infraestruturas social inclusivas como centros de artes de cultura, obras de patrimônio histórico entre outros espaços;

O terceiro eixo⁵⁰ consta de programas de financiamento como o Minha casa minha vida, obras de mobilidade urbana e sistemas de esgotos;

O quarto eixo⁵¹ diz respeito a programas de abastecimentos de água, adutoras e barragens, cisternas;

O quinto eixo⁵² busca atacar a inclusão digital e uma busca pela conectividade com conexões em escolas, unidades de saúde, expansão do 4G e 5G;

O sexto eixo⁵³ é a transição e a busca pela segurança energética, que são projetos da Petrobras, investimentos em geração de energia entre outros;

O sétimo eixo⁵⁴ trata da inovação na indústria de defesa, o que inclui pesquisa, desenvolvimento e aquisição de equipamentos para o Exército, Marinha e Aeronáutica;

O oitavo eixo diz respeito à retomada de obras de creches e escolas, além de expansão de institutos federais, universidade e hospitais universitários;

Por fim, o nono eixo⁵⁵ vai tratar da relação de expansão de unidades básicas de saúde, centros odontológicos moveis, maternidades entre outros⁵⁶.

48 Disponível em: <https://www.poder360.com.br/anuncios-do-governo/novo-pac-chega-a-r-17-bi-com-verba-do-governo-e-setor-privado/>

49 Disponível em: <https://www.poder360.com.br/anuncios-do-governo/novo-pac-chega-a-r-17-bi-com-verba-do-governo-e-setor-privado/>

50 Disponível em: <https://www.poder360.com.br/anuncios-do-governo/novo-pac-chega-a-r-17-bi-com-verba-do-governo-e-setor-privado/>

51 Disponível em: <https://www.poder360.com.br/anuncios-do-governo/novo-pac-chega-a-r-17-bi-com-verba-do-governo-e-setor-privado/>

52 Disponível em: <https://www.poder360.com.br/anuncios-do-governo/novo-pac-chega-a-r-17-bi-com-verba-do-governo-e-setor-privado/>

53 Disponível em: <https://www.poder360.com.br/anuncios-do-governo/novo-pac-chega-a-r-17-bi-com-verba-do-governo-e-setor-privado/>

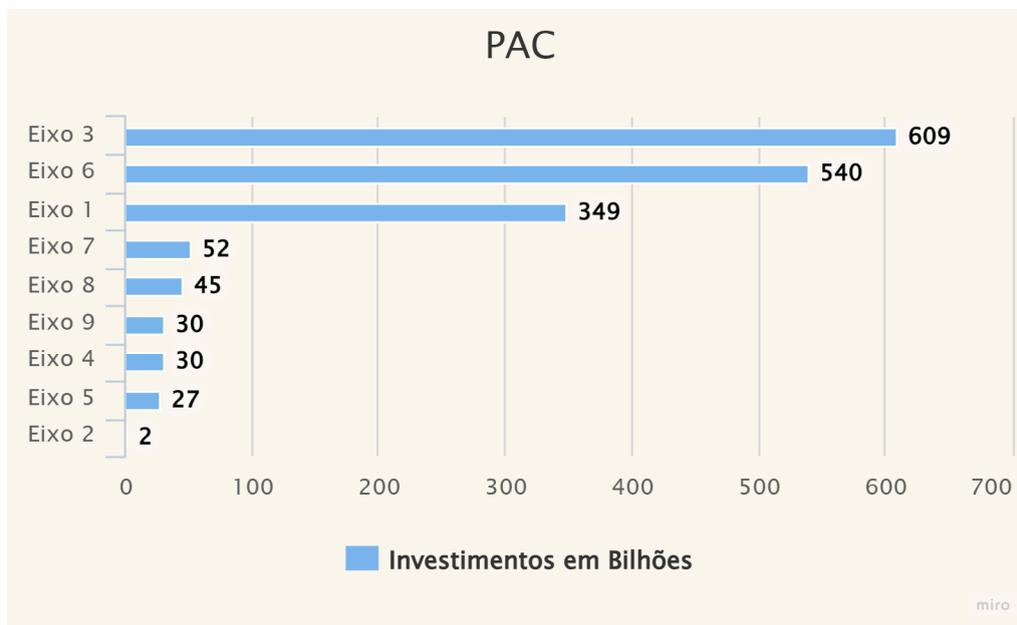
54 Disponível em: <https://www.poder360.com.br/anuncios-do-governo/novo-pac-chega-a-r-17-bi-com-verba-do-governo-e-setor-privado/>

55 Disponível em: <https://www.poder360.com.br/anuncios-do-governo/novo-pac-chega-a-r-17-bi-com-verba-do-governo-e-setor-privado/>

56 Disponível em: <https://www.poder360.com.br/anuncios-do-governo/novo-pac-chega-a-r-17-bi-com-verba-do-governo-e-setor-privado/>



Na figura seguinte, retirada da página poder360⁵⁷ segue a previsão dos valores que serão investidos em cada um dos nove eixos, dos quais os eixos 3, 6 e 1 devem abocanhar a maior parcela dos recursos, ou seja, a infraestrutura e o setor de energia emergem como prioritários nos esforços pretendidos no âmbito da nova edição do PAC.



Vale ressaltar, entretanto que algumas das obras que serão executadas no PAC 3 são herdadas de PAC anteriores, tendo em vista que a partir de 2011, estima-se cerca de 5.344 obras herdadas do PAC 1 e 2 estão sem conclusão. Sendo que destas, 2.688 estão paradas⁵⁸. Assim, pode-se concluir que parcela do esforço que se pretende empenhar no PAC 3 tem por objetivo resolver pendências que já deveriam ter sido sanadas caso as edições anteriores do PAC tivessem alcançado êxito pleno. É possível atribuir ao retorno da austeridade e às consequências do desarranjo provocado pela Operação Lava Jato, como elementos decisivos dessa interrupção desastrosa de uma quantidade expressiva de obras.

Além disso, há obras que sequer foram iniciadas, como por exemplo, as de projetos relacionados à educação básica, como 2.171 escolas e creches, que somam um orçamento de R\$ 3 bilhões. Ficando assim as reflexões para com a modelação do PAC e os problemas de execução que advém de uma lógica de Estado marcada pela

⁵⁷ Disponível em: <https://www.poder360.com.br/anuncios-do-governo/novo-pac-chega-a-r-17-bi-com-verba-do-governo-e-setor-privado/>

⁵⁸ Disponível em: <https://www.poder360.com.br/anuncios-do-governo/novo-pac-chega-a-r-17-bi-com-verba-do-governo-e-setor-privado/>

descontinuidade política, retomamos ao pensamento inicial desse artigo onde o modelo de federalismo define a divisão de poderes entre o governo federal, os estados e os municípios. E o PAC foi um programa do governo federal que buscava promover o desenvolvimento econômico e social em todas as regiões do país, de modo que busca a cooperação entre os diferentes níveis de governo. Deste modo, pode se dizer que o federalismo permitiu que o PAC fosse implementado em todo o território nacional, com projetos adaptados às necessidades específicas de cada estado e município. Lula foi um dos principais defensores do federalismo cooperativo, buscando envolver estados e municípios na implementação de projetos do PAC.

Então, para além da necessidade de aprimorar o pacto federativo, revisando os direitos e deveres de cada um dos entes federativos, o retorno de uma agenda neoliberal radical, dobrando as apostas numa agenda austera, sempre colocará em risco a permanência do gasto em investimento público, o primeiro a sucumbir perante estratégias de corte de gastos, por não se tratar de uma despesa constitucional, num país que carece de uma estratégia de desenvolvimento, desde o final dos anos 1980. Isto é, o PAC 3 padece dos mesmos riscos das edições anteriores, dado que a ideologia e as políticas neoliberais seguem pautando a narrativa e modelando o desenho e a gestão da política econômica.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA, UMA NECESSIDADE HOJE?⁵⁹

Guenold Omoungou Dibangoye⁶⁰

Águida Cristina Santos Almeida⁶¹

De acordo com o dicionário financeiro, a educação financeira está relacionada com a maneira como lidamos com as finanças em nosso dia a dia e, ainda, no quanto sabemos fazer isso. Esta habilidade vai além do controle de nossos gastos, podendo incluir a elaboração de orçamentos para a família, poupar e decidir onde aplicar o que poupou. Tudo isto pode colaborar à estabilidade financeira para os dias atuais e para o nosso futuro. De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a educação financeira pode ser entendida como um processo no qual indivíduos e sociedades melhoram sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que possam fazer escolhas bem-informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhoram o seu bem-estar.

Resumidamente falando, estudar sobre este método é estar ciente de diversas práticas que irão melhorar a qualidade de vida, a qual não está restrita a limites no aspecto econômico, mas envolve também questões emocionais. Em função disso, dos impactos econômico e emocional presentes na gestão das finanças, a educação financeira é vista como necessária, já nos primeiros anos do ensino escolar. A educação financeira deve seu surgimento às mudanças no sistema financeiro e à crescente complexidade das finanças pessoais globais. Ela surge como uma solução, num mundo, em que aprender a gerir as finanças foi se tornando um dilema crucial na vida das pessoas, podendo auxiliar na busca da estabilidade financeira e uma visão mais esclarecedora quanto ao mundo financeiro.

Existem várias razões que podem justificar a consideração deste método na sociedade, dentre elas, a complexidade do sistema financeiro que, com o avanço da tecnologia e a globalização dos mercados financeiros fez com que o sistema financeiro se tornasse cada vez mais complexo. Surgiram novos produtos financeiros, instrumentos de investimentos e formas de financiamento, tornando essencial para os indivíduos entenderem como esses instrumentos funcionam e como podem afetar suas vidas

⁵⁹ Artigo escrito em março de 2024

⁶⁰ Graduando no curso de Ciências Econômicas da UFCG, integrante do GAACE e do PET-Economia.

⁶¹ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, tutora do PET-Economia e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

financeiras. Além disso, seu surgimento pode ser associado ao forte crescimento do endividamento, pois, a ampliação do acesso ao crédito e aos empréstimos resultou em altos níveis de endividamento em muitas partes do mundo. A falta de educação financeira contribui para esse problema, pois muitas pessoas não compreendem completamente os custos associados ao endividamento e como gerenciar suas dívidas de forma responsável, por seu turno, impactando na qualidade de vida das pessoas. Foi observado que a falta de educação financeira pode levar a estresse financeiro, dificuldades econômicas e uma redução na qualidade de vida. Por outro lado, as pessoas com habilidades financeiras sólidas têm mais probabilidade de alcançar metas financeiras, lidar com imprevistos e desfrutar de uma maior estabilidade financeira.

É possível afirmar ainda, que hoje a educação financeira tem vantagens consideráveis nas nossas vidas, em razão da importância de ter uma relação saudável com o dinheiro, num mundo em que o dinheiro se tornou um tema central da vida, considerando a necessidade de sua posse para acessar os meios de subsistência e de conforto. De acordo com vários dados, a educação financeira traz benefícios na vida das pessoas. Segundo a pesquisa feita pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), em 2021, o número de endividados no Brasil alcançou o recorde em 11 anos, com um percentual de 70,9% das famílias brasileiras endividadas. A pesquisa mostra também que as dívidas com cartão de crédito foram as mais citadas. Então, esse índice de endividamento elevado não afeta só o bolso, mas também o aspecto mental das pessoas. Outro estudo realizado pelo CNDL/SPC Brasil revelou também que muitas pessoas endividadas acabam tendo doenças da mente. As doenças mais citadas são a ansiedade, com 63,5%, o estresse e a irritação com 58,3% e a tristeza e o desânimo com 56,2%. Estes dados mostram como uma vida financeira desregulada pode afetar vários aspectos das nossas vidas, principalmente a nossa saúde.

Ademais, a educação financeira permite também entender o valor do dinheiro, permitindo que os indivíduos possam dar mais valor ao dinheiro que recebe, entendendo sua utilidade e importância. Também auxilia em se preparar para as emergências, pois a importância de fazer uma reserva financeira é primordial neste sentido, tendo em vista que a vida é constituída de imprevistos. Esta prática faz com que as pessoas estejam mais preparadas para as surpresas que aparecem. Enfim, permite realizar os nossos sonhos, ao viabilizar uma melhor gestão de recursos, separando parte da renda para investir. Como por exemplo, a compra de uma casa, realizar uma viagem, realizar uma festa de casamento etc.

No entanto, a educação financeira aparece como sendo uma prática não necessária e até mal-vista por uma parte da sociedade. A justificativa para isso é que muitas pessoas simplesmente não entendem completamente o que envolve a educação financeira e vai até confundi-la com algo tedioso, complexo ou desnecessário. Com isso, ocasiona resistência e falta de interesse em aprender sobre o assunto. Também, o fator de medo e insegurança pode ser levado em consideração, porque lidar com o dinheiro às vezes é estressante e assustador para muitas pessoas, especialmente se elas têm experiências passadas negativas com finanças pessoais, como dívidas, falência ou investimentos mal-sucedidos. Esses medos às vezes levam as pessoas a evitarem o assunto em vez de enfrentá-lo e buscar entendimento acerca da temática.

Em conclusão, podemos dizer que a educação financeira vai além do controle dos gastos e permite uma melhoria na gestão dos recursos financeiros em termos pessoais e familiares. Ela apresenta vantagens importantes para quem está à procura de um bem-estar, tanto social quanto no nível da saúde mental. Contudo, por falta de conhecimento e às vezes por questões de preconceito, a educação financeira acaba sendo desvalorizada e não levada a sério. Mas, é importante pensar que num mundo em constantes mudanças nos processos financeiros e seus instrumentos, aprender sobre a educação financeira e aplicar suas estratégias, pode se constituir numa grande necessidade, ao viabilizar o alcance de vários objetivos, desde o controle das finanças à concretização de sonhos.



Hortência Frazão⁶³

Ágida Cristina Santos Almeida⁶⁴

O consumo vem tomando um lugar bastante emblemático na vida cotidiana, pois, fomos deixando de lado a ideia de consumo como troca de artigos necessários à sobrevivência, para um meio por meio do qual se alcança satisfação e felicidade, por vezes a troca sendo o objetivo final, tornando-se o próprio consumo como forma de lazer. O lazer é fundamental, não apenas para recarregar as energias, sendo escape de um cotidiano estressante, mas como instrumento para se manter a criatividade e o pensamento crítico. Porém este lugar vem sendo ocupado por telas, em um mundo que forma seres capazes de ser multitarefas, mas ao mesmo tempo, estão desconectados da natureza e do produto do trabalho, que encontram no consumir muito mais que apenas o objeto do consumo, mas satisfação e significado.

Desde a infância, condicionam-se os indivíduos a encarar o consumo como forma de lazer, diversão. Inclusive, um campo bastante controverso da publicidade é a publicidade infantil, que destina a criar propagandas de produtos que encham as crianças de desejo pelo consumo, utilizando personagens próprios infantis ou uma imagem colorida e divertida dos produtos, criando desde cedo esse imaginário de que a felicidade é alcançada por meio dessa cultura hedonista, muito dependente da satisfação material. Isso acaba por habituar o consumo a um meio de diversão, o comprar como fonte de sentimentos bons, em muitos casos, produtos muitas vezes não tão necessários, mas é algo tão naturalizado desde a infância na forma de agir que se leva ao ato do consumo, de um modo que vai se tornando leviano, muitas vezes, vazio de conteúdo.

Atrelados a isto, quando adultos há cada vez menos opções de diversão que não estejam ligadas ao consumir, cristalizando ainda mais o jeito de operar como seres consumidores, seja de produtos, conteúdos ou serviços. Em paralelo, com o passar dos anos, vem-se cada vez mais se utilizando das telas no momento de lazer, estas que representam um consumo passivo de conteúdo, estando ligado ao sedentarismo e

⁶²Artigo escrito em março de 2024.

⁶³Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial (PET - Economia). E-mail: hortenciafrazao@hotmail.com

⁶⁴Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

doenças relacionadas, como aponta o estudo da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)⁶⁵.

Então, no tempo livre o indivíduo está sendo levado a locais virtuais como as redes sociais, para consumir conteúdos de fácil absorção, que exigem pouca atividade neural e física, além de ser um ambiente no qual são conduzidos a comportamentos que levam ao consumo por meio de propagandas constantes, e as vezes sutis. E, de acordo com Jaron Lanier⁶⁶ (2018), as redes sociais são um ambiente extremamente viciante, o que faz com que o usuário busque ficar no ciclo das redes sociais, de consumir conteúdos estrategicamente induzidos por algoritmos, sendo levados para o consumo de bens e produtos, a dopamina como sendo o fio condutor que amarra o ser humano a esse sistema behaviorista.

Em consonância ao fato de as pessoas estarem cada vez mais ligadas às telas, tem-se a construção de sociedades que caminham em estado de cansaço, consumindo passivamente em horários de lazer e junto com outras atividades, conforme apontado por Byung-Chul Han (2017, p. 32). O autor antes citado, compara este modo de viver do ser humano pós-moderno ao leão no meio da savana, este que não pode descansar nem nos momentos de alimentação, deve sempre ficar alerta, “uma atenção ampla, mas rasa”, como esse sentimento de alerta está intrínseco à sociedade que busca sempre mais desempenho e cria seres exaustos.

Exausta e conectada às telas, porém desconectada de tantos outros elementos necessários à vida, assim caminha a humanidade, buscando alívio e sentido por meio do consumo. Para Ailton Krenak (2020), essa relação nasce da desconexão das pessoas com a natureza. Em seu livro, “ideias para adiar o fim do mundo” (2020, p.24), Ailton dispara que “Precisamos ser críticos a essa ideia plasmada de humanidade homogênea na qual há muito tempo o consumo tomou lugar daquilo que antes era a cidadania”. Para ele, essa mudança tirou da humanidade a capacidade crítica e consciente, enquanto nos tornamos meros consumidores.

Relação semelhante encontra-se quando analisando as relações do homem enquanto trabalhador e o produto de seu trabalho chamando atenção ao conceito de “fetichismo da mercadoria”, proposto por Marx, a fim de explicar a lógica sociológica no modo de produção capitalista. Para Marx, a relação entre indivíduos toma lugar a relação entre mercadorias, ou seja, entre coisas, esta que “é misteriosa simplesmente por

⁶⁵ <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/brasileiros-passam-mais-tempo-usando-telas-no-lazer>.

⁶⁶ LANIER, Jaron. 10 argumentos para você deletar agora suas redes sociais. 1ª ed. Editora Intrínseca, 2018.

encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens” (Marx, 2002, p.94), então é um indivíduo que alheio de seu trabalho, recorre ao mercado de bens e serviços para lhes auferir satisfação na compra de bens e serviços, que este mesmo, enquanto classe, produziu.

Em suma, é evidente que a separação do homem enquanto parte de um ecossistema, causa um esvaziamento da razão de ser, este que é permanentemente sanado pelo ato de consumir, como afirma Krenak. Uma sociedade fragilizada e vítima de seu próprio desempenho, que nos impede de viver plenamente, conforme apresenta Han. Habitados em medir seu desempenho no ato de ter, e consumir mercadorias esvaziadas de significado, como se não fosse nosso próprio trabalho que as construiu, de acordo com a posição de Marx.

Diante disto, claramente está a ideia de que consumir é um ato que nos garante satisfação, nos enche a vida de significado, muitos colocam como meta de vida alcançar determinadas mercadorias, como casa, carro etc. Ao mesmo tempo que consumir toma nossas vidas de forma antes não vista com o advento dos celulares e das redes sociais, sobrando pouco tempo para descobrir quem somos longe deste lugar de consumidores, há no horizonte alguma saída para esses seres consumidores? – Tendo em vista a emergência climática que assola nosso cotidiano e é ampliada pelo consumo desenfreado – Talvez a saída venha de momentos de lazer real, de ócio também, estes que vêm sendo cada vez mais raros em nossos tempos, uma vez que estamos sempre nos papéis de consumidores ou usuários, até mesmo em nossas horas vagas.

TRAFÉCANTES: O NARCOPENTECOSTALISMO NAS FAVELAS DO RIO DE JANEIRO⁶⁷

Fernando de Lima Dionizio⁶⁸

Águida Cristina Santos Almeida⁶⁹

Nos meandros das favelas cariocas, surge um fenômeno intrigante que desafia as noções convencionais de religião e criminalidade: o Narcopentecostalismo. Este termo, cunhado por jornalistas e pesquisadores, descreve a complexa ligação entre facções do narcotráfico e a fé neopentecostal, uma síntese peculiar que ganhou destaque a partir da segunda década do século XXI e floresce em um contexto marcado pela marginalização social, a pobreza generalizada e a crescente influência das igrejas evangélicas nas comunidades carentes do Rio de Janeiro. No entanto, o que torna o Narcopentecostalismo único é a sua fusão com as atividades do crime organizado, fenômeno que não se limita apenas à adoção superficial de símbolos religiosos; vai muito além, envolvendo a cooptação direta das instituições religiosas como instrumento de legitimidade e lavagem de dinheiro (MANSO, 2023).

No Alcorão e na bíblia hebraica, Arão é apontado como o irmão mais velho de Moisés e um profeta de Javé, o Deus de Israel. Nascido em 1396 antes de Cristo, seu nome na língua judaica significa “pai de mártires”. No Rio de Janeiro contemporâneo, a figura de Arão ressurgiu de forma distorcida e aterrorizante, encarnada por Álvaro Malaquias Santa Rosa, um líder do tráfico de drogas no Complexo de Israel, conjunto de favelas que abriga mais de 130.000 pessoas na zona norte da capital fluminense. Uma das principais lideranças da facção criminosa Terceiro Comando Puro, o TCP, ele tem sob seu comando centenas de “mártires” armados com fuzis, prontos para matar ou morrer na defesa dos pontos de venda de droga nas comunidades de Parada de Lucas, Cidade Alta, Vigário Geral, Pica-Pau e Cinco Bocas. O traficante, que também responde pelo vulgo Peixão, uma alusão ao antigo símbolo do cristianismo, determinou que fossem erguidas bandeiras de Israel em diversos pontos dos territórios controlados por

⁶⁷Artigo escrito em março de 2024.

⁶⁸Graduando do curso de Ciências Econômicas da UFCG, integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do PET-Economia. E-mail: fernando.lima@estudante.ufcg.edu.br;

⁶⁹Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, tutora do PET-Economia e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

ele, e a estrela de Davi, símbolo maior do judaísmo, também estampa muros nas ruas e vielas do Complexo. O traficante leva a sério seus estudos de religião, durante uma ação no local, policiais encontraram um esconderijo subterrâneo atribuído a ele: dentro do pequeno bunker, coletes à prova de bala, munições e um exemplar da Torá, o livro sagrado judeu, segundo reportagem do jornal O Globo⁷⁰.

As referências religiosas não param aí, o grupo de “Peixão” também se autodenomina Exército do Deus Vivo, tropa do Arão ou Bonde da Cabala (em referência a uma antiga tradição mística judaica). O traficante escolheu como símbolo pessoal o Peixonauta, personagem de desenho animado representado por um peixe que utiliza um capacete de astronauta, de modo que grafites com este personagem incomum também estampam as paredes do complexo. O fervor religioso e a simbologia infantil, no entanto, não se traduzem em uma gestão pacífica dos territórios do conjunto de favelas: foragido há quase uma década, Peixão responde por ao menos 20 processos, com acusações que vão do tráfico de drogas a homicídio. Alguns dos assassinatos cometidos por seu exército contaram com requintes de crueldade, com corpos esquartejados e carbonizados.

Quem é a facção denominada TCP? Trata-se de uma organização criminosa que emergiu em 2002, constituída por dissidentes do Terceiro Comando, uma facção anterior que foi dissolvida após seus líderes serem mortos durante uma rebelião no presídio Bangu-1, liderada por Fernandinho Beira-Mar. Após esse evento, os remanescentes da facção original dispersaram-se, alguns se integrando a outras quadrilhas e outros se unindo ao novo grupo liderado, à época, por Nei da Conceição Cruz, conhecido como Facão, que posteriormente foi condenado a 26 anos de prisão. O TCP se destaca por demonstrar intolerância religiosa em relação às práticas de religiões de matriz africana, ao mesmo tempo em que promove doutrinas evangélicas, com os líderes do tráfico de drogas dentro da organização adotando o cristianismo como sua fé. Atualmente, os líderes identificados na facção incluem Thiago da Silva Folly, conhecido como “TH”, responsável pelo tráfico de drogas no Complexo da Maré; Álvaro Malaquias Santa Rosa, também conhecido como “Peixão”, responsável pelas atividades no Complexo de Israel; além de outros membros como Bruno da Silva Loureiro, apelidado de “Coronel”, atuante na zona oeste do Rio de Janeiro, Marcelo Santos das

⁷⁰<https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2023/05/armamento-apreendido-com-bando-do-traficante-peixao-vale-mais-de-r-1-milhao-diz-policia.ghtml>



Dores, conhecido como “Menor P”, preso em 2014, após uma operação da Polícia Federal, e Rafael Alves, apelidado de “Peixe”, também detido em 2023⁷¹.

A história do Complexo de Israel, consolidado em 2020, durante o contexto da pandemia do novo coronavírus, tem raízes que remontam a um período anterior à ascensão de Álvaro Malaquias Santa Rosa. Um dos marcos inaugurais desse processo foi observado em 2013 com o grupo chamado "Bonde de Jesus". Este grupo, liderado por Fernando Gomes de Freitas, também conhecido como Fernandinho Guarabú, foi responsável por uma série de ações que evidenciaram a irrupção de um novo movimento no crime organizado. Sob a direção de Guarabú, traficantes promoveram atos de vandalismo em terreiros de candomblé e umbanda localizados no Morro do Dendê, na cidade do Rio de Janeiro, essas ações resultaram na expulsão de líderes religiosos, incluindo pais e mães de santo, além de outros sacerdotes ligados às religiões de matriz africana. Tal prática, que persiste até os dias atuais no complexo em questão, caracterizou-se pela proibição de símbolos religiosos como as guias e roupas brancas associadas às tradições afro-brasileiras, este fenômeno não se restringiu ao Morro do Dendê, expandindo-se para diversas comunidades sob o domínio do Terceiro Comando (TCP), facção que teve origem em um racha do Terceiro Comando em 2002. Após o período de liderança de Guarabú, parte da cúpula do TCP converteu-se ao evangelismo neopentecostal, inclusive durante o cumprimento de penas em presídios do estado do Rio de Janeiro⁷².

A ligação entre o Pentecostalismo e o crime organizado no Rio de Janeiro revela uma prática prejudicial que utiliza a religião como uma máscara para encobrir a terrível realidade enfrentada pelas favelas cariocas. A fusão entre facções do narcotráfico e a fé neopentecostal não apenas distorce símbolos religiosos, mas também instrumentaliza instituições religiosas para legitimar atividades criminosas. A figura de líderes como Álvaro Malaquias Santa Rosa, que adotam referências religiosas em meio a um contexto de violência e criminalidade, ilustra como a simbologia religiosa é usada para camuflar a brutalidade e o sofrimento presentes nas comunidades marginalizadas. Além disso, a proibição de práticas religiosas afro-brasileiras e a imposição de uma fé cristã evangélica por meio da violência evidenciam como a religião é manipulada para controlar e oprimir, ao invés de promover paz e harmonia. Portanto, a utilização da religião como ferramenta de poder e dominação nas favelas cariocas não só mascara a

⁷¹<https://istoe.com.br/conheca-a-tcp-facao-criminosa-que-disputa-territorios-com-o-comando-vermelho/>

⁷²<https://oglobo.globo.com/rio/traficantes-proibem-candomble-ate-roupa-branca-em-favelas-9892892>

realidade sombria vivenciada por essas comunidades, mas também perpetua um ciclo de violência e exploração que impacta negativamente a vida dos moradores locais. É imperativo que se confronte essa prática e se busque promover uma abordagem mais justa e equitativa que priorize a verdadeira justiça social e o bem-estar das comunidades mais vulneráveis, em vez de permitir que a religião seja usada como um meio de perpetuar a opressão e a violência.



E CONHECEREIS A VERDADE E A VERDADE VOS LIBERTARÁ⁷³

Inácio Cardoso dos Santos Neto⁷⁴

Águida Cristina Santos Almeida⁷⁵

O dito de Jesus, registrado no capítulo oitavo do evangelho de João, ganhou fama na boca do ex-presidente Jair Bolsonaro após uma entrevista do Roda Viva no ano de 2018⁷⁶. Curiosamente, antes da pergunta que levou o ex-presidente citar o dito versículo, foi lhe perguntado sobre qual era o seu “livro de cabeceira”, então Bolsonaro respondeu que era o livro Verdade Sufocada, escrito pelo coronel reformado do Exército brasileiro, Carlos Alberto Brilhante Ustra, que por sinal foi o primeiro militar brasileiro condenado por praticar torturas durante a ditadura militar no Brasil.

O dito livro se propõe a apresentar “a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça” e nas palavras do próprio Ustra, sobre seu livro: “Neste livro conto como os órgãos de segurança as derrotaram. Na luta armada, lamentavelmente, tivemos cerca de 500 vítimas, de ambos os lados, um número bastante reduzido se o compararmos com os demais países da América Latina que, também, enfrentaram o terrorismo. Além dos relatos, procuro desfazer mitos, farsas e mentiras divulgadas para manipular a opinião pública e para desacreditar e desmoralizar aqueles que as venceram”⁷⁷. Os acontecimentos que o coronel reformado faz alusão, se referem às ações das Forças Armadas no combate aos “terroristas” da esquerda, durante o período da ditadura militar brasileira, que completou recentemente 60 anos.

Observe que pelo próprio autor, ocorre um discurso da mídia para encobrir a verdade dos fatos ocorridos na época da ditadura, ao mascarar e demonizar os saudosos militares, combatentes dos perversos terroristas. Até os dias atuais, encontra-se na opinião de não poucas pessoas que o regime ditatorial militar, iniciado no final de março de 1964, tenha sido dirigido de forma violenta em alguns casos, mas sua instauração foi um “mal necessário” e melhor, ao evitar que uma ditadura comunista se instaurasse em solo brasileiro, tal como ocorrera na Venezuela e em Cuba.

⁷³Artigo escrito em abril de 2024.

⁷⁴Graduando(a) do curso de Ciências Econômicas da UFCG, do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) (se integrar algum outro grupo informar também. E-mail: neto-nos14@hotmail.com;

⁷⁵Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

⁷⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IDL59dkeTi0> Acesso em: 1 de abr. 2024

⁷⁷ Tal dito se encontra na contracapa do livro citado.

Coincidentemente, uma provável maioria dessas pessoas concordará que até hoje a mídia exagera fatos de como se sucedera a ditadura militar, quer no fato de que não ocorreu tanta violência assim, ou de que não era dirigida a todos, mas sim aos “vagabundos, baderneiros e terroristas manifestantes”, ou ainda, a narrativa dos benefícios educacionais e econômicos implantados em tal regime bem como, seu maior trunfo à neutralização da ameaça do comunismo. Nessa perspectiva, os veículos de imprensa são, sobretudo, cooptados pela esquerda para mitigar as benesses dos incríveis anos da ditadura militar, mas também, se colocam contra os partidos e políticos mais à direita, incluindo o ex-presidente Bolsonaro, favorecendo, sempre que encontram uma brecha, os ideários políticos da esquerda.

Tais pessoas que assim concordam, invariavelmente, colocam que quando a imprensa e a grande mídia realizam divulgações sobre partidos, políticos e candidatos mais à esquerda, ela está, não menos que, sendo arduamente neutra, ou seja, devido ao seu intrínseco trabalho de relatar os ocorridos, quando a mídia realiza uma matéria que parece prejudicar a esquerda, ela está o fazendo com grande pesar, uma vez que está atingindo seus parceiros. Desse modo, quando isso ocorre, que, para tais indivíduos, se sucede de forma não comum, é motivo de divulgação em suas redes sociais como uma prova dos maus feitos das políticas e dos políticos da esquerda. Inclusive, prova concreta disso, em seu Instagram, há uma semana, o deputado Kim Kataguirí postou uma reportagem da Globo a qual demonstrou os déficits fiscais do governo, juntamente com vídeos “memes” para debochar da situação e exclamou “Até o Jornal Nacional teve que mostrar o desastre que é o governo Lula. Quando nem a Globo consegue esconder, é porque a coisa tá feia mesmo...⁷⁸”. O uso do “Até o Jornal Nacional” demonstra que há o pensamento de que tal emissora guarda um laço de companheirismo com o atual presidente ou com a esquerda em geral.

No entanto, a grande mídia não se compraz com a esquerda como colocado pela extrema direita, muito pelo contrário, aparenta mostrar-se com interesses que favorecem os grandes empresários da elite brasileira. Antônio Carlos de Costa em seu livro *Convulsão Protestante*, relata que um certo caso curioso demonstra isso:

Essa influência do poder econômico sobre a vida do país não se resume apenas à pressão que exerce sobre os três poderes da República. Ela atinge em cheio também a imprensa, tão importante para a manutenção da saúde democrática. Um editor de um

⁷⁸ Disponível em https://www.instagram.com/reel/C5EHRRkuy_8/?utm_source=ig_web_copy_link Acesso em 5 abr. 2024



grande jornal brasileiro, numa conversa que tivemos, admitiu algo que todos os brasileiros deveriam ouvir: "Antônio, você nunca vai ver meu jornal batendo no Bradesco ou no Itaú. Jamais verá uma série de reportagem intitulada, por exemplo, 'A farra dos bancos'. Só existe uma forma de publicarmos matérias negativas para os bancos: acontecer algo tão escandaloso a ponto de, caso não venhamos a dar a notícia, perdermos nosso maior patrimônio, que é a credibilidade (COSTA, 2015, p. 60)

Antônio Carlos, em seguida, e durante todo o seu livro, reconhece a importância da imprensa e de sua liberdade para inclusive, construir um Brasil democrático, mas não deixa de expor o pensamento que esse artigo pretende versar, o fato de que a grande imprensa também é cooptada pelo sistema capitalista e neoliberal.

Inicialmente, recordemos que essa questão transcende a imprensa em si e perpassa nos veículos de comunicação de massa, como um todo. O conceito de Indústria cultural (Kulturindustrie) trazido pelos “pais” da Escola de Frankfurt, Theodor Adorno e Max Horkheimer, ajuda-nos a entender que o capitalismo e sua necessidade de consumo e produção em larga escala encontraram e ainda encontram uma forma de se servirem da cultura, ao moldarem-na para uma ótica que serve à ideologia do capital. Como então a Indústria cultural faz isso? Primariamente, ela começa a esvaziar a cultura e o pensamento crítico da mentalidade de quem a consome, sobretudo, pela deturpação ou obscurecimento da função da arte, na sociedade. Posteriormente, ela introduz uma nova perspectiva da cultura que molda os valores da vida social para uma necessidade de se satisfazer em divertimento e prazer, que encontra a resposta num consumismo exacerbado. Esses dois pontos foram trabalhados no artigo de opinião da aluna e petiana Hortência Frazão⁷⁹, há poucos dias, no âmbito do GAACE, a qual em seu artigo de opinião fez uma junção da busca pela satisfação dos apetites consumistas de forma irrefletida da realidade e da sociedade, que ganha impulso implacável no advento dos meios de comunicação em massa, quer nos anúncios de TV ou nas mídias sociais.

Olgária Matos, filósofa, escritora e estudiosa da Escola de Frankfurt aponta que a indústria cultural também contribui à perpetuação da ideologia à manutenção do status quo, ao passar dos meios de comunicação em massa à imprensa midiática, realizando uma forma de “sociedade do espetáculo e a espetacularização da violência e na banalização do mal”⁸⁰ e, dessa forma ocorre “o fim também do cuidado com o outro, do

⁷⁹ Artigo escrito no mês de março de 2024, intitulado: Lazer em consumir: como o mercado ocupa nossas horas vagas.

⁸⁰ Expressão retirada de uma entrevista dada pela escritora em 2016. Disponível em <https://journals.openedition.org/artelogie/455?lang=pt> Acesso em 03 de abril de 2024

respeito do outro, lembrando que respeitar é re-spectare, é olhar de volta, é olhar de novo, é ter cuidado com o ver, é cuidar.”⁸¹

Dessa forma a indústria cultural atua na imprensa como um anestesiador, algo que retira do sentimento social a preocupação com o outro e isso ocorre pela normalização de notícias de mortes, violência, desigualdade social e catástrofes. Isso ocorre, sobretudo, de maneiras mais simples, quando, num jornal noticiário é trazida uma matéria de catástrofe natural, que no início comove aos telespectadores, mas, posteriormente, a matéria que é transmitida é de um filhote fofo de urso panda que nasceu e foi batizado com algum nome, em algum zoológico no mundo. A segunda matéria acaba por abrandar e anestésiar o peso da primeira matéria, levando a uma imperceptível normalização de um mal, retirando a preocupação social. (MATOS, 2006).

Além dessa lógica, a imprensa corrobora para os fins neoliberais que preparam o caminho para um capitalismo selvagem, por meio de discursos de narrativas que buscam, de diferentes maneiras, difamar políticas e pensamentos à esquerda. Como afirmou Emanuel Lucas Sobral (2024), em artigo também escrito no âmbito do GAACE, é comum encontrar nos meios de comunicação, tais como revistas, periódicos, jornais televisivos, entre outros, afirmações como “rombo nas contas públicas”, “Estado gastador”. Jargões muito utilizados com viés ideológico neoliberal, com a finalidade de apregoar a perspectiva da necessidade de um Estado mais austero com a finalidade de distorcer as funções do Estado. Ele ainda demonstra, em seu artigo de opinião, que tais retóricas geralmente ganham impulso em tempos de crise econômica, apelando para um discurso que compara o orçamento público com o orçamento domiciliar, fazendo com que a política fiscal ganhe a blindagem do “controle responsivo”. Os efeitos de tais práticas, no entanto, acabam por recair na redução de programas de auxílios sociais nos mais diversos segmentos.

Tais jargões, no entanto, não encontram lugar apenas em períodos de crise econômica. Rafael Requeijo (2024), em artigo do GAACE, escrito no mês de fevereiro, demonstra que essas “neonarrativas” são na verdade retomadas com constância pelos “especialistas” da mídia que trazem em suas colunas, publicações e matérias, um palavreado depreciativo como por exemplo: “megadéficit”; “rombo”; “gastança”, entre outros. Ele demonstra que já no ano de 2024, sob mandato do presidente Lula, as neonarrativas apresentaram-se nas formas de que “o governo não dá bons sinais” e que

⁸¹ Idem

“o controle de gastos e a busca pelo superávit é bom para a prosperidade da sociedade”. O resultado dessas narrativas leva o leitor a crer que o gasto público é um mal a ser combatido e sua redução trará um benefício social. O autor ainda demonstra que em dados casos, ainda se apresentam tais narrativas sem demonstrar de forma responsável de onde se originaram tais gastos, como é o caso apresentado pelo mesmo autor onde demonstra que, dificilmente encontram-se matérias esclarecendo a questão do pagamento de precatórios como fator que pesou sobre o déficit fiscal de 2023, sendo que tal origem desses gastos com precatórios vem da gestão Bolsonaro, quando se aprovou a PEC dos precatórios adiando o seu pagamento, proposta por Paulo Guedes, ministro da Economia da gestão Bolsonaro. Mas, de modo desonesto houve matéria atribuindo “o déficit aos aumentos do Bolsa Família, do salário-mínimo e da atuação do governo de ampliar os gastos de forma menos “controlada” (REQUEIJO, 2024, p.3). Ou seja, nesse caso, foi-se além das narrativas falaciosas, mas empregou-se de uma desonestidade, impensável no âmbito da imprensa formal, combatente das fake news.

Quando as matérias não dizem respeito à atuação fiscal do Governo, a grande mídia acha outras vias para condená-lo. Mais recentemente, com o caso da distribuição dos dividendos da Petrobras, o Estadão publicou a seguinte postagem (título de sua matéria de opinião) em seu Instagram: “Lula é isso aí’ – O presidente demonstra estar disposto a degradar o valor das poucas companhias brasileiras capazes de competir no exterior para impor sua visão econômica atrasada, autoritária e, sobretudo, suicida”⁸². O caso em que o Estadão não mede esforços para criticar violentamente a medida do presidente, se refere ao fato de que o governo Lula resolveu por não realizar já de imediato a repartição de um montante de dividendos extras aos acionistas da Petrobras, como uma via estratégica específica que, como explica André Roncágua, “A primazia dos acionistas minoritários não é cláusula pétrea da governança corporativa. Mas, ao contrário, reter lucros para restaurar a capacidade de planejamento da Petrobras é decisão racional e em dia com as práticas internacionais⁸³”.

Observe que os devidos dividendos, além de serem extras, serão pagos, não se trata de uma usurpação dos direitos dos acionistas, mas apenas de um adiamento desse pagamento, conforme é possível e previsto por lei. Mas por que então o Estadão

⁸² Disponível em:

https://www.instagram.com/p/C4cthgixJqE/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA== Acesso em 5 abr. 2024

⁸³ Disponível em: https://www.instagram.com/p/C4gyL1sPgEx/?utm_source=ig_web_copy_link Acesso em 5 Abr. 2024

publicou uma opinião usando um palavreado tão pesado assim? Será que não demonstra uma preocupação maior com a valorização da Petrobras, em termos de mercados especuladores, em relação ao papel que a estatal pode gerar para a economia real, como num todo?

Diante de tudo o que foi argumentado até o momento, a opinião de M. C. Tavares em entrevista, também ao Roda Viva, é ímpar. Em 1995 a economista alertava que “A imprensa tem uma responsabilidade central! Não pode desenformar [...] A obrigação da imprensa é pesquisar, divulgar e não ficar igual a economia do Brasil [...] e ter um mínimo de compromisso com a verdade, que é difícil, ou com a veracidade.”⁸⁴ Deveras, uma parte da grande imprensa brasileira está longe do que Tavares conclama. Observamos uma mídia que favorece os interesses mercadológicos em diversos âmbitos e isso é também uma problemática para a formulação de uma boa democracia.

Como continuou dizendo Tavares: “Que a imprensa brasileira, como investigadora, é ótima. Agora como formadora de opinião, meu companheiro, tenha paciência. Como formadora de opinião, você ouvir todos os editoriais massacrando que, o problema do estômago brasileiro é que é muito gordo. É uma palhaçada!” Portanto, uma parte da imprensa carece de uma reforma urgente, de um retorno ao compromisso com a verdade. Devido a isso, se torna também necessário aos consumidores das notícias, um esforço para avaliar o tipo de conteúdo divulgado pelas tais, com a finalidade de se obter a verdade dos fatos. Embora nesse artigo, o título traga uma passagem bíblica, aqui não queremos usar o seu sentido teológico, mas dentro desse contexto explanado, salientamos que conhecereis a verdade e a verdade vos libertará.

⁸⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yCuXOTCCnDc>. Acesso em: 3 abr. 2024



UM OLHAR SOBRE A ECONOMIA DO CUIDADO: IGUALDADE PARA QUEM?⁸⁵

Maria Gabriella da Silva Valentim⁸⁶

Águida Cristina Santos Almeida⁸⁷

O Brasil pode ter avançado em alguns aspectos, mas quando falamos de direitos das mulheres e economia do cuidado, o caminho a ser percorrido continua sendo longo e árido. Ainda hoje, segundo uma pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha, para 69% dos brasileiros a mulher ainda deve ser a responsável pelo cuidado da casa, dos filhos e de crianças recém-nascidas⁸⁸. Esse dado “esfrega” na cara da sociedade o que está bem “embaixo do nosso nariz”, que a carga de responsabilidade dentro de casa, como as mais diversas tarefas e os cuidados com os filhos, ainda recai sobre a mulher. Mulheres esgotadas e desvalorizadas, esse é o cenário que todas as pesquisas como essa do Datafolha nos mostram!

Ao usar o termo “economia do cuidado”, refere-se a atividades econômicas relacionadas à moradia, alimentação, saúde, educação, assistência social, serviços pessoais e serviços domésticos, e isso diz respeito tanto ao trabalho de empregadas domésticas e babás, como às duplas e triplas jornadas de mulheres que precisam dar conta do serviço fora e dentro de casa. Como explica Camila Galetti⁸⁹: “Outro nome que damos para isso é trabalho reprodutivo, que é gerar, mas também cuidar, criar, trazer valores, socializar indivíduos, e, historicamente, as mulheres são responsáveis por ele. Estamos falando sobre uma das mais vitais instituições da sociedade, já que sem esse trabalho realizado no âmbito doméstico, ou seja, sem o trabalho reprodutivo, não há trabalho produtivo”.⁹⁰

Mundialmente, um estudo do Comitê de Oxford para o Alívio da Fome (Oxfam), mostrou que mais de três quartos do trabalho de cuidado não remunerado no mundo é realizado pelas mulheres, o que equivaleria à US\$10,9 trilhões, caso

⁸⁵Artigo escrito em abril de 2024.

⁸⁶Graduanda do curso de Ciências Econômicas da UFCG, do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE), integrante do Programa de Educação Tutorial - Economia (PET-Economia) e Presidenta do Centro Acadêmico de Economia da UFCG (CA - Celso Furtado). E-mail: silvagabriella776@gmail.com;

⁸⁷Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

⁸⁸<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/04/mulheres-devem-ser-principais-cuidadoras-de-filhos-recem-nascidos-para-69-diz-datafolha.shtml>

⁸⁹Doutoranda em sociologia pela Universidade de Brasília (UnB) e pesquisadora em teoria feminista.

⁹⁰<https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/trabalho-e-formacao/2023/11/6655876-economia-do-cuidado-quanto-vale-o-trabalho-invisivel-das-mulheres.html>

recebessem um salário-mínimo pelas atividades que realizam⁹¹. Diversos levantamentos são feitos, pesquisas são realizadas, e a conclusão é a mesma, que essa diferença absurda entre homens e mulheres na realização dessas tarefas é resultado de uma construção histórico-social, é resultado do patriarcado e de seus males, que destina (e sempre destinou) às mulheres ao lar, enquanto destina para os homens, os espaços públicos. Apesar dos avanços no mercado de trabalho e da participação cada vez maior das mulheres, a responsabilidade com a família continuou a ser quase exclusiva das mulheres.

Com essa sobrecarga, elas têm, muitas das vezes, suas chances e oportunidades de crescimento profissional minadas, ao ter que, por exemplo, renunciar a muitas coisas por cuidarem dos filhos, quase exclusivamente sozinhas, já que seus parceiros muitas das vezes não fazem o mínimo. A realidade, é que existem muitas mulheres que são “mães solo” dentro de seus próprios casamentos! Em contrapartida, vivemos sob um sistema cruel e miserável, um verdadeiro “moinho satânico”, que não se importa com adversidades ou eventuais problemas enfrentados por elas, não, pelo contrário, ele exige cada vez mais, mais produtividade, mais proatividade, mais especialização, mais habilidade, mais conhecimento, mais tempo, mas, como? Como isso é possível? Como atender essas demandas e imposições tendo todas essas amarras que foram citadas?

Surge então o sentimento de impotência, incapacidade, infelicidade, tristeza, e assim são desenvolvidas ou engatilhadas doenças mentais como a ansiedade e a depressão. Um levantamento realizado pela Think Olga⁹², nos mostra que as mulheres representam sete em cada dez diagnósticos de ansiedade e depressão no Brasil, e os fatores como maior exposição à violência doméstica e sexual, oportunidades educacionais e de emprego limitadas, o que leva à pobreza, além da alta carga de cuidado com outros, contribuem enormemente para o desenvolvimento de transtornos mentais pelas mulheres⁹³. Isso se torna um problema maior ainda quando fazemos um recorte racial, a situação é ainda mais grave entre as mais vulnerabilizadas, justamente por serem mulheres pretas e pardas.

Valorar o trabalho invisibilizado das mulheres não significa apenas uma remuneração, embora a realização desse avanço seja imprescindível! Como nos diz o

⁹¹<https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/trabalho-e-formacao/2023/11/6655876-economia-do-cuidado-quanto-vale-o-trabalho-invisivel-das-mulheres.html>

⁹²ONG que trabalha para conscientização de questões de gênero na sociedade.

⁹³<https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/trabalho-e-formacao/2023/11/6655876-economia-do-cuidado-quanto-vale-o-trabalho-invisivel-das-mulheres.html>



economista Carlos Considera, “é sobre a criação de políticas públicas, como creches, políticas reprodutivas e outras medidas possíveis para liberar a mulher para exercer outras funções no mercado remunerado, mesmo sendo mães e esposas”⁹⁴. A questão é ainda mais profunda, visto que, sem a rede de apoio necessária para que as mães consigam ter acesso a esses espaços fora de casa, a solução é a contratação da mão de obra de empregadas domésticas, como explica Camila Galetti, “Para a gente poder se emancipar e realizar o trabalho produtivo em empresas, outras mulheres têm que assumir nosso papel. São, majoritariamente, mulheres racializadas, que muitas vezes estão fazendo isso de forma precarizada. Há uma estratégia de não valorizar esse trabalho porque muitas famílias não poderiam pagar se ele fosse bem remunerado”⁹⁵.

Frente a toda sobrecarga, cobrança e sentimento de insuficiência, as mulheres têm de lidar ainda com todo o discurso de ódio e de inferiorização vindo de grupos como os “Redpill”, “Sigmas” e todas essas denominações ridículas e suas variações! Que para além de propagadores de Fake News e ódio contra as mulheres, representam o pensamento e a visão retrógrada que uma considerável parcela da sociedade ainda possui sobre a figura feminina, onde a mulher é vista como um ser incapaz, que deve permanecer ligada ao lar, exercendo suas “funções naturais” e sua feminilidade, sendo submissa e dependente do que eles chamam de “homem alfa”. Esse discurso infundado e embebido no puro suco do preconceito faz com que cada vez mais, os poucos direitos que as mulheres conquistaram com tanto sangue, suor e lágrimas sejam questionados e aos poucos colocados em cheque.

Quando falamos de igualdade e equidade somos questionadas, nos dizem que já temos direitos demais, que temos leis que nos protegem, que o mundo sempre está ao nosso favor, e aí eu pergunto, como? Quais direitos são esses, que como bem nos diz Simone de Beauvoir, basta uma crise política, econômica ou religiosa para que sejam questionados! Quais leis que nos protegem são essas? Onde temos um jogador como o Daniel Alves, julgado e condenado por estupro, pagando uma mísera fiança e respondendo em liberdade após acabar com a vida de uma mulher! Que mundo é esse que está ao nosso favor? Sendo que inúmeras mulheres morrem diariamente apenas pelo fato de serem mulheres! Que igualdade é essa, que tanto nos falam que temos, onde o

⁹⁴<https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/trabalho-e-formacao/2023/11/6655876-economia-do-cuidado-quanto-vale-o-trabalho-invisivel-das-mulheres.html>

⁹⁵<https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/trabalho-e-formacao/2023/11/6655876-economia-do-cuidado-quanto-vale-o-trabalho-invisivel-das-mulheres.html>



que é considerado mínimo ainda nos é dificultado? Aqui deixo então a pergunta, igualdade para quem? Quem cuida de quem cuida?



**O PODER QUE AS IDEOLOGIAS TÊM EM CAUSAR CEGUEIRA NA HUMANIDADE E O RISCO
QUE DISSO RESULTA⁹⁶**

Águida Cristina Santos Almeida⁹⁷

Em matéria publicada no jornal Valor Econômico⁹⁸, no dia 01 de abril próximo, para minha surpresa e choque, foi noticiado que os juros de longo prazo estão subindo, apesar de a Selic estar em queda, com expectativas de seguir caindo e já ter diminuído em 3 pontos percentuais desde o começo do ciclo de redução, quando começou a cair do patamar de 13,75% ao ano, estando agora em 10,75%. Por seu turno, o juro de longo prazo está subindo e se encontra em 11%, patamar no qual estava quando a Selic estava em 13,75%.

Então, depois de fazer os registros antes citados, a matéria referida segue expondo opiniões de diferentes agentes do mercado financeiro, com vistas a justificar tal discricionariedade na definição do juro de longo prazo, numa direção oposta a indicada pela autoridade monetária. É importante dar ênfase a matéria em questão, não somente pelas ações do mercado estarem indo na direção oposta ao desejado pela autoridade monetária, mas, sobretudo, em razão de ser a taxa de juros de longo a mais importante à retomada do investimento na esfera da produção e da infraestrutura econômica e social, os quais são fundamentais a uma retomada consistente da economia com mais PIB, renda e emprego. Como bem ensinou Keynes, o dinheiro precisa vazar do circuito financeiro da economia para o circuito industrial, num determinado patamar que permita manter um nível de demanda agregada compatível com o pleno emprego da força de trabalho.

Dentre as justificativas do “mercado” para agir de um modo que parece estar disposto a fazer qualquer coisa para inviabilizar o mandato presidencial do terceiro governo de Lula, destacam-se que as ações ora tomadas aqui no Brasil, a elevar o juro de longo prazo, estão em consonância com ações que vêm sendo tomadas pelos agentes de mercado nos Estados Unidos, denotando que Biden também está sob uma imensa pressão do mercado, justamente no ano que deveria contar com o apoio deste, caso o

⁹⁶Artigo escrito em abril de 2024.

⁹⁷Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE e tutora do PET-Economia.
E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

⁹⁸https://valor.globo.com/financas/noticia/2024/04/01/juro-longo-sobe-a-11-apesar-de-queda-da-selic.ghtml?li_so_urce=LI&li_medium=news-page-widget

‘mercado’ fosse realmente democrático (como se esforça para parecer), considerando a iminência de um retorno de Trump à Casa Branca.

Mas, muito mais curiosa que a justificativa anterior, os diferentes agentes de ‘mercado’ consultados destacam uma suposta ‘gastança’ do governo que está ocorrendo; um suposto superaquecimento da economia e do mercado de trabalho. Ora, o governo se encontra no primeiro ano de enquadramento da nova regra fiscal, de acordo com a qual precisa zerar o déficit primário esse ano, o que já implicou em contingenciamento de recursos ainda no terceiro mês do ano. Esclarecendo que o contingenciamento de recursos públicos enseja na subtração de recursos de programas e políticas que atendem a necessidades do povo e/ou mantêm a máquina pública em condições mínimas de funcionamento.

Sobre o outro argumento utilizado para justificar tal disparate, de apontar uma retomada da economia real como problema, vê-se que uma economia deprimida, com um contingente imenso de trabalhadores desempregados não é um acaso, um acidente, mas um projeto, o qual deve ser implementado pelo Estado (enquadrado e imobilizado). Observem que o tal aquecimento da economia e do mercado de trabalho figuram como um estorvo, que exige subir o juro de longo prazo, descolado e destoante da trajetória da Selic.

Contudo, enquanto os agentes de mercado apontam para um mercado de trabalho aquecido, os números reais ainda registram 39 milhões de trabalhadores na informalidade. Ou seja, mesmo que ainda tenhamos um percentual não desprezível da classe trabalhadora na informalidade, para o tal ‘mercado’ é hora de botar ‘o pé no freio’ da economia. Como assim? Quais as possibilidades de tornar os investimentos previstos no PAC 3 uma realidade, se para o mercado já deu a hora de botar o pé no freio? Sem que os investimentos do PAC 3 saíam do papel e se tornem reais, como fica a capacidade de reconstrução do país, arrasado após as gestões de Temer e de Bolsonaro e dos impactos da pandemia do Covid-19?

A matéria considerada na análise se junta a outras tantas que evidenciam claramente o terrorismo fiscal que dita a análise em economia no Brasil, em consonância com o ideário neoliberal, que não é deposto nem em situações catastróficas, como foram os casos da crise financeira (como a de 2008, por exemplo), e da crise sanitária (a pandemia do covid-19 entre 2020-2022). Momentos nos quais a insanidade do experimento neoliberal precisou ser limitada momentaneamente, mas sem

deixar qualquer esperança à sua substituição por um projeto mais inclusivo e democrático.

O terrorismo fiscal reduz a análise econômica a um ‘tecnicismo’, é conduzida de modo absolutamente despolitizado e, segue tão imoral, que essa semana foi publicada matéria afirmando que o governo, no ano de 2025, precisa gerar 1% a mais de crescimento no PIB, para que a meta fiscal seja cumprida. A título de esclarecimento, enquanto no ano corrente a meta fiscal é zerar o déficit primário, no próximo ano, o governo precisa gerar um superávit primário de 0,5% do PIB.

Não obstante, se agora em 2024 o governo tiver que submeter a gestão fiscal a uma condução contracionista, o impacto negativo sobre a demanda agregada que tal condução resultará, irá reverberar no ano que vem. E, desse modo, o governo acabará submetido ao desejo do tal ‘mercado’ de desaquecer a economia, aniquilando o ensaio de retomada que começou a ser esboçado em 2023. Vejam então, que para que a economia siga retomando a um patamar de demanda agregada compatível com mais emprego formal e mais investimento na esfera da produção e da infraestrutura, o governo só tem uma saída: ‘desobedecer’ ao tal mercado e sofrer as consequências disso.

No entanto, enquanto os agentes do mercado financeiro, principalmente, agem orquestrados para inviabilizar uma retomada da economia real, que afetaria positivamente a vida de milhões e milhões de brasileiros e brasileiras, foi uma fala feita pelo presidente Lula que causou indignação e espanto. As falas de Lula que causaram desgosto e revolta, repercutindo em todos os veículos da imprensa escrita e televisa, foram feitas ao longo da 12ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que aconteceu em Brasília. Abaixo seguem trechos da fala do presidente que foram retiradas de uma matéria do jornal Folha de São Paulo, publicada no dia 03 de abril⁹⁹.

"Fomos eleitos para atender exatamente a parcela da sociedade que precisa do Estado. Os banqueiros não precisam do Estado, mas exigem que o Estado faça superávit primário e coloque à disposição dele bilhões. Os grandes empresários não deveriam precisar do Estado, mas precisam do Estado porque vivem pegando dinheiro emprestado do Estado", disse.

⁹⁹https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/04/lula-diz-que-banqueiro-e-empresario-nao-precisam-do-estado-mas-querem-superavit-e-emprestimo.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa



"Quem é que precisa do Estado? O povo trabalhador, a classe média baixa que paga 80% de Imposto de Renda neste país. Porque rico também paga muito pouco Imposto de Renda, quem paga é quem trabalha e recebe contracheque no fim do mês", afirmou.

O mandatário disse ainda que é preciso ter consciência que não pode perder de vista uma maioria da população que precisa de emprego, saúde, transporte coletivo e casa para morar. "Tem que priorizar, por isso a gente vai priorizar a parte da sociedade que precisa verdadeiramente do governo".

Então, gostaria de questionar o leitor acerca de qual absurdo ou inverdade ter sido dita nessa fala, sem precisar de partidarismo ou passionalidade para fazer o julgamento? Deixando enfaticamente registrado que o governo só fará jus à fala do Presidente, se conduzir a política econômica contrariando os interesses do tal 'mercado', que só valoriza austeridade, na gestão da política fiscal, e monetarismo radical, na gestão da política monetária. Quem acredita que o governo terá coragem e meios de agir desse modo?

No dia 04 de abril, a Carta Capital publicou uma matéria intitulada, Em copo d'água¹⁰⁰, analisando as ações do mercado em torno dos terrorismos fiscal e monetário e da repercussão das fala de Lula, exibidas antes. A matéria contempla opiniões de economistas e outros profissionais, de diferentes instituições e espectros do mercado. Uma das opiniões nas quais identifiquei bastante assertividade foi a de Igor Rocha, economista-chefe da Fiesp. Segue trecho retirado da matéria, com link discriminado na nota 5.

Estabelecer uma relação direta entre o aumento da utilização da capacidade instalada e da geração de empregos e o desencadeamento de pressões inflacionárias de difícil controle chega a ser "esquisito", segundo Igor Rocha, economista-chefe da Fiesp.

A análise é robusta, dado que aglutina fatores internos e externos para desmentir a causalidade simplória entre emprego e inflação, apontando, por exemplo, que a capacidade ociosa ainda está muito alta; levanta questões relacionadas ao cenário externo e mais especificamente à condução da política monetária nos Estados Unidos, pelo FED, isto é, a autoridade monetária desse país. Aponta ainda questões relativas à reforma tributária, recém-aprovada e o esforço na recomposição das condições de financiamento, fundamentais à retomada do investimento produtivo.

¹⁰⁰ <https://www.cartacapital.com.br/economia/em-copo-dagua/>

A estabilidade monetária é apontada como uma estratégia despida de custos sociais, ou seja, em total oposto à inflação, a qual tem custos sociais amplamente discutidos e comprovados. Não obstante, é fundamental construir a reflexão que demonstre os elevados custos sociais impostos numa estratégia de estabilidade monetária a qualquer custo e de qualquer jeito, como por exemplo, ao ter que manter a economia muito deprimida, como condição para manter a inflação baixa. Nesse caso, quantos milhões de postos de trabalho não serão criados? Quantos postos de trabalho serão destruídos? Qual montante de recursos não irá vazar do circuito financeiro para o circuito industrial, responsável pela geração de demanda agregada, PIB, renda e emprego? Quanto em investimento produtivo será sacrificado? São a essas perguntas que o foco se volta, quando da reflexão de uma estratégia de estabilidade monetária a qualquer preço. A título de registro, no livro Economia para transformação social, os autores Pedro Rossi e Juliane Furno tratam dessa questão.

Então, perante o que foi dito no parágrafo anterior, eu gostaria de ir além dos argumentos da matéria publicada pela Carta Capital, ao afirmar que a busca pela estabilidade monetária, não pode, em hipótese alguma, estar acima das demais responsabilidades do governo, em criar condições econômicas que permitam o funcionamento do mercado de trabalho de um modo que gere o maior nível possível de empregos formais, dado o papel central do mercado de trabalho como lócus de inclusão social.

O governo, em nome da estabilidade monetária, também não pode (ou não deveria poder), gerar uma gestão fiscal insulada somente na austeridade, furtando o governo de cumprir suas obrigações constitucionais e sociais para com o povo, destruindo e/ou precarizando os serviços públicos que atendem uma série de necessidades básicas à maioria da população, nas áreas de saúde, educação, segurança, segurança alimentar, cultura, esporte e lazer e, ciência e tecnologia.

É nesse sentido que as ideologias cegam, pondo a humanidade em risco, dado que todas as grandes tragédias pelas quais a humanidade já enfrentou foram permeadas por ideologias, que somente a posteriori aos quadros de tragédia foram apontadas e identificadas como equivocadas. Não é brincadeira pensar que a humanidade está há mais de quatro décadas sob o experimento neoliberal, o qual vem impondo contundentes retrocessos socioambientais e democráticos, e, ainda assim, não se caminha para uma mudança de paradigma, tornando o neoliberalismo um sistema que

vive de gerir crises e se fortalecer com estas, ao invés de entrar numa situação de enquadramento.

Enquanto para a opinião pública e a grande imprensa corporativa o problema estiver identificado com as falas feitas pelo presidente Lula, como as expostas no âmbito do presente artigo e, não nos agentes do mercado financeiro, que apontam a tímida retomada da economia real como o alvo a ser atacado, **NÃO HAVERÁ SAÍDA EXITOSA AO POVO BRASILEIRO**. Na verdade, se o governo ‘obedecer’ ao ‘mercado’ e agir para agradá-lo, se inviabilizará e inviabilizará a economia real e, conseqüentemente a possibilidade de melhora de vida à grande maioria do povo brasileiro. Por seu turno, ao ‘desobedecer’ ao ‘mercado’, o governo será brutalmente acuado, seja pela opinião pública, seja pelas ações concretas dos operadores de mercado, os quais detêm um poder imenso de condicionar a trajetória dos preços e as possibilidades de retomada dos investimentos produtivos.

Enfim, se as ideologias são importantes à humanidade, ao auxiliarem à criação de rumo e de sentido, ao mesmo tempo, são assustadoras, dado o poder que têm em cegar e/ou restringir uma leitura lúcida da realidade posta, além do poder devastador que algumas ideologias podem assumir, sem que haja uma percepção social mínima de todos os perigos que determinadas visões de mundo podem ensejar.

AUSTERIDADE PARA QUEM?¹⁰¹

Axl Bonfim Rached¹⁰²

Águida Cristina Santos Almeida¹⁰³

A sociedade brasileira contemporânea vive tempos difíceis. A massa trabalhadora, em sua maioria cada vez mais informalizada e precarizada, fruto de uma atroz reforma trabalhista, vê a sua renda ser corroída pelo aumento do custo de vida. De dois em dois anos, esta mesma massa é convocada para ir às urnas e eleger ou reeleger os seus representantes via sufrágio universal. No dito “momento de maior conscientização das massas”, onde a população passa a discutir políticas públicas vigentes e propostas, censos e contrassensos já cristalizados através da mídia digital e analógica, são colocados na mesa: O Estado, visto como “inchado”, “gastador” e “corrupto”, precisa sair da cena econômica, para dar espaço à iniciativa privada, “eficiente”, “geradora de riqueza” e “moralizada”.

O trabalhador, neste cenário, se vê envolvido por tal discurso. Enxerga, diante do dilema liberal sobre o Estado, onde é necessário liquidar o “atraso” para seguir em direção ao “moderno”, uma salvação, em que o vácuo da presença estatal geraria um terreno propício para aumentos salariais, redução do preço de produtos e de maior produtividade e dinâmica na economia, “melhorando” as condições da classe trabalhadora. Para isto, o léxico de políticos, jornalistas, intelectuais e empresários compõe-se de uma gama de jargões e metáforas, que visam didaticamente demonstrar e exemplificar a necessidade de se regular gastos estatais, tais como o “mito da fada da confiança”, a “metáfora do orçamento doméstico”, os quais denotam, basicamente, o exercício de uma única palavra em essência: “austeridade”.

O termo “austeridade” trabalha no ideário do senso comum com a ideia de longo prazo. Um discurso envolvendo restrição e contenção de despesas no curto e médio prazo, visando futuramente a obtenção de um retorno, recompensando o “aperto” passado em determinado período. Economicamente falando, trata-se de uma metáfora muito inteligente, pois trabalha de forma exímia com o ideário popular, trazendo de

¹⁰¹Artigo escrito em abril de 2024.

¹⁰²Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial (PET - Economia). E-mail: axlrached@gmail.com

¹⁰³. Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, tutora do PET-Economia e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

forma simples, embora equivocada e repleta de retóricas, uma forma de compreender uma conjuntura econômica que é complexa. Um discurso que tangencia ou até mesmo entra, dependendo do ponto de vista, na lógica religiosa, onde o indivíduo se esforça em tempos de incerteza e de dificuldade de forma racionada e contida, em busca de uma “recompensa” futura ofertada por uma entidade divina. Lógica esta, muito difundida em vertentes cristãs, em especial as neopentecostais, que estão em plena ascensão no Brasil desde o início da década de 1990, e possuem enorme capacidade de comunicação, em especial com as camadas mais populares, não sendo, portanto, coincidência a ascensão do discurso neoliberal de austeridade coincidir com o crescimento desta vertente.

Todavia, é sabido a falácia de tal metáfora, que compreende, de forma descabida, a comparação entre um indivíduo e seu orçamento doméstico com a de um Estado, emissor de moeda própria, gerindo seu orçamento público “mastodôntico”, capaz de aumentar ou diminuir a própria arrecadação fiscal através de impostos. Não faz sentido, até mesmo para quem defende um maior rigor fiscal, defender tais analogias, haja vista que não se sustentam tanto empiricamente como dialeticamente.

Aprofundando-se na seara supracitada, em especial envolvendo o conceito de “austeridade”, percebe-se que é uma discussão mais profunda, que envolve como são geridos os recursos públicos, através de execuções orçamentárias, leis e diretrizes. Envolve quais são os interesses dos que manejam tais orçamentos, e, principalmente, quem controla quem controla o orçamento, geralmente, entidades e indivíduos pertencentes ao setor privado, andando por corredores de casas legislativas, realizando “lobbies” mascarados através de jantares e eventos.

Envolve, sobretudo, quem manda, e quem obedece. E quem manda, jamais cortará da própria carne, e muito pelo contrário, irá deixar, se muito, o resto dos ossos para os outros. O discurso de austeridade serve, principalmente, para mascarar reais desequilíbrios, assimetrias e até mesmo crimes que envolvem o orçamento público, apoderado por indivíduos, famílias e entidades interessadas em transformar a dívida pública em uma extraordinária ferramenta geradora de riqueza, manipulando não só o orçamento, bem como as taxas de juros e de câmbio, por exemplo. E, para tal, precisam garantir que os recursos arrecadados pelo Estado estejam garantidos para eles, e que quaisquer investimentos e gastos governamentais que não estejam em confluência com seus interesses econômicos sejam descartados e descontinuados, sob o discurso, justamente, da austeridade fiscal, necessária para supostamente conter as crises econômicas vigentes.

Novamente, tal discurso não se sustenta. Ao observar-se a dívida pública, através da Auditoria Cidadã da Dívida, percebemos que o gasto com juros, amortizações da dívida pública, somente no ano passado (2023)¹⁰⁴, consumiu pouco mais de 43% do Orçamento Federal executado, atingindo a assombrosa cifra de R\$1,89 trilhão, enquanto gastos com assistência social, saúde, educação, segurança pública e ciência e tecnologia mal chegaram a 20% do orçamento. Ora, havendo uma crise com risco de insolvência do governo brasileiro, seria o pagamento de juros a uma fração irrisória e minoritária da sociedade mais importante do que, de forma direcionada e planejada, direcionar recursos públicos para áreas sensíveis e estratégicas que trariam melhoras econômicas, não somente no longo prazo, mas também no curto prazo, através de estímulos à demanda?

Depende se você é um credor ou não do governo. Neste caso, a discussão sobre os gastos públicos permeia visceralmente o aspecto dos interesses materiais, caindo justamente no contexto “gramsciano” onde o Estado é uma zona de disputa permanente dentro da sociedade civil, e os indivíduos e as classes lutam pelos quinhões de poder e de riqueza presentes na estrutura do Estado. É necessário, mais do que nunca, que haja um consenso na sociedade, onde o sistema de pesos e contrapesos permita que as classes mais baixas estejam aptas a disputar de forma equânime com os detentores do poder econômico, que lutarão incessantemente para sobrepujam seus interesses diante dos de outras frações da sociedade.

Dentro do cenário de disputas, é fundamental que esteja sobre a mesa alternativas mais inclusivas àquelas relacionadas ao projeto de austeridade fiscal. Ao analisar a história, é possível recuperar exemplos de ações governamentais que conseguiram sobrepujar o mito da “austeridade” através não só de políticas fiscais expansionistas, bem como através de outros métodos eficientes. Para além de importantes exemplos como os das políticas keynesianas de Roosevelt na década de 1930, ou mesmo de teorias macroeconômicas heterodoxas como a MMT, no Equador, através do presidente Rafael Corréa, efetuou, em 2015¹⁰⁵, uma auditoria da dívida pública, visando analisar a composição da mesma e entender se de fato os valores ali devidos pelo governo equatoriano condiziam com boas práticas financeiras e se haveria a possibilidade de reduzir certas cobranças de juros. O que foi descoberto, através desta

¹⁰⁴ <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/artigo-no-extraclasse-defende-veracidade-do-grafico-da-acd/>

¹⁰⁵

<https://cartacampanas.com.br/2015/06/equador-reduz-em-70-a-divida-publica-apos-auditoria-feita-com-ajuda-de-brasileira/>

auditoria, foi um esquema de corrupção institucionalizada, havendo diversas fraudes dentro dos mecanismos de geração de dívida pública, assim como diversos conluíus de bancos nacionais e internacionais que sangravam os cofres públicos do país. O resultado desta auditoria foi a redução em 70% da dívida pública, não podendo os bancos sequer refutarem as renegociações e o deságio, tamanha a desfaçatez e grau de corrupção envolvidos.

No Brasil, em 2016¹⁰⁶, houve tentativas semelhantes à equatoriana dentro do Congresso brasileiro, porém, a presidente à época, Dilma Rousseff, politicamente debilitada, resolveu não comprar esta briga, demonstrando que para confrontar estes interesses é necessário, sobretudo de força política e apoio popular, algo que Corrêa possuía e Dilma à época não possuía. Fica claro, diante do exposto, do que se trata a austeridade. É necessário compreender que este termo se dá, sobretudo, de cima para baixo, e de que, não havendo meios e pressões das camadas populares, a mídia e as frações políticas entregues à dinâmica neoliberal não hesitarão em implementar tal prática na gestão fiscal, punindo as parcelas da população dependentes de serviços públicos garantidos constitucionalmente, tais como saúde, transporte, educação e segurança pública.

Casos emblemáticos como os da Grécia após a crise de 2008 expuseram totalmente a hipocrisia do sistema financeiro e do governo, que mesmo com a reprovação da população ao pacote de medidas de austeridade, aplicaram-na mesmo assim, demonstrando que não há qualquer pudor quando se trata de defender interesses de grandes “players” do sistema financeiro. O mais importante é a população saber mapear os seus representantes dentro do governo, e diferenciar quem de fato luta pelos interesses da população e quem luta pelos interesses dos defensores das políticas de austeridade, estes, quase sempre, travestidos com a imagem de gestores públicos competentes ou legisladores contra o “inchaço da máquina pública”, que não hesitarão em aplicar cortes de gastos de baixo para cima. Nunca será, portanto, sobre o que cortar do orçamento público, mas sim, para quem cortar.

106

<https://cartacampinas.com.br/2016/01/dilma-veta-auditoria-em-gasto-publico-que-consome-40-do-orcamento-do-brasil/>



LIBERDADE PARA QUEM?¹⁰⁷

Emanuel Lucas Guerra Sobral¹⁰⁸

Maria Gabriella da Silva Valentim¹⁰⁹

Águida Cristina Santos Almeida¹¹⁰

Na complexa realidade política, econômica e social na qual vivemos hoje, muito se ouve sobre liberdade, e os diversos tipos de “liberdades”. Esse conceito é muito utilizado nas jogatinas políticas e dentro de jargões neoliberais, onde priorizam falar especificamente sobre a liberdade econômica para com os “indivíduos”. Trataremos ao decorrer do texto sobre a liberdade em contrapartida da igualdade e da coletividade, da liberdade em contrapartida da democracia, além de abordar como essa tal dita “liberdade” interfere na economia a ponto de deixar manchas de desigualdade socioeconômica e política.

Mas que liberdade é essa? Seria essa a liberdade de subverter processos democráticos para os “indivíduos” ao qual Hayek comenta, que defendem a individualidade e os direitos inalienáveis de propriedade, direito à vida, direito de ir e vir¹¹¹? Seria essa a liberdade de chutar a escada¹¹²? Seria essa a liberdade para dismantelar as nossas estatais? Seria essa a liberdade para privatizar a economia? Seria essa a liberdade de nos deixar dependentes externos? Seria essa a liberdade de explorar e precarizar o mercado de trabalho, gerando consequências nefastas à grande maioria dos trabalhadores? Por fim, é liberdade para quem e para fazer o quê?

A ideologia neoliberal é comumente associada a um conjunto de políticas que sacramentam a propriedade e expandem os processos de privatização e os serviços públicos, reduzem radicalmente o Estado Social, amordaçam o trabalho, desregulam o

¹⁰⁷Artigo escrito em abril de 2024.

¹⁰⁸Graduando do curso de Ciências Econômicas da UFCG, Integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do PET-Economia. E-mail: emanuelsobral.021@gmail.com.

¹⁰⁹Graduanda do curso de Ciências Econômicas da UFCG, Integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do PET-Economia. E-mails: silvagabriella776@gmail.com.

¹¹⁰Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

¹¹¹Friedrich August von Hayek foi um polímata austríaco, posteriormente naturalizado britânico. É considerado um dos maiores representantes da Escola Austríaca de pensamento econômico. Foi defensor do liberalismo clássico e procurou sistematizar o pensamento liberal clássico para o século XX.

¹¹² O “Chutar à escada” é uma expressão criada pelo economista alemão List, que argumentava que as nações industrializadas tinham chegado ao estágio atual de desenvolvimento por meio de proteção tarifária às suas indústrias nascentes e restrições ao livre comércio, e uma série de medidas de políticas para incentivar o desenvolvimento da indústria, medidas que, a posteriori, ficaram conhecidas como “Política Industrial”.

capital e produzem uma estrutura de impostos e tarifas ‘amigáveis’ para investidores estrangeiros, como afirmou Wendy Brown (2019) em seu livro “Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática do Ocidente”¹¹³. As consequências dessas políticas podem e ficam marcadas na estrutura das economias por décadas, e isso tudo para quê? É a despolitização da economia, totalmente arraigada de anti-democratismo. Essas políticas foram impostas no Chile por Pinochet e os “Chicago Boys”, em 1973, e depois levadas ao sul global, impostas pelo FMI e pelo Banco Mundial sob um discurso da necessidade de um ajuste estrutural nas economias marginalizadas, vinculada à reestruturação dos empréstimos e da dívida. No livro “A escolha da guerra civil: uma outra história do neoliberalismo”, os autores Sauvêtre, Laval, Guéguen e Dardot, falam que “O neoliberalismo, no singular, é uma estratégia política que visa inimigos perfeitamente identificáveis: o socialismo, o sindicalismo, o Estado-providência; tudo o que se assemelhe, de perto ou de longe, a dirigismo e coletivismo”¹¹⁴.

Um dos maiores representantes da escola austríaca, Friedrich August von Hayek, concede a liberdade de forma restrita, priorizando a liberdade econômica sobre as outras formas de liberdade, como as civis e políticas, visão essa que mina a democracia e, essa é a característica essencial da ideologia neoliberal, ela é primordialmente, antidemocrática, ou seja, é demofóbica. Hayek deixa de lado as preocupações com igualdade, justiça social e qualquer coisa que remeta a um coletivo social e na verdade trata a democracia como a tirania da maioria, coercitiva aos “indivíduos” e utiliza de jargão moral para distorcer os fatos e subverter, como dito anteriormente, os processos democráticos para estes chamados “indivíduos”.

Foi Hayek quem escreveu que prefere um ditador liberal, como Pinochet a um governo democrático sem liberalismo¹¹⁵. Ele trata a democracia como algo coercitivo porque para ele “a maioria do povo ou de seus representantes eleitos não têm o direito de afetar as leis fundamentais de mercado que protegem o direito dos “indivíduos”¹¹⁶. Para ele, a maioria da população, ou seus representantes eleitos de forma democrática restringem a liberdade, e não uma minoria de “indivíduos” proprietários que querem implementar políticas de mercado que desprezam tudo que é social, coletivo.

¹¹³ BROWN, Wendy. Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática do Ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019. p. 29.

¹¹⁴ DARDOT, GUÉGUEN, LAVAL, SAUVÊTRE. A Escolha da Guerra Civil: uma outra história do neoliberalismo. São Paulo: Elefante, 2021. p. 135

¹¹⁵ DARDOT, GUÉGUEN, LAVAL, SAUVÊTRE (2019), p. 46.

¹¹⁶ DARDOT, GUÉGUEN, LAVAL, SAUVÊTRE (2019), p. 113.

A esse respeito Brown afirma: “É lá [na sociedade] que nós, como indivíduos ou uma nação, praticamos ou falhamos em praticar a justiça, a decência, a civilidade e o cuidado, para além dos códigos do instrumentalismo e do familialismo de mercado. E é aí que a igualdade política, essencial à democracia é feita ou desfeita”¹¹⁷. Afirma também que “Ele [Hayek] considera a própria noção de social falsa e perigosa, sem sentido e oca, destrutiva e desonesta, uma “fraude semântica”¹¹⁸.

Brown também trata que quando a alegação de que a “sociedade não existe” se torna senso comum, ela torna invisíveis as normas e as desigualdades sociais geradas pelos legados da escravidão, do colonialismo e do patriarcado e que isso autoriza a privação efetiva de direitos, seja direitos à saúde ou à educação, permitindo ataques em nome da liberdade ao que quer que tenha sobrado do tecido social¹¹⁹. E vale destacar também em outra fala dela, em que nessa racionalidade neoliberal os princípios do mercado se tornam princípios do governo aplicados pelo e no Estado. Conforme eu já tenho dito em artigos de opinião anteriores, se utilizam do Estado quando a pauta em questão são os próprios interesses¹²⁰.

Embebidos nessa narrativa retroalimentada pelo neoliberalismo, figuras como Bolsonaro e Milei, por exemplo, gritavam a “plenos pulmões” e deixavam bem claro em suas campanhas políticas e em seus mandatos, seus projetos de privatização e desmonte das estatais, bem como a destituição de cargos públicos. O próprio Milei, em apenas quatro meses de governo, já utilizou o seu “plano motosserra” e cortou nove das dezoito pastas (ministérios) antes existentes na Argentina¹²¹.

De acordo com Bianca Carvalho¹²², “Milei oficializou a reestruturação ministerial, eliminando pastas importantes, como Educação, Trabalho, Desenvolvimento Sustentável, Meio Ambiente, Ciência, Tecnologia e Inovação, Cultura, Mulheres, Gênero e Diversidade, Turismo e Esporte, Desenvolvimento Territorial e Habitacional. Os nove ministérios restantes incluem Interior, Relações Exteriores, Defesa, Economia, Infraestrutura, Justiça, Segurança, Saúde e o Ministério do Capital Humano, que

¹¹⁷BROWN (2019), p. 53.

¹¹⁸BROWN (2019), p. 41.

¹¹⁹BROWN (2019), p. 55.

¹²⁰SOBRAL, Emanuel Lucas. ALMEIDA, Águida Cristina. Estado Mínimo Para Quem? Não foi publicado ainda.

¹²¹Carvalho, Bianca. Milei solta primeiro decreto com redução de 18 ministérios para 9. Diário do Centro do Mundo, publicado em 10 de dezembro de 2023, às 21h11. Disponível em: [https://www.diariodocentrodomundo.com.br/milei-solta-primeiro-decreto-com-reducao-de-18-ministerios-para-9/]. Acesso em: 14 de abril de 2024.

¹²²Carvalho, Bianca. Milei solta primeiro decreto com redução de 18 ministérios para 9. Diário do Centro do Mundo, publicado em 10 de dezembro de 2023, às 21h11. Disponível em: [https://www.diariodocentrodomundo.com.br/milei-solta-primeiro-decreto-com-reducao-de-18-ministerios-para-9/]. Acesso em: 14 de abril de 2024.

consolidará Desenvolvimento Social, Trabalho e Educação”. Além de cortar o investimento de empresas estatais em 53%¹²³, o “fim da picada” foi o anarcocapitalista em um de seus discursos a empresários, atacar os trabalhadores com políticas extremas e ortodoxas de ajuste fiscal e comemorar a demissão de 70 mil funcionários públicos na Argentina¹²⁴.

Bolsonaro durante o seu (des)governo não teve uma postura muito diferente da adotada por seu simpatizante Milei, em seus quatro anos na presidência privatizou cerca de 36% das estatais. Quando Bolsonaro assumiu a Presidência, a União controlava 209 empresas e após a desestatização da Eletrobras, o número baixou para cerca de 133 empresas¹²⁵. Esse período das “trevas” entre 2019 e 2022, representou o aprofundamento do sucateamento, da corrupção e da hostilidade para com as universidades e empresas públicas, com as minorias, com os trabalhadores, enfim, para com o Brasil! Além de todo o descaso, irresponsabilidade, negligência e banalização da saúde pública, principalmente nos anos acometidos fortemente pela Covid-19, colocando o Brasil em segundo lugar no ranking global de mortes pela Covid-19!

Mas se engana quem pensa que no Brasil esse desmonte e desregulamentação começou em 2019, não foi, muito pelo contrário. O governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), comprometido com a continuação da implementação da agenda neoliberal no Brasil, executou as maiores privatizações da história brasileira. Como bem disse a ex-deputada Marília Campos, “FHC e seus aliados “venderam” 125 estatais por US\$ 105,553 bilhões. Não foi venda, foi doação”!¹²⁶ Fernando Henrique adotou uma política de abertura econômica e financeira indiscriminada, de sobrevalorização da moeda nacional frente ao dólar e de uma política de juros elevados. Valeu-se de um pacote de reformas pró-mercado, aprofundando o desmonte social que resulta do receituário neoliberal, sob a cartilha do FMI (Fundo Monetário Internacional) e do

¹²³Agência O Globo. Governo argentino corta gastos com estatais em mais da metade. Folha PE, [https://www.folhape.com.br/noticias/governo-argentino-corta-gastos-com-estatais-em-mais-da-metade/326581/], 31 de março de 2024, às 13h06. Acesso em: 14 de abril de 2024.

¹²⁴Carrasco, Miguel. Milei comemora demissão de 70 mil funcionários públicos na Argentina. Brasil de Fato, 27 de março de 2024, às 12:01. Disponível em: [https://www.brasildefato.com.br/2024/03/27/milei-comemora-demissao-de-70-mil-funcionarios-publicos-na-argentina#:~:text=Numa%20lista%20de%20 “conquistas”%20ele,mil%20contratos%20a%20serem%20encerrados”]. Acesso em: 14 de abril de 2024.

¹²⁵Konchinski, Vinicius. Bolsonaro já privatizou um terço das estatais. Brasil de Fato, 14 de junho de 2022, às 17:42. Disponível em: [https://www.brasildefato.com.br/2022/06/14/bolsonaro-ja-privatizou-um-terco-das-estatais#:~:text=O%20presidente%20Jair%20Bolsonaro%20(PL,o%20n%C3%BAmero%20baixou%20para%20133.]. Acesso em: 14 de abril de 2024.

¹²⁶Marília Campos. 28. Privatizações: FHC e seus aliados “venderam” 125 estatais por US\$ 105,553 bilhões. Não foi venda, foi doação. Brasil 1994/2014, 02 de julho de 2015. Disponível em: [https://www.mariliacampos.com.br/secao/28-privatizacoes-fhc-e-seus-aliados-ldquovenderamrdquo-125-estatais-por-us-105553-bilhoes--nao-foi-venda-foi-doacao]. Acesso em: 14 de abril de 2024.

Banco Mundial. O processo de privatizações adotado em seus governos aparece aqui acoplado ao discurso de reduzir a dívida pública, o que (dando um spoiler) não aconteceu, ao contrário houve o seu crescimento, apesar da insistência de uma estratégia austera que recaia sobre o povo, bloqueando a implementação das diretrizes conquistadas com a aprovação da Constituição Cidadã, em 1988.

Quanto às relações de trabalho, a proteção social e os direitos trabalhistas se tornaram mais e mais subordinados à acumulação do capital. Collor deu início às privatizações em indústrias como a siderurgia, petroquímica. FHC deu continuidade ao processo, ao privatizar os setores de telecomunicações, transportes, energia elétrica etc. Houve então um dismantelamento com relação ao mercado de trabalho, situação que se agravou com o advento da exclusão de milhares de cargos públicos (os empregos de melhor qualidade), e aumentando a terceirização. Surgiram então diversos retrocessos sociais nos contratos de trabalho e ampla liberdade de ação para as empresas. Como bem explicitado por Michelangelo Marques Torres:

Os efeitos perversos sobre o mundo do trabalho se agravam à medida em que o país se subordinou à lógica da nova divisão internacional do trabalho, adotando medidas de liberalização comercial desenfreada, desregulamentação financeira, atração de investimento para o capital estrangeiro, privatizações desmedidas, adoção generalizada às terceirizações e expansão da precarização social do trabalho¹²⁷.

Mas entre FHC e Bolsonaro temos ainda uma figura emblemática quando o assunto é precarização e desmonte dos direitos trabalhistas e privatização, Michel Temer! Que após o golpe contra a ex-presidenta Dilma Rousseff, assumiu a presidência e logo se propôs a privatizar 175 ativos públicos em dez setores estratégicos¹²⁸, sendo eles: ferrovias, rodovias, aeroportos, portos, geração hidroelétrica, distribuição de energia, transmissão de energia, mineração, óleo e gás e outros segmentos. Porém, ao final do seu governo conseguiu entregar o resultado de 91 privatizações, significando que 52% dos projetos foram “levados a cabo”.

¹²⁷A década neoliberal no Brasil: mercado de trabalho e relações trabalhistas na Era FHC. Esquerda Online, publicado em 26 de fevereiro de 2016, às 06h00. Disponível em: [https://esquerdaonline.com.br/2016/02/26/a-decada-neoliberal-no-brasil-mercado-de-trabalho-e-relacoes-trabalhistas-na-era-fhc/]. Acesso em: 14 de abril de 2024.

¹²⁸Nozaki, William. A privatização em “marcha forçada” nos governos Temer e Bolsonaro. Le Monde Diplomatique Brasil, 14 de maio de 2019. Disponível em: [https://diplomatique.org.br/a-privatizacao-em-marcha-forcada-nos-governos-temer-e-bolsonaro/#:~:text=A%20privatiza%C3%A7%C3%A3o%20no%20governo%20Temer&text=Ao%20final%20do%20governo%20Temer,do%20valor%20estimado%20foi%20alcan%C3%A7ado]. Acesso em: 14 de abril de 2024.

Temer também aparece como uma personalidade ímpar no desmonte da educação com a “Reforma do Novo Ensino Médio”, que como explicado por Maria Izabel Azevedo Noronha¹²⁹: “Impõe às escolas públicas a retirada ou redução do espaço de diversas disciplinas no currículo escolar, precariza a situação profissional dos professores e ilude a sociedade com um falso “direito de escolha” dos estudantes, quando quem determinará as disciplinas que serão ou não oferecidas serão os secretários de Educação”¹³⁰.

Seguindo, cabe registrar ainda o desmantelamento dos direitos dos trabalhadores com o seu programa “Ponte para o Futuro”, que foi lançado na Fundação Ulysses Guimarães e em linhas gerais como explicado em matéria da Carta Capital, “previa menos segurança e direitos aos trabalhadores, trabalhos por mais anos aos idosos e medidas que, na prática, poderiam inviabilizar os direitos universais de acesso a serviços públicos”¹³¹. Tudo isso alinhado a mudanças previstas por Temer após o golpe parlamentar, “como a reforma da Previdência com idade mínima para aposentadoria (que acabou sendo aprovada no governo de Bolsonaro); a EC 95, que limitou os gastos públicos primários por 20 anos (sendo substituída em 2023 pela nova regra fiscal, ancorada à lei complementar número nº 200, de 30 de agosto de 2023; e mudanças na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)”¹³².

Esses e outros neoliberais como Milei, Bolsonaro, Temer, Thatcher, Mises, Hayek, Röpke, que utilizam de jargões neoliberais sem validação teórica e empírica (só se a validação for de mostrar os níveis crescentes de desigualdade, precarização do trabalho, sucateamento da máquina pública, financeirização exacerbada da entrada de capitais de péssima qualidade, aumento no nível de dependência tecnológica aos países periféricos). São utilizadas muitas falas na mídia a fim de manipular a população que não tem uma real liberdade de informação, nem visão crítica suficiente para identificar a manipulação e os vieses ideológicos das análises.

¹²⁹Maria Izabel Azevedo Noronha é deputada federal, preside a Comissão de Educação e Cultura da Assembleia Legislativa. É também Presidenta da APEOESP - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo de São Paulo. É membro da Executiva Nacional da CUT - Central Única dos Trabalhadores. Foi Secretária Geral da CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

¹³⁰<https://www.sintefpb.org.br/artigos/as-medidas-tomadas-pelo-governo-temer-vem-contribuindo-com-o-sucateamento-da-educacao-publica-brasileira/>

¹³¹CartaCapital. Temer: impeachment ocorreu porque Dilma recusou “Ponte para o Futuro”. CartaCapital, 23 de setembro de 2016, às 14h26. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/temer-impeachment-ocorreu-porque-dilma-recusou-ponte-para-o-futuro/>. Acesso em: 14 de abril de 2024.

¹³²CartaCapital. Temer: impeachment ocorreu porque Dilma recusou “Ponte para o Futuro”. CartaCapital, 23 de setembro de 2016, às 14h26. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/temer-impeachment-ocorreu-porque-dilma-recusou-ponte-para-o-futuro/>. Acesso em: 14 de abril de 2024.

Röpke, um economista alemão, conhecido como um dos pais da economia social de mercado tinha um conservadorismo assumido que visava defender e reintegrar os indivíduos em comunidades orgânicas, com valores cristãos e tradicionais que precisam ser preservados, como trazido por Dardot, Guéguen, Laval e Sauvêtre¹³³. Röpke acopla os valores morais tradicionais com a economia de mercado, idealizando, na verdade, um capitalismo que há muito tempo foi sepultado, com pequenas empresas e propriedades, geridas pelos seus próprios donos, ou seja, algo mais parecido com uma estrutura pré-capitalista. Então, idealizando um capitalismo que só existe em sua imaginação, ele acrescenta os valores morais tradicionais, aos quais denomina de cristãos, e defende ser a estrutura mais perfeita e civilizada que precisa ser buscada.

Busca basicamente uma “catequização” da sociedade à visão neoliberal utilizando de valores morais e cristãos para isso. E hoje se observa a mesma coisa. Röpke, “seria mais radical que Hayek, como em seu apoio indefectível ao apartheid na África do Sul”¹³⁴. Só observar Trump em busca de se tornar presidente dos Estados Unidos novamente pregando valores morais e cristãos, vendendo uma “bíblia patriota” de R\$ 300,00 para aliviar despesas legais e de campanha¹³⁵. A utilização desses argumentos morais cega a população para problemas reais existentes na economia e ainda reforçam estigmas, preconceitos e argumentos neoliberais incabíveis que buscam acabar com qualquer coisa que se refira ao social, onde até utilizam de fake news para disseminar desinformação.

A liberdade, como posta pela extrema direita não é um direito universal a ser desfrutado por todos, como se tenta colocar, longe disso, há o negligenciamento das desigualdades e uma legitimação das instituições e formas de poder para perpetuar essas desigualdades, as quais por si só, já ferem qualquer ideia de liberdade. A ideia de liberdade serve, na verdade, como uma cortina de fumaça para ocultar os interesses da elite política e econômica, ao mesmo tempo em que oprime os que não se encaixam nessa tal liberdade ou não possuem meios materiais e de status para usufruí-la.

A demonização da democracia e do social, no âmbito da ideologia neoliberal, desde a sua constituição, revela a agenda de manutenção do status quo, e mais que isso, de sua radicalização, que beneficia os privilegiados em detrimento da maioria, do

¹³³DARDOT, GUÉGUEN, LAVAL, SAUVÊTRE (2021), p. 162-167.

¹³⁴DARDOT, GUÉGUEN, LAVAL, SAUVÊTRE (2021), p. 163.

¹³⁵Gold, Michael; Habberman, Maggie. Trump lança 'Bíblia patriota' de R\$ 300 para aliviar despesas legais e de campanha. Folha de S. Paulo, 2 de abril de 2024, às 7h00. Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2024/04/trump-lanca-biblia-patriota-de-r-300-para-aliviar-despesas-legais-e-de-campanha.shtml]. Acesso em: 14 de abril de 2024.



coletivo, do social, do democrático. É importantíssimo resistir à hegemonia da ideia de liberdade trazida pelos autores citados como Hayek, Röpke e outros neoliberais como Mises e Friedman, que rejeitam a sociedade, já que essa liberdade, longe de ser para todos, é para uma minoria. A ideia é conseguir fazer o leitor questionar, entender e saber responder: liberdade para quem?



Júlia Farias V. Caminha¹³⁷

Águida Cristina Santos Almeida¹³⁸

“Para alcançar a estabilidade, é necessário que as alternativas que disputam o poder não sejam sensivelmente diferentes [...] O essencial não é saber quem governa, mas qual é a extensão de seu poder ao acessar a condução do Estado”. O trecho expresso antes pertence ao livro “El camino político” escrito por Jaime Guzmán e retrata bem, não somente o máximo afunilamento cobiçado pelo projeto político que encabeça, mas também o cárcere em que se encontram as esquerdas, as quais recuam à ousadia e escolhem apostar com as regras do jogo já postas. O que quero dizer é que a experiência chilena é o exemplo direto de como as derrotas dos movimentos populares são incontornáveis desde que atuem no mesmo tabuleiro criado pelo oponente.

Salvador Allende, uma das figuras fundamentais para se compreender a América Latina, discordava dessa inevitabilidade, para ele, era possível a esquerda marxista chegar ao poder através dos mecanismos da democracia burguesa e de dentro dessa estrutura implantar o socialismo. Apesar das desconfianças das esquerdas comunistas sobre essa possibilidade, Allende, de fato, cumpriu parte de seus planos e foi o primeiro socialista marxista a ser eleito presidente da República nas Américas, governando o Chile de 1970 a 1973.

Durante todo o seu governo Allende foi bastante popular entre as classes trabalhadoras, entretanto isso não foi suficiente para assegurá-lo a ir adiante com seu projeto político e em 11 de setembro de 1973 o governo autenticado pelas urnas sofreu um golpe de Estado brutal, liderado pelo general Pinochet e com massivo apoio das forças imperialistas estrangeiras, com direito a bombardeio aéreo no Palácio presidencial em que o presidente estava alojado e muito mais.

O golpe não poderia ser descrito como inesperado, tanto pela ruptura cada vez mais latente na sociedade chilena, quanto devido às forças políticas internas e externas atuando em sua máxima potência para garantir o controle sobre a economia e sobre as

¹³⁶ Artigo escrito em abril de 2024.

¹³⁷ Graduanda do curso de Ciências Econômicas da UFCG, Integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do PET-Economia. E-mail: juliafariasvc@gmail.com;

¹³⁸ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, tutora do PET-Economia e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

mentes chilenas. Acrescenta-se ainda as análises críticas sobre a estratégia da Unidade Popular de seguir rumo a um socialismo sob vias democráticas burguesas. A questão interessante a se observar é que essa nova via “reformista” da esquerda marxista, com a vitória de Allende, ganhou bastante força e inspirou movimentos populares em toda a América Latina que acreditaram no fim da “via continental de guerrilha” e começaram a investir no reformismo de via eleitoral. Contudo, infelizmente, com a derrocada dessa experiência e a instauração de um regime militar fascista e agressivamente neoliberal as coisas não ficaram tão otimistas.

No dia seguinte ao golpe, o governo ilegítimo de Pinochet mostrou o que acontece com quem apoia projetos políticos como o de seu antecessor e promoveu uma verdadeira perseguição política no território, transformando o Estádio Nacional do Chile em uma prisão temporária durante seus dois primeiros meses de comando, recepcionando os prisioneiros com tortura e matança.

O golpe teve seu sentido pragmático: pôr um fim na experiência da social-democracia da Unidade Popular de Allende e implementar a estratégia neoliberal em todas as áreas da sociedade chilena, transformando o Chile na primeira experiência neoliberal. A junta militar que encabeçou o projeto, portanto, se baseou em três correntes de pensamento principais: Uma filosofia ultraconservadora interpretada pelo conselheiro do ditador, e já mencionado, Jaime Guzmán; uma doutrina de segurança nacional que justificou a concentração de poderes e a própria intervenção militar e a ideologia econômica neoliberal concebida pelos “Chicago Boys”.

Em 1980, a ditadura promulga a nova Constituição, sua ideia fundamental era atuar como um entrave jurídico para qualquer tentativa de mudança na orientação política e econômica do Estado, de maneira que caso surgisse no futuro um ‘outro Allende’, ele pouquíssimo poderia fazer para implementar um plano político alternativo, pois estaria aprisionado à constituição neoliberal que petrificou a agenda política chilena, tirando do espaço da política democrática-liberal o controle sobre a política monetária, a política de câmbio, crédito e despesas públicas, “emancipando” o Banco Central Chileno, tornando-o independente da vontade popular e o submetendo a um conjunto de economistas tecnocratas cujos propósitos são simplesmente perpetuar os mecanismos e políticas da ditadura fascista que os deu espaço de atuação.

Após o Chile, o projeto e a racionalidade neoliberal dominaram o Ocidente, por meio de diferentes estratégias políticas, dadas as peculiaridades de cada país no qual

adentrou e o modo como foi sendo implantado, em cada um dos países que foram sendo vitimizados por esta racionalidade.

A questão posta nessas experiências é, portanto, o prolongamento da impraticabilidade de políticas que levam em conta o social dado os novos arcabouços institucionais e/ou constitucionais inaugurados no projeto chileno e que transbordaram para toda a América Latina em diante. Portanto, essa impraticabilidade de políticas heterodoxas em virtude do contexto estrutural da sociedade de mercado se funde aprofundando e colocando cada vez em maior evidência a desconformidade de um governo socialista e o Estado burguês, sendo necessário, discordante com a política de Allende, se emancipar das tradicionais e dominantes formas de proposição do poder popular para que, enfim, a posse sobre a condução da estratégia política nas mãos do povo não seja, como antes, tão mais breve.

Ruth Vitoria Barros Cardoso¹⁴⁰

Águida Cristina Santos Almeida¹⁴¹

Na sociedade contemporânea, o sonho de sucesso e prosperidade é vendido como uma promessa acessível a todos, onde a meritocracia rege o jogo. No entanto, ao analisarmos de perto essa narrativa, torna-se evidente que a desigualdade do sonho persiste e a suposta meritocracia se mantém como uma falácia disfarçada. Neste artigo de opinião, exploraremos como as promessas de igualdade de oportunidades consolidam barreiras sistêmicas que perpetuam injustiças e privilégios, minando a legitimidade da meritocracia como um caminho justo em busca do ‘sucesso’.

A expressão "desigualdade do sonho" é usada para descrever a disparidade de oportunidades e condições que as pessoas enfrentam na busca por seus sonhos e aspirações na vida. Referindo-se à ideia de que nem todos têm as mesmas chances de realizar seus objetivos devido a fatores sociais, econômicos e estruturais que limitam ou facilitam o alcance desses sonhos. Qual é realmente o custo de um sonho? As desigualdades que permeiam as diferentes sociedades, em cada um dos países, revelam uma estrutura arraigada que, ao longo do tempo, obscurece a realidade das necessidades individuais, limitando o horizonte de possibilidades e fazendo com que muitos sintam que seus sonhos estão fora de alcance.

A música "A Vida É Desafio" dos Racionais MC's¹⁴² é uma poderosa reflexão sobre as complexidades da vida nas periferias urbanas do Brasil. Ela retrata vividamente a realidade das comunidades marginalizadas, onde os sonhos de uma vida melhor muitas vezes se confrontam com a dura realidade da desigualdade, da pobreza e da falta de oportunidades. Isso ressalta as dificuldades enfrentadas pelas pessoas nas grandes cidades, onde as esperanças de progresso são frequentemente frustradas pela persistência das desigualdades. Ao mencionar a falta de mudanças significativas ao longo dos séculos de história do Brasil, os Racionais destacam a persistência dos

¹³⁹Artigo escrito em abril de 2024.

¹⁴⁰Graduanda no curso de Ciências Econômicas da UFCG, integrante do GAACE e do PET-Economia. Email: ruthbcardoso.154@gmail.com

¹⁴¹Professora do curso de Ciências Econômicas da UFCG, coordenadora do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica-GAACE, tutora do PET-Economia da UFCG. No presente artigo fez o trabalho de revisão. Email: aguidasantosalmeida@gmail.com

¹⁴²RACIONAIS MC'S. A vida é um desafio. São Paulo: Cosa Nostra: 2002.

problemas sociais e econômicos. O trecho também aborda a dualidade entre o desejo de seguir o caminho correto e a pressão para sobreviver, em um ambiente marcado por adversidades.

Análogo a isso, o sistema educacional frequentemente é apresentado como o grande equalizador de oportunidades, uma via pela qual qualquer pessoa pode alcançar sucesso com base em seu mérito. No entanto, a realidade mostra que a desigualdade persiste mesmo dentro desse sistema, que prega a meritocracia. As disparidades socioeconômicas impactam diretamente a qualidade da educação acessível a cada indivíduo, criando um ciclo em que aqueles que já estão em desvantagem têm menos oportunidades de sucesso.

Isso acontece devido à falta de recursos em escolas localizadas em áreas economicamente carentes, à falta de acesso à educação de qualidade desde os primeiros anos de vida e a outros fatores estruturais que perpetuam a desigualdade. De acordo com o livro "Escola e Democracia", escrito por Dermeval Saviani "A educação pública no Brasil enfrenta desafios profundos, especialmente no que diz respeito à garantia de oportunidades equitativas para todos os alunos. A ideologia da meritocracia obscurece as desigualdades estruturais que permeiam o sistema educacional, colocando a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso exclusivamente nos ombros dos indivíduos. É fundamental que a educação pública promova políticas que ataquem as raízes das desigualdades sociais, oferecendo uma educação de qualidade a todos os estudantes"¹⁴³, demonstrando que, muitas vezes, o sistema educacional reproduz e perpetua as hierarquias sociais.

Além disso, em meio à contínua deterioração dos mercados de trabalho, onde os empregos estáveis, com benefícios e oportunidades de crescimento são cada vez mais escassos, emerge uma massa de talentos desanimados. Apesar de sua qualificação e anos dedicados aos estudos, encontram-se frustrados diante da dificuldade em se inserirem no mercado de trabalho conforme suas expectativas.

O pensamento de Virginia Woolf em "Orlando: A Biography", com a frase "é mais fácil matar um fantasma do que uma realidade"¹⁴⁴ ecoa a dificuldade de lidar com realidades palpáveis em comparação com enfrentar fantasmas, que podem ser facilmente ignorados ou desacreditados. Neste contexto, a disparidade econômica é uma realidade palpável, mas muitas vezes negligenciada, afetando desproporcionalmente os

¹⁴³ Saviani, D. Escola e Democracia. Editora Autores Associados, 1983.

¹⁴⁴ Woolf, V. Orlando: A Biography. Hogarth Press, 1928.

menos privilegiados, privando-os de acesso a necessidades básicas como educação, saúde e infraestrutura.

A comparação entre pessoas, sonhos e resultados sob a premissa da igualdade é, na verdade, cruel, como destacado por Pedro Rossi e Juliane Furno em "Economia como uma transformação social". A meritocracia, ao enfatizar a responsabilidade individual pelo sucesso e pelo bem-estar, mina a solidariedade social e promove o individualismo, perpetuando uma sociedade de vencedores e perdedores, acompanhada pela arrogância dos ricos e o ressentimento dos pobres (ROSSI e FURNO, 2023)¹⁴⁵.

Essa abordagem fortalece a ideia de que as normas culturais e as expectativas sociais podem criar barreiras extras para certos grupos, como minorias étnicas, de gênero ou socioeconômicas, limitando suas aspirações e oportunidade¹⁴⁶. A comparação constante com o sucesso alheio pode desencorajar indivíduos a ousarem sonhar; alimentar frustração e ódio, criando um ambiente social doentio, em todos os domínios da vida: em casa, na família, na igreja, na escola e, sobretudo, no trabalho.

Sob essa ótica, a meritocracia ignora as barreiras estruturais que muitas pessoas enfrentam, tornando difícil para algumas alcançarem seus objetivos, independentemente de talento, esforço ou dedicação, principalmente quando consideramos a piora constante nos mercados de trabalho. Reconhecer e abordar essas desigualdades é crucial para promover uma sociedade mais justa, solidária e inclusiva, onde todos tenham oportunidades iguais de realizar seu potencial. Isso exige políticas e práticas que abordem as disparidades sociais e econômicas subjacentes, combatendo a falácia da meritocracia e a desigualdade do sonho, substituindo a competição e a individualidade, pela cooperação e a solidariedade.

¹⁴⁵FURNO, Juliane e ROSSI Pedro. Economia para a transformação social. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Autonomia Literária, 2023.

¹⁴⁶ SANTOS, L. S. A Juventude de Origem Popular em Busca Do Ensino Superior Público: Entre Sonhos, Dificuldades e Desigualdades. Scientia Plena. Disponível em: <https://scientiaplena.emnuvens.com.br/sp/article/view/753>. Acesso em: 6 abr. 2024.

**É UMA QUESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA, MAS TRATADA DE FORMA LEVIANA E DESONESTA
COM ESTIGMA E MORALIDADE VAZIAS¹⁴⁷**

Diary de Mélo Santos¹⁴⁸

Águida Cristina Santos Almeida¹⁴⁹

A *Cannabis sativa* é uma planta herbácea da família das Canabiáceas, popularmente conhecida como maconha no Brasil, possui potencial medicinal constantemente explorado pela humanidade no correr da história, fato recente que levou o Governo de São Paulo a iniciar a distribuição de remédios à base de cannabis no SUS. Em razão disso, em maio será entregue aos pacientes que tenham indicação médica para tratar 26 condições médicas, como epilepsia refratária, dor crônica, Alzheimer, ansiedade e Parkinson¹⁵⁰.

Voltando um pouco no tempo, as caravelas portuguesas que participaram das grandes navegações tinham a vela e o cordame que eram feitos com fibra de cânhamo, presente no país há um bom tempo, segundo o médico Elisaldo Carlini escreve a respeito da disseminação medicinal no Brasil. Assim, a cannabis foi aceita pela classe médica, de acordo com um formulário médico de 1888¹⁵¹. Na década de 1930, a repressão à cannabis ganhou força no Brasil, provavelmente por conta da postura do delegado brasileiro na II Conferência Internacional do Ópio (1924), pois nesse momento, a discussão girava em torno do ópio e da coca, porém o representante brasileiro e o egípcio buscaram incluir a cannabis na discussão.

No canabismo não existem registros a respeito da crise de abstinência, como ocorre nos casos de privação em usuários de morfina ou heroína. Essa condição é necessária para que na definição oficial da OMS a cannabis não seja considerada uma substância narcótica. Apesar disso, a cannabis é duramente demonizada no Brasil, até mesmo como medicação, em parte por conta do racismo estrutural que associou o consumo de cannabis à população negra brasileira e, em outro ângulo por questões

¹⁴⁷Artigo escrito em abril de 2024.

¹⁴⁸Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial (PET - Economia). E-mail: diuarycg@gmail.com.

¹⁴⁹Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

¹⁵⁰<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2024/04/09/governo-de-sp-vai-comecar-a-distribuir-remedios-a-base-de-cannabis-no-sus-a-partir-de-maio.ghtml>

¹⁵¹<https://www.scielo.br/j/jbpsiq/a/xGmGR6mBsCFjVMxtHjdsZpC/?lang=pt>



morais levantadas por “moralistas” que defendem a construção social de uma época em que os “bons costumes” eram o imperativo familiar.

Em contraste, o uso de opioides¹⁵² aumentou nos últimos anos, sendo usado principalmente o fentanil, de modo que pacientes usam esses medicamentos para tratar lesões e dores crônicas de maior gravidade. Mas, sendo altamente viciante, passou a ser usado de modo recreativo por parte de alguns pacientes e outras pessoas que passaram a obter a droga por meio do mercado ilegal. No Brasil a codeína e o tramadol são exemplos de substâncias que podem ser compradas por meio de receita médica, em contrapartida, medicações menos nocivas como o canabidiol possuem entraves ao acesso pelos pacientes.

Nos governos Temer e Bolsonaro com a adoção de regras fiscais austeras, a saúde pública sofreu cortes significativos e, no tocante ao combate ao uso abusivo de drogas, a preocupação das instituições nunca foi com saúde pública e sim com a moralidade. Além do estigma relacionado à cannabis, isso acaba resultando muitas vezes em preconceitos relacionados aos seus derivados medicinais. Recentemente, uma das instituições conservadoras no país, o Senado Federal, aprovou uma PEC que busca criminalizar a posse de qualquer quantidade de droga¹⁵³, essa proposta é uma reação dos legisladores contra a discussão do STF sobre a descriminalização do porte de maconha, que visaria reduzir o número de jovens em situação de vulnerabilidade que sofrem opressão policial. As instituições políticas brasileiras defendem o conservadorismo e legislam em favor de “valores tradicionais” e não compreendem a crise de opioides que está germinando no país e focando recursos públicos em políticas contra a desvirtuação da moral conservadora, quando na verdade, no concreto, o que teremos é mais violência e repressão policial sobre a população mais pobre.

O Brasil é marcado por contrastes, os impostos para tabaco no país não é dos mais elevados, e o álcool é tratado socialmente como uma droga de baixo risco, sendo que os danos sociais apresentados por estas substâncias é grave para inúmeros indivíduos pelo país, com sérias consequências sanitárias e sociais, devastando famílias. Construções ideológicas se moldam e se transformam, a Holanda em sua legislação de drogas, de 1976, que está em vigor, trata o álcool como uma substância de alto risco, a

¹⁵²Opioide é qualquer composto químico psicoativo que produza efeitos semelhantes ao ópio ou de substâncias presentes nele, são analgésicos que podem ser usados indevidamente, sendo usados para aliviar a dor, podem causar uma sensação de bem-estar que pode levar a dependência e o vício.

¹⁵³<https://www.cartacapital.com.br/politica/senado-aprova-em-1o-turno-a-pec-de-pacheco-para-criminalizar-a-posse-de-qualquer-quantidade-de-droga/>

qual é controlada no país e, a cannabis é considerada uma droga de menor risco, aceita socialmente e usada como medicação para inúmeras enfermidades.

Fato que o Brasil não avança em pautas quando relacionadas ao moralismo conservador. Outros países em situação de subdesenvolvimento buscaram nos últimos anos avançar em pautas relacionadas, caminhando para um campo de progresso político que visa garantir direitos pelo Estado, à sociedade. A experiência conservadora neoliberal fez até mesmo que o Brasil retrocedesse em pautas que se encontravam com debates avançados em diferentes espaços da sociedade civil, quando comparado à situação atual.

Desse modo, vai se mantendo e radicalizando um sistema que beneficia o lobby das firmas e continua a resistir em enxergar a cannabis como medicamento, de forma que é preciso lidar com essa construção e mostrar os equívocos e limitações que a conformam. No final das contas, a proibição nunca teve relação com segurança ou saúde pública, a guerra as drogas no Brasil são usada para manter negros e pobres em opressão. Por fim, compreendo que o uso de opioides deve ser entendido como um problema sério e que a construção institucional deveria ser em busca de uma legislação que proteja os pacientes e não do mesmo modo que é conduzida a guerra contra as drogas no Brasil, que resulta numa guerra contra pessoas, pessoas marcadas por um alvo, e que normalmente compõem os grupos sociais de maior pobreza e vulnerabilidade socioeconômica.



Charles Lucio Bezerra da Silva¹⁵⁵

Águida Cristina Santos Almeida¹⁵⁶

O Brasil é o segundo maior exportador de alimentos do mundo, segundo a Organização Mundial do Comércio (OMC), e de acordo com estatísticas deve manter sua liderança nesse setor nos próximos anos, graças à potencialidade que exhibe nesse segmento. De acordo com a Associação Brasileira da Indústria de Alimentos¹⁵⁷, o Brasil atingiu a posição de maior exportador de alimentos industrializados do planeta no ano de 2022 em volume de exportação, com um aumento de 11,4% na quantidade vendida para 190 países. Segundo João Dornellas, presidente da referida entidade, 73% da produção é consumida internamente e 23%, exportada. A Ásia é o principal importador de alimentos industrializados do Brasil (43%), seguida dos países árabes (16,4%) e da União Europeia (14,6%)¹⁵⁸. Dados como esses me remontam a um artigo em que escrevi no ano de 2022, onde eu destacava:

[...] embora a produção de alimentos venha crescendo, também cresce as estimativas e os números de brasileiros que passam fome, resultando num permanente agravamento do quadro de insegurança alimentar, que compreende desde a alimentação de má qualidade, passando pela ausência de uma dieta firme, até o quadro mais grave de insegurança alimentar, marcado pela condição de fome¹⁵⁹.

Contudo, o quadro em relação à fome mudou bastante desde o ano de 2023, quando Lula assumiu a Presidência para o terceiro mandato. Então, fica a pergunta? O que mudou de 2023 para cá? Estudos realizados pelo Instituto Fome Zero (IFZ) indicam que 13 milhões de pessoas deixaram de passar fome no Brasil e 20 milhões de pessoas

¹⁵⁴Artigo escrito em abril de 2024.

¹⁵⁵Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial (PET - Economia). E-mail: Charles.lucio@estudante.edu.ufcg.edu.br

¹⁵⁶Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

¹⁵⁷ Disponível em: <https://centraldovarejo.com.br/brasil-e-o-maior-exportador-de-comida-industrializada-do-mundo/>

¹⁵⁸ Disponível em: <https://www.jota.info/tributos-e-empresas/mercado/brasil-alcanca-posicao-de-maior-exportador-de-alimentos-industrializados-diz-abia-22022024>

¹⁵⁹ Disponível em: https://d2d10761-f12a-4ff7-bf1e-6b8ed87a4e37.filesusr.com/ugd/929f16_93b86370469f490a98ac8d029cbbbeac.pdf



deixaram de sofrer de insegurança alimentar moderada em 2023. Isso representa uma redução de 30% na insegurança alimentar total (grave + moderada) no país¹⁶⁰. Deste modo cabe destacar um trecho de uma das matérias pesquisadas, indicada na nota 8:

Saímos de 33 milhões de pessoas no Mapa da Fome em 2022 para 20 milhões em 2023. Embora ainda haja um longo caminho pela frente, o acerto das medidas de aumento do valor do salário-mínimo e dos repasses do Programa Bolsa Família, bem como a redução da inflação dos alimentos, demonstram que estamos no caminho certo para retirar novamente o Brasil do Mapa da Fome”, afirmou José Graziano, diretor geral do IFZ¹⁶¹.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em razão da melhora no crescimento da economia do país, em 2023, a agropecuária brasileira cresceu 15,1%¹⁶², sendo um dos maiores índices desde que teve início a série em 1995. Ainda de acordo com esse relatório, a alta se consolidou especialmente devido a fatores como o crescimento da produção e ganho de produtividade da atividade da agricultura. Além disso, os resultados alcançados pelo referido setor no Brasil são justificáveis em razão da desvalorização da moeda brasileira, que acaba deixando o preço da produção nacional competitivo no exterior, estimulando as exportações.

Não obstante, cabe esclarecer que a exportação do agronegócio brasileiro acaba por não competir com a produção voltada para o mercado interno, considerando que a principal fonte de aquisição de alimentos pelos brasileiros acaba sendo a produção oriunda da “agricultura familiar”, apesar dos descasos, pois devemos considerar fatores internos como o aumento no preço dos alimentos que são causados principalmente devido a causas climáticas, a falta de crédito para os produtores menores, além do problema com a concentração de terra, recursos e poder nas mãos de oligopólios do agronegócio.

Pode-se argumentar que a queda na produção de produtos essenciais para a mesa das famílias, como produtos básicos desde o arroz, até a soja ou trigo pode estar ligado a dois fatores. O primeiro ligado à falta de apoio à agricultura familiar e o

¹⁶⁰ Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/inseguranca-alimentar-no-brasil-cai-30-e-13-milhoes-de-pessoas-deixaram-de-passar-fome-no-brasil>

¹⁶¹ Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/inseguranca-alimentar-no-brasil-cai-30-e-13-milhoes-de-pessoas-deixaram-de-passar-fome-no-brasil>

¹⁶² Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/crescimento-da-economia-brasileira-e-impulsionado-pela-alta-de-15-da-agropecuaria-em-2023>



segundo a concentração de terra e recursos em oligopólios, de basicamente tudo que se faz necessário ao desenvolvimento da agricultura, desde máquinas, adubos e agrotóxicos, comercialização e até mesmo a linhas de créditos. Desse modo fica evidente que há uma assimetria em termos de apoio por parte do governo, quando comparamos o grande negócio no setor agrícola, com o pequeno negócio. Mas devemos lembrar que ao colocar alimento na mesa de milhões de brasileiros, ao gerar empregos e dinamismo econômico, ao maximizar o uso da terra e de outros recursos naturais, considerando que a agricultura familiar é explorada principalmente em minifúndios, essa se apresenta como uma atividade de importância econômica e social, no desenvolvimento do país, sobretudo nos níveis regional e local.

No cenário empresarial, cerca de 20 mil proprietários¹⁶³ controlam aproximadamente 100 milhões de hectares no país, que são essencialmente grandes latifúndios dedicados à monocultura. Uma parcela significativa dessas propriedades expandiu-se nas últimas duas décadas por meio de práticas como desmatamento, venda de madeira e exploração mineral, atividades que antecedem o início da produção agrícola em territórios recém ocupados, muitas vezes precedida pela criação de gado.

Desde a implementação da Lei Kandir, o setor do agronegócio tem sido isento de impostos¹⁶⁴. Em contrapartida, há aproximadamente 30 mil proprietários de terras com mais de 1.000 hectares, além de outros 300 mil com áreas variando entre 100 e 1.000 hectares¹⁶⁵. Esses proprietários, que geralmente arrendam ou cultivam suas terras, são responsáveis pela produção de commodities destinadas tanto à exportação quanto ao mercado interno. Apesar de compartilharem uma aliança ideológica, suas motivações e interesses nem sempre estão alinhados, sendo influenciados por flutuações no mercado interno e diferentes condições econômicas. Isso os caracteriza de certa forma como uma classe média agrária¹⁶⁶.

É importante ressaltar que nos municípios onde a monocultura e a produção de grãos são predominantes, os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) são geralmente os mais baixos¹⁶⁷. Destacando desse modo que, os estados onde a agricultura é o setor econômico dominante frequentemente enfrentam consequências fiscais, devido às isenções, incentivos e renúncias fiscais concedidos para atrair indústrias, ou como

¹⁶³ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniaos-desafios-da-agricultura-brasileira/>

¹⁶⁴ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniaos-desafios-da-agricultura-brasileira/>

¹⁶⁵ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniaos-desafios-da-agricultura-brasileira/>

¹⁶⁶ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniaos-desafios-da-agricultura-brasileira/>

¹⁶⁷ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniaos-desafios-da-agricultura-brasileira/>

resultado da aplicação da Lei Kandir¹⁶⁸. Esse contexto contribui para o baixo índice de desenvolvimento humano IDH dessas regiões, que carecem de investimentos sociais significativos¹⁶⁹.

No contexto esboçado soma-se a agricultura familiar, composta por quase 4 milhões de propriedades¹⁷⁰, tendo como foco a policultura e atende principalmente ao mercado interno. Cerca de 800 mil famílias estão integradas ao mercado da agricultura familiar e dependem de crédito, maquinário, fertilizantes e pesticidas para suas atividades. Muitas delas são clientes do Pronaf, que disponibilizou um montante de R\$ 71,6 bilhões¹⁷¹ para a safra 2023/2024, em crédito subsidiado à agricultura familiar. Em contrapartida, o Plano Safra, destinado ao grande produtor, disponibilizou este ano R\$ 364 bilhões ao agronegócio¹⁷², representando um aumento de 27% em relação à safra anterior.

Essa discrepância de recursos evidencia os desafios enfrentados pela agricultura familiar em meio às políticas agrícolas do país. No Brasil, existem aproximadamente 4 milhões de propriedades familiares, que empregam cerca de 10 milhões de trabalhadores, conforme dados do IBGE de 2017¹⁷³. Na mesma época, a agricultura empresarial contava com 4,25 milhões de trabalhadores, ocupando uma área de 80 milhões de hectares¹⁷⁴. Essas informações destacam a relevância da agricultura familiar como uma importante fonte de emprego e produção no país, ao mesmo tempo em que evidenciam a extensão da atividade agrícola empresarial.

Contudo, apesar da importância social e econômica da agricultura familiar, os desafios enfrentados são muitos, como por exemplo, a falta de apoio governamental adequado, concentração de recursos em mãos de oligopólios agrícolas que dificultam ainda mais o desenvolvimento dessas atividades, resultando em possíveis problemas de abastecimento e aumento nos preços dos alimentos, restrições de acesso a crédito, dificuldades ligadas à produção e a logística de distribuição, comprometendo a produtividade dessas pequenas propriedades. Desse modo, para assegurar a segurança alimentar plena e ampliar a capacidade produtiva e distributiva dos minifúndios ligados à pequena produção agrícola, é essencial a implementação de políticas que apoiem

¹⁶⁸ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniaos/os-desafios-da-agricultura-brasileira/>

¹⁶⁹ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniaos/os-desafios-da-agricultura-brasileira/>

¹⁷⁰ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniaos/os-desafios-da-agricultura-brasileira/>

¹⁷¹ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniaos/os-desafios-da-agricultura-brasileira/>

¹⁷² Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniaos/os-desafios-da-agricultura-brasileira/>

¹⁷³ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniaos/os-desafios-da-agricultura-brasileira/>

¹⁷⁴ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniaos/os-desafios-da-agricultura-brasileira/>

efetivamente a agricultura familiar e reduzam a concentração de poder, recursos e da terra, como ocorrem no setor agrícola, quadro que persiste no Brasil, mesmo após a redemocratização do país e a aprovação da Constituição Cidadã, em 1988. Essas medidas são essenciais para garantir o bem-estar das comunidades rurais e a prosperidade do país como um todo, contribuindo à expansão da produção de alimentos e do emprego de milhões de pessoas no campo.



Igor Pereira dos Santos¹⁷⁶

Águida Cristina dos Santos Almeida¹⁷⁷

A evolução da sociedade ao longo do tempo permitiu-nos chegar a uma modernidade na qual temos basicamente tudo que desejamos na palma da mão, graças à tecnologia que não para de evoluir. Um mundo que evolui para termos carros voadores, robôs executando trabalhos monótonos, até mesmo a possibilidade de viajar para outro planeta. No entanto, o que aparenta não evoluir é a mentalidade humana, seu desejo de superioridade perante seus iguais, pelo simples fato de possuir um poder monetário maior. Qual seria o limite do “poder dinheiro”? Uma pergunta complexa quando esse se estende até mesmo sobre a vida, como veremos no decorrer desse texto.

Não é segredo para ninguém o papel que o dinheiro possui em toda sociedade, através dele conseguimos adquirir o máximo possível de bens para saciar nossas necessidades, essenciais e supérfluas. Entretanto, bem mais que um facilitador para compra de bens e serviços, o dinheiro passou a permitir o exercício de um poder descomunal sobre a vida das pessoas, não apenas no que se trata da obtenção de direitos, que são fundamentais para todos os cidadãos (e por isso deviam ter garantia constitucional para todos, independente do grupo social e do poder aquisitivo possuído), mas também ditando qual vida é importante, quem vive e quem deve deixar de viver, quem merece liberdade e quem não é digno da mesma. Ainda, impõe qual função cada um tem na sociedade, a maioria apenas como ferramenta de enriquecimento de uma minoria privilegiada, e quando no fim da vida, que mais nada pode fazer para contribuir para riqueza alheia, nem direito a morrer em paz essa maioria deveria ter, por ser demais oneroso para um sistema público de saúde (o qual nem deve existir), como apontado por Hayek¹⁷⁸.

¹⁷⁵ Artigo escrito em abril de 2024.

¹⁷⁶ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial (PET - Economia). E-mail: igorpereira123ml@gmail.com.

¹⁷⁷ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, tutora do PET-Economia e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

¹⁷⁸ Dardot, Pierre et al. A escolha da guerra civil: uma outra história do neoliberalismo. São Paulo: Elefante, 2021. 364 p. Tradução de Márcia Pereira Cunha.

Para observarmos como o dinheiro situa-se acima de tudo, até mesmo da vida, não necessitamos nos aprofundar tanto, pois esse fato já está bastante escancarado. Daniel Alves, condenado por estupro, após pagamento de fiança pôde deixar a prisão¹⁷⁹. Quer dizer que o dinheiro permite até mesmo estuprar uma pessoa e sair impune? Saul Klein, filho do fundador da rede de varejo Casas Bahia, fora condenado a pagar R\$ 30 milhões, ao ser acusado por exploração sexual, aliciamento de menores, com as vítimas submetidas à condição análoga à escravidão¹⁸⁰. Basta, então, possuir dinheiro suficiente para pagar a liberdade, após cometer os mais hediondos crimes? Por outro lado, uma mãe de cinco filhos, presa por furto de miojo, teve liberdade negada duas vezes¹⁸¹. Não possuindo condições nem de se alimentar, avalie a possibilidade para pagar fiança. Torna-se duvidoso se somos todos iguais perante a justiça, pois aqueles com dinheiro podem usufruir de privilégios que passam longe da maioria.

Quando observamos fatos como os mencionados anteriormente, podemos ter uma ideia de como o dinheiro assume proporções inimagináveis em uma civilização, favorecendo até decisões judiciais. Possuir ou não recursos monetários ditará se você estará em liberdade após destruir a vida de uma pessoa ou estará preso por furtar dois miojos para se alimentar. O ponto em questão não diz respeito sobre compactuar com crime algum, mas sim sobre o peso que o dinheiro exerce sobre a justiça, nesse caso. Fica evidente como ter está acima de ser, ou seja, ter dinheiro, ter recursos financeiros, colocam o ser humano sobre outros seres humanos, o elevam a um nível que o permite ser até mesmo impunível.

Os desdobramentos da influência do dinheiro na sociedade vão além do exposto, pois até mesmo para obtenção de mais riqueza busca-se usar qualquer meio, sejam estes métodos por vezes desumanos. A exploração do homem pelo homem continua fazendo-se presente, cargas horárias de trabalho que tomam boa parte do dia das pessoas. Quando estas são obrigadas a estudar e trabalhar, sonhando com um futuro melhor, o tempo para o lazer e para o descanso é quase inexistente. E ainda a remuneração é medíocre, trabalha-se para sobreviver e não para viver, principalmente nesse capitalismo de plataforma, no qual se institui às pessoas uma completa responsabilização de si, desobrigando o Estado de garantir um quadro adequado de

¹⁷⁹ <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/03/25/daniel-alves-paga-fianca-de-1-milhao-de-euros.ghtml>

¹⁸⁰ <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/saul-klein-e-condenado/>

¹⁸¹

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/10/justica-de-sp-nega-duas-vezes-liberdade-a-mae-de-5-filhos-que-furtou-miojo-e-refrigerante-de-mercado.shtml>



direitos trabalhistas e sociais. Servindo como ferramenta de enriquecimento, a exploração por meio do trabalho em condições insalubres, precarizadas e desprotegidas, afeta também a saúde das pessoas, como aponta matéria do Estadão que mostra que 75% dos empregados têm problemas como depressão e ansiedade¹⁸².

Apesar da “superexploração normalizada”, maneiras piores de enriquecimento podem facilmente serem observadas em pleno século XXI. Em 2023 foram resgatadas 3190 pessoas da escravidão no Brasil¹⁸³. No Rio Grande do Sul homens em trabalho análogo à escravidão eram pagos com crack¹⁸⁴. Na Bahia um casal foi condenado por manter empregada doméstica por 40 anos em situação análoga à escravidão¹⁸⁵. Bem mais que uma relação monetária, fica evidente a desumanidade das pessoas, tratando seus iguais apenas como objetos. A empatia desaparece em meio ao mais importante hoje em dia, o dinheiro. Explorando, escravizando, pagando com crack, até onde pode ir ao ser o humano em sua busca por ter sempre mais? Será que há uma barreira, um limite nesse exercício de se importar mais com o ser em vez do ter? Talvez apenas quando o sistema colapsar irreversivelmente e a questão monetária/financeira tornar-se simples detalhe.

Perante o exposto, fica-nos essa reflexão acerca da importância atribuída ao dinheiro em contrapartida à irrelevância que se dá à vida. Obviamente que a questão monetária possui grande relevância, não se trata de negar isso, mas a partir de quando ela se tornou mais importante que a própria vida? A sociedade adoce à medida que tenta sobreviver, pois viver já é quase um privilégio. Seria culpa do atual sistema? Ou é a própria ganância humana que corrompe qualquer sistema? Seja qual for a raiz do problema, é inegável que perdurará ainda por muito tempo, o ser perdeu sua importância frente ao ter e não seria pessimismo acreditar que a recobrará apenas após uma catástrofe que abale todo o sistema.

¹⁸²<https://www.estadao.com.br/economia/sua-carreira/75-dos-empregados-tem-problemas-como-depressao-e-ansiedade/>

¹⁸³<https://www.brasildefato.com.br/2024/01/28/em-2023-3-190-pessoas-foram-resgatadas-da-escravidao-no-brasil-maior-numero-desde-2009>

¹⁸⁴

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/04/trabalhadores-resgatados-em-pedreira-no-rs-recebiam-crack-como-pagamento-diz-policia.shtml>

¹⁸⁵<https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2024/04/18/casal-da-bahia-condenado-por-manter-domestica-em-trabalho-analogo-a-escravidao-alegava-relacao-de-afeto-e-cuidado.ghtml>



No dia 31 de outubro de 1938, foi ao ar pela rádio americana CBS a dramatização do livro “A Guerra dos Mundos”¹⁸⁸, a obra relata uma invasão alienígena na Terra. Pois bem, em tom de rádio jornalismo muito tradicional da época, Orson Welles narrou toda a história dando a entender que ela estava acontecendo em tempo real, com uma riqueza de detalhes que impressionava qualquer um. Estima-se que mais de 1 milhão de pessoas escutaram a transmissão que durou cerca de uma hora. As consequências daquilo foram realmente desastrosas, muitas pessoas não sabiam que se tratava apenas de uma dramatização, pois não houve nenhum aviso durante a transmissão. Como resultado, pessoas cometeram suicídio, hospitais ficaram lotados e as linhas telefônicas ficaram sobrecarregadas. Pelo menos três cidades americanas ficaram no caos, tendo inclusive relatos de fuga em massa. Olhando para a nossa atualidade, pode parecer algo bobo imaginar que um simples programa de rádio seja capaz de causar tudo isso em apenas uma hora, mas precisamos levar em consideração que o rádio era o principal meio de comunicação da época. Isso mostra que a mídia sempre teve um poder muito grande de influenciar multidões.

Pouco a pouco, o rádio foi perdendo espaço para a TV, o que antes era apenas áudio, agora passou a ter imagem e conseqüentemente uma ligação ainda maior com o público. No caso do Brasil, ao final dos anos 1980, mais de 55% da verba publicitária das grandes marcas iam para a TV brasileira¹⁸⁹, para se ter noção da força que a TV foi ganhando, esse número no começo dos anos 1960 era de pouco mais de 24%. Com cada vez mais dinheiro e tecnologia, os anos 1980-90 foram fundamentais para consolidar verdadeiros impérios midiáticos no Brasil, algo que se arrasta até os dias atuais. Não é de assustar ao falar de que quem obtivesse a maior parcela audiência teria um poder para influenciar positivamente ou negativamente um determinado tema.

¹⁸⁶Artigo escrito em abril de 2024. Cabe destacar que o presente artigo de opinião representa tão somente a opinião do autor, e que esta opinião não converge em muitos pontos com o direcionamento e as linhas de reflexão que conduzem as análises no âmbito do GAACE.

¹⁸⁷Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial (PET - Economia). E-mail: igorpereira191515@gmail.com.

¹⁸⁸ <https://blog.brlogic.com/pt/a-guerra-dos-mundos-no-radio/>

¹⁸⁹ <https://andi.org.br/wp-content/uploads/2020/10/02.-Um-perfil-da-TV-brasileira.-40-anos-de-historia.pdf>

Por exemplo, no ano de 1989, primeira eleição presidencial pelo voto direto, após o período da ditadura militar, foi realmente uma das mais marcantes da história política brasileira. O cenário do país não era nada bom, com uma inflação nas alturas e graves problemas sociais, de modo que o primeiro presidente eleito de forma direta, pelo voto popular, no período da redemocratização do país teria muito trabalho pela frente. Nunca se teve tanto candidato à presidência como em 1989, foram 22 ao todo. Dois nomes acabaram se destacando e decidindo aquela eleição: Fernando Collor de Melo e Luiz Inácio Lula da Silva. O último debate é considerado por muitos como o fator decisivo daquele pleito. Mas como a mídia influenciou uma eleição?¹⁹⁰ O debate final foi realizado pela TV Bandeirantes, mas em parceria com os demais canais da época, ou seja, Globo, TV Manchete e SBT. É claro que todo aquele cenário político não passava de “Teatro da Tesoura”¹⁹¹, algo muito comum na política brasileira. Muitas pessoas creditam a vitória do Collor a edição do debate, que foi realizada pela Rede Globo. Com cortes realizados pela emissora houve uma tendência em favorecer um dos lados, no caso, o Collor. Em 2011¹⁹², Boni, diretor da Globo em 1989, confirmou que realmente houve um favorecimento: “Todo aquele debate foi [produzido] – não o conteúdo, o conteúdo era do Collor mesmo -, mas a parte formal nós é que fizemos”. Fernando Collor viria a ganhar aquela eleição.

No livro 1984¹⁹³, George Orwell relata uma sociedade vivendo em um regime ditatorial, onde o Estado controla totalmente a vida das pessoas, dentre vários ministérios ali presentes, um tomava conta de jornais e revistas, mas qual era o objetivo? Simples, controlar a informação. Através desse controle, era possível alterar dados históricos e até mesmo o próprio sentido de algumas palavras. Após tudo ser modificado, essa nova versão chegaria às pessoas e elas naturalmente aceitariam tudo, afinal não teria como provar que algo foi modificado. O poder da informação fica claro nesse cenário hipotético. Apesar de hipotético, não ache que os governos tentam replicar isso de alguma forma, pois ter o controle da mídia traz certo poder.

E se todos os outros aceitassem a mentira imposta pelo Partido – se todos os anais dissessem a mesma coisa – então a mentira se transformava em história, em

¹⁹⁰<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/lula-x-collor-como-midia-influenciou-eleicoes-de-1989.phtml>

¹⁹¹ Neste cenário, políticos fingem ser uma oposição, quando na verdade estão em busca do mesmo objetivo. A população fica com uma falsa sensação que pode escolher algo diferente. <https://dmarilia.com.br/politica/conheca-a-estrategia-das-tesouras-a-formula-politica-que-dominou-o-pais-nos-ultimos-20-anos/>

¹⁹² <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2011/11/apos-22-anos-boni-admite-que-globo.html>

¹⁹³ <https://periodicos.uff.br/ensaiogeral/article/download/47370/28161/165724>



verdade. “Quem controla o passado”, dizia o lema do Partido, “controla o futuro; quem controla o presente, controla o passado”. E, no entanto, o passado, conquanto de natureza alterável, nunca fora alterado. O que agora era verdade era verdade do sempre, ao sempre. Era bem simples. Bastava apenas uma série infinda de vitórias sobre a memória. “Controle da realidade”, chamava-se. Ou, em Novilíngua, “duplipensar”. [...] O passado, refletiu, não apenas fora alterado, fora efetivamente destruído. [...] Nunca havia prova. (ORWELL, 1984, p. 36-37)

A mídia é composta por corporações privadas, que logicamente visam o lucro. Então, e quando o próprio governo coloca dinheiro em emissoras de TV e rádio, como fica sua relação com a imprensa? Nos dois primeiros mandatos do Lula, o governo gastou R\$ 10 bilhões em publicidade¹⁹⁴, no ano da eleição, 2010, o governo gastou mais de R\$ 1 bilhão em anúncios, o que gerou uma média de R\$ 3 milhões por dia. O governo Lula aprendeu desde o começo que investir em publicidade poderia lhe trazer bons frutos. Em 2004¹⁹⁵, o governo mais que triplicou o valor destinado para a mídia através de propaganda. Na eleição de 2006, mesmo com o governo repleto de escândalos na véspera da eleição, 60% das notícias referentes ao governo veiculadas no jornal O Globo eram positivas ou neutras¹⁹⁶. Já em 2014, ano eleitoral, a então presidente Dilma gastou mais de R\$ 2 bilhões em publicidade, isso por conta de algumas restrições por ser ano de eleição. Já com o avanço da internet, em 2016 veio uma notícia de que a então presidente Dilma teria repassado cerca de R\$ 11 milhões para blogueiros¹⁹⁷ via verba publicitária da Secretaria de Comunicação. Esse ato já indicava que a internet tenderia a se tornar um importante meio de comunicação de massa. Todas essas cifras nos fazem questionar até que ponto um órgão que recebe uma boa quantidade de dinheiro vindo de um governo consegue ser parcial, até que ponto a linha editorial não sofre interferências de acordo com o gosto de A ou B.

A mídia não é imparcial, ponto. E isso não é um problema, o problema está na tentativa de vender algo imparcial, quando claramente existe uma posição política por trás. Quando se tem termos como “despiora” para falar algo positivo de um governo que não seja alinhado com as ideias que o editorial da emissora ou jornal julga como corretas, já deixa clara a preferência. Até mesmo a forma de lidar com atos violentos é diferente. Em 2017, manifestantes contrários ao presidente Temer avançaram na

¹⁹⁴ <https://oglobo.globo.com/politica/em-8-anos-governo-gastou-10-bi-com-publicidade-2907526>

¹⁹⁵ <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0509200521.htm>

¹⁹⁶ <https://periodicos.ufsc.br/article/download>

¹⁹⁷ <https://oantagonista.com.br/brasil/exclusivo-dilma-repassou-r-11-milhoes-a-blogueiros-em-2016/>

Esplanada, inclusive utilizando bombas e colocando fogo em auditório. O G1, por exemplo, tratou tudo aquilo como “vandalismo em protestos”¹⁹⁸. O mesmo G1, tratou os atos de 8 de janeiro como “terroristas e criminosos”¹⁹⁹. Mostrando uma clara diferença na hora de noticiar atos igualmente lamentáveis.

Por fim, é importante fazer uma autoanálise ao absorver as notícias e opiniões oriundas da grande mídia. Isso não quer dizer, necessariamente, que é o papel do Estado regulamentar a mídia, essa “regulamentação” deve ser realizada de forma individual, cada indivíduo deve buscar mais de uma fonte de informação, e compreender melhor sobre um determinado assunto. Como Dom Pedro II afirmou “A imprensa se combate com a imprensa”²⁰⁰.

¹⁹⁸<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/05/temer-aciona-forcas-armadas-apos-vandalismo-em-proteto-em-brasilia.html>

¹⁹⁹

<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/01/08/o-dia-em-que-bolsonaristas-invadiram-o-congresso-o-planalto-e-o-stf-como-isso-aconteceu-e-quais-as-consequencias.ghtml>

²⁰⁰ <https://veja.abril.com.br/coluna/noblat/o-poder-politico-e-a-imprensa>

A COBRA INSACIÁVEL QUE DEVORA SEU PRÓPRIO RABO²⁰¹

Iago Ricardo dos Santos Silva²⁰²

Águida Cristina Santos Almeida²⁰³

A cobra de Ouroboros é um símbolo da mitologia nórdica, composto pela Jörmungandr, também conhecida como serpente de Midgard, a qual consiste numa gigantesca serpente que está no mar e tem tamanho suficiente para dar a volta ao mundo e devorar sua própria cauda. De forma metafórica, o modo capitalista de produção é baseado em um sistema de funcionamento similar com a mesma essência da cobra de Ouroboros, como veremos a seguir.

Acerca do socialismo, Mises afirma, em sua obra *Socialismo: Uma Análise Econômica e Sociológica* (1922)²⁰⁴, “Ele não constrói, ele destrói, porque a destruição é a sua essência”. Porém, o que Mises não leva em consideração, ou omite, é a própria essência do sistema capitalista. Como argumenta Schumpeter em *Capitalismo, Socialismo e Democracia* (1942)²⁰⁵, com o conceito de destruição criativa, onde por meio do processo da inovação, os empresários criam novos processos, estruturas e produtos, os quais substituem e “devoram” os velhos processos, produtos, estruturas. Esse mecanismo é o que garante a manutenção e renovação do sistema, fazendo-o parecer eternamente atual. É praticamente um superpoder, pois, mesmo que se substituam novos processos, produtos e estruturas no lugar dos antigos, a base de funcionamento, sua essência, ainda continua sendo da destruição não da substituição²⁰⁶.

Vale a pena ressaltar que a destruição não é apenas dos processos e produtos antigos, mas também de transformações nas relações sociais, que levam ao processo de devastação social, à medida que o ‘progresso’ se impõe, sobre povos, territórios e comunidades. Polanyi, no seu livro *A grande transformação*, demonstra a relação de causa e efeito, entre o progresso criado pela instauração da ordem de mercado e a

²⁰¹Artigo escrito em abril de 2024

²⁰²Graduando(a) do curso de Ciências Econômicas da UFCG, integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do PET E-mail: iagoricardo@estudante.ufcg.edu.br;

²⁰³Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

²⁰⁴ LUDWIG VON MISES. *Socialism : an economic and sociological analysis*. [s.l.] Stellar Editions,1922.

²⁰⁵ SCHUMPETER, J. A. *Capitalism Socialism And Democracy*. S.L.: Aakar Books, 1942.

²⁰⁶

<https://g1.globo.com/saude/noticia/2024/03/21/xenotransplante-como-e-quais-orgaos-de-porcossao-usados-em-pesquisas-que-buscam-salvar-vidas-humanas.ghtml>

devastação social que resulta desse mesmo progresso. Ele exemplifica isso por meio de que para que se tenha a base para que se ocorra a Revolução Industrial, na Inglaterra, a qual levou à mecanização do processo de produção, foram necessárias a revogação da lei Speenhamland e a instauração das políticas de cercamento, que dissolveram as estruturas sociais postas no campo e obrigaram os camponeses a irem para as cidades, ensejando o processo de êxodo rural, que culminaria nas relações de trabalho estruturadas com a Revolução Industrial, por meio das quais o trabalho humano passou a ser tratado como uma mera mercadoria a ser transacionada no ‘mercado de fatores’, assim como ocorreu com os elementos da natureza..

Trazendo para os dias atuais, com a consolidação da ordem de mercado, temos o chamado capitalismo multiplataforma, por meio do qual as empresas se tornam meras intermediárias dos serviços transacionados entres trabalhadores e usuários, sem que se constitua vínculo trabalhista com aquele que passa a ser denominado de “colaborador”. Essa “relação social”, só é possível e aceita como resultado de uma extrema precarização do trabalho, fruto do processo de devastação social resultante da Reforma Trabalhista de 2017, no âmbito do projeto nomeado “Ponte para o Futuro”, encabeçada pelo ex-presidente Michel Temer.

A chamada ‘soberania do consumidor’, conceito defendido por Hayek, o qual defende que o consumidor decide se quer comprar ou não um determinado produto, sendo essa decisão a que define o sistema de recompensa e punição do produtor. Trata-se em grande medida de uma ilusão, pelo fato de quem mais se beneficia com o processo inovativo não é o consumidor, que é “Abençoado” com novos produtos e serviços, sendo livre para consumi-los (isso se ele possuir renda necessária para tal e que sua atividade laboral não tenha sido afetada pelo tal processo de inovação, em cada momento). A grande recompensa pela inovação encontra-se do lado do inovador, do produtor, o qual adquire um monopólio temporário como chamava Marx, ou o lucro extraordinário, como chamava Schumpeter. Dessa maneira, na disputa pelos monopólios temporários, que rendem ganhos extraordinários, a criação desses novos itens no mercado, que as grandes corporações buscarão produzir e empregar o marketing para convencer os consumidores a comprarem, alimentando desejos e a criação de necessidades reais, mas, sobretudo, das necessidades imaginárias.

Com isso, pode-se inferir que essa liberdade proposta pela ideia da soberania do consumidor, não é a liberdade que Sartre propõe na frase “O ser humano é condenado a ser livre”. Mas é uma liberdade que parece que estamos condenados a

seguir, sob a ilusão de que no exercício de consumidores, somos protagonistas no contexto das relações de trocas, já que “escolhemos” o que vamos consumir. Contudo, o exercício de consumir, quase sempre, sucede o exercício de trabalhar muito, de trabalhar duro, muitas vezes constituído de muitas responsabilidades e jornadas de trabalho, ao mesmo tempo, com remunerações estreitas e quase sem direitos e garantias trabalhistas.

A problemática é que o processo de devastação social causado pelo processo de destruição, não transformam apenas as relações sociais vigentes, mas as mudanças que estão no horizonte, que estão por vir, que vão nos levar a um ponto de inflexão, de que deixaremos de ser humanos e nos tornaremos outra coisa, e o rumo de algumas inovações e tecnologias que estão sendo desenvolvidas apontam que estamos caminhando para esse horizonte.

Segundo o G1, o primeiro caso de Xenotransplante, o transplante entre órgãos de diferentes espécies, no caso, por exemplo, do transplante do rim de porco para um humano, que foi realizado no dia 21 de março de 2024. A questão é a mesma levantada pelo mito de Teseu. No curso de suas viagens, a madeira do barco se rompia ou apodrecia, assim, tinha que trocar os mastros, as peças, substituindo-as. Quando Teseu voltou para casa, o navio que atracou no porto não tinha mais nenhuma peça do navio que tinha, um dia, saído para viajar. Se continuarmos nesse rumo tecnológico, se trocarmos nossos rins por um de porco, trocarmos nossos olhos por olhos biônicos, colocarmos chip no nosso cérebro, será que continuaremos sendo humanos? Afinal, o barco que partiu inicialmente da viagem e o que retornou sem nenhuma ‘parte’ do original, são o mesmo barco?

O equilíbrio walrasiano, o famoso ponto de equilíbrio entre oferta e demanda proposta por Walras em 1874, está sendo buscado. Contudo, esse ponto de equilíbrio imaginário, pasmem, nunca foi alcançado. Claro, muitos teóricos defendem que esse ponto só seria alcançado no longo prazo, mas, se um século não é longo prazo, não sei quanto seria necessário para sê-lo. Mas como diria Keynes, “no longo prazo estaremos todos mortos”, pelo jeito a cobra terá devorado sua própria cauda e a natureza também.

O PAPEL DA GEOGRAFIA ECONÔMICA NA INTERAÇÃO ENTRE A ATIVIDADE HUMANA E O AMBIENTE FÍSICO²⁰⁷

Guenold Omoungou Dibangoye²⁰⁸

Águida Cristina Santos Almeida²⁰⁹

A Geografia Econômica é um ramo da ciência geográfica inserido na Geografia Humana, que se dedica ao estudo das atividades econômicas e suas interações com o espaço. Ela investiga como as ações humanas moldam e são moldadas pelo ambiente geográfico, especialmente no contexto das atividades produtivas e dinâmicas econômicas²¹⁰. O espaço geográfico é o principal objeto de estudo, sendo concebido como resultado das interações entre sociedade e natureza. Essas interações, frequentemente relacionadas às atividades produtivas, contribuem para a produção e transformação do espaço geográfico. A Geografia Econômica analisa padrões de distribuição espacial de atividades econômicas, fatores de localização empresarial, impactos ambientais e o papel das redes de transporte e comunicação na economia. Com a evolução constante do sistema capitalista, seu papel se tornou importante, de fato, torna-se importante entender como essa ciência funciona, pois é fundamental na compreensão dessa interação entre a atividade humana e o ambiente físico.

A Geografia Econômica surgiu quando o espaço geográfico se tornou um elemento essencial nas análises sobre a economia e a distribuição das atividades produtivas. De acordo com o geógrafo francês Paul Claval, embora a ciência econômica tenha historicamente se concentrado em questões como geração de riqueza e industrialização, a economia espacial e a Geografia Econômica emergiram na segunda metade do século XIX. Nesse contexto, o foco estava na lógica do ordenamento e localização das atividades econômicas. Com o tempo, a Geografia Econômica evoluiu para abordar temas como desigualdades socioeconômicas entre regiões, globalização e padrões de consumo. Essa evolução reflete a transformação do conhecimento

²⁰⁷ Artigo escrito em abril de 2024.

²⁰⁸ Graduando no curso de Ciências Econômicas da UFCG, integrante do GAACE e do PET-Economia. Email: guenoldomoungou@gmail.com

²⁰⁹ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, tutora do PET-Economia e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

²¹⁰

<https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2023/06/12/desmatamento-nos-biomas-brasileiros-cresce-22percent-em-2022-aponta-levantamento-do-mapbiomas.ghtml>.



geográfico, com a Geografia Econômica se tornando cada vez mais interdisciplinar e alinhada com os principais temas da ciência geográfica. Essa expansão do escopo de estudo também refletiu o crescente interesse acadêmico em questões econômicas e sociais relacionadas ao espaço geográfico.

A questão ambiental, desde os anos 1960 passou a ser uma das maiores preocupações de diferentes grupos sociais da sociedade civil, que foram tomando ciência dos impactos das atividades produtivas sobre a natureza. O homem, por meio da sua atividade econômica gerou impactos significativos no planeta Terra, gerando assim consequências nefastas como aquecimento global, por meio das mudanças climáticas, por exemplo. Para tentar sair dessa situação e reparar esses desgastes, foram elaborados vários conceitos e objetivos, tal como o desenvolvimento sustentável, que visa suprir as necessidades atuais sem comprometer as gerações futuras. A geografia econômica desempenha então, um papel importante, pois é essencial para analisar os aspectos econômicos de uma região e entender como o ambiente geográfico influencia sua estrutura econômica, e vice-versa.

Ela também permite compreender a evolução dos sistemas econômicos em relação aos avanços tecnológicos e científicos, incluindo sua abrangência global e a distribuição das atividades econômicas pelos territórios. Além disso, estuda acordos entre territórios para impulsionar a economia local e regional, bem como a formação de blocos econômicos para o desenvolvimento conjunto. Esses temas são cruciais no campo da Geografia Econômica, fornecendo insights importantes para a compreensão e gestão das dinâmicas econômicas em diferentes escalas geográficas.

Além disso, ela desempenha um papel importante no planejamento regional, no entendimento das relações comerciais internacionais e na busca por estratégias de desenvolvimento sustentável. A Geografia Econômica é crucial no planejamento regional ao fornecer análises detalhadas sobre os aspectos econômicos de uma área e ajudar na formulação de políticas e estratégias de desenvolvimento. Também, sua compreensão das relações comerciais internacionais permite identificar oportunidades e desafios para o comércio entre diferentes regiões e países. Através do estudo das interações entre atividades econômicas e o meio ambiente, contribui para a promoção de estratégias de desenvolvimento sustentável, considerando tanto os aspectos econômicos quanto os ambientais. Essas contribuições são essenciais para orientar ações que visam o crescimento econômico equitativo e a preservação dos recursos naturais, promovendo um futuro mais sustentável para as comunidades locais e globais.

Em suma, a Geografia Econômica oferece uma visão holística das interações entre economia, sociedade e ambiente, fornecendo insights essenciais para compreender os processos econômicos e suas implicações espaciais. Ao analisar a distribuição espacial das atividades econômicas e seu impacto no ambiente, essa área do conhecimento proporciona visões valiosas para o planejamento regional, a compreensão das relações comerciais internacionais e a busca por estratégias de desenvolvimento sustentável. Sua evolução ao longo do tempo reflete não apenas mudanças nas dinâmicas econômicas, mas também uma crescente preocupação com questões ambientais e sociais. Promovendo uma abordagem interdisciplinar e integrada, a Geografia Econômica desempenha um papel fundamental na construção de um futuro mais equitativo, próspero e ambientalmente responsável para as comunidades locais e globais.



SERÁ QUE O SER HUMANO SERÁ DESTRUÍDO PELAS IDEIAS NAS QUAIS ACREDITA, EM MEIO A UMA ESTRUTURA DE PODER CADA VEZ MAIS ASFIXIANTE?²¹¹

Águida Cristina Santos Almeida²¹²

Como uma economista que exerce a docência desde o ano de 2004, ou seja, há vinte anos, já acompanhei a trajetória da formação em Economia de muitos alunos. Não sei precisar estatisticamente o percentual desses alunos que tiveram suas visões de mundo transformadas ao longo dos anos de estudo nos quais estiveram na universidade, migrando das convencionais visões sociais que servem para legitimar o status quo e naturalizar a perversa estrutura social e econômica que nos rodeia, sustentada com teses rasas e descontextualizadas, que em resumo, têm o papel de culpabilizar as vítimas dessa estrutura por vossas desgraças, fazendo jus ao ditado ‘por cima de queda coice’. Pois, além de amargarem uma posição social e econômica de carência material e desprestígio social, ainda se sentem culpadas pela fatalidade sob a qual padecem. Afinal, no reino da meritocracia, ‘tudo é uma questão de foco e esforço, já que as oportunidades são iguais’. Acreditem! Essa falácia faz o maior sucesso, seduz as mentes e os corações, transpassando os diferentes grupos sociais, abastados ou não.

Nesses vinte anos de docência, vi alunos passarem pelo banco da universidade e saírem quase do mesmo jeito que entraram, com relação à permanência de uma visão de mundo que legitima o status quo, com o agravante de pelo fato de terem estudado muito e ascenderem socialmente, mantiveram a visão, adicionada de muita arrogância e absoluta certeza de que a meritocracia é uma verdade incontestável. Assim, vi alunos que permaneceram com uma visão tacanha da cidadania, dos direitos, do papel que o Estado deve ter nessa conquista em termos de cidadania e direitos, de uma atestação do superpoder exercido pelas corporações e de suas consequências nefastas sobre a gestão da política econômica e sobre o destino das pessoas comuns e dos países periferizados.

Mas também, nesses vinte anos de docência, tive a felicidade repetida, expandida e renovada de ver muitos alunos ampliarem a visão, construírem um senso crítico aguçado, uma perspicácia no entendimento de como se dá o jogo de poder entre a política e a economia, abandonando o senso comum, que tende a nada explicar, mas

²¹¹Artigo escrito em abril de 2024.

²¹²Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE e tutora do PET-Economia. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.



quase sempre legitimar o que é imoral, absurdo, principalmente nessa nova fase de capitalismo selvagem na qual estamos vivendo, ou seja, nessa fase neoliberal.

A crueldade, cinismo e retórica das ideias que justificam o injustificável, assim como outras que veremos nesse breve artigo de opinião, impõem uma dura realidade àqueles que já são os maiores prejudicados com a estrutura consolidada, sobretudo na era do capitalismo neoliberal, conformado por uma racionalidade que vai instaurando a ordem de mercado a todos os domínios da existência, desde os anos 1980, e por isso vem impondo agudos retrocessos civilizatórios, ao asseverar os processos de exploração dos trabalhadores e de destruição da natureza. Como consequência, o neoliberalismo pariu mais recentemente o autoritarismo da extrema direita como filho bastardo dessa lógica perversa que se instalou, sob a retórica da “modernização e da eficiência”, declamada pelas direitas e esquerdas políticas, nos vários países do mundo, uma realidade cada vez mais alienante, doentia, tensa.

É preciso entender que a tal harmonia e liberdade que o capitalismo dissemina como produto da ordem de mercado, é vendida chamando atenção para as relações sociais ensejadas no âmbito da circulação dos bens e dos serviços. No mercado, o que vemos são pessoas ‘livres’ fazendo escolhas, que resultam em trocas de mercadorias e serviços por dinheiro, de modo totalmente voluntário e com determinação. Com isso, ao analisar o capitalismo na esfera da circulação tende-se a ter uma visão romântica e até mesmo, apaixonada, do capitalismo. Contudo, antes de existir a circulação, existe um processo de produção, responsável pela produção de tudo o que se transaciona no mercado, e na esfera da produção tem-se as relações que ensejam uma exploração desenfreada da natureza e daqueles que nesse sistema só dispõem de sua força de trabalho para acessarem renda.

Com a lógica urbana de vida que resulta do modo capitalista de produção, acessar algum dinheiro é quase tão importante quanto respirar, dada a centralidade da posse deste no acesso das coisas mais banais que a sobrevivência exige. Além da pressão por status social que o capitalismo cria e sua relação direta com a posse de dinheiro, por tudo que sua posse permite em termos materiais concretos e no imaginário, em termos de empoderamento e pertencimento.

Então, para a grande maioria dos seres humanos, antes de exercerem o papel de consumidores, na esfera da circulação, é preciso exercer o papel de trabalhadores, na esfera da produção ou em algum segmento que a complete, para com isso, poder acessar renda. E se há uma coisa que não existe nas relações que levam a grande maioria das

peças a acessarem alguma renda, para assim poderem existir como consumidoras, é igualdade. Seja uma igualdade em termos materiais concretos, ou termos simbólicos, no tocante à capacidade de exercer poder e hierarquia.

Daí, se mirarmos nossa análise somente na esfera das trocas, a estrutura de brutal injustiça e assimetrias geradas pelas relações de produção e suas devidas extensões, ficará omitida e, curiosamente, mesmo que nessa estrutura ocupemos uma posição desvantajosa, na qual trabalhemos muito, vivamos sob o medo de perder o emprego, sofrendo constantes reveses nas relações de negociação com nossos patrões, tenderemos a acreditar na visão de que prepondera realmente uma harmonia e, sobretudo, uma liberdade. É bem estranha essa ilusão da liberdade, ao imaginarmos que a maioria das pessoas acredita que é livre, embora não se sinta tão satisfeita com os empregos que têm, mas ao mesmo tempo, não pedem demissão. Por que será que é assim?

Conforme esclarecido por Polanyi, a instauração da ordem de mercado, com a mecanização da produção advinda pela Revolução Industrial, forçou os elementos da produção a funcionarem como mercadorias, para que tenham um fluxo contínuo no mercado, impedindo a interrupção dos processos de produção. A questão é que dentre os elementos da produção que precisam existir como mercadoria estão o trabalho e a natureza. Assim, lançar os seres humanos e a natureza à lógica implacável dos mercados, é submeter-se a uma estrutura de degradação social e da natureza que impõe um grau de sofrimento muito elevado a todos os seres humanos e não humanos. Daí a gente talvez entenda a necessidade tão grande de alienação e coerção desse sistema, para manter em funcionamento a estrutura que cria, no mínimo, paradoxal.

Outra falácia que alimenta mentes e corações é a visão de que o capitalismo promove uma concorrência entre os diferentes produtores e, essa concorrência resulta no arranjo perfeito, ao combinar maior produtividade x redução de custo x melhoria do produto x redução do preço. A questão é que no capitalismo um dos grandes paradoxos é que “a concorrência mata a concorrência”, de modo, que na grande maioria dos setores industriais, bem como no comércio e nos serviços, a produção vai tendendo a ser confinada em estruturas de mercado oligopolizadas e, até mesmo, monopolizadas, as quais cada vez mais vão concentrando a produção em corporações gigantes, com atuação transnacional, e por isso passam a concentrar uma riqueza obscena e um poder inimaginável. Para se ter ideia, é comum grandes corporações terem faturamentos anuais superiores aos PIBs de muitos dos países periféricos mais pobres. É importante

destacar que não é o número de empresas presentes em um determinado setor que denota o grau de concorrência do mercado e/ou o tamanho do poder de monopólio exercido, mas, o quanto parcela preponderante da oferta do setor é concentrada em algumas poucas companhias que conformam o segmento.

Desse modo, considerando a preponderância das estruturas de mercado nas quais as líderes em cada setor exercem um amplo poder de mercado, exibindo um poder fenomenal na determinação do seu preço e nos mercados de insumos, até mesmo a tal soberania do consumidor, que o Hayek pareceu acreditar dogmaticamente, é uma falácia, pois, o consumidor (que na verdade, na maioria das vezes, é um trabalhador), não dispõe do arsenal de informação e de possibilidades quando do seu exercício de consumir, como normalmente a retórica falaciosa o faz acreditar.

Embora exista uma falácia de que o desenvolvimento é uma etapa posterior ao subdesenvolvimento, que será alcançada por todo e qualquer país do mundo, sendo somente uma questão de tempo para que essa uniformização do progresso ocorra, outro grande imbróglio estrutural produzido pelo capitalismo e tão bem estudado pela escola Cepalina, da América Latina, é que a expansão do capitalismo tende a uniformizar os padrões de consumo, ao mesmo tempo, que mantém as estruturas produtivas industriais concentradas num grupo diminuto de países, denominados de desenvolvidos, os quais são ricos e detêm o controle do progresso técnico.

Como consequência, a maioria dos países se insere nessa engrenagem como meros exportadores de matérias-primas, ao passo que consomem bens industrializados. Então, essa assimetria entre os padrões de consumo e os padrões de produção, resulta nas dependências financeira, cultural e tecnológica à maioria das economias mundo e, figura como umas das principais características estruturais do subdesenvolvimento. Desse modo, essas dependências se concretizam tão estruturalmente que é raríssimo um país nessa condição de periférico, migrar para o grupo de industrializado/desenvolvido, mesmo quando se esforçou para consolidar um projeto de industrialização tardia, como foi o caso do Brasil e de tantos outros países latinos, africanos e em menor medida, asiáticos.

Para fechar, a falácia das falácias, que afirma, ao mesmo tempo, que os mercados são capazes de resolver todos os problemas sociais, ambientais, geopolíticos, morais e qualquer outra questão sob a qual a humanidade esteja submetida, agarrada a uma crença descolada de qualquer evidência empírica; defende que o Estado providência deve ser combatido de todas as formas necessárias, considerando que é

oneroso, ineficiente e resulta numa estrutura social na qual as pessoas não vão querer trabalhar, se esforçar nem se responsabilizar pelos seus atos. Enquanto isso, essa mesma ideologia prega que o Estado não deve tributar os mais ricos, que deve promover um ambiente de negócios fluido às grandes corporações, promovendo a máxima desregulamentação possível.

Ainda por cima, alega-se uma suposta imparcialidade em torno das prescrições e dos juízos de valor antes proclamados, defendendo com unhas e dentes, que sendo do modo posto antes, todos tendem a ganhar, considerando a capacidade fenomenal dos mercados em recompensar e punir do modo mais justo e correto possível. Pois bem, é assim que vem sendo feito desde os anos 1980, e os dados que temos para hoje são assustadores em termos dos abismos sociais em termos de desigualdade na distribuição da renda e da riqueza, dentro de cada país e entre os países ricos e pobres. E nesse contexto de desigualdade infame, a crise ambiental e a emergência climática, seguem a galope.

Contudo, as falácias seguem de pé, as retóricas se sustentam, asfixiando àqueles que têm entendimento da situação, mas pouco podem fazer à elucidação de uma realidade não menos grave do que aquela relatada por José Saramago, em sua obra Ensaio sobre a cegueira, a metáfora mais incrível que alguém já foi capaz de inventar para denotar o grau de ignorância, estupidez e brutalidade que a humanidade está submetida, ao estar presa em visões de mundo que seguirão impondo sofrimento e desintegração social, dissolvendo laços de solidariedade e compaixão que minimizam danos e substituindo-os por segregação, ódio, sentimento de separação, produzindo cada vez mais iniquidade.

Então, que a esperança alimentada por cada aluno e cada aluna que eu já presenciei e eu que ainda venha presenciar, que ao longo da formação como economista conseguiram e/ou venham conseguir expandir a visão, compreendendo o quão fundamental é equilibrar seu eu individual com um ser coletivo, que consiga se enxergar ao mesmo tempo, em sua individualidade e como parte de uma coletividade. E ao se entender desse modo, compreenda que os mercados jamais proverão dignidade a todos, embora todos tenham direito a uma e, por isso, o Estado providência precisa ser resgatado, ampliado e consolidado. E que essa visão transcende a falácia rasa criada pelos antagonismos direita x esquerda, socialismo x capitalismo. É isso que busco, é em função disso que ousou seguir sonhando no exercício da docência, inspirando-me todos os dias em Paulo Freire e especialmente em um dos inúmeros saberes deixado pelo seu

legado como educador e ser humano amoroso: “Eu sou um intelectual que não tem medo de ser amoroso. Amo as gentes e amo o mundo. E é porque amo as pessoas e amo o mundo que brigo para que a justiça social se implante antes da caridade”.



O QUE HÁ DE SE COMEMORAR NO DIA DA TERRA?²¹³

Inácio Cardoso dos Santos Neto²¹⁴

Águida Cristina Santos Almeida²¹⁵

Em sua página de Instagram, o publicitário Ricardo Lima (@veganorrica) realizou uma publicação intitulada “Hoje é o dia da Terra, mas não há o que comemorar [...]”²¹⁶ e aí demonstrou os motivos pelos quais não há realmente o que comemorar o dia da Terra - Comemorado no dia da publicação em questão, dia 22 de abril. Ele destaca que “quase 70% da fauna selvagem mundial desapareceu em apenas 50 anos” além de que a Amazônia já perdeu mais de 500 km² da floresta em 37 anos e ainda que “o Brasil se tornou o 4º país mais perigoso para ambientalistas”.

Além disso, destaca que “mais de 70% da população indígena foi morta no Brasil”, entre muitos outros dados sobre a forma como os oceanos e a população animal, silvestre e doméstica tem sentido os impactos da ação humana. O autor chama a atenção para o fato de que o dia da Terra não é mais do que uma cortina de fumaça, uma propaganda benévola das empresas e dos Estados nacionais de se demonstrarem preocupados com a causa ambiental. Esse tipo de ação recebeu um termo chamado de “greenwashing”, ou “lavagem verde” que nada mais seria do que “uma estratégia de marketing em promover discursos, ações e propagandas sustentáveis que, com o perdão do trocadilho, não se sustentam na prática”.

Ricardo Lima tem razão em chamar atenção para o fato de o dia da Terra ser não mais do que um simbolismo vazio de significado, sobretudo quando observamos o grau de dificuldade em que se encontra a questão ambiental dentro do cenário político-econômico mundial. Além da questão das irresponsabilidades com o não cumprimento das promessas anunciadas nas várias cúpulas do clima, realizadas por instituições privadas de ordens produtivas, extrativistas e/ou financeiras, juntamente com os governos dos Estados nacionais aos quais estão interligados, aos países mais pobres, os que mais padecerão com os impactos da crise ambiental e da emergência climática.

²¹³Artigo escrito em abril de 2024.

²¹⁴Graduando(a) do curso de Ciências Econômicas da UFCG, do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) (se integrar algum outro grupo informar também. E-mail: neto-nos14@hotmail.com;

²¹⁵Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

²¹⁶Disponível em: https://www.instagram.com/p/C6D_ogzLtUS/?img_index=5 Acesso em 29 abr. 2024



Luiz Marques (2023) em seu livro *O decênio decisivo*, demonstra como a situação climática é gravíssima, uma vez que o assim chamado “ponto de inflexão”, definido por diversos pesquisadores como o ponto de não retorno do sistema climático, já foi passado, graças ao somatório de várias ações estruturais oriundas da queima de combustíveis fósseis que fazem com que a extração desse recurso não cesse, mas ao contrário, encontre amplo financiamento dos maiores bancos globais e ainda por cima, receba subsídios em cifras imensas, dos Estados nacionais, consolidando a matriz energética termofóssil, que hoje coloca em risco a vida pluricelular no planeta. Os dados trazidos por esse autor em seu livro demonstram claramente como o merchan ambiental não passa de uma balela para as grandes empresas, nada mais do que uma “conversa para boi dormir”, oriundas das Cúpulas do Clima e do Acordo de Paris.

A prática de políticas governamentais e empresariais para com o clima, ou a ausência delas, é na verdade reflexo do que realmente pensam sobre o assunto. Nesse sentido, há uma provável adesão, ainda que sem muito conhecimento, por parte dessas instituições, para com alguma teoria que versa sobre economia e o meio ambiente. De cara, podemos ter certeza de que não se trata dos escritos e avisos de Nicholas Georgescu-Roegen e de seu discípulo, Herman Daly, que na verdade têm sido deixados de lado num nível inimaginável. Ambos os teóricos concordam que o crescimento econômico não pode vigorar sem limites (embora em propostas diferentes, onde Roegen defende o decrescimento e Daly, a economia estacionária). Tais autores, que entenderam nada menos do que o evidente, de que o sistema Terra envolvendo toda a complexidade de vida, em todas as suas ligações ecológicas, precedeu e precede toda e qualquer forma de organização econômica, incluindo, sobretudo, a da estrutura da economia de mercado. Por isso, a estrutura de economia consolidada sob o capitalismo precisa se adequar ao planeta Terra, em seus processos e ciclos naturais e de regeneração e não o contrário, como tem, na verdade, ocorrido.

As evidências trazidas tanto por Luiz Marques, como por Ricardo Lima, como também pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) e por muitos outros institutos de pesquisas e coletivos de cientistas apontam que na verdade outras teorias econômico-ambientais têm tomado espaço nas agendas das políticas e das grandes corporações, teorias essas que visam “correções dos processos exógenos” por meio de mecanismos mercadológicos, como por exemplo, as propostas dos mercados de carbono. O que é uma proposta dessa se não um cuspir na cara de todos os dados sobre o aumento pujante de dióxido de carbono na atmosfera e seus efeitos sob o clima

global? O que é saber que no intervalo de apenas doze meses, entre 2020 e 2021, os governos do G20 empregaram recursos públicos no valor de US\$ 297,28 bilhões à manutenção e aumento da matriz energética fóssil, que por sinal foram maiores do que a quantia destinada às energias “limpas”, em US\$ 234,36 bilhões? Será que não escondem uma adesão aos reparos dos problemas ambientais, propostos pelo mercado, nos âmbitos das abordagens da economia ambiental e da economia verde? Não mostram que em seus ouvidos e agendas repousa a trombeta da economia ambiental e que juntos estão no mesmo tom de nota destrutiva que conclama “Crescimento sem limites para todos!”? (OLIVEIRA, 2017)

Quer conheçam ou não tais teorias, os países do G20, que são responsáveis por cerca de 80% das emissões de gases de efeito estufa das emissões globais, sobretudo os países do G7, pioneiros na industrialização, precisam dar o primeiro passo para que haja motivos concretos para que futuramente possa se comemorar um dia da Terra de verdade. Do contrário, a fábula do dia da Terra tornar-se-á o dia dos lamentos e prantos sob a Terra, pois as gerações presentes e futuras sentirão o gosto amargo das decisões imprecisas e irresponsáveis de um sistema econômico que não soube respeitar a sua pequenez na história do planeta.

E isso decorre dos impactos das atividades produtivas humanas sobre a superfície, os oceanos, a atmosfera e todos os cantos e ambientes da biosfera. Com isso, o planeta vai perdendo sua diversidade e suas cores, como os corais de partes diferentes dos oceanos já têm perdido, e estão a perecer junto a uma extensa diversidade de vida marinha que se vê de um lado, em meio a testes nucleares subaquáticos e, por outro, afetada pela poluição e aquecimento dos oceanos. Efeitos esses já experimentados no globo, sobretudo nas regiões menos desenvolvidas que não participaram no mesmo nível das ações que hoje causam tal desarranjo nos processos e ciclos naturais do sistema Terra e, além disso, também não gozaram proporcionalmente aos países mais ricos dos efeitos positivos do progresso material ensejado pelo capitalismo. (MARQUES, 2023).

É interessante constatar que o Estado Burguês, colonialista, ocidental, aquele Estado que fora sempre nas narrativas dominantes sinônimo de civilidade e modernidade, esteja hoje sendo alvo de inúmeros ataques agressivos e difamatórios, sobretudo, vindos daqueles que mais se beneficiaram - e continuam a se beneficiar - de seus encargos. O Estado moderno, antes vendido como a instituição nascida para superar a violência social e impor a ordem e o progresso para os territórios e as populações lá existentes, agora muda radicalmente de narrativa e pretende-se proteger daqueles que, na verdade, nem sobrevivem senão debaixo de suas asas.

Não só o neoliberalismo, surgido enquanto prática nas décadas de 1970-80, mas também o irracional anarcocapitalismo - com irrisórias experiências fracassadas²²⁰ - tornou as legítimas críticas ao Estado moderno (no que tange às inúmeras violências que garantem a imaculidade da classe e do sistema dominante enquanto tal) secundárias no debate público, através de enfoques emocionais e superlativos a questões de menor interesse coletivo.

Essas “novas” ideologias, embora bem diferentes entre si, questionam a “ampla” atuação do Estado enquanto uma força de opressão ao capitalismo, ao mercado livre. Desse modo, enxergam o Estado como uma força inibidora dos funcionamentos naturais do mercado e, porque não dizer, da própria sociedade natural. É, portanto, sob a égide da “ditadura do Estado” que, segundo essas perspectivas incoerentes, coletivos se formam para, buscando algo em comum, eliminar as particularidades individuais e as liberdades de escolha e consumo privadas.

Essa “demofobia” evocada por muitos políticos/pensadores da extrema direita expressa a impotência de suas ideologias, se confrontadas com as relações interpessoais das comunidades, pois, se colocadas lado a lado com as necessidades de grupos, os egoísmos privados soam patéticos, é daí a necessidade de fomentar um certo

²¹⁷ Artigo escrito em abril de 2024.

²¹⁸ Graduanda do curso de Ciências Econômicas da UFCG, integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do PET-Economia. E-mail: juliafariasvc@gmail.com;

²¹⁹ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, tutora do PET-Economia e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

²²⁰ <https://www.bbc.com/portuguese/articles/ce9g774r5q5o>

distanciamento entre o povo e a pessoa, o funcionário (explorado) e a parceria (empresário de si), com o intuito de preservar o individual e colocá-lo como soberano e artífice essencial e único da evolução e do bem-estar.

Essas ideologias surgem, em especial no neoliberalismo, sob o argumento de que as democracias liberais foram rapidamente se transformando em regimes totalitários regidos pela “ditadura da maioria”, realizando diversas reformas sociais, efetuando gastos desenfreados com recursos públicos e intervenções brutais no funcionamento de mercado, com impostos e taxas altas de pagamentos para os empresários, apontados pelos neoliberais como a “fonte de todo desenvolvimento nacional” – desse modo, foi assim que fora justificada a agressão ao Estado social e à democracia.

Foi justamente através das demandas ditas “populistas”, atendidas pelo Estado, no âmbito das estruturas de bem-estar social que foi dado poder para que a massa – vista pelos autores neoliberais como sempre ignorante, sempre irresponsável, sempre insaciável. Sob as estruturas dos Estados de bem-estar social, a massa sentiu-se parte e/ou até mesmo merecedora da tutela que exige do governo, e por isso, para aos autores neoliberais era necessário colocá-la em seu devido lugar.

Vivemos hoje mais do que nunca a dualidade desse movimento, as massas e coletivos que sempre denunciaram a parcialidade do Estado burguês e sua subserviência ao imperialismo global, o defendem e bradam sua importância para atenuar problemas e para gerir a vida social. Enquanto isso, os grandes indivíduos com os cofres sempre gordos, graças a proteção desse mesmo Estado, bracejam sua insatisfação com a administração dos aparatos sócio-político-econômicos, esses querem sempre mais, e quando o ritmo de sua acumulação desacelera já é motivo suficiente para motim.

Essa pequena parcela corpulenta da sociedade que conseguiu sem muita dificuldade impor o Estado neoliberal alegra-se com a revolta causada pelos desarranjos da nova administração, conduzindo uma enorme camada daqueles que sofrem dos males desse capitalismo radical a pregarem o mesmo discurso antiestatal, dissimulando a essência dos problemas sofridos por essa população. Desse modo, uma questão grave se coloca em pauta, com a mobilização da extrema direita insuflando os setores populares para seus próprios objetivos políticos, uma repartição formidável da população se coloca ativamente partidária desse liberalismo revolucionário, contrapondo seus reais interesses de classe e assumindo a defesa de um regime solidário à demarcação proposta por Hayek, seja isso, uma democracia cerceada pelas leis que defendem a ordem de mercado.

Esse contexto é fruto direto do passado, das relações estruturais do modo de produção e da forma com que o presente interpreta esses fenômenos não mais contornáveis, o que compreendo de forma superficial é que, diferentemente do que diz o Presidente Lula em diversas ocasiões²²¹, só dá para governar para um dos lados, portanto, é necessário escolher o povo ou a burguesia, três refeições bem fartas ou bolsos de dinheiro bem fartos, independência ou subserviência. Não há alternativa senão escolher continuar marchando na espiral que leva o movimento histórico dos processos econômicos ou quebrar o ciclo, destruindo a inevitabilidade dessa condução e assumindo a direção da escrita histórica.

Na contramão da minha interpretação, a social-democracia busca contornar esse conflito ao empenhar-se para garantir, ao mesmo tempo, o funcionamento da ordem de mercado e a configuração de um Estado de bem-estar social com uma regulamentação severa das relações trabalhistas. O conflito é latente, mas no âmbito da social-democracia, a busca por gerir essas instituições antagônicas é o cerne da atividade política. Creio, entretanto, que por mais benignas que sejam as intenções dessa modelagem política ela soa muito mais como uma alternativa temporária do que, de fato, uma estrutura de sustentação forte o suficiente para eliminar os anseios das contrarrevoluções insurgentes. É necessário pensar adiante.

²²¹ <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/lula-volta-a-criticar-o-mercado-e-diz-que-nao-governa-para-ele/>



Desde 2016, a eleição de Donald Trump inaugurou uma nova era na política global, onde o espectro entre a direita e a extrema-direita passou a dominar as redes sociais. Nesta conjuntura, todas as angústias recalcadas e ressentimentos com o status quo passaram a ser canalizados na figura antissistema de Trump, prometendo mudanças radicais e combates implacáveis contra o establishment, este representado por bilionários progressistas, agências governamentais, políticos tradicionais e certas corporações transnacionais, em especial as vinculadas ao partido Democrata.

O discurso do republicano “colou” e Donald Trump conseguiu se aproveitar das fraquezas da tradicional e polêmica Hillary Clinton, conquistando a cadeira presidencial estadunidense no final de 2016. Uma disputa acirradíssima, onde a democrata levou a maioria dos votos absolutos, com quase 3 milhões de votos a mais do que o republicano, mas não ganhou no número de delegados em swing states²²⁵ decisivos como Pensilvânia, Wisconsin e Michigan²²⁶.

Tratado como “azarão”, Trump conseguiu surpreender a todos, muito por conta da sua figura carismática para alguns, com retórica e alta capacidade de debater, bem como pela habilidade em instrumentalizar e manipular as redes sociais. Fato é que, o republicano soube trabalhar bem com o sentimento antipolítica dos estadunidenses, que almejavam uma figura populista e forte como resposta ao pós-crise de 2008, que abalou ainda mais o americano médio não somente economicamente, mas moralmente e socialmente.

No final de 2020, em uma polêmica eleição, principalmente cercada de questionamentos sobre o processo eleitoral por parte de Trump, pandemia do coronavírus e muitas graves acusações, o candidato republicano, mesmo com quase 8

²²² Artigo escrito em abril de 2024.

²²³ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE), do PET-Economia e do Centro Acadêmico de Economia (CA - Economia). E-mail: axlrached@gmail.com

²²⁴ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, tutora do PET-Economia e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

²²⁵ São os Estados: Wisconsin, Pennsylvania, Nevada, North Carolina, Georgia and Arizona

²²⁶ <https://g1.globo.com/mundo/eleicoes-nos-eua/2020/noticia/2020/10/25/como-donald-trump-venceu-as-eleicoes-de-2016-com-3-milhoes-de-votos-a-menos-que-a-adversaria-hillary-clinton.ghtml>

milhões de votos a mais em relação à eleição anterior, não conseguiu obter a reeleição, perdendo o pleito para o velho “falcão” democrata, Joe Biden. Este último, sob a égide de um discurso englobando pautas identitárias e progressistas, além de um forte pacote econômico envolvendo incentivos estatais, canalizou para si todo o sentimento anti-Trump que assolava o país naquele ano, muito por conta da má administração da crise da pandemia, bem como frustrações de parte do eleitorado norte americano que votou no republicano, sonhando com as promessas não cumpridas, envoltas no mote “Make America Great Again”.

Quatro anos se passaram após a conturbada eleição de Biden, em 2020. E muita coisa aconteceu. Vimos que o tom do governo seria baseado em uma política interna conflituosa e uma política externa beligerante agressiva. Fora do país, acompanhou-se vergonhosa debandada do exército norte-americano do Afeganistão, a invasão e o apoio para a Ucrânia contra a Rússia, o aumento da tensão com a China, o apoio ao massacre dos sauditas contra houthis no Iemen e mais recentemente o apoio a Israel, para as no mínimo questionáveis contraofensivas israelenses contra o Hamas, o povo palestino, além do aumento da temperatura contra o Irã, em consequência da guerra.

Sendo a era Biden inaugurada com a invasão do Capitólio, internamente os Estados Unidos ainda passam por uma polarização que parece se acentuar a cada dia que passa. A questão é perguntar se os problemas derivam propriamente da ordem de cunho econômico. E não há indicação de que seja. Quando olhamos os resultados da economia americana, os dados macroeconômicos indicam bons resultados. Segundo o Bureau of Economic Analysis²²⁷, os dados dos últimos dois anos indicam um bom crescimento do PIB real americano, aumento do gasto em consumo, aumento do investimento imobiliário, aumento da massa salarial e da renda pessoal disponível.

Outros dados, referentes a pesquisas da Vox em 2024²²⁸, indicam como o desemprego e a inflação, reduziram bastante desde 2022, além de altas históricas da bolsa, representaram pontos positivos no governo. Não obstante vimos alguns pontos negativos, como o aumento da taxa de juros, aumento do déficit da balança comercial e um déficit na posição líquida de investimento internacional, mas nada que afetasse os bons resultados gerais.

²²⁷ <https://www.bea.gov/news/glance>

²²⁸ <https://www.vox.com/politics/24094752/biden-trump-strong-economy-2024-inflation>



No entanto, nada são flores para o governo atual. Em março de 2024, de acordo com a consultoria Gallup²²⁹, Joe Biden atingiu a menor aprovação entre presidentes na série histórica, com 38,7%, índice medido desde 1956 a partir do mandato do presidente à época, Dwight Eisenhower. Enquanto isso, Donald Trump, após estrondosos resultados²³⁰ nas prévias republicanas, desponta como favorito nos estados swing states, estados “pêndulo”, com uma vantagem de 49% contra 43% do candidato democrata, que tentará a reeleição. O que explicaria, dado um cenário econômico favorável, tamanha rejeição contra o atual governo, bem como a adesão ao discurso requeitado do trumpismo?

Obviamente, o mote “É a economia, estúpido!”, não funcionaria como explicação neste caso. Cada vez mais, parece que aspectos não econômicos ganham mais peso nos Estados Unidos, bem como no mundo, e passaram a entrar na pauta dos eleitores estadunidenses. Um recente estudo da Gallup, também no mês de março de 2024²³¹, demonstra uma queda, nos últimos 7 meses, de 34% para 30%, da importância de aspectos diretamente ligados à economia como principal problema do país na opinião da população, para um aumento de 67% para 81% da importância de problemas não econômicos. E, dentro desta última pauta, destacam-se principalmente a imigração, com 28%, o governo e a má liderança de Biden, com 19%, a fome e a pobreza com 6%, a união do país, com 4%, além do crime com 3%.

Por outro lado, o discurso de Trump se encaixa perfeitamente nos tópicos supracitados, que são justamente o “calcanhar de Aquiles” de Biden. Além disso, discussões sobre pautas progressistas classificadas de woke, como o aborto, a liberdade de expressão²³² e identidade de gênero, algumas defendidas por democratas e criticadas por republicanos, e vice-versa, vêm sendo cada vez mais debatidas na sociedade, aumentando a clivagem da opinião pública, bem como acirrando os ânimos. Adicione a esse contexto as poderosas redes sociais, em especial sobre o “X” (antigo Twitter) de Elon Musk, a “ágora”²³³ dos tempos modernos, onde estas discussões inflamam um público cada vez mais engajado da internet.

²²⁹ <https://news.gallup.com/poll/1675/most-important-problem.aspx>

²³⁰ <https://projects.fivethirtyeight.com/2024-republican-primary-updates/>

²³¹ <https://news.gallup.com/poll/1675/most-important-problem.aspx>

²³² <https://www.thefire.org/news/poll-69-americans-believe-country-wrong-track-free-speech>

²³³ O termo ágora tem origem na língua grega e significa “espaço aberto para reunião”; no início da história da Grécia, designava a área de uma cidade onde os cidadãos nascidos livres podiam se reunir para ouvir anúncios cívicos, organizar campanhas militares ou discutir política.

No momento, o cenário parece absolutamente favorável para Trump buscar a sua volta à Casa Branca. A insossa figura de Biden, apesar de possuir bons resultados econômicos, parece não ser capaz de fazer frente ao republicano que, apesar dos seus 77 anos, ainda demonstra um grau de vitalidade e de engajamento maior do que o seu oponente, e mesmo com diversos processos na justiça²³⁴, não perde a sua popularidade perante o eleitorado. A tentativa dos democratas de emplacar outros nomes, tanto de senadores e governadores democratas²³⁵, como o de Michelle Obama, já descartado²³⁶, e até o da atual vice-presidente, Kamala Harris, também não parece empolgar nem mesmo o próprio eleitorado.

Um provável segundo mandato de Donald Trump ainda suscita questionamentos sobre a atual situação dos Estados Unidos, e o que ela poderia acarretar. Não é de hoje que se aponta que o império norte-americano está em declínio, para alguns analistas já em estado avançado, para outros nem tanto. Fato é que Trump tem como principais missões reunificar, reorganizar e preparar os Estados Unidos para enfrentar a Nova Ordem Mundial que está sendo concebida, encabeçada pelos países China e Rússia, que parecem ter se aproveitado da recente entropia estadunidense no pós-2008 para se fortalecerem.

Conforme o autor Ray Dalio²³⁷, a intensificação de guerras econômicas entre países tende a serem ensejadas sempre antes das guerras armadas entre os países, sendo problemas estruturais de dívida pública, crise de débitos, conflitos externos e crise monetária alguns dos indicativos da ruína de um império, como bombas armadas prestes a explodirem. Algo que pode ser identificado nos Estados Unidos pós-2008, em especial neste momento.

Além disso, a polarização e o desgaste gerados pelo populismo trumpista parecem ruir a coesão necessária para que os estadunidenses possam enfrentar os seus inimigos externos. Ao contrário, o que se nota é que O império americano parece estar em um estágio em que o mais provável é o rompimento do tecido social, culminando na reedição de uma brutal guerra civil. Algo que interessaria, obviamente, tanto à China quanto à Rússia, no mínimo lhes seria favorável, dada a corrida na qual seguem para fortalecer vossas economias.

²³⁴ <https://edition.cnn.com/interactive/2023/07/politics/trump-indictments-criminal-cases/>

²³⁵ <https://www.businessinsider.com/biden-reelection-democrats-harris-newsom-whitmer-klobuchar-booker-cooper-moore-2024-2#sen-amy-klobuchar-of-minnesota-4>

²³⁶ <https://www.nbcnews.com/politics/2024-election/michelle-obama-former-first-lady-not-running-president-2024-rcna141767>

²³⁷ <https://www.silverbullion.com.sg/Articles/Detail/The-Declining-Phase-of-Empires-According-to-R/10594>



A margem de manobra de um provável governo de Trump é, portanto, pequena. Dependendo de suas ações, bem como da reação da população a certas políticas, há uma grande chance de o republicano agravar o quadro de desestabilização que acomete os Estados Unidos, principalmente se a sua retórica mais agressiva se converter em ações da mesma proporção. Na melhor das hipóteses, Trump conseguirá estabilizar o avanço sino-russo. E talvez, arrefecer as guerras no Leste-Europeu e no Oriente Médio. Porém, internamente, a sua volta pouco poderá contribuir dada a sua personalidade e a sua cosmovisão, narcisistas e personalistas. O enfrentamento e o embate com setores internos, como promete, poderá ruir a tradicional democracia americana como conhecemos. Estaria a democracia americana em “vertigem”?

O produto consignado é um produto de crédito, porém diferente de um empréstimo comum. O empréstimo consignado é pago através de descontos mensais no provento do contratante, sendo repassado diretamente pelo órgão pagador ao banco ou financeira, reduzindo drasticamente a taxa de inadimplência, por esse motivo que a taxa de juros deste tipo de produto é consideravelmente reduzida, chegando em 2023 no teto de 1,97% e 2,89%²⁴¹, para empréstimos pessoal e de cartão de crédito consignado respectivamente, enquanto a taxa SELIC no mesmo período foi de 13,65%²⁴². Mas será que o empréstimo consignado é realmente um produto tão bom quanto se propõe? Veremos que não, analisaremos que este se aproveita de lacunas sociais para se perpetuar na estrutura de orçamentos das famílias, enquanto torna-se tão lucrativo para os bancos quanto qualquer outro produto, chegando a ser em alguns bancos o produto principal, envolvendo o contratante em uma perigosa espiral de endividamento crescente.

Têm-se como público-alvo dos bancos e financeiras pessoas que recebem uma renda fixa, na maioria dos casos, são concursadas – uma vez que possuem a estabilidade do cargo –, como também, beneficiários de programas assistenciais do Estado, tais quais, aposentados, pensionistas, beneficiários do BPC (Benefício de Prestação Continuada), no qual o maior órgão é o INSS. Por questão numérica acaba por serem os beneficiários do INSS o maior grupo dentre estes devedores na modalidade de consignado, que receberam em novembro de 2023, R\$ 1.771,28²⁴³, em média, quando

²³⁸ Artigo escrito em maio de 2024

²³⁹ Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial (PET - Economia). E-mail: hortenciafrazao@hotmail.com

²⁴⁰ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, tutora do PET-Economia e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

²⁴¹

<https://www.nexojournal.com.br/extra/2023/03/28/com-teto-de-juros-de-197-bancos-retomam-consignado-do-inss>

²⁴² <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicotaxasjuros>

²⁴³ <https://www.cut.org.br/noticias/cut-aposentados-contribuem-com-o-pais-e-precisam-ser-valorizados-0cff#:~:text=No%20Brasil%20s%C3%A3o%20aproximadamente%2022,boletim%20estat%C3%ADstico%20da%20Previd%C3%AANCIA%20Social.>

no mesmo período o salário-mínimo ideal era de R\$ 6.294,71, de acordo com o DIEESE²⁴⁴, tornando evidente que há uma grande lacuna entre a renda real e a ideal.

Durante a vida produtiva, é comum o hábito de fazer trabalhos extras para complementar a renda, porém pessoas que recebem auxílio e aposentadorias, não conseguem desempenhar trabalhos extras, por limitações físicas da própria idade ou doença. Soma-se a isto o fato que no Brasil, os trabalhadores não têm o hábito de poupar para a aposentadoria, sendo assim, na maioria dos casos, as pessoas não conseguem manter seu padrão de vida na aposentadoria, havendo essa necessidade por uma renda maior para prover seu sustento e, sem melhores opções, muitos acabam recorrendo a produtos consignados, formando-se assim um solo fértil para que financeiras vendam seus produtos de crédito.

A narrativa embutida por trás da venda de produtos consignados é bastante engenhosa, se pondo como um produto de fácil pagamento, uma vez que as parcelas são menores e descontadas direto no salário, sendo realmente encarado como um “dinheiro fácil”, uma vez que o pagamento não faz um peso grande no salário. Realmente as parcelas do consignado são relativamente baixas, devido ao teto de margem consignada que não pode passar de 45%²⁴⁵ do provento mensal, para beneficiários do INSS, destes 35% para empréstimos e o restante com cartões consignados.

Porém a quantidade de parcelas é bastante extensa, podendo chegar a até 84 meses (ou seja, 7 anos), em contrapartida, em um empréstimo não consignado as parcelas não costumam ser tantas, por conta do risco de inadimplência e a quantidade de juros ali estabelecidas, portanto com mais parcelas a oferecer ao longo de um prazo maior o montante final - ou seja o valor emprestado mais os juros – o empréstimo consignado e o não consignado acaba se equiparando, por mais que este tenha maiores taxas de juros, uma vez que o montante de juros pagos é diretamente influenciado pelo tempo de duração do endividamento.

Sendo assim, pessoas que não conseguem atender à plenitude de suas necessidades com o montante de renda que dispõem e/ou que desejam manter uma estrutura de consumo acima das possibilidades da renda corrente que dispõem, acabam recorrendo aos bancos para a contratação do empréstimo, para ter essa ampliação de sua renda e poder sanar necessidades da sua vida cotidiana, seja alimentação, moradia ou saúde, esta que muitas vezes não é provida pelo Estado totalmente. Para pessoas com

²⁴⁴ <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>

²⁴⁵ <https://www.gov.br/inss/pt-br/assuntos/margem-do-emprestimo-consignado-esta-atualizada#:~:text=Isso%20por que%20nesse%20tipo%20de,o%20cart%C3%A3o%20consignado%20de%20benef%C3%ADcio.>



rendas maiores, recorre-se a esse tipo de endividamento à aquisição de bens duráveis e/ou outros bens e serviços de maior valor.

Ludibriadas pela ideia de que as parcelas são pequenas e por isso não precisarão preocupar-se com o seu pagamento, acabam contratando os empréstimos, que como vimos acima, tem ciclo de endividamento de até 7 anos. Porém, antes do período de encerramento de um contrato de endividamento, o aposentado sente a necessidade de um novo endividamento, uma vez que o valor anterior normalmente foi utilizado, mas não sana o abismo entre o que se ganha e as necessidades a serem atendidas (sejam necessidades reais ou criadas). O resultado é a contratação de novos empréstimos, muitas vezes, até que exceda a margem consignável, que hoje pode alcançar até quase metade da renda mensal.

A margem está excedida, porém a situação do aposentado tende a continuar na mesma, ou até mesmo piorar, em razão do comprometimento da renda corrente que vai se ampliando. A saída seria então controlar os próprios gastos e tentar quitar a dívida? Infelizmente essa não é uma saída possível para um aposentado ou beneficiário do Benefício de Prestação Continuada, pois são pessoas que estão muitas vezes em situação de vulnerabilidade social. Então, a necessidade por renda para questões básicas é realmente pungente, e aumenta em tempos de crise, uma vez que devido ao aumento nos preços, a renda acaba se achatando ainda mais, como no caso do ocorrido durante o período da pandemia de Covid-19.

A saída que o governo brasileiro vem encontrando na década presente é de aumentar o tamanho da margem consignada, isso foi feito de forma emergencial durante a pandemia²⁴⁶, continuou-se neste caminho deste então. Contudo, esta figura como uma solução rápida para um problema imensamente complexo, e, portanto, tende ao fracasso, considerando que a solução que vem sendo empreendida fragiliza ainda mais a situação material do aposentando. Além de ampliar a espiral de endividamento, comprometem-se maiores níveis de renda corrente, nota-se que se cria uma transferência de renda (em juros), dos mais pobres às grandes instituições financeiras.

Em matéria do jornal Nexo²⁴⁷, é apontada a trajetória da modalidade de crédito no Brasil, sendo autorizada para os benefícios e salários desde 2004. Nota-se que no

²⁴⁶<https://www.camara.leg.br/noticias/741508-entra-em-vigor-lei-que-amplia-margem-do-consignado-ate-o-final-do-ano#:~:text=O%20presidente%20Jair%20Bolsonaro%20sancionou,40%25%20do%20valor%20do%20benef%C3%ADcio.>

²⁴⁷<https://www.nexojournal.com.br/expresso/2023/03/20/Qual-o-tamanho-e-a-fun%C3%A7%C3%A3o-do-consignado-do-INSS>

primeiro momento utiliza-se o crédito à aquisição de bens duráveis, logo se popularizando e chegando a 14,5 milhões de pessoas em 2023, segundo a mesma matéria. Os mutuários de empréstimos consignados, que recebem pelo INSS, somaram em 2023 o montante de R\$ 230,5 bilhões devidos, ao ponto de ser utilizada como recurso eleitoreiro na última eleição presidencial, pelo então presidente vigente.

Em 2023 houve um grande esforço do governo para reduzir a taxa de juros do consignado, e se conseguiu, porém o problema vai além dos juros. Há também diversas mudanças na legislação para tentar sanar esta questão, como por exemplo, a Medida Provisória nº 1164/2023²⁴⁸, que regulamentou novas condições para a contratação do empréstimo consignado para quem recebe o benefício através do LOAS, uma vez que estes são ainda mais suscetíveis ao superendividamento.

Tratando agora sobre o cartão consignado, este que carrega uma problemática ainda maior do que o empréstimo, em função de que no cartão consignado o valor mínimo da fatura é descontado direto na folha do contratante, entretanto é preciso que pague o restante da fatura com o código de barras. Porém, muitos não se preocupam com esse pagamento complementar, ou por falta de atenção aos termos do cartão pelo contratante ou por suposta informação com má fé²⁴⁹ - nesta que se omitem informações sobre o produto para induzir as pessoas à contratação.

Desse modo, tende a ocorrer de pessoas utilizarem o limite do cartão, e não pagarem a fatura, acreditando que o montante será liquidado pelo desconto em folha. Todavia, o desconto em folha, liquida uma parcela muito pequena da dívida, esta que vai gerando juros mês a mês e o saldo não diminui. Devido a isto o INSS instituiu por meio de uma normativa INSS nº138²⁵⁰, o rotativo do valor não pago, então ele é parcelado em até 84 vezes. Mas, cabe lembrar como tratamos no primeiro parágrafo, os juros do cartão de crédito são superior ao do empréstimo consignado, em aproximadamente 30%, gerando da mesma forma um longo ciclo de endividamento.

Incrível como em apenas 20 anos, essa modalidade de crédito vem abocanhando, em surdina, as rendas, por meio do endividamento, mostrando a fragilidade e a carência de renda que o brasileiro possui e só aumenta. Importantes medidas vêm sendo tomadas, porém ao que parece estão apenas enxugando gelo,

²⁴⁸ <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/156003>>

²⁴⁹

<https://www.mpmg.mp.br/portal/menu/comunicacao/noticias/banco-bmg-e-multado-por-conceder-cartao-de-credito-consignado-sem-o-conhecimento-do-consumidor-8A9480678848BF52018A2CFF275F09AD-00.shtml>

²⁵⁰ <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=438446>

enfrentando paliativamente um problema tão complexo, e com um imenso potencial de seguir em crescimento. Afinal qual é o limite do endividamento de uma população? A contratante do consignado terá as parcelas descontadas direto em seu benefício e/ou renda de outro tipo, de maneira que os endividados não podem escolher ou não pelo pagamento, em uma situação crítica de endividamento, o banco terá sempre a prioridade em seu orçamento.

Por outro lado, a perda de renda associada com a ampliação do endividamento, vai comprometendo a capacidade de as necessidades básicas correntes de milhões de brasileiros que se encontram nessa ‘armadilha’, uma vez que o desconto é automático, tornando-se uma situação cada vez mais crítica. Armadilha essa que aparece como uma questão meramente financeira, mas que na verdade, em essência envolve questões sociais e econômicas complexas e estruturais.

É de suma importância reconhecer esse problema como ele é, uma questão de raiz estrutural e social, e deve ser resolvido como tal. Não é produtivo culpar o indivíduo, sendo que ele é levado ao consumo do empréstimo, seja para atender necessidades concretas ou do imaginário. Agir de forma correta e ética é o mínimo que esperamos de uma instituição financeira, queremos realmente viver em uma sociedade na qual bancos extremamente ricos expropriam a renda de aposentados e pensionistas? E quando os aposentados formos nós?

A ÍNDIA E SUA DEMOCRACIA IMBRICADA NA IDEOLOGIA²⁵¹

Rafael Tavares Requeijo²⁵²

Águida Cristina Santos Almeida²⁵³

A Índia é um país que tem em sua fundação um contexto histórico e geográfico extremamente complexo e peculiar, em vista disso, é injusto tratar sobre suas questões contemporâneas sem abordar, brevemente, sobre seu retrospecto histórico. Já no ano de 1700, a região que agora é o território indiano tinha uma população de 170 milhões de

²⁵¹Artigo escrito em maio de 2024.

²⁵²Graduando no curso de Ciências Econômicas da UFCG, integrante do GAACE e do PET-Economia.

²⁵³Professora do curso de Ciências Econômicas da UFCG, coordenadora do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica-GAACE, tutora do PET-Economia. No presente artigo fez o trabalho de revisão. Email: aguidasantosalmeida@gmail.com



peças, num território que comportava diferentes povos e impérios: Por exemplo, o Império Marata, formado pelos hindus, e o Império Mongol, formado pelos turco-mongóis muçulmanos.

Além desses povos, posteriormente, os povos estabelecidos ainda sofreram a influência dos invasores/colonizadores portugueses e ingleses, ou seja, o convívio dessas várias sociedades corroborou para a formação de uma cultura singular do povo indiano. Em relação à estrutura socioeconômica e ideológica, a Índia desde tempos muito remotos mantém sua estrutura de castas, que teve origem no texto religioso base do hinduísmo, chamado Manusmriti, escrito no II milênio antes da era moderna, o qual delimita que a sociedade ideal deveria ser dividida entre diferentes varnas (brâmanes, xátrias, vaixás, sudras e os dalits) (Piketty, 2020)²⁵⁴, isto é, em classes sociais que cumpram suas funções para a garantia da harmonia àqueles que vierem nas próximas reencarnações.

Contudo, de acordo com Piketty, tal estrutura se configura como uma ideologia que justifica e perpetua as desigualdades, pois como o Manusmriti foi escrito pelos brâmanes, fica evidente como houve um viés claro na forma como foi escolhido quem seria a classe dominante na estrutura de castas. Essa estrutura é um dos fatores para o crescimento do antagonismo entre hindus e muçulmanos, pois alguns indivíduos das castas baixas se converteram para o islã exatamente para se desvencilhar do sistema de castas. Essa disposição segregatória consegue estabelecer uma estrutura de dominação ainda mais sofisticada do que o proprietarismo (que defende uma sociedade baseada na defesa ferrenha do direito da propriedade como caminho para a prosperidade), por conseguir cooptar as classes mais baixas a trabalharem para as mais altas, com a defesa do pensamento de terem a possibilidade de reencarnarem em castas mais altas (Piketty, 2020).

Conforme o Estado foi avançando e tomando a centralidade, a hierarquia das castas (que tinha sido consolidada ao longo do tempo) teve uma queda de influência na sociedade, embora, ainda persista na sociedade indiana. O atual primeiro-ministro, Narendra Modi, representa a continuidade dessa estrutura desigualitária da ordem de castas, pois além de defender a “sociedade ideal” do texto sagrado hindu, também consolidou outras formas de dominação. Em contrapartida, se vende para a comunidade

²⁵⁴ PIKETTY, Thomas. Capital e ideologia. trad. Maria de Fátima Oliva do Coutto, Dorothée de Bruchard. 1º ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020. 1056p.

internacional como defensor da democracia, mas a realidade da população muçulmana na Índia deixa latente algo muito diferente em relação à atuação do primeiro-ministro.

Modi se consolidou como um líder inabalável em seu país, conseguindo se manter no poder por 10 anos, usando como base o nacionalismo hindu, o qual defende o sistema de castas. Modi galgou sua carreira na política dentro da ala nacionalista hindu, chamada Hindutva, a qual defende uma hegemonia com o protagonismo dos Hindus e que tem algumas características paramilitares. Após alguns anos no partido, Modi conseguiu se candidatar como Ministro-chefe do Gujaraate, que constitui um estado localizado no extremo oeste da Índia. Foi durante sua administração que Modi ficou marcado negativamente na comunidade internacional, pois em 2002, neste estado, ocorreu um Pogrom (violentos ataques físicos da população) contra os muçulmanos e, Modi foi acusado de fazer vista grossa aos atos violentos, como a questão de não ter detido policiais e funcionários do governo que aparentemente direcionaram os agressores e até proveram listas de casas de famílias muçulmanas para serem atacadas. A incursão violenta resultou na morte de mais de 2000 pessoas, sendo a maioria formada por muçulmanos (Lambert, 2024)²⁵⁵.

Mesmo com esse fato escabroso em sua biografia, Modi conseguiu se eleger como primeiro-ministro, em 2014, usando como base ideológica o nacionalismo hindu, mas também realizou uma estratégia mais populista. Não obstante, quando eleito, Modi se distanciou mais da ala nacionalista, como uma tentativa de manter a opinião pública mais a seu favor. Assim começou seus métodos para se manter no poder, com a criação de um canal próprio na televisão. Em 2019, quando se reelegeu, deixou de operar de formas sutis e começou a colocar suas peças em posição, pois conseguiu formar um congresso composto por seus pares, para assim aprovar o que bem entendesse. O exemplo mais escancarado disso, foi um projeto aprovado no qual o Supremo Tribunal do país deixou de ser composto por membros que eram escolhidos pelo colegiado de juízes, de modo que os ministros seriam escolhidos por membros do governo, ou seja, aqueles que estavam de acordo com Modi. A rede da estrutura de dominação do primeiro-ministro se estendeu a tamanha escala que englobou até as universidades, com um processo de escolha de reitores envolvendo membros do comando do partido nacionalista hindu (Jaffrelot, 2014)²⁵⁶.

²⁵⁵ LAMBERT. Renaud. A Índia não é a China: o inverso de uma potência. Revista Le monde Diplomatique Brasil. São Paulo. ano 16. n° 201. p. 20-21, abril de 2024.

²⁵⁶ JAFFRELOT. Christophe. Modi, outra concepção de democracia. Revista Le monde Diplomatique Brasil. São Paulo. ano 16. n° 201. p. 22-23, abril de 2024.

Não obstante, mesmo com todas essas formas de controle exercidas pelo primeiro-ministro e o estreitamento das práticas democráticas, as eleições foram mantidas no país, tal como na Turquia, na Rússia e na Hungria. Essa decisão não é feita sem pretensões, tem uma estratégia por trás, que é exatamente dar legitimidade a seus governos e para suas políticas, mas sem correr riscos, ao ser eleito nas urnas. O partido de Modi recebe mais recursos do que todos os outros partidos, financiamento esse que tem origem dos oligarcas. O primeiro-ministro para evitar surpresas também controla a justiça eleitoral, assim não sendo possível ser penalizado caso irregularidades nos pleitos eleitorais sejam constatadas (Jaffrelot, 2014).

Além disso, a militância dos nacionalistas, que é a base do governo, tem acesso a treinamento militar, com o propósito de realizar um policiamento cultural contra os muçulmanos. A perseguição se tornou tão escancarada que os muçulmanos são impossibilitados de estarem presentes em locais que são definidos como ambientes de convivência dos hindus, por exemplo, é o que acontece nas universidades, nas quais os hindus separam qualquer muçulmano para não se aproximar das mulheres, com o pretexto de evitar o “love jihad”, que pode ser definido como uma estratégia por meio da qual os muçulmanos “tentariam” seduzir mulheres hindus para convencê-las a se converterem e a casarem com eles. Também há casos de repreensão com os muçulmanos para se converterem ao hinduísmo, até chegando a realizarem linchamentos, que são filmados e transmitidos em redes sociais. Importante reiterar que tudo isso tem envolvimento e a organização do movimento nacionalista hindu, o qual é uma das bases do partido de Modi (Jaffrelot, 2014).

Simultaneamente a esses fatos que envolveram Modi, a comunidade internacional se distanciou do líder indiano, mas tal processo foi se revertendo, principalmente, no contexto mais recente, no qual a China estabelece ameaças para os EUA, com seu dinamismo econômico e tecnológico. Desse modo a Índia desponta como instrumento para estabelecer um contrapeso econômico e geopolítico na ascensão sucessiva do dragão do leste asiático. Um caso emblemático que trouxe mais um sinal dessa estratégia de aproximação com a Índia, pelos EUA, foi evidenciado quando o Departamento de Justiça dos Estados Unidos revelou uma operação dos serviços secretos indianos visando eliminar opositores sikhs nos Estados Unidos e no Canadá (outra religião que é segregada por uma parte dos hinduístas), contudo mesmo com essa ação vindo a público, o presidente Biden não quis comentar nada sobre o ocorrido. A impessoalidade que o governo americano conduz as ações antidemocráticas do governo

indiano, ao mesmo tempo em que os EUA se promovem como uma das maiores democracias do mundo, não é uma mera contradição, pode ser entendida como uma forma de defender os interesses de um aliado, que pode vir a ser um parceiro estratégico para contrapor a China. Meses antes da operação referida, Modi foi convidado para fazer um discurso no Congresso estadunidense, sendo esse convite uma grande honraria para representantes internacionais (Lambert, 2024).

Narendra Modi e a elite brâmane utilizam estratégias que vem sendo eficazes em manter o poder das oligarquias e do sistema de mercado, sobre as demais instituições, tendo em vista que opera ferramentas estruturais de opressão e de dominação para obter tamanha influência. Assim o primeiro-ministro consegue se colocar no patamar que mesmo sendo aliado com os EUA não titubeia em aproveitar sua posição de vantagem para comprar petróleo russo por preços mais baixos, por conta das sanções à Rússia impostas pelos EUA, como também revende esse mesmo petróleo, com ágio no preço, para os países europeus que bloquearam todos os negócios que tinham com a Rússia.

Modi, Órban, Erdogan, Putin e Milei, bem como outrora Trump e Bolsonaro, são alegorias cruciais de como se constata a perniciosidade do hipercapitalismo neoproprietarista meritocrático, que defende “com unhas e dentes” a democracia, mas que opera para proteger ao máximo as oligarquias que financiam suas campanhas e que colocam nos parlamentos os representantes que consideram como o melhor para operar seus esquemas a caminho da consolidação de regimes totalitários.

Além disso, é defendendo a democracia que os mandatos presidenciais de políticos da extrema direita estão destruindo os regimes democráticos, empregando expedientes e práticas ora conhecidos, ora particulares das estruturas nas quais são eleitos para (des)governarem. Mesmo não estando em cenários de um sistema eleitoral com voto censitário (sistema no qual quem votava eram aqueles que tinha concentração de grande propriedade), o que parece existir é uma continuidade do direito ao voto ou de representação ser um privilégio destinado para aqueles que detêm os grandes montantes de estoques de renda e riqueza e a Índia é, infelizmente, mais um exemplo disso.

A POLÍTICA DO "PÃO E CIRCO" NA ARÁBIA SAUDITA: O FUTEBOL COMO FERRAMENTA DE DISTRAÇÃO E CONTROLE²⁵⁷

Fernando de Lima Dionizio²⁵⁸

Águida Cristina Santos Almeida²⁵⁹

Ao longo da história, o fenômeno da política do "pão e circo" tem sido uma estratégia recorrente utilizada pelos governantes para manter o controle sobre as massas. Originária do Império Romano, essa tática consistia em oferecer entretenimento e benefícios superficiais à população, enquanto questões sociais e políticas mais profundas eram negligenciadas. No auge do império romano, o aumento populacional, a expansão territorial e o incremento no número de escravos desencadearam uma série de problemas sociais, incluindo altos índices de desemprego, analfabetismo e falta de moradias dignas. Esses desafios foram agravados por governos corruptos, que priorizavam o benefício privado em detrimento do bem-estar público. Para evitar revoltas populares, os imperadores romanos adotaram e expandiram a política do "pão e circo", iniciada por Otávio Augusto. Essa estratégia consistia em distribuir migalhas de pão e trigo para alimentar a população, enquanto promoviam espetáculos públicos, como as famosas lutas de gladiadores nas arenas, com o intuito de distrair e manter o povo alienado da realidade política e social.

É intrigante observar como esse modelo histórico ecoa nos tempos modernos, especialmente na Arábia Saudita, pois o país vive um momento que guarda semelhanças notáveis com o período do Império Romano. Apesar dos avanços econômicos, ainda persistem altas taxas de desemprego e analfabetismo, além de condições precárias de habitação para uma parcela significativa da população. Assim como no tempo dos imperadores romanos, o governo saudita recorre ao entretenimento, especialmente ao futebol, como uma forma de desviar a atenção dos problemas internos e manter a população sob controle. Os investimentos massivos em clubes de futebol estrangeiros, a

²⁵⁷Artigo escrito em maio de 2024.

²⁵⁸Graduando(a) do curso de Ciências Econômicas da UFCG, integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do PET-Economia. E-mail: fernando.lima@estudante.ufcg.edu.br;

²⁵⁹Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, tutora do PET-Economia e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

aquisição de jogadores renomados e a organização de grandes eventos esportivos servem como uma cortina de fumaça para encobrir as questões mais urgentes enfrentadas pelo país.

A recente contratação de Cristiano Ronaldo pelo Al Nassr, um clube saudita, exemplifica essa estratégia. Não se trata apenas de uma transação esportiva, mas sim de um movimento calculado para melhorar a imagem do país no cenário global. Esta contratação não é apenas uma questão esportiva, mas sim parte de uma estratégia maior de "sportswashing"²⁶⁰, onde o esporte é usado para distrair a atenção de questões controversas e melhorar a reputação do país, ajudando a desviar a atenção de assuntos polêmicos, como as violações dos direitos humanos e as críticas à governança autoritária.

Além da contratação de Cristiano Ronaldo, a Arábia Saudita tem investido pesadamente em eventos esportivos, como a Supercopa da Espanha e da Itália, em 2018 e 2020, respectivamente. Esses eventos são acompanhados por investimentos financeiros substanciais, como os aproximadamente 23 milhões de dólares por ano destinados à Supercopa da Itália e os 38 milhões de dólares por ano, para a Supercopa da Espanha. Outras iniciativas incluem a criação do LIV Golf em 2021, um torneio de golfe com prêmios mais altos do que os tradicionais PGA Tour e DP World Tour, com um investimento significativo de cerca de 2 bilhões de dólares. Além disso, a Arábia Saudita patrocina a Fórmula 1 desde 2022, investindo aproximadamente 38 milhões de dólares por ano por meio da Aramco, o braço petrolífero do Public Investment Fund (PIF)²⁶¹.

As iniciativas de sportswashing adotadas pela Arábia Saudita estão diretamente alinhadas com o ambicioso plano estratégico "Visão 2030", liderado pelo príncipe herdeiro Mohammed bin Salman. Este plano visa diversificar a economia do país, reduzindo sua dependência do petróleo, promovendo reformas sociais, incluindo medidas que visam a modernização e abertura do país, como permitir a presença de torcedoras nos estádios de futebol²⁶². Por meio do investimento em eventos esportivos de grande porte, como a aquisição de clubes de futebol e a organização de competições internacionais, a Arábia Saudita busca projetar uma imagem de modernidade e

²⁶⁰ <https://pt.wikipedia.org/wiki/Sportswashing>

²⁶¹

<https://www.lance.com.br/lancebiz/as-cifras-e-os-planos-da-arabia-saudita-por-tras-do-investimento-bilionario-no-futebol.html>

²⁶² <https://www.vision2030.gov.sa/en/>

progresso para o mundo. Um exemplo emblemático desse esforço foi a compra do Newcastle United, um clube tradicional da Inglaterra, por 300 milhões de libras, liderada pelo Fundo de Investimento Público (PIF) saudita, comandado pelo príncipe herdeiro Mohammed bin Salman, que adquiriu 80% das ações²⁶³.

No entanto, por trás dessa fachada de modernidade, persistem graves questões de direitos humanos que lançam uma sombra sobre os esforços do país para melhorar sua imagem. O assassinato brutal do jornalista Jamal Khashoggi em 2018²⁶⁴, atribuído ao governo saudita, ecoou pelo mundo como um sombrio lembrete das ameaças à liberdade de imprensa, especialmente em regiões politicamente instáveis como o Oriente Médio. Khashoggi, um proeminente crítico do governo saudita, foi visto pela última vez em 2 de outubro daquele ano, ao entrar no consulado saudita em Istambul, na Turquia, para obter documentos necessários para o seu casamento.

As circunstâncias sombrias que envolvem seu desaparecimento e subsequente assassinato revelam um panorama grave da repressão e da violência contra vozes dissidentes. As investigações apontam fortemente para a responsabilidade do governo saudita no assassinato de Khashoggi. Relatos indicam que ele foi torturado e morto dentro do consulado por um grupo de até 15 pessoas, incluindo agentes sauditas, e seu corpo teria sido desmembrado e ocultado, com a tentativa inicial do governo saudita de negar qualquer envolvimento no crime.

Entretanto, a pressão internacional e as evidências crescentes forçaram o governo saudita a admitir a morte, embora tenha tentado apresentá-la como resultado de um interrogatório que "acabou mal". A reação internacional ao caso foi mista, revelando as complexidades das relações geopolíticas na região e embora países como os Estados Unidos tenham condenado o assassinato de Khashoggi, as respostas foram, em muitos casos, atenuadas por interesses políticos e econômicos. O presidente Donald Trump, por exemplo, sugeriu que o crime poderia ter sido cometido por "matadores de aluguel", dissociando o príncipe herdeiro Mohammed bin Salman de qualquer envolvimento direto.

Analisando a situação descrita como uma ilustração do cenário global, é válido questionar até que ponto estamos dispostos a tolerar um mundo onde nossos líderes adotam uma política de "pão e circo", desviando nossa atenção com os mais variados

²⁶³ https://www.espn.com.br/futebol/artigo/_id/9322418/fundo-que-

²⁶⁴

<https://www.gazetadopovo.com.br/opinioao/editoriais/jamal-khashoggi-e-a-liberdade-de-imprensa-no-orientemediterraneo-cnd5klyrhtc6zpaxardimcf7a/>

eventos, ao passo que questões urgentes são negligenciadas. Enquanto nos comportamos como simples espectadores, distraídos por esse espetáculo, os desafios reais persistem sem solução. Devemos nos contentar em apenas observar, ou é hora de desafiar essa narrativa e exigir uma abordagem mais responsável e assertiva para lidar com os problemas que afetam diretamente nossas vidas e o futuro da sociedade global?

Diante da persistência dessas realidades, é crucial reconhecer a necessidade de uma mudança fundamental em nossa abordagem coletiva, que vá além do entretenimento proporcionado pelas arenas esportivas. O caso perturbador do assassinato de Jamal Khashoggi, um jornalista crítico do regime saudita, serve como um lembrete nefasto das consequências reais dessa repressão. Somente ao enfrentarmos essas questões de frente e exigirmos responsabilidade de nossos líderes e instituições, podemos aspirar um mundo verdadeiramente justo, livre e igualitário para todos os seus habitantes. Ou seja, vamos nos politizar, esse deve ser o projeto social a ser buscado.

MORALIDADE PARA QUEM? UMA ANÁLISE CRÍTICA DO PAPEL DOS LÍDERES RELIGIOSOS²⁶⁵

Maria Gabriella da Silva Valentim²⁶⁶

Emanuel Lucas Guerra Sobral²⁶⁷

Águida Cristina Santos Almeida²⁶⁸

Recentemente tem-se espalhado e viralizado nas redes sociais diversos vídeos com falas asquerosas de líderes religiosos, as quais, envolvem temáticas sensíveis como incesto, pedofilia e normalização da violência doméstica. Os “discursos”, ditos em alto e bom tom para os que os seguem, são recebidos repugnantemente de forma positiva pelos públicos ouvintes, quando foram proferidos, com risadas e aplausos, mesmo quando um pastor diz que beijou a filha além de também revelar ter proferido falas como: “ela passava e eu dizia: Nossa, que mulherão. Ai se eu te pego”²⁶⁹. Como algo desse porte, falas desse nível não revoltam aqueles que estavam ali naquele “culto”? Qual o nível de alienação dessas pessoas para que consigam rir e aplaudir esse tipo de coisa? Serão essas pessoas, aquelas que se colocam forte e fervorosamente contra a educação sexual nas escolas? Qual a relação entre a religião, o abuso e o silêncio?

Não é novidade que personalidades religiosas e seus fiéis defendem a “família tradicional brasileira”, bem como seus “princípios e valores”, sendo assim, se opõem ativamente contra qualquer coisa que considerem sendo parte da “ideologia da esquerda”. Isso inclui a tentativa de impedir o ensino (de suma importância) de educação sexual nas escolas, afirmando que seria expor as crianças à “ideologia de gênero”, coisa que nem faz sentido e muito menos existe. Mas, o ponto aqui é muito mais complexo, ao passo que vemos mais e mais casos que envolvem religiosos sendo revelados, e aí nos surgem as seguintes dúvidas: estão defendendo “princípios e valores” ou sendo coniventes com os abusos cometidos dentro de instituições

²⁶⁵Artigo escrito em maio de 2024.

²⁶⁶ Graduando do curso de Ciências Econômicas da UFCG, Integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do PET-Economia. E-mails: emanuelsobral.021@gmail.com.

²⁶⁷Graduanda do curso de Ciências Econômicas da UFCG, Integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do PET-Economia. E-mail: silvagabriella776@gmail.com.

²⁶⁸Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

²⁶⁹Andrade, J. "Polícia apura mensagens polêmicas atribuídas a pastor Lucinho Barreto, da Lagoinha". G1 Minas — Belo Horizonte, 03 de maio de 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2024/05/03/policia-apura-lucinho-barreto-lagoinha.ghtml>. Acesso em: 05 de maio de 2024.



religiosas? Por qual motivo as crianças não deveriam ter acesso a informações básicas que as deixariam menos vulneráveis a uma situação de possível assédio sexual? Será mesmo que todos os casos escondidos que estão sendo revelados e essa insistência em manter a educação sexual para crianças como um tabu não estão relacionados?

Muito do que se vê aqui parece hipocrisia, no mínimo, dada a evidente contradição entre os valores pregados e os escândalos de abusos que se revelam. Será que seria possível fazer uma analogia com Röpke, o mesmo autor que fala sobre a retomada da família, dos valores tradicionais, e ao mesmo tempo apoiou o apartheid na África do Sul²⁷⁰? Aqui trago fala de um pastor, Luciano Barreto, que como já citado acima, falou que já deu um beijo em sua filha, para ser o primeiro, antes de um possível namorado, além de que dizia “Nossa, que mulherão. Ai se eu te pego” para a filha²⁷¹. Parecem tempos medievais onde o senhor feudal dormia com a recém-casada, o “direito da primeira noite”. Enfim, algo que deveria ser abominável, é tratado como normal e isso se perpetua!

Juntando isso a uma “catequização”, como a que Röpke²⁷² esperava quando visava defender e reintegrar os indivíduos a comunidades orgânicas, com valores cristãos e tradicionais, se observa a multiplicação de casos de abuso, isso quando não se silencia, pois nessas comunidades “orgânicas”, a autoridade do líder raramente se vê contestada e a voz da vítima muitas vezes é calada. Isso quando não se coloca a culpa na vítima, como declarou o pastor Jonas Pimentel, que durante um culto sugeriu que certas crianças vítimas de abuso sexual podem sim ter culpa pelo ocorrido²⁷³. É essa normalização, é essa perpetuação de valores tradicionais repletos de contradição, quando na verdade é essa cultura de autoridade inquestionável que valida esses tipos de comportamento patológicos e socialmente inaceitáveis. Outrora se vê essa autoridade inquestionável em ambientes religiosos, mas isso se dá também com presidentes! Presidentes neoliberais! Isso na figura de Trump com sua bíblia patriota²⁷⁴, e na figura

²⁷⁰Dardot, P.; Guéguen, P.; Laval, C.; Sauvêtre, P. A escolha da guerra civil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

²⁷¹Idem 4.

²⁷²Idem 5.

²⁷³Xavier, Liniker. "Declaração de pastor sobre abuso infantil é mostra da cultura de silêncio e medo que assombra as igrejas". Diálogos da Fé, Carta Capital, 02 de maio de 2024. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/declaracao-de-pastor-sobre-abuso-infantil-e-mostra-da-cultura-de-silencio-e-medo-que-assombra-as-igrejas/>. Acesso em: 05 de maio de 2024.

²⁷⁴Gold, Michael; Habberman, Maggie. Trump lança 'Bíblia patriota' de R\$ 300 para aliviar despesas legais e de campanha. Folha de S. Paulo, 2 de abril de 2024, às 7h00. Disponível em: [<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2024/04/trump-lanca-biblia-patriota-de-r-300-para-aliviar-despesas-legais-e-de-campanha.shtml>]. Acesso em: 05 de maio de 2024.

de Bolsonaro falando que “pintou um clima” com meninas de 14 anos²⁷⁵. Estes, que além disso, também perpetuam preconceitos com minorias, tratam da moralidade cristã e dos valores conservadores inquestionáveis, quase como messiânicos, usando o discurso religioso para segregar o povo e alimentar o ódio a determinados grupos sociais.

Além disso, observa-se que essas são as mesmas personalidades religiosas como Ana Paula Valadão que associa Aids à homossexualidade, e ainda argumenta que exerceu seu ‘direito legítimo da liberdade de expressão e religiosa’, a mesma foi condenada a pagar uma indenização de R\$ 25 mil por danos morais coletivos devido a um discurso contra homossexuais e pessoas com o vírus HIV²⁷⁶, o caso ocorreu em 2016, onde Ana Paula Valadão afirmou que ser gay “não é normal”. “Isso [a homossexualidade] não é normal. Deus criou o homem e a mulher e é assim que nós cremos”. “Taí a Aids para mostrar que a união sexual entre dois homens causa uma enfermidade que leva à morte, contamina as mulheres, enfim [...] Não é o ideal de Deus”, disse. Na mesma matéria consta fala do presidente da Aliança Nacional LGBTI+, Toni Reis, “A questão é educativa para as pessoas que proferem discurso de ódio, somos totalmente favoráveis à liberdade de expressão, desde que não fira a dignidade de ninguém”.

A verdade, é que a falta de educação sexual para crianças, tratando esse assunto como sendo um tabu ou algo abominável, é benéfico para pedófilos, que na maioria esmagadora dos casos estão dentro do próprio ciclo familiar das vítimas. A prova concreta disso é que muitas crianças e adolescentes após terem algum tipo de contato com a educação sexual, através de palestras, por exemplo, chegam a denunciar algum abuso que sofreram ou sofrem, como o caso ocorrido em Campo Limpo (Goiás), onde “dez alunos denunciam abusos no ambiente familiar após assistirem a palestras sobre violência sexual em escola”²⁷⁷. A negação do acesso a esse tipo de informação às

²⁷⁵Carta Capital. "Bolsonaro diz que 'pintou um clima' com menina de 14 anos e menciona prostituição de menores em Brasília". Carta Expressa, 15 de outubro de 2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/bolsonaro-diz-que-pintou-um-clima-com-menina-de-14-anos-e-menciona-prostituicao-de-menores-em-brasilia/>. Acesso em: 05 de maio de 2024.

²⁷⁶Bergamo, M. "Ana Paula Valadão é condenada a pagar R\$ 25 mil por associar Aids a homossexualidade". Folha de S. Paulo, Coluna de Mônica Bergamo, 26 de abril de 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2024/04/ana-paula-valadao-e-condenada-a-pagar-r-25-mil-por-associar-aids-a-homossexualidade.shtml>. Acesso em: 05 de maio de 2024.

²⁷⁷Amoury, J.; Morais, A. Alunos denunciam abuso sexual após assistirem palestras sobre o assunto em escolas de Campo Limpo de Goiás. G1 Goiás, Anhanguera, 22 maio 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2022/05/22/alunos-denunciam-abuso-sexual-apos-assistirem-palestras-sobre-o-assunto-em-escolas-de-campo-limpo-de-goias.ghtml>. Acesso em: 5 maio 2024.

crianças, faz com que não tenham meios para identificar e denunciar qualquer violência sofrida.

Então já passou da hora da comunidade religiosa e a sociedade abrirem bem os olhos e tomarem uma posição com relação a tudo isso! Como certos “valores e princípios morais” podem, aparentemente, sobressair-se perante a segurança e a integridade física e mental das crianças? Cadê as investigações dos casos de abuso infantil envolvendo líderes religiosos? Por qual motivo abrem-se CPI’s para investigar ações de caridade para com os pobres e para investigar ONGs, mas não vemos esse mesmo empenho quando se trata de casos de abuso infantil que envolvam líderes religiosos? É de uma hipocrisia sem tamanho ver que as pessoas responsáveis por todo o terrorismo moral criado e espalhado sobre o caso da Ilha de Marajó, são o mesmo perfil de pessoas que vem sendo citadas durante todo esse artigo, aquelas que se colocam contra o acesso à educação sexual nas escolas!

Diante desse sombrio panorama que é delineado pelas ações e pelos discursos horrendos de líderes religiosos e a reação positiva de muitos de seus seguidores, torna-se imperativo refletir sobre o estado de alienação e hipocrisia que permeiam essas comunidades. A normalização do abuso, seja verbal, emocional ou físico, dentro de instituições religiosas é um sintoma alarmante da manipulação de valores e da perpetuação de uma autoridade inquestionável! A ligação entre religião, abuso e silêncio é um tema complexo que requer uma abordagem multifacetada, e a defesa incessante da chamada “família tradicional brasileira” muitas vezes serve de véu para os abusos cometidos dentro destas estruturas. A resistência à educação sexual nas escolas é apenas uma das formas pelas quais alguns grupos religiosos procuram manter o controle da informação para perpetuarem as suas próprias agendas e proteger os seus próprios interesses, mesmo à custa da segurança e do bem-estar das crianças.

A contradição entre os valores proclamados e os escândalos de abusos que vieram e vêm à tona é uma hipocrisia flagrante. As vozes das vítimas são muitas vezes silenciadas em nome da preservação da autoridade dos líderes religiosos, mantendo uma cultura de impunidade e falta de responsabilização que perpetua estes abusos. As comunidades religiosas e a sociedade como um todo devem urgentemente reconhecer essa realidade e tomarem medidas concretas para proteger as crianças e os grupos vulneráveis. A investigação e o acompanhamento de casos de abuso infantil envolvendo líderes religiosos deve ser uma prioridade. Precisamos quebrar o ciclo de silêncio e negação que permite que este abuso se perpetue! A segurança e a integridade das

crianças devem sempre vir antes de qualquer agenda ideológica ou dogmática, até porque o dano psicológico e emocional na vida de quem é vítima de abuso é praticamente irreparável! Diante do exposto, deixamos aqui um último questionamento a fim de reflexão: afinal, que moralidade é essa? Moralidade para quem? Para quem o silêncio de crianças vítimas de abuso é conveniente?



Ruth Vitoria Barros Cardoso²⁷⁹

Águida Cristina Santos Almeida²⁸⁰

"Memórias Póstumas de Brás Cubas", obra-prima de Machado de Assis²⁸¹, é um livro que nos convida a refletir sobre a vida, a morte e a passagem do tempo. Através das memórias de Brás Cubas, um defunto autor, somos confrontados com questões existenciais e filosóficas que ainda ecoam em nossa sociedade contemporânea. Apesar do lapso temporal, algumas questões denunciadas na obra ainda se fazem presentes. Assim como Brás Cubas expõe a hipocrisia e a moralidade questionável da sociedade de sua época, uma matéria publicada pelo Conselho Nacional de Justiça revela a presença de narcomadeireiros, traficantes e milicianos que exploram e destroem a Amazônia em busca de lucro, muitas vezes com a conivência de autoridades locais.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realizou um mapeamento da atuação de grupos criminosos na região da Amazônia Legal, além dos garimpeiros e grileiros já conhecidos, a pesquisa identificou a presença de narcomadeireiros, traficantes e milicianos, que estão envolvidos em atividades coordenadas e complexas, incluindo lavagem de dinheiro e corrupção. Profissionais como contadores, advogados e servidores públicos também são cúmplices desses esquemas fraudulentos. A exploração ilegal de recursos naturais como madeira e minérios, está diretamente ligada a essas organizações criminosas, que contam com a participação de fazendeiros, madeireiros e garimpeiros, muitas vezes associados a grupos de milícia. O dinheiro obtido com o desmatamento circula por atividades distintas, sendo movimentado por pessoas e empresas. Conflitos relacionados à terra, tráfico de drogas e armas, e a cooptação de indígenas também são apontados como fatores que contribuem para os crimes ambientais na região. A pesquisa contou com o apoio de organizações como o Programa

²⁷⁸Artigo escrito em maio de 2024.

²⁷⁹Graduanda no curso de Ciências Econômicas da UFCG, integrante do GAACE e do PET-Economia. Email: ruthbcardoso154@gmail.com

²⁸⁰Professora do curso de Ciências Econômicas da UFCG, coordenadora do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica-GAACE, tutora do PET-Economia da UFCG. No presente artigo fez o trabalho de revisão. Email: aguidasantosalmeida@gmail.com

²⁸¹ Assis, Machado de. Memórias póstumas de Brás Cubas. Brasil, Ed. Melhoramentos, 1963.

das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)²⁸².

Os grupos criminosos têm um impacto devastador no meio ambiente da Amazônia, afetando diversas áreas com o desmatamento ilegal, poluição, perda de biodiversidade e diferentes impactos em comunidades locais. Grupos criminosos muitas vezes se envolvem em desmatamento ilegal para abrir espaço para atividades como agricultura, mineração ilegal e pecuária. A exemplo disso, “Apesar de alguns garimpeiros e seus defensores afirmarem que o garimpo pode levar ao progresso econômico e social para as terras indígenas, as provas factuais mostram o contrário. Mesmo que em algum momento haja um breve enriquecimento de algumas pessoas empregadas na cadeia produtiva, logo a destruição ambiental mostra as caras e afeta toda a comunidade local. Essas pessoas são deixadas sem apoio médico ou social, enquanto os criminosos se deslocam para outras áreas para recomeçar as atividades.

No caminho, é criado uma longa estrutura para crimes, que envolve até pistas clandestinas de aviação, que acabam servindo também para o tráfico de armas e drogas, além da exploração das comunidades locais”, de acordo com a matéria publicada no jornal Estadão²⁸³, que explica e evidencia as consequências dessas práticas em relação aos impactos ambientais que resultam e a “desculpa” de uma atividade econômica que custa caro e coloca em risco toda a biodiversidade local.

Eles derrubam árvores preciosas, muitas vezes em áreas protegidas, sem autorização, causando danos irreparáveis aos ecossistemas. Esse desmatamento contribui significativamente para a perda de cobertura florestal na Amazônia, impactando o equilíbrio ecológico e aumentando as emissões de carbono. As comunidades locais, especialmente as indígenas, sofrem imensamente com as atividades desses grupos criminosos. Além de perderem seus meios de subsistência devido ao desmatamento e à poluição dos recursos naturais, muitas vezes enfrentam ameaças à sua segurança física devido à criminalidade na região, com atividades criminosas que muitas vezes alimentam conflitos de terra e violações dos direitos humanos. Isso pode incluir assassinatos, sequestros, extorsões e outras formas de violência física e

²⁸² GLOBO.COM. Narcomadeiros, traficantes e milicianos: relatório do CNJ mapeia atuação de grupos criminosos na Amazônia. O Globo, Rio de Janeiro, 8 maio 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2024/05/08/narcomadeiros-trafficantes-e-milicianos-relatorio-do-cnj-mapeia-atuacao-de-grupos-criminosos-na-amazonia.ghtml>. Acesso em: 11 maio 2024.

²⁸³ ESTADÃO. Garimpo ilegal: quais são as consequências desse crime. Summit Agro, São Paulo, [s.d.]. Disponível em: <https://agro.estadao.com.br/summit-agro/garimpo-ilegal-quais-sao-as-consequencias-desse-crime>. Acesso em: 09 maio 2024.



psicológica. Essa violência cria um ambiente de medo e insegurança entre as comunidades locais, minando sua capacidade de resistir às atividades criminosas.

Uma reflexão que pode contribuir à análise dos impactos sociais das atividades criminosas na Amazônia vem do filósofo francês Michel Foucault. Foucault analisou o poder e a violência como elementos intrínsecos às relações de poder em sociedade²⁸⁴, e sua obra pode oferecer insights valiosos para entender a dinâmica de dominação e controle presentes nas atividades criminosas na Amazônia.

Foucault argumentou que o poder não está apenas concentrado nas instituições estatais, mas também permeia todas as relações sociais, manifestando-se através de estratégias de disciplina, controle e coerção. Ele descreveu o controle exercido sobre os corpos e as vidas dos indivíduos, e como isso se manifesta em práticas de controle social e repressão.

Ao aplicarmos as ideias de Foucault ao contexto da Amazônia, podemos compreender as atividades criminosas como formas de exercício de poder que se baseiam na imposição de violência e na criação de um ambiente de medo e insegurança. Os grupos criminosos, muitas vezes, utilizam táticas de intimidação e coerção para impor sua autoridade sobre as comunidades locais e subjugar qualquer forma de resistência ou oposição.

Essa reflexão nos ajuda a entender como a violência perpetrada pelos grupos criminosos na Amazônia não é apenas um fenômeno isolado, mas parte de estratégias mais amplas de exercício de poder e controle sobre territórios e recursos naturais. Ao reconhecermos essa dinâmica, podemos desenvolver abordagens mais eficazes para enfrentar os desafios sociais e ambientais presentes na região, buscando formas de resistência das comunidades afetadas.

A Amazônia é uma rota importante para o tráfico de drogas, com grupos criminosos transportando drogas ilícitas da região para os centros urbanos e mercados internacionais. O tráfico de drogas não apenas contribui à disseminação do vício e da criminalidade nas comunidades locais, mas também alimenta a corrupção e enfraquece as estruturas governamentais, tornando ainda mais difícil combater outras formas de crime organizado na região.

Os grupos criminosos muitas vezes exploram a mão de obra local, especialmente em atividades como mineração ilegal e desmatamento. Eles recrutam

²⁸⁴ COSTA, H. S. PODER E VIOLÊNCIA NO PENSAMENTO DE MICHEL FOUCAULT. Sapere Aude, v. 9, n. 17, p. 153-170, 13 jul. 2018.



trabalhadores em condições precárias, oferecendo salários baixos e sem proteção trabalhista adequada. Muitas vezes, esses trabalhadores são expostos a condições perigosas de trabalho e são privados de direitos básicos, como segurança no trabalho e acesso a serviços de saúde.

O avanço das atividades criminosas na Amazônia frequentemente leva ao deslocamento forçado de comunidades indígenas de suas terras ancestrais. O desmatamento, a mineração ilegal e outros empreendimentos criminosos invadem e destroem os territórios indígenas, forçando as comunidades a abandonarem seus lares tradicionais em busca de segurança e sustento. Esse deslocamento muitas vezes resulta na perda de identidade cultural, coesão social e meios de subsistência para as comunidades indígenas.

A realidade preocupante na região amazônica, onde as atividades criminosas, especialmente relacionadas ao narcotráfico, estão causando danos significativos ao meio ambiente e às comunidades locais, foi discutida numa matéria publicada em maio de 2023 na Folha de São Paulo, intitulada “o tráfico de drogas avança na Amazônia e impulsiona violência e desmatamento”²⁸⁵. A matéria referida evidencia esse avanço e a “normalização” da criminalidade na região Norte, já que práticas assim fazem parte da rotina e do terror da comunidade nortista.

Primeiramente, a corrupção enfraquece as instituições governamentais, responsáveis pela aplicação da lei e pela proteção dos recursos naturais da Amazônia. Funcionários públicos corruptos podem ser subornados ou cooptados pelos grupos criminosos para fechar os olhos para atividades ilegais ou até mesmo para fornecer proteção e apoio logístico. Essa conivência cria um ambiente favorável para que os criminosos operem livremente, sem medo de serem responsabilizados por suas ações.

Além disso, a impunidade resultante da corrupção mina a confiança nas instituições de justiça e no Estado de direito. Quando os criminosos podem escapar das consequências de suas ações devido à corrupção e à falta de aplicação da lei, isso cria um ciclo vicioso em que a criminalidade prospera e a confiança na capacidade do Estado de proteger seus cidadãos é erodida. Esse ciclo vicioso também facilita as ações para lavagem de dinheiro sujo, criando vínculos e dependências entre atividades consideradas legais e as ilegais.

²⁸⁵ FOLHA DE S. PAULO. Tráfico de drogas avança na Amazônia e impulsiona violência e desmatamento. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/07/trafico-de-drogas-avanca-na-amazonia-e-impulsiona-violencia-e-desmatamento.shtml>. Acesso em: 10 maio 2024.



O Estado desempenha um papel fundamental na proteção da região amazônica e no combate aos grupos criminosos que operam lá. No entanto, a eficácia das políticas públicas de combate ao crime organizado na Amazônia tem sido historicamente limitada devido a uma série de desafios, incluindo corrupção, falta de recursos, coordenação inadequada entre agências e pressões políticas e econômicas. A importância da sustentabilidade e preservação da Amazônia não pode ser minimizada em sua importância. A região desempenha um papel fundamental na regulação do clima global, na manutenção da biodiversidade e na prestação de serviços ecossistêmicos essenciais, como a produção de oxigênio e a regulação do ciclo da água.

"Ideias para Adiar o Fim do Mundo" é um livro escrito por Ailton Krenak, um líder indígena, ambientalista e pensador brasileiro²⁸⁶. Publicado em 2019, o livro é uma coletânea de ensaios que abordam questões urgentes relacionadas ao meio ambiente, à cultura indígena e ao futuro da humanidade e funciona como um chamado à ação para que reconheçamos a urgência da crise ambiental e adotemos medidas concretas para proteger o planeta e garantir um futuro sustentável para as gerações futuras. O livro inspira reflexão e engajamento em prol da preservação da vida na Terra, destacando a importância de resgatar nossa conexão com a natureza e de promover uma cultura de cuidado e responsabilidade ambiental.

No entanto, as atividades ilegais, como desmatamento, mineração ilegal e tráfico de drogas, representam uma ameaça significativa à sustentabilidade e preservação da Amazônia. Essas atividades destroem habitats naturais, comprometem a biodiversidade, contribuem para as mudanças climáticas e afetam negativamente as comunidades locais que dependem dos recursos naturais da região para sua subsistência e manutenção da sua cultura.

Para combater esses impactos, é crucial uma abordagem multifacetada que envolva a aplicação rigorosa da lei, o fortalecimento das instituições governamentais, o apoio às comunidades locais na proteção de seus territórios e modos de vida tradicionais, e a promoção de práticas de desenvolvimento sustentável na região, como alega Brás Cubas "Não tive filhos, não transmiti a nenhuma criatura o legado da nossa miséria"²⁸⁷. Nos fazendo refletir sobre a responsabilidade que temos com as gerações futuras e a importância de deixarmos um legado positivo para o mundo. A presença de narcomadeiros, traficantes e milicianos que exploram e destroem a Amazônia em

²⁸⁶ Krenak, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo (Nova edição). Brasil, Companhia das Letras, 2019.

²⁸⁷ Assis, Machado de. Memórias póstumas de Brás Cubas. Brasil, Ed. Melhoramentos, 1963.



busca de lucro, muitas vezes com a conivência de autoridades locais obscurece uma floresta tão rica, vai além da criminologia, por assim dizer. Além disso, contribui para maximizar um desequilíbrio ambiental que a cada dia aumenta e, em ampliar os riscos à existência das diferentes comunidades indígenas que habitam a Amazônia, e resistem há 500 anos ao projeto de dominação imposto pela colonização europeia.



O COLAPSO CLIMÁTICO DO RIO GRANDE DO SUL: UMA SURPRESA INESPERADA OU UMA TRAGÉDIA ANUNCIADA?²⁸⁸

Águida Cristina Santos Almeida²⁸⁹

Ao se deparar com o mais recente quadro de colapso ambiental no Rio Grande do Sul²⁹⁰, marcado por semanas de chuvas persistentes, que provocaram grandes enchentes na quase totalidade dos municípios que compõe o estado, deixando um rastro de mortes, destruição e milhares de desabrigados, uma série de questões se levanta, sobretudo para aqueles que não estão a par da crise ambiental e do caos perpetrado pelo desmantelamento político que o neoliberalismo promoveu aos Estados.

Questões do tipo: Essa tragédia era previsível? Existem culpados? Se sim, quem seriam? Há o risco de repetição desse quadro de colapso ambiental nesse mesmo estado e em outros? Como se dará a reconstrução? Quais agentes e instituições assumirão o compromisso da reconstrução? Vai ser possível recuperar tudo o que se perdeu, em termos materiais, já que para as vidas ceifadas a perda é irreparável? É possível seguir levantando uma lista de questões interminável, com respostas que podem apontar soluções superficiais, bem como soluções estruturais, exigindo diferentes tempos históricos e graus de mudança. Com um exercício recente de docência na área de meio ambiente, senti-me compelida a escrever esse breve ensaio, perante a tragédia do Rio do Grande do Sul e o turbilhão de emoções e sofrimento que esta me ensejou, juntamente com os conhecimentos que a pesquisa recente nessa área vem me proporcionando.

Ao acompanhar dolorosamente a tragédia ambiental em curso no estado do Rio Grande do Sul, foi passando como um filme em minha mente, inúmeros trechos de uma das obras utilizadas no âmbito da disciplina economia, meio ambiente e sociedade, que tenho a satisfação e o desafio recente de estar lecionando. Na verdade, tudo que venho lendo e estudando para conseguir conduzir a disciplina não parou de martelar em minha mente, ao longo desses dias de acompanhamento da dor e do sofrimento do povo

²⁸⁸Artigo escrito em abril de 2024.

²⁸⁹Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE e tutora do PET-Economia.
E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

²⁹⁰<https://www.nexojournal.com.br/externo/2024/05/08/uma-decada-de-emergencia-ambiental-no-rio-grande-do-sul>



gaúcho, mas a obra que mais se fez presente foi o livro ‘O decênio decisivo’, do professor Luiz Marques²⁹¹, da Unicamp.

Esse livro, recém-lançado, pode ser considerado um imenso legado que o professor Marques ofereceu ao povo brasileiro, ao reunir os dados e informações mais recentes acerca da crise ambiental em curso, de um conjunto diversificado de instituições e coletivo de cientistas. A leitura da obra é realmente impactante, mas em compensação, quem tiver o privilégio de acessá-la se libertará de qualquer tipo de ilusão com relação à relativização, e/ou negação, e/ou minimização da crise em curso. É justamente nesse sentido que a obra é impactante, pois, de um lado, configura de modo contundente um cenário desolador à humanidade ao longo do século em curso, e, por outro lado, mostra o cinismo e descaso dos donos do poder, ou seja, os Estados nacionais (sobretudo, os ricos/desenvolvidos) e as grandes corporações multinacionais, na omissão quanto ao enfrentamento e mitigação do caos, já presente, há décadas anunciado pela ciência, sobretudo pelo IPCC (Painel Intergovernamental da Mudança Climática), que constitui em uma das instâncias da ONU.

Acompanhando o Rio Grande do Sul, um dos trechos do livro do Marques que insistentemente me vinha na lembrança, foi de uma tragédia climática ocorrida em regiões do Paquistão, ao longo do segundo semestre de 2022, no período das monções de julho e agosto. Meses antes da fase chuvosa, o país sofreu com frequentes ondas de calor e os meteorologistas previram que em razão disso as chuvas viriam mais severas e, foi exatamente o que ocorreu. O balanço dessa tragédia no Paquistão, ainda no contexto da pandemia do covid-19, é resumido por Marques:

O transbordamento do Rio Indo criou um lago de 100 km de comprimento que submergiu pessoas, animais, casas e plantações. Isso “ultrapassa todo limite, toda norma. Estamos habituados a cada ano com as monções, mas jamais vimos algo similar. Oito semanas de tempestades constantes”, afirmou a ministra das Mudanças Climáticas do Paquistão, Sherry Rehman [...]. Até meados de setembro de 2022, o Paquistão contabiliza e de modo ainda muito provisório, 50 milhões de pessoas deslocadas, cerca de 1.500 mortes humanas, metade das quais de crianças, mais de 700 mil mortes de gado, 1,2 milhão de residências danificadas e 1,8 milhão de hectares (18 mil km²) de terras agrícolas perdidas. Os prejuízos são estimados inicialmente em 30 bilhões de

²⁹¹ MARQUES, LUIZ. O decênio decisivo: Propostas para uma política de sobrevivência. São Paulo: Elefante, 2023.



dólares, ou seja, mais de 10% do seu PIB (263 bilhões de dólares em 2020) (MARQUES, 2023, p. 269).

Perante a tragédia, o Secretário-Geral da ONU, Antônio Guterres, viajou para o Paquistão e ao presenciar de perto a situação fez a seguinte declaração: “Estamos caminhando para um desastre. Travamos uma guerra contra a natureza, e a natureza está respondendo de forma devastadora. Hoje no Paquistão, amanhã em qualquer um de vossos países” (p. 269). Vejam então como qualquer extremo climático que venha ensejar tragédias ambientais de diferente natureza (enchentes, secas, furacões, por exemplo) em diferentes regiões do planeta, está dentro do ‘script’ atestado pela ciência, o qual vem sendo aprofundado e enriquecido com dados e evidências há mais de 50 anos, quando a questão ambiental foi ganhando visibilidade e a atenção da comunidade científica.

A matriz energética termofóssil, o sistema alimentar globalizado e as atividades extrativas e de mineração, são responsáveis pela elevação da temperatura do sistema Terra, que seguirá aquecendo ao longo do século em curso, podendo ultrapassar em até 3 C° a temperatura do período pré-industrial. Essa previsão põe em xeque a vida pluricelular do planeta e é sobre isso que a comunidade científica alerta os ‘donos do poder’ – Estados e corporações, os quais ignoram o aviso e, perante mais uma tragédia climática agem com surpresa e consternação²⁹². Na verdade, a desfaçatez é tão assustadora que nenhuma das promessas feitas em termos de redução de emissões de gases do efeito estufa (GEE), no âmbito do Acordo de Paris e das Cúpulas do Clima, foi cumprida por nenhum dos Estados-membros dessas institucionalidades.

O mais assustador de tudo isso, é que por mais que as tragédias climáticas venham a ceifar milhares de vidas ao longo do século em curso, serão as mortes por excesso de calor as que mais matarão. Inclusive, Marques traça uma epidemiologia das ondas de calor nos dois últimos decênios, com dados de mortes por excesso de calor em vários países e regiões do planeta e, mostra a rápida piora no desequilíbrio do sistema climático, por meio de diferentes dados e parâmetros. Para se ter uma ideia “Entre 1980 e 1999, houve 130 ondas de calor extremo notificadas pelos governos; mas, entre 2000

²⁹² Caso não sejam partidários da extrema direita, a qual nega a existência da crise climática. É importante lembrar que perante as enchentes que assolaram o estado da Bahia em 2021, Bolsonaro, ora presidente, resolveu se distrair, fazendo um passeio de jet-ski, ignorando o sofrimento do povo baiano e se furtando de responsabilidade que seu cargo deveria lhe incumbir. Segue da matéria: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/12/bolsonaro-ignora-tragedia-na-ba-anda-de-moto-aquatica-e-fala-em-manter-folga-em-sc.shtml>



e 2019, essas ondas se multiplicaram por um fator de 3,2, atingindo 432 ondas de calor extremo, uma média de 21,6 por ano” (MARQUES, 2023, p. 254).

O dado trazido acima é somente um dos inúmeros que denotam o agravamento da desregulação do sistema climático e do desequilíbrio energético do sistema Terra, conforme Marques (2023) elucida no livro. Contudo, as emissões não param de aumentar e é justamente isso que assusta perante a crise. Ou seja, a irresponsabilidade e o cinismo dos ‘donos do poder’ assustam mais que a crise em si, como bem pontua Marques (2023, p. 372):

O cerco à vida humana e a de outros organismos se fecha cada vez mais, de modo que a questão que se impõe hoje reforça mais uma vez a percepção de que as sociedades estão adentrando uma zona de risco extremo: que civilização pode, com efeito, se adaptar aos impactos crescentes da emergência climática, da aniquilação biológica, das desigualdades e da poluição ambiental? [...] E, no entanto, por imensas que sejam, essas regressões em curso com suas perspectivas sombrias, não constituem (ainda) o problema maior. O problema maior é a dificuldade de mudar [...].

Caminhando para finalizar essa breve reflexão, cabe apontar ainda três agravantes do caos ambiental posto, dirigindo-se mais especificamente para a situação do Rio Grande do Sul e do Brasil:

Mudanças recentes feitas em legislações municipais, estaduais e federais que irão produzir ampliação da exploração desenfreada da natureza e, por conseguinte, agravarão ainda mais a crise posta e já em ampla maturação;

A insistência numa gestão fiscal austera, que exhibe hoje uma infraestrutura incapaz de permitir o mínimo de adaptação e resiliência das cidades brasileiras à mudança climática, muito bem analisada em matéria do jornal Nexo, juntamente às mudanças em legislações apontadas no ponto anterior²⁹³;

A enxurrada de desinformação e fake News disseminada pela extrema direita, agravando o caos, ao alimentar um clima de desordem e deslegitimação do Estado e das inúmeras instituições que o compõem, também muito bem tratada em matéria do jornal Nexo²⁹⁴.

Enfim, a gestão neoliberal dos Estados, das corporações e das pessoas, ampliou em escala geométrica a crise ambiental diagnosticada ainda nos anos 1970. Daqui em diante essa crise seguirá seu curso de modo avassalador sobre a humanidade, sobretudo

²⁹³ <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2024/05/07/responsabilidade-governos-tragedia-rio-grande-do-sul>.

²⁹⁴ <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2024/05/07/chuvas-rio-grande-do-sul-geram-desinformacao-fake-news>.

aquela abrigada nos países periféricos do sistema, que constitui a grande maioria. Além disso, o avanço dessa crise encontra os Estados nacionais desmontados, deslegitimados, desfinanciados, enfim, em frangalhos, para dar conta das responsabilidades coletivas que lhes cabe.

Perante esses Estados incapacitados para agirem na medida necessária, temos uma extrema direita que vende ódio ao Estado, se põe contra o status quo, mas não para transformar a estrutura posta em algo melhor, mas tão somente para implantar o caos aberto e absoluto. Porque não faz sentido algum vender ódio aos Estados, ao mesmo tempo em que blinda os bilionários e as grandes corporações, que no mínimo, são cúmplices da desgraça instalada. Do outro lado, tem-se uma esquerda perdida e, que perante a ascensão do radicalismo da extrema direita, passou a lutar para manter a ordem posta, defendendo estruturas e instituições que outrora denunciava e atacava, como a mídia corporativa, e a própria estrutura do Estado, por exemplo.

O mais desolador de tudo que pode ser possível é que as tragédias impostas pela crise internacional de 2008; a pandemia do covid-19 e as incontáveis tragédias ambientais que se multiplicam e assolam inúmeras populações em diferentes países e territórios do planeta, não contribuam na reflexão que encaminhe a humanidade a substituir a ordem posta por outra melhor.

A questão é que a frequência de colapsos seguirá se ampliando, sejam os oriundos da economia, sejam os oriundos da crise ambiental, de modo que a pergunta mais angustiante que eu consigo fazer para concluir essa breve reflexão é: Quanto terá que piorar, quanto sofrimento a humanidade ainda suportará, para que consigamos parir uma ordem mais justa, mais inclusiva e que respeite, minimamente, os ciclos e os tempos da natureza? Como eu gostaria de estar viva para presenciar a chegada dessa nova ordem!

**CRISE CLIMÁTICA: QUANDO IRÁ DEIXAR DE SER TRATADA COMO CAUSA DIVINA E
PASSARÁ A SER TRATADA COMO CAUSA DE RESPONSABILIDADE HUMANA²⁹⁵**

Igor Pereira dos Santos²⁹⁶

Águida Cristina dos Santos Almeida²⁹⁷

As mudanças climáticas estão cada vez mais observáveis em nossa sociedade, sejam elas sintomatizadas em seca extrema em diversas regiões, o derretimento de geleiras, tempestades de areias mais intensas, temperaturas que beiram, e até mesmo ultrapassam, os 50° C, chuvas em demasia, que por vezes ocasionam deslizamentos e alagamentos, entre outros fenômenos. Com a intensificação da ação humana na natureza, torna-se evidente que tais mudanças não são por acaso, sendo elas resultantes justamente dessas ações. Ou será que é Jesus que está voltando? Em meio a tamanhas mudanças, parte da sociedade cega-se perante os fatos e culpa o divino, isentando o homem de sua responsabilidade. Tal ignorância é mais um entrave no combate às mudanças climáticas e, por isso é importante entender como a ação humana agrava os problemas ambientais e que essas ações não são simplesmente castigos divinos.

O ser humano sempre se relacionou com a natureza, extraindo recursos necessários para sua sobrevivência. Entretanto, a extração de recursos passou a ser demasiada a partir de certo período (sobretudo após a Revolução Industrial, acelerando-se a partir de 1950), afetando drasticamente o meio ambiente, ocasionando danos até mesmo irreversíveis. Ou seja, a partir da Revolução Industrial o fomento à indústria tornou-se fundamental, pois um país que buscasse se desenvolver industrialmente para poder competir com as demais nações, demandava uma grande quantidade de recursos da natureza. Tal fato acarretou o uso exacerbado de combustíveis fósseis, por exemplo, que por sua vez corrobora para o aumento do efeito estufa. O efeito estufa é um fenômeno natural do planeta que permite que haja vida na Terra, mas as intensas emissões de gases de efeito estufa influenciam para o

²⁹⁵ Artigo escrito em maio de 2024

²⁹⁶ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial (PET - Economia). E-mail: igorpereira123ml@gmail.com.

²⁹⁷ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, tutora do PET-Economia e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

aquecimento mais que normal do planeta. O uso de combustíveis fósseis desde esse período tornou-se cada vez mais acentuado²⁹⁸.

Em decorrência de tais fatos, espera-se atitudes das nações para contrapor o aumento das emissões de gases de efeito estufa, mas não é bem o que ocorre. Indo pelo caminho contrário, os combustíveis fósseis tiveram subsídios diretos por parte dos países do G20 em mais de meio trilhão de dólares entre 2017 e 2019. A situação fica um pouco mais alarmante se levarmos em conta que em 2020 os subsídios globais diretos e indiretos aos combustíveis fósseis foram de cerca de 5,9 trilhões de dólares²⁹⁹. Enquanto o planeta segue aquecendo, a preocupação das nações é apenas o quesito econômico, de forma que os aspectos social e ambiental ficam ao “deus dará”. Torna-se evidente que mudanças plausíveis ocorrerão apenas quando houver participação direta da sociedade nas decisões, justamente quem mais sofre e sofrerá com a crise ambiental, principalmente as populações de países periféricos, os quais abrigam a maior parcela da população global.

Pode-se questionar como as mudanças climáticas afetam a população, e tal fato mais do que nunca está bem visível. Começamos pela incidência de altíssimas temperaturas ao redor do mundo, que vão desde os 45°C até mesmo alcançando os 54,4°C, registradas entre 2015 e 2022³⁰⁰. Temperaturas tão altas assim influenciam ativamente para que o lugar se torne inabitável, tanto para seres humanos como para os animais. Por exemplo, no mês em pauta (maio de 2024), no México, mais de 80 macacos morreram em virtude das altas temperaturas, que chegaram a 51°C³⁰¹. Ainda no México, fora registrado também a morte de 26 pessoas com causas relacionadas às altas temperaturas que atingem o país³⁰².

O aquecimento do planeta acaba afetando também outro ponto bastante importante, que seria o derretimento das geleiras, prejudicando o mundo como um todo, pois esse derretimento acarreta o aumento do nível do mar. Assim sendo, as cidades costeiras, principalmente, vêm enfrentando diversos problemas, como a erosão e até mesmo inundações. Múltiplos fatores elucidam como essa questão é preocupante, como

²⁹⁸ MARQUES, Luiz. O Decênio Decisivo: propostas para uma política de sobrevivência. São Paulo: Elefante, 2023. 624 p

²⁹⁹ MARQUES, Luiz. O Decênio Decisivo: propostas para uma política de sobrevivência. São Paulo: Elefante, 2023. 624 p

³⁰⁰ MARQUES, Luiz. O Decênio Decisivo: propostas para uma política de sobrevivência. São Paulo: Elefante, 2023. 624 p

³⁰¹ <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2024/05/22/calor-extremo-poem-em-risco-a-vida-de-animais-no-mexico.ghml>

³⁰² <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/onda-de-calor-mata-19-pessoas-no-mexico/>



por exemplo, o derretimento mais rápido que o previsto da “geleira do juízo final”, que pode fazer o nível do mar aumentar em um metro. Segundo cientistas, o acelerado aquecimento dos oceanos está influenciando nesse problema³⁰³. E esta é mais uma consequência das mudanças climáticas.

A crise ambiental traz mais outro severo problema para a sociedade, os alagamentos. Em decorrência das mudanças climáticas, chuvas em quantidades anormais acabam atingindo determinadas regiões, provocando inundações e alagamentos. É justamente o que ocorreu com o Rio Grande do Sul, onde em algumas cidades choveu em uma semana o esperado para seis meses³⁰⁴. Tal desastre já ocasionou a morte de 169 pessoas até o presente momento, além de deixar desalojados 581.638 pessoas³⁰⁵. Diante de tamanha tragédia, vê-se a importância de tratar as mudanças climáticas com a devida responsabilidade exigida.

Em meio a tragédias desse nível, buscaram-se culpados. No entanto, eles não estão no céu como muitos dizem, mas sim bem diante de nós. A emissão de gases de efeito estufa é apenas uma parte das incontáveis interferências do homem na natureza. Junto a ela temos a propagação exacerbada de lixo de forma indevida no meio ambiente, a extração de recursos da natureza acima do limite sustentável, queimadas e desmatamentos, inclusive para atividades relacionadas ao agronegócio, para o qual se estima uma responsabilidade de 97% do desmatamento, no ano de 2021³⁰⁶, entre inúmeros outros fatores.

Ainda sobre o desmatamento, esse traz consequências diversas. As florestas possuem papel bastante relevante no ciclo hidrológico, sendo fundamentais à formação das chuvas. Além disso, as árvores contribuem à proteção do solo, evitando o carreamento de sedimentos durante chuvas, assim, por conseguinte, evitando também a erosão. As árvores também são importantes para o escoamento subterrâneo, contribuindo para evitar as enchentes, como apontado por engenheira sanitária e ambiental ao g¹³⁰⁷. Como se percebe, o desmatamento não apenas é nocivo para a fauna

³⁰³<https://g1.globo.com/ciencia/noticia/2024/05/21/geleira-do-juizo-final-corre-mais-risco-de-derretimento-do-que-a-ciencia-sabia-diz-novo-estudo.ghtml>

³⁰⁴ <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/05/06/entenda-por-que-o-rio-grande-do-sul-inundou.ghtml>

³⁰⁵

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/05/defesa-civil-confirma-mais-3-mortes-e-tragedia-no-rs-chega-a-169-obitos.shtml#success=true>

³⁰⁶

<https://www.brasildefato.com.br/2022/07/19/agronegocio-foi-responsavel-por-97-do-desmatamento-no-brasil-em-2021>

³⁰⁷<https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/cidade-das-arvores/noticia/2023/12/21/entenda-a-importancia-das-arvores-para-diminuir-os-impactos-causados-pela-chuva.ghtml>



e a flora, mas também traz múltiplos riscos para a sociedade ao interferir nas funções inúmeras funções naturais exercidas pelas árvores. As florestas constituem ainda papel central como sumidouros de gases do efeito estufa.

Mediante o exposto, nota-se como a ação humana está intimamente relacionada às mudanças climáticas, não se tratando de obra do divino, como a máquina de desinformação tenta demonstrar. Seria no mínimo uma tremenda ignorância achar que a volta profética daquele dito como salvador é responsável por todas essas tragédias. No entanto, diante de nossa incapacidade de ação, o apelo ao irracional me parece bem racional. É evidente que precisamos abrir os olhos, responsabilizar o homem por suas ações, mas qual poder temos para fazer isso? Aqueles que detêm poder para promover as mudanças não o fazem, pois ainda não são atingidos, afinal, quantos dos 169 mortos no Rio Grande do Sul são milionários/bilionários, por exemplo? Mesmo que consigamos por unanimidade chegar ao homem como principal culpado pela crise climática, estamos à mercê da ação de quem se considera inatingível, até o presente momento. Mesmo assim, nossa conscientização nunca foi tão necessária, acordemos e lutemos, pois tanto o futuro como o presente estão sob forte ameaça.

PRIVATIZAÇÃO PARA QUÊ E PARA QUEM?³⁰⁸

Emanuel Lucas Guerra Sobral³⁰⁹

Águida Cristina Santos Almeida³¹⁰

Entre as funções primárias de uma empresa estatal, se destaca a garantia de oferta de bens e serviços para a sociedade, bens e serviços essenciais e a garantia de que os preços praticados considerem questões que vão além do ganho econômico, desde que não comprometa a saúde financeira da empresa. Então, quando da privatização de uma estatal, uma política de preços mais abrangente, que englobe questões de ordem econômica, social e estratégica com relação ao desenvolvimento nacional, tende a se reduzir à maximização dos ganhos dos acionistas.

Aqueles que defendem a privatização do patrimônio público, denominados de privatistas, trazem como benefícios a geração de receita para o governo, o estímulo à concorrência, e da melhora a gestão da empresa, dado que reduz a interferência do Estado e, isso é visto como um grande problema, para quem acredita que o mercado tudo resolve. Deve-se entender que esse discurso de privatização anda junto com o discurso de austeridade fiscal, que se adequa dentro da ideologia e do projeto neoliberal, que, segundo FURNO e ROSSI (2023) visa esvaziar a empresa estatal para privatizá-la³¹¹.

Quanto mais subfinanciados, mais sucateados ficam os serviços públicos, com isso abre margem à aceitação na opinião pública para projetos de privatização, ao mesmo tempo em que legitima o argumento da ineficiência da gestão pública em negócios corporativos³¹². Ao invés de cumprir com as funções de garantir a oferta de bens e serviços para a sociedade e regular para que os preços sejam o menos distorcivos possíveis, considerando a natureza de monopólio natural nos setores que as estatais normalmente atuam, quando da privatização dessas empresas, se observa a mudança de função para que seja a de gerar lucro para um grupo diminuto de agentes privados, lucro

³⁰⁸Artigo escrito em julho de 2024.

³⁰⁹Graduando do curso de Ciências Econômicas da UFCG, integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação e Tutorial de Ciências Econômicas. E-mail: emanuel.lucas@estudante.ufcg.edu.br;

³¹⁰Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, tutora do PET-Economia e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

³¹¹FURNO, Pedro; ROSSI, Juliane. Economia para transformação social: pequeno manual para mudar o mundo. 2023. p. 166.

³¹²FURNO, ROSSI. 2023. p. 193.

este que deixa de ser apropriado pela máquina pública. Além do mais, o suposto ganho de receita que a privatização gera aos cofres públicos, é uma falácia, considerando que a massa de lucros que a estatal teria exercido suas atividades ao longo dos anos, não mais existirá e o valor apropriado pela privatização normalmente corresponde ao valor lucrado em alguns poucos anos de atividades. Então fica a pergunta, privatizar para quê?

Como dito, o discurso de privatização anda junto com o de austeridade, dentro da ideologia neoliberal. Os governos neoliberais, sempre que têm chance, garantem juridicamente a privatização de estatais, como feito na Constituição de 1980 do Chile e o código de Águas de 1981 que consagraram a propriedade privada sobre os direitos relativos à água, como também na privatização da educação superior que foi pretendida e realizada por Pinochet³¹³.

Pensando no Brasil, em 2023, no primeiro ano de seu terceiro mandato Lula removeu da lista de privatizações várias empresas, incluindo os Correios, a Petrobrás e fez um discurso com duras críticas às privatizações, como trouxe Marianna Holanda em matéria da Folha, “Vão acabar com as privatizações neste país. Já privatizaram quase tudo, mas vai acabar e vamos provar que algumas empresas públicas vão poder mostrar a sua rentabilidade”³¹⁴. Mas, mesmo em governos progressistas pode haver governadores, como Tarcísio Freitas, que anseia por mais privatizações, sem projeto econômico e social para o Estado de São Paulo, apenas desmantelando a máquina pública e ampliando a despolitização.

Em análise do André Roncaglia na Folha de São Paulo, ele aponta que depois da Eletrobrás, a Sabesp é a “bola da vez” com o privatismo sem critério de Tarcísio Freitas, atual Governador de São Paulo³¹⁵. A empresa que absorveu parte da Estatal é a Equatorial Energia, que tem apenas dois anos de experiência no setor de saneamento, dois anos estes “conquistados” com a privatização do serviço do Amapá, que, pelos dados do portal Metrôpoles³¹⁶, já registrou três aumentos na tarifa da conta de água e

³¹³Dardot, Pierre; Laval, Christian; Guéguen, Haud; Sauvêtre, Pierre. A escolha da guerra civil: uma outra história do neoliberalismo. São Paulo: Elefante, 2021.

³¹⁴HOLANDA, Marianna. Lula tira Correios, EBC e outras empresas do programa de privatização. Folha de S.Paulo, 7 abr. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/04/lula-tira-correios-ebc-e-outras-empresas-do-programa-de-privatizacao.shtml>. Acesso em: 14 jul. 2024.

³¹⁵ RONCAGLIA, André. O privatismo sem critério de Tarcísio de Freitas. Folha de S. Paulo, 4 jul. 2024 às 13h48. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/andre-roncaglia/2024/07/o-privatismo-sem-criterio-de-tarcisio-de-freitas.shtml>. Acesso em: 14 jul. 2024.

³¹⁶ARREGUY, Juliana. Sabesp: investidora aumentou tarifa 3 vezes após privatização no AP. Metrôpoles, 12 jul. 2024. Disponível em:

esgoto desde a privatização feita pelo governo Bolsonaro, em 2021, sob a batuta do mesmo Tarcísio de Freitas, atual governador de São Paulo, mas à época, ministro de infraestrutura do Governo Bolsonaro. Roncaglia traz em sua reflexão que a otimização de custos operacionais e da estrutura de capital da Sabesp visa aumentar o endividamento da empresa para fazer caixa e, assim, aumentar a distribuição de lucros aos acionistas. Com este nível de taxa de juros do Brasil, o acionista amplia o retorno hoje e sobre o usuário paulista recai o ônus com a tarifa mais alta no futuro. Afinal, quem ganha com a privatização, considerando que se transfere à esfera privada a gestão de negócios que operam em monopólios naturais? Privatização para quem?



A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL É TIPO UMA “BOMBA ATÔMICA”³¹⁷

Iago Ricardo Dos Santos Silva³¹⁸

Águida Cristina Santos Almeida³¹⁹

Remetendo-se ao título do breve artigo de opinião, essa analogia foi feita durante o episódio 1178, do podcast Inteligência Limitada, o qual tratou acerca da inteligência artificial, com os entrevistados Fabio Akita, Sérgio Sacani e Kenneth Corrêa. A analogia parece absurda por si só, mas vamos aos argumentos.

O primeiro ponto levantado foi o de que de forma similar ao modo como se deu o desenvolvimento da bomba atômica, ou seja, meio que não dava para ‘prever’ o estrago que esta teria até o momento da sua explosão, desse mesmo modo é o desenvolvimento da tecnologia da inteligência artificial, que emerge dessa mesma maneira, isto é, não dá para prever o seu potencial, até “explodir”.

Outro ponto levantado se deu no tópico da discussão dos ‘reais perigos da inteligência artificial’, pois se menciona que pode ocorrer algo parecido com o cálculo teórico de Edward Teller, sobre a possibilidade de a explosão da bomba atômica desencadear o processo de explosão em cadeia, levando a destruição da atmosfera da Terra. Nesse sentido, o equivalente ao verbo ‘explodir’, considerando a atmosfera da inteligência artificial, seria a capacidade de autoaprimoramento sob o qual a IA pode usar sua capacidade para gerar/criar novas Inteligências Artificiais e aprimorá-las, como algo nunca vivenciado pela humanidade até o presente. Ou seja, seria como a atmosfera explodir, perderíamos o controle das coisas de vez, e isso seria alcançado em um estágio de desenvolvimento teórico da IA chamado de Super inteligência (ou IA “Forte”), quando a inteligência artificial supostamente superar a humana.

Esse seria o “Real” perigo da inteligência artificial segundo os entrevistados. Mas antes de chegarmos a esse nível, a capacidade de autoaprimoramento da IA nos

³¹⁷Artigo escrito em julho de 2024.

³¹⁸Graduando(a) do curso de Ciências Econômicas da UFCG, integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do PET Economia-UFCG. E-mail: iago.ricardo@estudante.ufcg.edu.br;

³¹⁹Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

Nós Estamos Vivendo em uma Simulação?-Pedro Loos, Ciência todo dia.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: SACANI, FABIO AKITA E KENNETH CORRÊA - Inteligência Ltda. Podcast #1178

leva a uma confirmação empírica da teoria da simulação, proposta pelo filósofo Nick Bostrom. Essa hipótese, basicamente, mede a capacidade de sociedades pós-humanas (sociedades com alto nível de tecnologia) de criar simulações, realidades simuladas, que pode ser simplificada na seguinte fórmula:

$$f_{sim} = \frac{f_p \cdot \bar{N} \cdot \bar{H}}{(f_p \cdot \bar{N} \cdot \bar{H}) + \bar{H}}$$

Onde,

f_{sim} = probabilidade de estarmos vivendo em uma simulação;

f_p = Número de sociedades pós humanas;

N = Quantidade de simulações necessárias;

H = Número de seres que tiveram o número de civilizações que viveram em condições parecidas com as condições humanas, antes do pós humanismo.

A partir do desenvolvimento dessa fórmula Nick Bostrom chegou em um trilema:

1. A fração de civilizações Humanas que sobreviverá para alcançar o nível pós-humano será próxima de 0 ($f_p \approx 0$).
2. As civilizações Pós Humanas terão interesse próximo de zero em fazer simulações computacionais de seus ancestrais ($f_1 \approx 0$).
3. A fração de seres com experiências humanas e que vivem numa simulação terá probabilidade perto de 1 ($f_{sim} \approx 1$).

Então, Bostrom afirma:

Se (1) é verdadeira, então iremos quase certamente ser extintos antes de alcançar a pós-humanidade. Se (2) é verdadeira, então deve haver uma forte convergência pelos cursos de civilizações avançadas, de forma que virtualmente nenhuma contenha indivíduos relativamente ricos que desejam executar simulações ancestrais e têm a liberdade de o fazer. Se (3) é verdadeira, então nós quase certamente vivemos em uma simulação. Na escura floresta de nossa atual ignorância, parece razoável dividir a crença igualmente entre (1), (2) e (3) [...] A não ser que estejamos vivendo agora em uma simulação, nossos descendentes quase certamente nunca executarão simulações ancestrais.

O ponto que a hipótese da simulação se confirma se considerarmos que, no momento atual, a inteligência artificial é definida como uma tentativa de simular a inteligência humana, e seus processos de pensamentos. Então a partir do momento que hipoteticamente tivermos sucesso nessa simulação da inteligência humana na forma de uma inteligência artificial, ela será capaz de gerar outras inteligências artificiais. Isso comprovaria a nossa capacidade de simular realidades, o que comprovaria de forma empírica a hipótese da simulação, de que estaríamos em uma simulação. Objetivamente falando, não mudaria nada na nossa realidade, mas é uma consequência interessante para se pensar caso a próxima “bomba atômica” da humanidade explodir na atmosfera. Mas quantas bombas atômicas a humanidade terá que lançar, até a atmosfera explodir?



Inácio Cardoso dos Santos Neto³²¹

Águida Cristina Santos Almeida³²²

A Heresia da ortodoxia³²³ é o título de um livro cristão evangélico que busca rebater algumas teorias, consideradas pelo autor, errôneas a respeito dos primórdios da religião cristã. Para buscar rebater essas teorias consideradas "hereges", os autores lançaram mão de dados da filologia, evidências históricas e outras formas de evidências que foram desconsideradas pelos proponentes das teorias consideradas erradas.

De uma forma similar, encontramos em meio às ciências econômicas uma corrente ortodoxa carente de uma revisão frente às várias evidências teóricas, empíricas e multidisciplinares que parecem atestar que tal linha incorre mais numa heresia. Essa ortodoxia não tem sido herética contra os desejos e ambições de um grupo seleto de pessoas, empresas e governos por lhes recomendar e doutrinar conforme aquilo que lhes parece bem. Ela na verdade tem sido herética para uma boa parte da vida humana e ecológica por circuncidá-los a uma série de doutrinas destrutivas na mente e no físico.

Começando pelo seu dogma mais primordial, o qual trata da perspectiva da gênese humana, afirmando que, como seres que em essência têm um sentido egoísta e por isso buscam realizar ações e emoções para benefício próprio. Essa afirmação leva em cadeia a um estilo de sociedade que precisa ser veiculada com base na concorrência e na especialização, os quais formam excedentes com vistas à troca, sacralizando, na figura do homo economicus a trindade máxima do dogma, o gene egoísta, a concorrência e o princípio da troca, como os motores da ação humana, sempre em busca de benefício próprio.

Todo esse sistema de doutrinas, no entanto, ignora uma série de evidências. Por exemplo, Jabbour e Gabriele (2021) demonstram em seu livro, China: o socialismo do século XXI que as pesquisas no campo da biologia apontam para grandes formas de cooperação entre os seres vivos em seus estados evolucionários, não somente dos seres

³²⁰Artigo escrito em Julho de 2024.

³²¹Graduando(a) do curso de Ciências Econômicas da UFCG, integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do PET-Economia da UFCG. E-mail: neto-nos14@hotmail.com;

³²²Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, tutora do PET-Economia e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

³²³ Mais informações sobre o livro em: <https://www.vidanova.com.br/livros/heresia-da-ortodoxia-a> acesso em 19/07/2024.

vivos mais complexos, como também daqueles mais simples, demonstrando que na verdade, a ideia “predatória” e concorrencial que em muito foi postulada as teorias de Darwin possuem outro caráter esquecido pelo dogma ortodoxo. Ou seja, inúmeras pesquisas de diferentes campos da ciência vêm denotando que o ser humano é conformado não somente por comportamentos com viés de competição, mas, sobretudo, por comportamentos movidos pela cooperação.

Além disso, no campo da Antropologia, Karl Polanyi³²⁴ traz a contribuição para um novo olhar da gênese humana e societária. Ele desvela o fato de que existiam comunidades e formas sociais de vida e de produção antigas que não eram baseadas na concorrência desenfreada e no princípio da troca, que guia a conduta no mercado, mas sim em comunidades cooperativas onde havia até mesmo divisão do trabalho, mas num mútuo onde se organizavam para o bem da comunidade, tendo até mesmo, nas figuras de lideranças, leis e costumes que buscavam barrar o individualismo.

Com o passar do tempo e com a evolução da corrente ortodoxa, ela ganha um caráter formal, ‘bonito por fora’, porém, ‘podre por dentro’ após as contribuições dos marginalistas, transformando o homo economicus no agente racional, calculista, dotado de plenas informações, centrado e mais assemelhado a uma máquina sem alma e desejos, para além do animal racional aristotélico. No entanto, como demonstra Elias Jabbour, Herbert Simon tece uma crítica a esse tipo de pensamento ao ter observado as condições do comportamento humano, no qual não observou uma atuação semelhante a um supercomputador matemático e lógico, mas a presença de falhas e uma capacidade limitada de obter, processar e guardar informações.

George Katona, também citado por Elias Jabbour, também observa que os humanos não reagem aos estímulos exógenos como máquinas automáticas, mas na verdade é influenciado pelo ambiente e pelas mudanças. Na verdade, constatação semelhante não veio de hoje, mesmo no século XX, um contemporâneo a Alfred Marshall, divulgava em seus livros que o comportamento humano, e em especial os que dizem respeito ao consumo e a produção é, sobretudo, influenciado pelas convenções de sua época. Thorstein Veblen abalava os dogmas heréticos do neoclassicismo ao trazer as ideias de que as convenções institucionais impactam nas decisões dos agentes econômicos numa escala micro e macro. No entanto, até mesmo suas ideias

³²⁴ POLANYI, Karl. A grande transformação: As origens políticas e econômicas de nossa época. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Contraponto, 2021.



institucionalistas foram transformadas na herética ortodoxia na roupagem do novo institucionalismo de North.

Seu rastro ideológico, por mais desvinculado da realidade que o pudesse ser, prosseguiu em grande marcha a ponto de seus contribuintes se tornarem signatários de escolas oficiais, sobretudo pós-Keynes. De Chicago até a Áustria, levantaram-se os mais fortes paladinos do santo dogma ortodoxo que foram responsáveis pela difusão da cara mais moderna em termos de instrumentos teóricos e ideológicos aplicáveis às políticas governamentais, nessa fase neoliberal do capitalismo.

No entanto, suas prescrições e modelos matematizados gestaram não um salvador, mas um dismantelador de economias e democracias, especialmente nos países periféricos. Os escritos dos bastiões da escola austríaca, Friedrich Hayek e Ludwig Von Mises incorporaram a heresia com um teor político, jurídico e libertário. Ao menos, é o que se parece, mas na verdade, contendo uma série de dissimulações onde o poder governamental deveria sucumbir a democracia e a luta por melhorias sociais, não somente na base política genérica, mas também via regulamentações que seriam intransponíveis para governos mais “progressistas” mudarem, onde se sufocaram as contas do governo, para assim também sufocar as demandas sociais populares, tudo isso embebido no óleo da consagrada “santa liberdade meritocrática”.

Já os Chicago Boys cooperaram com suas teorias monetárias para jogar na ‘lama’ programas com teor desenvolvimentista, relegando, sobretudo aos países menos desenvolvidos como é o caso do Brasil, a modelos caricatos de inflação que mais servem para a guarda das canônicas opiniões do mercado do que a promoção de uma economia real dinâmica e inclusiva. Nesse ponto, talvez mesmo o Roberto Campos Neto tenha se lamentando muito por não poder ter conseguido, em vida, beijar as mãos do pontífice da tese do Banco Central independente, Robert Lucas³²⁵.

Como disse antes, a heresia da ortodoxia não atenta contra um grupo seletivo de prestigiados empresários ao redor de todo globo. Empresários estes que detêm uma cifra de influência política grande, mas que juntamente com o salmo da ortodoxia mais famoso afirmam “política não é importante. Devemos deixar de lado os sentimentos e a política para agir de forma técnica para o bem da economia.” Tais hereges atentam contra as economias e democracias do “sul mundial”, para os países em que, iludidos

³²⁵ Falecido em maio de 2023. Verificado em: <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2023/05/15/robert-lucas-nobel-de-economia-em-1995-morre-aos-85-anos.ghml>



com um vislumbre de status político e econômico ainda não realizado, desejam replicar e internalizar os padrões dos países de primeiro mundo.

Assim, lamentável é que a blasfêmia cometida não seja contra o santo mercado, mas sim contra a força de trabalho e a natureza, as “mercadorias fictícias” que sofrem ‘na pele’ as dores de terem virado um simples esquema de fatores de produção em modelos estático-comparativos, profanando a condição daquilo que é vivo e reduzindo-o a objeto. Embora tenham cometido o sacrilégio contra a empiricidade dos fatos econômicos, históricos, psicanalíticos, biológicos, antropológicos e de saberes de inúmeras outras ciências, seu poder ainda se perpetua nas falas de muitos políticos, influenciadores, economistas promercado e até da população, manipulada e alienada, demonstrando que se tornou canonizado com o tempo e com a força do poder da elite dominante global.

Ruth Vitoria Barros Cardoso³²⁷

Águida Cristina Santos Almeida³²⁸

O Estado, no seu sentido literal, é a instituição que governa uma população em determinado território; esse ente vai além de uma denominação que determina a organização social, mas possui um papel crucial e uma responsabilidade na vida do indivíduo comum. A partir disso, cabe analisar como o Estado é compreendido em diferentes visões e como suas atividades interferem na vida da sociedade.

Em seu conceito histórico, o Estado é umas das instituições mais antigas já determinadas pelo homem, desde a civilização da mesopotâmia, o Egito antigo, por exemplo, que essas organizações estatais se formaram de forma hierárquica, distribuindo e dividindo cada membro da sociedade a partir de suas características e funções (físicas, morais, intelectuais e etc.). Desde então, a sociedade em todas as partes do mundo vem entrando em conformidade perante a sua evolução e a relação entre o Estado e o corpo social, que foram sofrendo mutações ao longo do tempo. Mas hoje, a necessidade do estreitamento entre esse poder e o povo se faz cada vez mais presente e, perante a necessidade desse “estreitamento” nas relações entre o Estado e o povo, esses vínculos de poder podem ficar complexos, de modo que a necessidade de uma relação mais próxima entre Estado e povo é cada vez mais evidente. No entanto, essa aproximação pode gerar complexidades, uma vez que os líderes eleitos, ao moldarem as ações e necessidades da sociedade, influenciam diretamente a vida de cada cidadão.

É muito comum ouvirmos discursos enviesados da importância do Estado, como as suas atitudes interferem na vida de toda uma população, e a partir desses discursos surge o seguinte questionamento, “o Estado é realmente necessário?” Para responder essa pergunta, primeiramente temos que analisar qual a sua real função e se ele cumpre ou não o que se propõe e o que deve ser feito. Para além do seu significado, o Estado deve garantir serviços primordiais para um povo, como saúde, educação, segurança, infraestrutura, alimentação e tudo de mais básico que todo e qualquer

³²⁶ Artigo escrito em julho de 2024

³²⁷ Graduanda no curso de Ciências Econômicas da UFCG, integrante do GAACE e do PET-Economia. Email: ruthvcardoso.ufcg10@gmail.com

³²⁸ Professora do curso de Ciências Econômicas da UFCG, coordenadora do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica-GAACE, tutora do PET-Economia da UFCG. No presente artigo fez o trabalho de revisão. Email: aguidasantosalmeida@gmail.com

indivíduo tem direito, o direito a uma vida de qualidade, que garanta dignidade para enfrentar as nuances da vida, perante os altos e baixos que marca a atividade econômica no capitalismo, e que influencia diretamente o contingente de pessoas que conseguirá vínculo no mercado de trabalho, condição esta que é primordial para acessar algum nível de renda. Mas será que esse dever está sendo cumprido?

Para cuidar de um povo, como uma relação de mãe e filho, é necessário mais que propostas, mas sim de atitudes, gerir os recursos públicos e andar em conformidade com o poder legislativo, judiciário, é necessário para agir em consonância com as necessidades do todo social, pois, caso contrário, esse ideal vira privilégio de uma minoria abastada, que conforma as camadas superiores das ‘castas’ política e/ou econômica.

Quando a economia está ruim, ou os interesses individuais estão acima dos interesses do povo, políticas de austeridade entram em ação. Diante dos desafios contemporâneos a ideia de austeridade é seguida por diferentes interpretações e segmentos. Esse discurso moral é tido como um sacrifício necessário quando a economia do país está em declínio, defendendo que o governo deve cortar gastos do orçamento público, como saúde, educação, moradia, para que se promova como “responsável e disciplinado” perante a economia. Contudo, quem sofre esses impactos são as classes sociais mais baixas, pois são as que mais utilizam e precisam dos serviços públicos básicos. Existe um ditado popular que fala “pouca farinha, meu pirão primeiro”, embora seja apenas uma expressão para julgar o egoísmo, pode se relacionar com as consequências dessa política, mesmo sendo a maior parte da população que irá sofrer esses impactos, o “pirão” vai ser servido apenas a quem está no topo, ou seja, de quem realmente é o beneficiário desse discurso e prática austera, pelo governo.

Platão, em seus ensinamentos teóricos e filosóficos, argumentava que nem todos possuem o intelecto desenvolvido para tomar decisões racionais, sendo muitas escolhas influenciadas por paixões e efeitos de manada. Assim, as políticas são facilmente manipuladas por aqueles em busca de lucro. Surge então a questão: os defensores da austeridade realmente buscam o bem-estar da população, ou estão apenas promovendo discursos populistas/alarmistas para benefício próprio? A decisão de apoiar ou repudiar essa política pode ser influenciada por quem a ouve, revelando a

complexidade das escolhas políticas em um cenário onde interesses econômicos muitas vezes se sobrepõem ao bem comum³²⁹.

Metaforicamente falando, relacionando a política estatal e suas atitudes com o corpo humano, o cérebro seria representado pelo Estado, e os outros órgãos toda a população (sem medir sua importância para o funcionamento pleno de todo o corpo). Desse modo, se o Estado começar a funcionar em benefício próprio ou se ações externas acontecem, seja por falta de água no organismo ou um vírus solto pelo ar (podendo ser representados pelo funcionamentos dos mercados e as relações que estabelecem com o poder público, respectivamente), o cérebro começa a adotar medidas que garantam um pouco mais de tempo de sobrevivência, mas o impacto que o corpo sofre é cada vez mais notável, os músculos definham, a respiração muda, todo o corpo começa a responder aos efeitos adversos e sobreviver fica cada dia mais difícil.

Da mesma forma é o povo, quando o Estado toma medidas que visam os interesses da minoria que comanda os negócios e/ou em função de seus próprios interesses, sendo estes alheios aos interesses coletivos, implementando políticas que beneficiem apenas a minoria abastada que detêm o poder econômico, todo o corpo social sofre os impactos disso, principalmente quem está na base da pirâmide da renda, desprovida quase absolutamente de qualquer riqueza.

Toda a sociedade humana precisa justificar suas desigualdades: tem de encontrar justificativas convincentes à sua existência ou o edifício político e social como um todo corre o risco de desabar, dado que os instrumentos coercitivos sozinhos não são suficientes à conformação de uma estrutura socioeconômica desigualitária, tanto quanto maior ela seja³³⁰ (PIKETTY, p.11). A partir dessa afirmativa, seria possível então a sociedade viver sem Estado? Acreditar que a ausência estatal é o elemento chave para resolver inúmeros problemas é por si só uma rasa visão de mundo, já que a ordem precisa ser instaurada, e numa terra sem lei, o que ocorreria é que o mais forte venceria, sem qualquer resistência, de modo que toda uma estrutura de desigualdades e privilégios ficaria ainda mais clara, ou seja, reinaria quem possuísse mais poder e riqueza.

Usar esse argumento da inutilidade do Estado com argumentos que utilizam o economês ou que se aproveita de certas fragilidades estruturais de um território para fortalecer certo discurso é senão por si só, uma falácia. O povo não deve trabalhar para

³²⁹ ROMEIRO OLIVEIRA, R. Platão e a questão da democracia na República. Revista Estudos Filosóficos UFSJ, 2017. Disponível em: <http://www.seer.ufsj.edu.br/estudosfilosoficos/article/view/2133>. Acesso em: 6 jul. 2024.

³³⁰ PIKETTY, Thomas. Capital e ideologia. São Paulo: Editora Intrínseca, 2019. p. 11.

o Estado, o Estado deve trabalhar pelo povo, independente de suas ideias, ideologias e religiões que professa. O Estado deve ser laico, trabalhar para o povo e com o povo, cumprindo as necessidades de cada cidadão que ele representa. Talvez pensando utopicamente, o Estado deveria ser como uma mãe que educa, cuida, oferece comida, lar e acolhe o povo em todas as necessidades que este demanda, garantindo um país cada vez mais rico social quanto economicamente e que prioriza o fortalecimento da base da pirâmide social, em vez de trabalhar, apenas, para uma pequena parcela da população, a classe dominante, que não deixaria de existir caso o Estado agisse desse modo, conforme defende a ideologia da social democracia.



NÃO SE VIVE APENAS DO PIB: A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS SOCIAIS À POPULAÇÃO MAIS VULNERÁVEL³³¹

Igor Pereira dos Santos³³²

Águida Cristina dos Santos Almeida³³³

Indubitavelmente, as questões econômicas de um país são cruciais para avaliar seu desempenho, sendo levadas em consideração para comparações entre nações. Dessa maneira, nada mais comum do que os países atuarem com maior rigor possível para melhorarem seus índices econômicos, tanto para se sobressair às demais nações, quanto pela importância de estar bem economicamente. Um dos agregados econômicos mais importantes é o Produto Interno Bruto (PIB), que diz respeito à produção total interna do país, registrada ao longo de cada ano civil. Entretanto, até que ponto um PIB alto se reflete em melhores condições para a população como um todo? O PIB elevado por si só já garante que a situação econômica da população também melhore? Questões como essas são fundamentais para que entendamos como as políticas sociais devem caminhar lado a lado com o crescimento econômico do país, com vistas a garantir que a população, em especial a mais vulnerável, não fique à mercê da sorte, ou no caso, na falta dela.

Ao se falar sobre indicadores econômicos, certamente o PIB é um dos mais conhecidos, até mesmo por aqueles que não possuem familiaridade alguma com assuntos acerca da economia. Tal indicador muitas vezes é usado para comparar as economias, ranqueando assim as potências econômicas mundiais de acordo com o valor dessa grandeza, mensurada em termos monetários. Sua importância traduz-se no fato de que está sendo medida a atividade produtiva do país, todo o valor que é gerado no processo de produção, em cada ano civil e a contribuição de cada setor de atividade econômica no resultado alcançado³³⁴. Tal fato reflete o estado atual da economia, como está se saindo perante as demais economias, refletindo diretamente sobre sua população.

³³¹ Artigo escrito em julho de 2024.

³³² Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial (PET - Economia). E-mail: igorpereira123ml@gmail.com.

³³³ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, tutora do PET-Economia e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

³³⁴ FEIJÓ, Carmem Aparecida; RAMOS, Roberto Luís Olinto (org.). Contabilidade Social: a nova referência das contas nacionais do Brasil. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

Assim sendo, um país com um PIB elevado é sinal de que a economia está indo bem, mas até que ponto o âmbito social se beneficia com isso, dado que se os ganhos desse resultado são muito concentrados em percentual estreito da população pode usufruir dos resultados esboçados por um PIB maior?

De acordo com matéria do Valor Econômico, os Estados Unidos figuram como a maior potência econômica mundial da atualidade, projetado para alcançar um PIB de US\$ 28,781 trilhões em 2024, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI)³³⁵. Entretanto, a pobreza no país continua a aumentar, como mostra matéria da Exame, na qual consta aumento na pobreza que atinge 12,4% da população³³⁶. Apesar de possuir recursos suficientes para lidar com a situação, isso não é feito. Os Estados Unidos possuem uma das maiores desigualdades entre os países desenvolvidos³³⁷, o que apenas corrobora para o aumento da miséria no país. A maior potência econômica atual e ainda assim apresenta um número tão ruim com relação à pobreza perante os demais países desenvolvidos. Por qual motivo? Seja qual for a resposta, a população carece de políticas sociais, para que o social vá tão bem quanto o econômico.

Os Estados Unidos não são o único país que passa por situação como essa, onde há crescimento econômico, mas as políticas sociais não acompanham esse crescimento na mesma medida. Podemos observar, por exemplo, o Chile, país que enfrentou diversos conflitos econômicos nas últimas décadas, após ser vitimizado por um violento golpe de Estado, que estabeleceu a ditadura do general Pinochet. Com relação à desigualdade social, em 2017 1% da população chilena possuía 26,5% da riqueza líquida do país, enquanto 50% das famílias de baixa renda representavam apenas 2% da riqueza líquida desse país. Custo de vida alto, dificuldade de acesso à educação básica e média por não poder pagar, problemas no sistema previdenciário³³⁸, são algumas das questões que necessitam de mais atenção no país para melhorar a sua situação social em termos de inclusão. Inclusive, comprovando a potencialidade das políticas sociais³³⁹, registrou em 2023 o menor índice de pobreza, ao mesmo tempo em que registrou aumento nas transferências de renda,

Além desses, são muitos os países onde a boa atividade econômica não se reflete diretamente em melhoria simultânea do âmbito social, como resultado dos

³³⁵<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/06/06/as-10-maiores-economias-do-mundo-em-2024-segundo-ranking-atualizado-do-fmi.ghtml>

³³⁶ <https://exame.com/mundo/pobreza-piora-nos-eua-e-atinge-124-da-populacao/>

³³⁷ <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-53562958>

³³⁸ <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50214126>

³³⁹ <https://www.cartacapital.com.br/mundo/pobreza-no-chile-cai-ao-menor-nivel-desde-o-inicio-dos-registros/>

elevados níveis de concentração e desigualdade, em termos da renda e da riqueza, explicado por inúmeros fatores de ordem histórico-estrutural, agravados pelo avanço da ordem neoliberal. Portanto, a implementação de políticas sociais faz-se tão necessária, é preciso que a ação política haja pensando na população mais vulnerável, aquela cuja ‘mão invisível’ do mercado não consegue alcançar, ou simplesmente ignora. Mas o que seriam as políticas sociais? Pode-se designar como políticas sociais o conjunto de intervenções políticas que buscam garantir uma justiça social, atenuar problemas da sociedade em grupos sociais que carecem de recursos e/ou oportunidades, ou seja, promover tanto a justiça social como o bem-estar da população mais vulnerável. A implementação dessas políticas é feita através do Estado, que por meio delas busca eliminar o máximo possível os problemas sociais, tais como a pobreza extrema e a desigualdade social³⁴⁰.

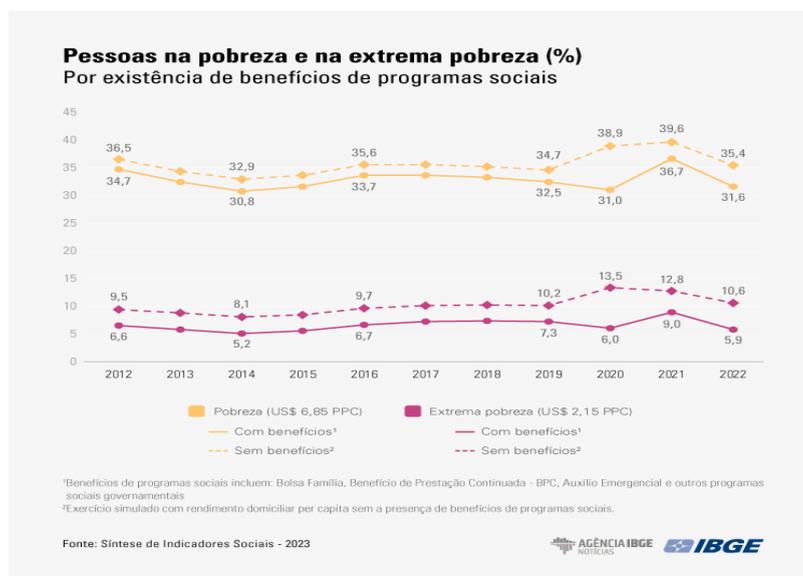
Conhecendo um pouco mais acerca das políticas sociais, podemos então ver seu efeito prático. Para isso, analisemos seu efeito no Brasil, que está longe de ser o exemplo perfeito, mas possui certo destaque quando o assunto é políticas sociais, outrora conseguindo até mesmo sair do Mapa da Fome graças a articulação de um conjunto de políticas e programas sociais³⁴¹. Após a pobreza e a extrema pobreza alcançar 36,7% e 9%, respectivamente, em 2021, em plena pandemia, no ano seguinte caiu para 31,6% e 5,9%, respectivamente. Como evidenciado na própria matéria, caso não houvesse os programas sociais a pobreza teria sido 12% pior, enquanto a extrema pobreza seria 80% maior. Além disso, sem políticas sociais o índice de Gini, que mede a desigualdade na distribuição de renda, também teria sido maior³⁴². Na imagem abaixo, tem-se um bom resumo desses números.

³⁴⁰ <https://gestrado.net.br/verbetes/politicas-sociais/>

³⁴¹

<https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/a-trajetoria-do-programa-que-tirou-o-brasil-do-mapa-da-fome#:~:text=No%20in%C3%ADcio%20de%202014%2C%20mais,Brasil%20do%20mapa%20da%20fome.>

³⁴² <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38545-pobreza-cai-para-31-6-da-populacao-em-2022-apos-alcancar-36-7-em-2021>



Cabe destacar ainda, que somente no ano de 2023, em razão da retomada e reorganização dos inúmeros programas e políticas de combate à fome, a insegurança alimentar no Brasil caiu 85%, percentual que representa que 8,4 milhões de brasileiros deixaram de passar fome desde o ano passado, lembrando que uma das metas centrais do atual governo é retirar o Brasil do Mapa da Fome novamente³⁴³.

Se já não era óbvio, fica evidente a importância das políticas sociais para auxiliar a população mais carente, sobretudo em um país como o nosso, no qual a desigualdade atinge números absolutos muito elevados. A elevação do PIB não pode ser apenas o que aparenta, ou seja, apenas uma grandeza, necessita refletir melhoria para a população. Em um país que cobra tanto do seu povo por meio dos impostos, nada mais justo que esse dinheiro volte através de benefícios para a população como um todo. Obviamente há muito mais do que apenas políticas sociais, mas tenhamos a sensibilidade de entender que estas são essenciais para dar esperança ao povo, criando oportunidades e combatendo as desigualdades gritantes.

Assim sendo, espera-se que haja melhoria nos índices econômicos, claro, mas também que essa melhoria seja refletida na sociedade, sendo minimamente distribuídos os resultados da melhora econômica, a qual é inclusive uma conquista social, fruto de uma ação coletiva. Não é tarefa fácil lidar com os múltiplos problemas sociais, mas não custa nada sonhar, e claro, cobrar para que esses sonhos possam se tornar realidade. Cobrar por saúde, educação, melhores empregos, em suma, cobrar para ter uma vida digna. A atenção aos mais necessitados não vai tirar direito algum do restante da

³⁴³<https://oglobo.globo.com/mundo/g20-no-brasil/noticia/2024/07/24/31-milhoes-de-brasileiros-deixam-a-inseguranca-alimentar-mas-brasil-segure-no-mapa-da-fome-da-onu.ghtml>.



população, na verdade a melhora no bem-estar até mesmo contribuir com o desenvolvimento da economia ao impactar positivamente os indicadores sociais. Portanto, é imprescindível que haja políticas sociais, enquanto os problemas sociais persistirem, ao mesmo tempo que é importante que haja bom desempenho econômico e que este seja atrelado ao âmbito social, fazendo com que os esforços coletivos do trabalho que gera a riqueza, distribuam-se, minimamente, do modo como foram criados, ou seja, de forma coletiva.

Desde o início do terceiro mandato de Luis Inácio Lula da Silva, um personagem vem se destacando no campo institucional do governo, mais especificamente da economia. Trata-se de Roberto Campos Neto, cujo sobrenome familiar nos remete ao seu avô, Roberto Campos, célebre economista ortodoxo, ex-ministro do Planejamento e entusiasta dos ideais liberais ao longo de sua vida. Campos Neto, assim como o avô, ascendeu para um importante cargo dentro da estrutura governamental, tendo assumido desde fevereiro de 2019 a importante cadeira de Presidente do Banco Central do Brasil³⁴⁷.

Bacharel e mestre em economia pela Universidade da Califórnia, o atual presidente do BC tem longa trajetória no sistema financeiro, tendo iniciado a carreira no Banco Bozano Simonsen e trabalhado no Banco Santander por vários anos. O currículo, somado às ideias liberais e pró-mercado refletidas em seu discurso, soaram e ainda soam como música para o mercado financeiro, que o enxerga como um tecnocrata competente e moderno. Visão esta que, no entanto, é diametralmente oposta ao do atual presidente do Brasil, em uma relação conflituosa e difícil, institucionalmente falando, lembrando um pouco a relação entre Bolsonaro e Alexandre de Moraes, em que este último foi eleito o “vilão” do governo anterior. Podemos, todavia, analisar este embate sob dois aspectos: o político e o econômico. A grande questão que fica seria como ambos dialogam entre si.

Politicamente, o motivo do conflito baseia-se, em essência, na Lei Complementar 179/2021, que estabeleceu a dita autonomia do Banco Central³⁴⁸. A principal mudança que desagradou o governo Lula foi a não coincidência entre o mandato de presidente do Brasil e o presidente do Banco Central, em que este último

³⁴⁴ Artigo escrito em agosto de 2024.

³⁴⁵ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE), do PET-Economia e do Centro Acadêmico de Economia (CA - Economia). E-mail: axlrached@gmail.com

³⁴⁶ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, tutora do PET-Economia e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

³⁴⁷ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-02/campos-neto-toma-posse-como-presidente-do-banco-central>

³⁴⁸ <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/517/noticia>

ficará os primeiros dois anos daquele. Neste sentido, esta lei, visando “blindar” politicamente a economia dos políticos, de fato causa uma situação anômala, em que o governante, eleito pelo povo, não pode aplicar a política monetária de seu plano de governo, estando sujeito à burocracia composta pelo governo anterior. Situação esta que é enfrentada pelo 5º e atual governo petista.

Lula tem reiterado, sobretudo através da mídia, o descontentamento com a gestão da política monetária feita por Campos Neto, principalmente no que concerne à manutenção da taxa Selic, nominalmente em 10,50%, e que no momento é a terceira maior em termos de taxa de juros real no mundo, no patamar de 7,36%, perdendo somente para a Turquia e Rússia neste último quesito³⁴⁹. Acusado por Lula de boicotar o governo atual e de ser partidário do ex-presidente Jair Bolsonaro, Campos Neto sempre negou envolver seu viés político nas decisões do Banco Central, apesar de claramente estar mais alinhado ideologicamente com o ex-presidente.

Apesar de Lula poder demitir Campos Neto via CMN, órgão composto pelo Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a Ministra do Planejamento, Simone Tebet, e o próprio Presidente do Banco Central, que pode ser demitido quando a meta de inflação não é cumprida, fato que já ocorreu, é sabido que não haveria margem política para tal ação. Lula sabe que Campos Neto é influente entre agentes do mercado e que sua saída acarretaria uma crise maior para o governo, cabendo a ele uma crítica meramente retórica contra Campos Neto, e sem a efetividade de ações concretas.

Agora, economicamente, Campos Neto sempre defendeu que as políticas do BC são decisões “técnicas” e tomadas “em conjunto” com seus membros do Comitê. Ao lermos as atas do COPOM, como a última do dia 31 de julho de 2024³⁵⁰, sempre é destacado o cenário adverso externo, pressões advindas do mercado de trabalho, “alto dinamismo interno”, inflação acima da meta proposta para o ano, assim como questões fiscais, já que o mercado financeiro sempre visa a redução da dívida pública. O mais irônico, todavia, é que neste último caso o aumento da taxa de juros gera o efeito contrário. Conforme Rogério Ceron³⁵¹, secretário do Tesouro Nacional, 40% da dívida pública depende da taxa Selic, que é controlada pelo BC, demonstrando no mínimo uma contradição neste processo, que além do supracitado, em havendo um aumento da taxa

³⁴⁹ <https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/07/31/ranking-juros-reais.ghtml>

³⁵⁰ <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/atascopom>

³⁵¹

<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/cada-ponto-percentual-da-selic-tem-impacto-brutal-no-custo-da-divida-publica-diz-ceron/>



de juros, promove desaquecimento do mercado de trabalho e estímulo ao rentismo, que “tira” dinheiro de investimentos produtivos, mantendo-o no circuito financeiro, no qual não se promove aumento do PIB, da renda e do emprego.

No aspecto teórico, o atual presidente do BC parece reforçar o ideal neoliberal de combater a inflação e usar as taxas de juros como ferramenta, custe o que custar. Parece tentar enterrar o consenso keynesiano do pós-Segunda Guerra, que dominou durante quase 40 anos a economia global. A doutrina, que propunha que os governos mantivessem alto o nível de emprego com duas políticas discricionárias, fiscal (gastos públicos e tributação), e monetária (taxas de juros e oferta de moeda), soam como antiquadas para as elites financeiras que compõem países dominados pelo Consenso de Washington, neste caso o Brasil.

Campos Neto, a mando de seus patrões, parece se basear mais nas ideias de Kydland e Prescott, no artigo “Rules rather than discretion”, de 1977, em que afirmavam que políticas discricionárias eram contraproducentes, baseando-se no conceito de expectativas racionais de Muth, dizendo que as crenças incorretas sobre os preços custam caro aos indivíduos, e que estes, racionais, procuram evitar erros planejando com antecedência. Estes “erros” viriam das ações governamentais, que, ao intervirem nas taxas de juros e no investimento, estariam promovendo uma “distorção” sobre a economia, algo inaceitável para os padrões ortodoxos.

Agora, unindo a seara política e econômica, na economia política, podemos dizer que Campos Neto obteve êxito, ao menos no que concerne ao que se propõe como ortodoxo. Ao conseguir balizar e dialogar com o mercado, conquistou a imagem de competente, moderado e hábil tecnicamente, por ter controlado a inflação, e politicamente, haja vista que nunca confrontou publicamente o atual presidente, mesmo sendo alvo de pesadas críticas. O mandato de Campos Neto termina no fim de 2024, e desde já, elogiado por banqueiros, como André Esteves, o seu conselheiro³⁵², além de políticos, como Tarcísio, Zema³⁵³, que fazem jantares e homenagens ao futuro ex-presidente do BC, visando se associar à sua imagem, e quem sabe, cooptá-lo para um hipotético governo do campo da direita a partir de 2027, possivelmente como ministro da Fazenda. Não obstante, nesta batalha “campal”, quem vem mesmo ganhando é a elite

³⁵²

<https://www.poder360.com.br/brasil/andre-esteves-do-btg-diz-ser-consultado-por-campos-neto-sobre-piso-de-juros/>

³⁵³

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/07/30/zema-repete-tarcisio-e-homenageia-campos-neto-em-meio-as-criticas-de-lula.ghtml>

financeira, com seus interesses preservados, e Campos Neto, que ganhou capital político. Este, de fato, foi eficiente. Mas a pergunta que fica é: para quem? E não é difícil respondê-la. A outra pergunta que complementa a anterior: e quem perde? O governo, o povo, ou seria ambos?



A desregulamentação das relações trabalhistas no Brasil, essencialmente com a aprovação da Reforma Trabalhista de 2017 pelo governo Temer, caracteriza o aparecimento da reforma neoliberal no âmbito do trabalho e isso resultou no surgimento de diversas consequências para a saúde dos trabalhadores, pois a perda de direitos trabalhistas criou um estresse no trabalho devido ao excesso de responsabilidades, a carga horária extenuante, enquanto que para outros trabalhadores a insuficiência em um sentido de existência devido à falta de trabalho ou a subutilização da força de trabalho.

Dessa reforma, emergiram formas de contrato de trabalho com grandes implicações aos trabalhadores, como por exemplo, o contrato de trabalho temporário, intermitente e um tipo de contrato em que o trabalhador assina como se fosse uma pessoa jurídica, o que lhe confere quase nada em direitos e garantias. Esse cenário de retrocesso é marcado pelo aparecimento de doenças mentais que afetam a qualidade de vida dos trabalhadores, como o Burnout, uma síndrome causada pelo estresse crônico na vida profissional, resultando em exaustão constante e infelicidade com relação ao trabalho, cresce também o quadro de ansiedade, dada a ampliação permanente no grau de insegurança e instabilidade no mercado de trabalho.

De acordo com matéria da BBC News Brasil³⁵⁷ o aumento do estresse e pressão no trabalho tem desencadeado inúmeras síndromes aos trabalhadores. Além disso, segundo Bruno Chapadeiro Ribeiro, pesquisador da Universidade Federal Fluminense, o Brasil sofre uma epidemia de transtornos mentais relacionados ao trabalho e isso é corroborado com base nos dados observados do Ministério da Previdência Social em que no ano de 2023, 27 trabalhadores foram afastados por dia por conta de transtornos mentais e comportamentos ligados ao trabalho. Cabe destacar que esses dados oriundos da previdência social consideram somente trabalhadores que exercem sua atividade

³⁵⁴Artigo escrito em agosto de 2024.

³⁵⁵Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial (PET - Economia). E-mail: diuarycg@gmail.com.

³⁵⁶Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

³⁵⁷<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cnk4p78q03vo.amp>

laboral com um mínimo de formalidade, contribuindo de algum modo à seguridade social.

Procurando evitar esses transtornos é necessário restrições à superexploração no trabalho e o estabelecimento de instituições que prezem pela saúde do trabalhador, diferente da organização empresarial neoliberal em vigor com base na ideologia da competição e do individualismo. Byung-Chul Han, filósofo e ensaísta sul-coreano, diz que atualmente estamos em uma sociedade de desempenho marcada pelo excesso de positividade, que prega que o indivíduo pode chegar aonde bem entender, pois as conquistas só dependem de si e dada a retórica desse argumento, isso leva à frustração e desencadeia uma série de transtornos mentais. A flexibilidade da legislação trabalhista que prometia um aumento de milhões de empregos, ao contrário, só resultou em redução do emprego formal e aumento da informalidade, da precarização, do grau de exploração, reduzindo significativamente o poder de barganha dos trabalhadores enquanto classe e, conseqüentemente fortalecendo o poder de barganha dos empregadores.

A taxa de informalidade no Brasil ficou em 38,6% da população ocupada no segundo semestre de 2023³⁵⁸, ou seja, mais de um terço da população ocupada. A taxa de desemprego vem caindo, tendo atingido 6,9% no segundo trimestre deste ano, mas a taxa de informalidade se encontra alta, mostrando o perfil do trabalhador brasileiro que está desprovido de direitos trabalhistas. Os trabalhadores empregados no setor privado alcançaram um percentual de 73,6%, nesse contexto que desde a reforma trabalhista de 2017 a classe trabalhadora só acumula reveses, conforme dito antes.

O fenômeno de surgimento do mercado de trabalho levou o proletariado a realizar a venda da sua força de trabalho transacionada como uma mera mercadoria, com a venda dessa mercadoria o comprador (capitalista) ganha o mais valor que se converte em lucro. Assim, as regulamentações do mercado de trabalho atenuam ou agravam essa situação, sob a qual, em qualquer contexto, o trabalhador vira uma peça secundária no processo de acumulação de capital.

Na contemporaneidade tem se difundido o discurso meritocrático, o qual argumenta que o indivíduo vai conseguir lidar com as dificuldades com base em seu esforço e quanto maior for a sua dedicação e entrega melhores serão os resultados que alcançará. Porém, a falácia meritocrática que serve como um dos pilares do neoliberalismo ignora uma estrutura que produz e agrava as assimetrias em termos de

³⁵⁸<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2024/08/15/desemprego-pnad.htm>



oportunidades e capacidade de inserção, em mercados de trabalho cada vez mais precarizados, nos quais os empregos melhores, caracterizados por melhores rendimentos e direitos vão se tornando cada vez mais escassos. Assim, o discurso meritocrático tem como efeito corroer as políticas sociais e o Estado de bem-estar, porém é importante ressaltar que as conquistas e fracassos do indivíduo não são resultados alcançados exclusivamente devido ao seu desempenho individual em termos de esforço e/ou negligência, sendo impossível ao trabalhador alcançar o topo da sociedade somente por meio do mérito e sendo esse discurso usado para reproduzir e perpetuar a dominação sobre o trabalhador, justificando as desigualdades criadas pelo capitalismo e estabelecendo que se a pessoa X está no momento de uma situação de miséria é por sua total e única responsabilidade e não em razão das estruturas criadas pelo sistema econômico predominante. O capitalismo é o feroz algoz do proletariado, o usa como um fator de produção, uma mercadoria, e na era neoliberal, sob a égide do discurso meritocrático, um indivíduo culpado pelos seus fracassos, um trabalhador superexplorado, precarizado, corriqueiramente perdedor de direitos e garantias sociais.



A EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DA ÍNDIA E SUAS EXPECTATIVAS DE CRESCIMENTO ECONÔMICO³⁵⁹

Guenold Omoungou Dibango³⁶⁰

Águida Cristina Santos Almeida³⁶¹

Considerado um país em desenvolvimento, a Índia é um país asiático localizado no sul do continente. Constitui um dos maiores países em extensão, e sua capital é Nova Déli. Conhecida por sua demografia populosa, sempre foi o segundo país mais populoso do planeta, com 1,3 bilhão de habitantes, atrás da China. A Índia é um país essencialmente rural, pois apenas 35,4% da sua população vive nas cidades, ocasionando assim uma forte concentração de quase 100 milhões de habitantes nas principais cidades do país. Apesar de sua taxa de crescimento populacional ter decrescido gradualmente, a Índia se mantém acima de 1% ao ano de crescimento populacional, devido a maior natalidade em comparação à mortalidade. Com este crescimento populacional significativo, a Índia se tornou o país mais populoso do mundo chegando em 1,428 bilhão contra 1,425 bilhão da China, ultrapassando a China desde o ano de 2023.

O forte crescimento demográfico da Índia nesses últimos anos criou expectativas positivas, por alguns analistas³⁶², sobre a condição econômica do país. Com um vasto contingente de mão de obra elevada, acredita-se que seu potencial poderia chegar perto ou ainda ao mesmo nível do que a China. Pois, nas últimas décadas a expansão econômica da China usufruiu de sua vasta população, funcionando como uma grande potencialidade em termos da sua força de trabalho. A China passou a construir uma forte competitividade que permitiu produzir bens e serviços a preços baixos.

Portanto, apesar da numerosa população, que figura como uma potencialidade em termos de força de trabalho, no caso da Índia, aguarda-se encontrar soluções nas

³⁵⁹ Artigo escrito em agosto de 2024.

³⁶⁰ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial (PET - Economia). E-mail: guenoldomoungou@gmail.com.

³⁶¹ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

³⁶² Índia ultrapassa China e agora é a maior nação; saiba quais são os dez países mais populosos do mundo | Mundo | G1 (globo.com)
Com população da Índia à frente da chinesa, economia indiana pode crescer no ritmo da China? | Mundo | G1 (globo.com)

desigualdades e pobreza, dado que o país tem uma das maiores disparidades de renda do mundo. Enquanto uma pequena elite se beneficia do crescimento econômico, uma grande parte da população ainda vive em condições de pobreza. A pobreza é mais prevalente nas zonas rurais, onde o acesso a serviços básicos como saúde, educação e saneamento é limitado. Uma grande parte da força de trabalho está no setor informal, o que significa que muitos trabalhadores não têm acesso a benefícios sociais e seguridade, como deveriam. A melhoria na educação e saúde continua sendo um desafio grande.

Contudo, embora a Índia constitua um país populoso, com cultura milenar e dispute no comércio internacional em alguns setores de grande densidade tecnológica (como por exemplo, na cadeia farmacêutica), o país possui gargalos na infraestrutura. De acordo com o jornal “Financial Times”, nas últimas décadas, as infraestruturas do país estão bastante deterioradas, o que desencorajou a instalação de novas indústrias. Como o emprego na indústria proporciona renda mais elevada do que outros setores, ocorre que sem o aumento significativo da participação da indústria no PIB do país, dificilmente a Índia poderá sustentar um crescimento com taxas elevadas.

Em segundo lugar, a Índia é marcada por uma baixa participação das mulheres na força de trabalho. Pois segundo dados do Instituto de População da Índia, “Sanghamitra Singh”, as mulheres representam cerca de 50% da população, o que torna necessário inovar, investir ainda mais para que essas mulheres ingressem na força de trabalho por meio do acesso ao mercado de trabalho formal. Na Índia, a presença das mulheres na força de trabalho é muito baixa, por exemplo, em 2023 somente 24% das mulheres em idade de trabalho (15 anos ou mais) de fato trabalhavam. Já na China, o contexto é muito diferente, com uma porcentagem de 61,3%. A razão para esta baixa participação das mulheres na mão de obra do país é atribuída ao conservadorismo, o qual impede as mulheres de trabalhar fora de casa, especialmente em certas regiões e comunidades. A sociedade indiana é diversa, com grandes variações culturais, religiosas e socioeconômicas que influenciam o papel das mulheres no mercado de trabalho.

Em terceiro lugar, vale a pena ressaltar o papel do aspecto governamental e as fortes políticas de industrialização elaboradas pelo governo chinês dentro desse processo, muito mais intensas e contínuas do que na Índia, pois os dois países têm regimes políticos e estruturas de governos diferentes. A Índia é uma república parlamentarista, o que significa que tem uma estrutura política mais descentralizada comparada com o governo chinês que tem uma república comunista de um partido só. Isso fez com que a China conseguisse manter as políticas do país consolidadas e

unificadas, ao contrário da Índia. A partir dos anos 1970, a China centralizou seu interesse no desenvolvimento/crescimento econômico, com foco nas exportações. Já a Índia fez um processo de integração no capitalismo neoliberal globalizado de um modo diferente da China, dada sua menor capacidade de coordenação e planejamento estatais em relação ao governo chinês.

Em suma, a Índia, como um dos países em desenvolvimento e mais populoso do mundo, enfrenta desafios e oportunidades únicas em seu caminho para o crescimento econômico. No entanto, enquanto a China conseguiu transformar sua grande população em um motor de crescimento econômico sustentado, a Índia encontra obstáculos significativos, como a infraestrutura deficiente, a baixa participação feminina no mercado de trabalho e a estrutura governamental mais descentralizada. Esses fatores dificultam a criação de uma base industrial forte e limitam o impacto potencial de sua vasta força de trabalho. A desigualdade social e a pobreza, particularmente nas zonas rurais, continuam a ser desafios persistentes, dificultando a melhoria do nível de vida à maioria da população. Embora a Índia tenha potencial para alcançar um crescimento econômico robusto, as diferenças estruturais em relação à China indicam que o caminho para um "boom" econômico similar pode ser mais longo e complexo.

Júlia Farias V. Caminha³⁶⁴

Águida Cristina Santos Almeida³⁶⁵

Nas últimas semanas o mundo inteiro se juntou para celebrar um dos maiores eventos esportivos do globo: as Olimpíadas. Na edição de 2024, o evento foi sediado em Paris, capital da França, entre 26 de julho a 8 de agosto. Mantendo o padrão da contemporaneidade, durante o evento não faltaram polêmicas e tentativas de (des)politizar a prática esportiva para fins de enrijecimento da fissura social estimulada pela extrema direita, assim como, ondas virulentas de ódio contra atletas aproveitando-se da falta de controle sobre a disseminação das fake news que estimulam o preconceito e a intolerância.

Foi o que aconteceu com Imane Khelif, atleta argelina da modalidade da luta de boxe, na categoria peso médio, que foi alvo principal das notícias falsas que colocaram em desconfiança seu sexo e gênero. Toda a campanha em torno dessa narrativa iniciou-se com a vitória de Imane sobre a lutadora italiana Angela Carini, que desistiu da luta após apenas 46 segundos no ringue devido a fortes dores após um golpe que levou. Pois bem, isso foi suficiente para a criação da narrativa de que Carini havia desistido da luta como uma forma de protesto à presença de Imane e sua suposta “condição de transgênero”. Sob esse cenário, inúmeras personalidades famosas no mundo inteiro utilizaram a oportunidade para expressar suas opiniões no que diz respeito a pessoas trans e atacaram a atleta como se a mesma fosse uma mulher trans, coisa que jamais foi confirmada já que Imane é, de fato, uma mulher cisgênero.

O bilionário Elon Musk, dono da rede social X, aproveitando-se de o assunto ter virado pauta principal dentro de sua rede social, compartilhou posts que diziam que “homens não pertencem a esportes femininos” indicando que a boxeadora argelina era, na verdade, um homem infiltrado. A autora J.K. Rowling foi ainda mais cruel e publicou: “Poderia alguma imagem resumir melhor o nosso novo movimento pelos direitos dos homens? O sorriso de um homem que sabe que está protegido por um

³⁶³Artigo escrito em agosto de 2024.

³⁶⁴Graduando(a) do curso de Ciências Econômicas da UFCG, do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do grupo PET-Economia (Programa de Educação Tutorial do curso de Ciências Econômicas). E-mail: juliafariasvc@gmail.com;

³⁶⁵Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

estabelecimento esportivo misógino, enquanto desfruta da angústia de uma mulher que ele acabou de atingir na cabeça e cuja ambição de vida ele acabou de destruir”³⁶⁶. Para Rowling, Imane sorrir ao vencer uma luta é, aparentemente, um reflexo do crime de ódio de homens contra as “verdadeiras mulheres”.

As reações como a da escritora além de abundantes são as mais perigosas, ao se reivindicar como militante feminista, mulheres como Rowling usam seu escárnio com pessoas trans - em especial para com as mulheres trans - para veicular propaganda política que beneficia diretamente os interesses da extrema direita, inflando um medo na população acerca de um forte e fantasmagórico “perigo trans” na sociedade e utilizando o véu do “feminismo” para fazer isso sob a falsa defesa da vida das mulheres.

Esse fato consegue ser demonstrado rapidamente quando analisamos os demais personagens políticos que compartilharam da mesma violência pública com a atleta olímpica. Dentre os diversos políticos de extrema direita que endossaram o ataque tivemos o Donald Trump, a Giorgia Meloni, Matteo Salvini, J.D. Vance e inúmeros bolsonaristas como Nicolas Ferreira, Eduardo Girão, Sérgio Moro e Magno Malta³⁶⁷, cada um deles se referiram à atleta como “homem biológico”, “trans” ou “intersexo”, alegando injustiça dentro do esporte feminino, “disputa entre desiguais” e que agora a “cultura woke” quer que homens batam em mulheres e sejam aplaudidos.

A atleta Imane Khelif não foi a única a estar envolvida nessa polêmica, embora tenha sido a mais atacada, dado que outra boxeadora duas vezes campeã do mundo, Lin Yun-Ting, de Taiwan, também foi acusada de não pertencer a categoria feminina de boxe por “problemas de gênero”. Isso aconteceu devido à reprovação em testes de gênero que as atletas foram submetidas pela Associação Internacional de Boxe [IBA], desclassificando-as do Campeonato mundial de boxe na Índia em 2023 sob a alegação de que “não atendiam aos critérios de elegibilidade”³⁶⁸.

O Comitê Olímpico Internacional [COI], por outro lado, saiu em defesa das atletas desde o primeiro momento, endossando que as atletas possuem o completo direito de estarem competindo nos jogos olímpicos considerando não se tratar de atletas trans, mas sim de mulheres reconhecidamente mulheres desde seus nascimentos. Na verdade, o IBA foi banido do Comitê Olímpico desde o ano passado devido suas “falhas

³⁶⁶<https://oglobo.globo.com/esportes/olimpiadas/noticia/2024/08/16/musk-e-jk-rowling-podem-enfrentar-cinco-anos-de-prisao-e-multa-de-r-300-mil-em-caso-de-assedio-virtual-a-boxeadora-imane-khelif.ghtml>

³⁶⁷<https://www.metropoles.com/colunas/igor-gadelha/magno-malta-cita-boxeadora-para-pedir-repudio-a-chefe-do-coi>

³⁶⁸ <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cz9x9ddw40yo>

recorrentes de integridade e transparência na governança”, sendo acusada de forma costumeira de manipulação de resultados e corrupção³⁶⁹. Desse modo, os testes realizados nas atletas - que não foram revelados como e quais critérios foram realizados para a reprovação das boxeadoras de forma clara - não são medida para avaliar as atletas em suas identidades sexuais e de gênero.

E no final das contas as atletas são mulheres cis que sofreram violências que mulheres trans sofrem em todo momento, protagonizando o palco de horrores da extrema direita em todos os países nos quais esta tem líderes e seguidores, palco esse que já vitimizou muitas vidas, que seguirá vitimizando, e alimentando cada vez mais o ódio e o medo entre as pessoas, escalando a guerra de todos contra todos, para que as elites econômicas sigam “passando a boiada”, conforme Dardor e Laval com outros dois autores franceses muito bem discutem na obra *A escolha da guerra civil: uma outra história do neoliberalismo*³⁷⁰.

³⁶⁹<https://ge.globo.com/boxe/noticia/2023/06/22/coi-bane-federacao-internacional-mas-mantem-o-boxe-nas-olimpiadas.ghtml>

³⁷⁰ <https://www.intercept.com.br/2024/08/08/extrema-direita-mulheres-esportes-olimpiadas/>



Maria Gabriella da Silva Valentim³⁷²

Águida Cristina Santos Almeida³⁷³

Etatismo é a discriminação que afeta pessoas com base em estereótipos associados à idade, manifestando-se através de diferentes maneiras de abordagem, como piadas e atitudes de exclusão³⁷⁴. Quando falamos de mercado de trabalho, esse preconceito atinge frequentemente os trabalhadores mais velhos, que são tidos como menos produtivos, menos adaptáveis e menos inovadores, quando comparados com os trabalhadores mais jovens. Ainda que o etatismo impacte pessoas de qualquer gênero, as mulheres com mais de 50 anos são as mais afetadas³⁷⁵ e enfrentam uma combinação de obstáculos: além do preconceito com relação à idade, lidam com o sexismo, que limita ainda mais suas oportunidades de carreira.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as pessoas acima dos 50 anos representam mais de 25% da população e 22% da força de trabalho no Brasil³⁷⁶. Porém, essa parcela significativa da força de trabalho não encontra oportunidades proporcionais ao seu nível de representação, assim, apenas 5,6% das empresas afirmaram ter contratado profissionais nessa faixa etária na mesma proporção de sua participação na população, ou seja, 25%³⁷⁷. A realidade se mostra cruel e desesperançosa para essas pessoas, segundo um levantamento realizado pela Catho, 69% das pessoas nessa faixa etária sentem que já perderam alguma oportunidade de emprego devido à idade³⁷⁸. O que esses dados nos mostram claramente é a existência de uma tendência cada vez mais empenhada na exclusão e substituição de profissionais mais velhos e experientes.

³⁷¹Artigo escrito em agosto de 2024.

³⁷²Graduanda do curso de Ciências Econômicas da UFCG, Integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do PET-Economia. E-mail: silvagabriella776@gmail.com.

³⁷³Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

³⁷⁴<https://geriatriagoiania.com.br/voce-sabe-o-que-e-etatismo/#:~:text=Etatismo%20%C3%A9%20discrimina%C3%A7%C3%A3o%20contra,infantiliza%C3%A7%C3%A3o%20e%20atitudes%20de%20exclus%C3%A3o.>

³⁷⁵[https://www.band.uol.com.br/noticias/etarismo-emprego-mulheres-50-anos-202407051610.](https://www.band.uol.com.br/noticias/etarismo-emprego-mulheres-50-anos-202407051610)

³⁷⁶[https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2024/05/6848856-etarismo-86-das-pessoas-com-mais-de-60-anos-sofrem-preconceito-no-trabalho.html#google_vignette.](https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2024/05/6848856-etarismo-86-das-pessoas-com-mais-de-60-anos-sofrem-preconceito-no-trabalho.html#google_vignette)

³⁷⁷dem.

³⁷⁸[https://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2024/08/21/parece-que-voce-fez-50-anos-e-nao-presta-para-mais-nada-mulheres-50-relatam-dificuldades-para-conseguir-emprego.ghtml.](https://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2024/08/21/parece-que-voce-fez-50-anos-e-nao-presta-para-mais-nada-mulheres-50-relatam-dificuldades-para-conseguir-emprego.ghtml)

Uma pesquisa da Ernst & Young com a agência Maturi, realizada em 2022, com quase 200 companhias brasileiras entrevistadas, revelou que a maior parte das empresas brasileiras emprega apenas de 6% a 10% de funcionários com mais de 50 anos³⁷⁹. Estamos diante de uma sub-representação alarmante e hipócrita, visto que a liderança de muitas dessas empresas está nas mãos de pessoas com mais de 50 anos, as mesmas que implementam práticas de contratação e promoção que privilegia a juventude, reforçando estereótipos negativos sobre a capacidade dos trabalhadores mais velhos, o que resulta na criação de um ambiente hostil para a diversidade etária no mercado de trabalho.

Estereótipos que são amplamente e cotidianamente associados à idade, como a resistência à tecnologia e a diminuição da produtividade, são perpetuados nas empresas. Quando falamos sobre as mulheres, esses preconceitos são agravados e intensificados pela desigualdade de gênero. A escritora e publicitária Adriana Olacyr chama atenção para o fato de que as mulheres são vistas como menos preparadas/aptas para certos cargos de liderança, devido aos estereótipos machistas e misóginos que associam autoridade à masculinidade. Em suas palavras: “mulheres enfrentam pressões sociais e expectativas culturais que valorizam a juventude e a beleza feminina, tornando-as mais vulneráveis à discriminação com base na idade e na aparência”³⁸⁰.

Atualmente, a juventude é associada a “atributos” como beleza, inovação e energia. As mulheres então, dentro desse cenário de expectativas irreais no qual estão inseridas, têm sobre si essa pressão de forma ainda mais intensificada, visto que a visão cultural a qual estão submetidas prioriza a aparência e a feminilidade em detrimento da experiência e competência. Tal fato afeta diretamente suas oportunidades de trabalho, fazendo com que a maioria seja frequentemente descartada em processos seletivos ou desprezada em promoções, em favor de colegas mais jovens. Além disso, ainda enfrentam a questão de conciliar responsabilidades familiares com suas carreiras, dificultando sua progressão.

Mas a questão ainda fica mais complexa, visto que o etarismo raramente atua de forma isolada. Para mulheres negras, LGBTQIAPN+ e portadoras de deficiência, a discriminação por idade é agravada por outras formas de preconceito. Uma pesquisa realizada pela ACI Institute mostrou que não há mulheres pretas em conselhos de administração de empresas abertas no Brasil, e que esses cargos são majoritariamente

³⁷⁹<https://www.band.uol.com.br/noticias/etarismo-emprego-mulheres-50-anos-202407051610>.

³⁸⁰<https://www.band.uol.com.br/noticias/etarismo-emprego-mulheres-50-anos-202407051610>.



ocupados por profissionais (homens brancos) na faixa etária entre 53 e 57 anos. Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), apenas 15,2% dos cargos são preenchidos por mulheres³⁸¹. A falta da representação de mulheres, em especial as que fazem parte dos grupos tidos como minorias em cargos de liderança, é o resultado da intersecção entre etarismo, racismo, sexismo e outras formas de discriminação.

A falta de políticas inclusivas efetivas para pessoas portadoras de deficiência e LGBTQIAPN+ faz com que a exclusão dessas mulheres do mercado de trabalho seja agravada cada vez mais. Um levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Direito e Ética Empresarial (IBDEE), mostra que a porcentagem de pessoas portadoras de deficiência ocupa apenas 0,7% dos conselhos empresariais e os dados são ainda menores para pessoas LGBTQIA+ que ocupam apenas 0,2%³⁸². Tal informação torna evidente a falta de inclusão e diversidade em altos cargos corporativos (mas não somente neles), o que perpetua a marginalização de grupos que já estão em situação de vulnerabilidade.

Mesmo que o Brasil possua um marco legal considerável para o combate à discriminação, a aplicação dessas normas não se mostra suficiente para proteger as mulheres mais velhas no mercado de trabalho. A Constituição de 1988, em seu artigo 3º, inciso IV, estabelece que dentre os seus objetivos fundamentais contempla a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação³⁸³. Além disso, temos a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que no capítulo da proteção do trabalho da mulher dispõe sobre a vedação de discriminação por idade, em seu artigo 373-A, proibindo práticas discriminatórias por idade na contratação e permanência de empregados³⁸⁴.

Outra ferramenta importante da qual dispomos é a Lei nº 9.029, de 1995, que proíbe expressamente toda e qualquer prática discriminatória para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e, dentre essas condutas, está inclusive a discriminação por idade³⁸⁵. Entretanto, a eficácia da aplicabilidade dessas leis depende não só da fiscalização, mas da disposição das eventuais vítimas de

³⁸¹Idem.

³⁸²Idem.

³⁸³<https://www.conjur.com.br/2023-jul-27/pratica-trabalhista-etarismo-discriminacao-preconceito-ambiente-trabalho/>.

³⁸⁴<https://www.conjur.com.br/2023-jul-27/pratica-trabalhista-etarismo-discriminacao-preconceito-ambiente-trabalho/>.

³⁸⁵Idem.

discriminação em denunciar o acontecimento de tais práticas, o que na maioria dos casos não acontece. Há um temor em torno de retaliações, além da eventual dificuldade em comprovar a existência do episódio discriminatório, o que acaba representando obstáculos significativos para a aplicação eficaz dessas leis.

Em nível internacional, podemos citar a Convenção nº 111 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que dispõe sobre a proibição de discriminação em matéria de emprego e ocupação, protegendo a dignidade da pessoa humana³⁸⁶. Porém, a realidade encontrada no mercado de trabalho deixa claro que ainda existe um longo e incerto caminho a ser percorrido, para que haja a melhor aplicação dessas normas e a criação e manutenção de um ambiente de trabalho inclusivo para todas as idades.

A diversidade etária deve ser vista como, além de tudo, uma questão de justiça social! Mas como as empresas pouco ligam para tal, que vejam ao menos como uma questão de vantagem competitiva, ou o que seja, já que, “estudos demonstram que a diversidade amplia a produtividade, estimula um clima organizacional positivo, potencializa o surgimento de profícuas soluções, qualifica os debates, contribui à evolução de cada profissional e, conseqüentemente, incrementa os lucros”³⁸⁷. E, portanto, para que a diversidade etária seja eficaz, é preciso que as empresas adotem, no mínimo, políticas e práticas que venham a incentivar a inclusão dos trabalhadores mais velhos.

Eliane Kreisler, consultora de gestão e carreiras 50+, destaca que tais políticas de diversidade precisam ser pensadas no longo prazo, ela nos diz que “a diversidade precisa estar integrada como um processo da própria empresa e não para atingir determinadas cotas”³⁸⁸. O etarismo é estrutural, bem como outros tipos de preconceito, então, a criação e implementação de políticas como programas de mentoria reversa, onde os trabalhadores mais jovens aprendem com a experiência dos mais velhos, são imprescindíveis, além, claro, de políticas de recrutamento que valorizem a experiência e do oferecimento de treinamentos contínuos e oportunidades de atualização profissional. Tudo isso ajudará a combater os estereótipos sobre os trabalhadores mais velhos, ao passo em que garantirá que eles permaneçam “competitivos e relevantes” no mercado de trabalho.

³⁸⁶Idem.

³⁸⁷<https://vocerh.abril.com.br/diversidade/etarismo-por-que-a-inclusao-dos-mais-velhos-ainda-e-um-desafio/mobil>

³⁸⁸<https://www.band.uol.com.br/noticias/etarismo-emprego-mulheres-50-anos-202407051610>.

O etarismo, como bem descrito no presente artigo, representa um desafio significativo para as pessoas com mais de 50 anos no mercado de trabalho, em especial, para as mulheres, perpetuando preconceitos e desigualdades, limitando suas oportunidades de crescimento profissional, e mesmo com a existência de leis que visam reforçar o impedimento e a punição para com esse tipo de discriminação, a aplicação de tais normas encontra-se, muitas vezes, limitada, e ainda temos um longo caminho a ser percorrido, não só com relação às políticas de diversidade nas empresas, mas como pessoas, como sociedade.

Para que as pessoas com 50+ tenham as mesmas oportunidades de não só prosperar em suas carreiras, mas continuá-las, que é o que está sendo impedido hoje em dia, é preciso um esforço coletivo que venha a englobar a adoção de políticas de inclusão (por parte das empresas) e uma mudança cultural, onde passe a existir a valorização da experiência e sabedoria dos trabalhadores mais velhos. A existência de um ambiente de trabalho que seja verdadeiramente inclusivo é de caráter ímpar para garantir que todos possam almejar ao menos um futuro dentro do mercado de trabalho. Hoje são outras pessoas que passam por isso, “amanhã” será você, e aí? Como vai ser?

Visando a necessidade de proteção, o costume de vestir-se remonta desde os primórdios da humanidade, porém, esse costume foi se moldando em nossa sociedade e a roupa foi se tornando signo de status social. Além disso, a moda foi se consolidando em diversas instâncias da vida, sejam as instâncias mais subjetivas, como a visão que o indivíduo tem de si mesmo e de que forma se comunica com os outros. Com o avanço das tecnologias de produção o consumo de moda passou a apresentar uma outra face, esta que carrega imensas contradições do sistema capitalista.

No processo da Revolução Industrial foram sendo desenvolvidas novas tecnologias de produção, desde então, as máquinas foram ocupando cada vez mais espaço nessa produção forçando os trabalhadores a se adaptarem à nova realidade. A nova ordem de produção passou a implicar mudanças no mundo da moda, pois com o desenvolvimento de máquinas de tear e costurar, as roupas passaram a ser feitas em indústrias e oferecidas em lojas de departamento, na modalidade “ready-to-wear”³⁹² (em tradução livre “pronto a vestir”). Com essas mudanças, impôs-se uma velocidade ao mundo da moda, ao passo que não era preciso adquirir a roupa que fosse feita sob medida, como era até então, o qual resultava em um processo com diversas provas. Isso posto, a partir de então, bastava ir à loja, escolher e pagar.

Com o passar do tempo, sob o intuito de ampliar os lucros, as lojas criaram a ideia de lançar coleções, inicialmente ligadas às estações do ano, e a partir dos anos 1970 passaram a se comportar como “fast fashions”, de modo a lidar com a crise do petróleo³⁹³, a qual resultou, juntamente com muitos outros acontecimentos econômicos e políticos, numa profunda crise econômica em praticamente todas as economias do mundo. Com isso, criou-se a necessidade de a moda adquirir novos mercados, para

³⁸⁹ Artigo escrito em agosto de 2024

³⁹⁰ Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial (PET - Economia). E-mail: hortenciafrazao@hotmail.com

³⁹¹ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, tutora do PET-Economia e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

³⁹² <https://vogue.globo.com/moda/noticia/2022/08/o-que-e-pret-porter-e-qual-e-diferenca-da-alta-costura.html>

³⁹³ <https://www.ecycle.com.br/fast-fashion/>

umentar o ritmo de acumulação de capital. Assim, usando a analogia de Georgescu-Roegen (1971 apud CAVALCANTE 2010), a indústria em geral, na qual a moda está incluída vira um organismo que digere recursos naturais e descarta no ambiente, resíduos, os quais constituem matéria transformada que demora um longo tempo para ser decomposta.

Por outro lado, a alta-costura preserva, desde o século XIX, as técnicas de produção que foram perdidas com o processo de *prêt à porter*³⁹⁴. Mas nesse caso, passou a se tratar de um nicho segmentado que atende a pessoas com elevados níveis de renda. Desse modo as peças são costuradas e bordadas à mão, usando materiais nobres. Protegida pela lei francesa³⁹⁵, esta que impôs diversas regras para que um atelier seja considerado de alta-costura. Além de buscar manter as tradições, a alta-costura é considerada o coração da moda, lançando tendências se consolida como uma instituição cultural na França³⁹⁶. Com ateliês obrigatoriamente localizados na Champs Elysee e pouquíssimos compradores ao redor do mundo, com peças que podem chegar a até 1 milhão de euros³⁹⁷, a alta-costura cria duas coleções por ano, causando abalos sísmicos que são sentidos em todos os continentes.

O modo de confecção da alta-costura era a regra antes do advento da Revolução Industrial. Conforme dito por Ruy Braga (2024), no “Podcast Não Ficção”, durante o processo da Revolução Industrial o artesão que era o mestre de seu trabalho e dominava todos os passos da manufatura de seu produto, a partir de então passa a desempenhar apenas uma parte da produção da manufatura, ficando assim especializado em um único passo da produção, se tornando mais produtivo, porém realizando passos de uma operação tão simples que poderia ser desempenhada por indivíduos sem tanta habilidade. Como consequência desse processo, o trabalhador acabou por se tornar objeto no processo de produção, quando antes ele era o sujeito.

Ao mesmo tempo, com o advento da Revolução Industrial, os trabalhadores tiveram uma grande piora nas condições de vida, uma vez que foram submetidos em jornadas de trabalho exaustivas e condições de trabalho insalubres, como relatado por Marx (2008), em sua famosa obra “O Capital”, vivendo com um salário que garantia apenas a capacidade mínima de subsistência, a fim de garantir a reprodução da massa de

³⁹⁴<https://elle.com.br/moda/alta-costura-o-que-e?>

³⁹⁵ <https://www.fhcm.paris/en/our-history>

³⁹⁶ Ibidem 6

³⁹⁷<https://vogue.globo.com/moda/noticia/2020/07/com-valores-que-variam-entre-9000-1-milhao-por-peca-eis-alta-costura-em-numeros.html>

trabalhadores para a indústria e com isso, não comprometer a manutenção do processo de acumulação de capital. Na fase contemporânea, o avanço do neoliberalismo e a fragmentação da produção permitiu ao capitalismo realizar produções em diversas partes do mundo, reconfigurando estruturalmente a divisão internacional do trabalho, a qual retomou a lógica centro-periferia discutida por Celso Furtado, e sepultou o sonho desenvolvimentista do pós II Guerra Mundial.

Percebe-se que nesse cenário, à tendência ao pauperismo da classe trabalhadora, proposto por Marx (2008) permanece até os dias atuais na indústria da moda, como é relatado no documentário “The True Cost” (2015). Nele, há uma intensa análise na cadeia de produção da moda no mundo globalizado, no qual lojas de fast fashion exploram trabalhadores de países subdesenvolvidos, com legislações frouxas e pobreza extrema, o que facilita a aceitação salários baixos, com o intuito de oferecer nos mercados de diferentes países preços mais competitivos.

Além disso, no decorrer da produção, a natureza é poluída e as populações adoecem e morrem. Porém, para tais empresas isto é encarado apenas como ‘externalidades’. Entretanto, não são questões externas à produção, já que para produzir em tais condições há todo um sistema social e político como amparo. Durante o documentário, vemos o exemplo de trabalhadores em Bangladesh que tentam conseguir condições melhores de trabalho, mas o resultado é que a fábrica fecha e o movimento é sufocado por seus próprios compatriotas.

Tratando acerca de questões da cadeia têxtil-vestuário na esfera do mercado, ou seja, das trocas, conforme abordado por Silva (2023), as empresas usam estratégias para criar artificialmente o sentimento de exclusividade no consumidor, lançando coleções cápsulas, estas que possuem temáticas que tocam na subjetividade do consumidor, ao mesmo tempo que ficam pouco tempo nas prateleiras, e quando no guarda-roupa normalmente tem baixa permanência, pois a peça de roupa de uma fast fashion é em média usada dez vezes menos do que outras peças³⁹⁸, alimentando a velocidade de rotação do capitalismo, amplificando cada vez mais os problemas sociais e ambientais.

Na moda, cria-se nas pessoas um receio que seu estilo pessoal não acompanhe o que está em voga, tornando-as alguém démodé. Mas o que está ultrapassado na moda é a lógica de produção atual, pois, a indústria da moda é responsável por 10% das emissões de gases do efeito estufa³⁹⁹, além de causar impactos seríssimos na vida das

³⁹⁸ Ibidem 5

³⁹⁹ Ibidem 5

populações trabalhadoras, que sequer entram nos ranques de poluição, inclusive cerceando ainda mais seus direitos políticos. Tudo isso para oferecer um preço “competitivo”, pois as pessoas estão sedentas por consumir. O Slow fashion se coloca em oposição ao Fast fashion, porém é mais um mercado que se abre, não fazendo nem ‘cosquinha’ nas receitas das empresas dominantes, estas que adaptam seu discurso para parecerem mais ‘verdes’. O consumo não é o grande vilão de todo esse sistema, ele se assemelha mais a um sintoma. Talvez a forma mais simples e produtiva de encarar toda essa questão seja se posicionar como cidadãos e não como consumidores, quem sabe até tenhamos forças para sermos agentes da mudança.



POR QUE BUSCAMOS DÉFICIT ZERO?⁴⁰⁰

Charles Lucio Bezerra da Silva⁴⁰¹

Águida Cristina Santos Almeida⁴⁰²

A análise da saúde financeira de um governo geralmente se concentra em suas expectativas quanto ao desempenho fiscal. Nesse contexto, há uma busca constante por avaliar o equilíbrio entre receitas e despesas, considerando a predominância de déficit ou superávit. De forma geral, um déficit é visto como algo negativo, enquanto um superávit é considerado positivo. Essa abordagem está alinhada com a observação da dívida pública. No entanto, essa perspectiva reduz a complexidade econômica a poucos fatores.

Entretanto essas análises são limitadas quando levamos em conta um maior dimensionamento da economia e, sobretudo, quando consideramos as responsabilidades sociais que um Estado deve cumprir perante o seu povo. Deste modo podemos considerar que essa perspectiva de analisar o comportamento de um governo por uma conta simples de receitas e despesas, é uma simplificação da economia, quando se observa que a existência de um déficit resulta num diagnóstico automático de que há um problema naquela economia, pode-se indagar: seria esse o melhor método para tecer diagnóstico acerca de uma economia?

Na contemporaneidade há uma predominância de se construir visões de mundo com base na opinião e interesse do mercado financeiro, o qual defende de modo obsessivo a busca do déficit zero como a meta central que um governo deve perseguir em sua política fiscal, principalmente no caso do Brasil. Pode-se dizer que no registro das contas públicas o déficit primário é caracterizado quando as contas estão no vermelho, ou seja, as despesas ficam acima das receitas com impostos, desconsiderando os juros da dívida pública (considerando os juros da dívida no cálculo, tem-se o déficit operacional). De modo inverso, quando há superávit primário, ou seja, as contas estão no azul, significa que as receitas suplantaram as despesas primárias, nas quais os juros da dívida não entram. Considera-se que o resultado desse feito engloba o governo

⁴⁰⁰Artigo escrito em agosto de 2024.

⁴⁰¹Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial (PET - Economia). E-mail: Charles.lucio@estudante.edu.ufcg.edu.br

⁴⁰²Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

federal e as empresas estatais, e opera como um indicador, sobretudo ao mercado financeiro, do tanto de esforço por parte do governo para realizar o pagamento das despesas primárias dentro do orçamento público e gerando uma sobra, mesmo que para isso o governo precise retirar recursos dos programas e políticas públicas que atendem à população.

Deste modo, no mercado financeiro, observar que quando não se aumenta a dívida pública, isso sinaliza aos agentes ‘solidez’ por parte do Governo na condução do que se denomina ‘fundamentos macroeconômicos’, que numa lógica neoliberal focam basicamente na estabilidade monetária, desprezando todo o resto. Mas a questão que fica a ser discutida é: a economia de um país resume-se ao mercado financeiro e aos interesses dos seus operadores? Quais as implicações que essas ideias geram em termos de custos sociais para uma sociedade, na viabilidade de uma tendência de déficit zero na economia e seus consequentes custos sociais?

Grande parte da ortodoxia atualmente considera que se deve operar o Estado como uma economia doméstica, de modo que muitos economistas neoliberais propõem que o dinheiro do governo deva ser tratado como o orçamento de uma família, e com essa analogia se defende que é preciso evitar o endividamento e manter as contas públicas em superávit, mas essa comparação é de certo modo simplista e ineficiente, pois, há uma série de questões nessa análise que não são consideradas quando se faz a analogia e por isso, esta pode ser considerada como permeada por vários equívocos.

Primeiro, uma família não emite moeda, já que é o Estado que possui o monopólio da emissão. Segundo o Estado que define a taxa de juros na qual se endivida e os títulos de dívida pública são o ativo financeiro mais seguro e estável que existe, servindo inclusive como principal lastro da riqueza financeira de um país. Com isso, pode-se dizer que a capacidade de endividamento de um Estado (sendo esse endividamento em sua própria moeda), é consideravelmente maior que a capacidade de endividamento das famílias e empresas.

Considerando também as ideias de Keynes, que foi um dos pensadores que demonstrou que há uma assimetria sobre as decisões tomadas pelos empresários, com relação ao poder decisório dos trabalhadores (que é quase nulo), existindo assim um poder não igualitário na economia no campo da decisão, já que o trabalhador não comporta um poder sobre a decisão no mercado, ficando à mercê dos empresários e de suas definições em investimentos, para determinar o nível de emprego da economia e, consequentemente o nível de consumo dos trabalhadores. Contudo, comumente os

investimentos por parte do mercado são definidos em um nível aquém do esperado para manter a economia funcionando no nível de pleno emprego da força de trabalho.

Além disso, a alocação de recursos em investimento privado considera as expectativas de risco nas tomadas de decisões, situação que não acontece quando se observa a atuação do governo quanto da alocação de recursos. Por tudo o que foi dito, o gasto público acaba tendo bastante influência sobre a economia, especialmente nos fatores que tangem à manutenção de um nível de demanda agregada, ao influenciar sobre o estímulo à produção, geração de empregos, entre outros agregados macroeconômicos, compatíveis com o pleno emprego da força de trabalho. E ainda mais, quando ocorre crescimento econômico a dívida pública diminui com relação ao PIB tende a cair, ou seja, o país se torna menos endividado.

Uma das principais questões que se precisa considerar sobre a permanente preocupação do mercado financeiro no tocante a enxergar o crescimento econômico como um risco de aumento da inflação e o impacto desta na riqueza financeira. Isto é, o mercado financeiro não está condicionado a se importar com fatores ligados à economia real, como a geração de empregos, o comportamento da renda do trabalho, ou mesmo com indicadores sociais, como o nível de educação e saúde ou mesmo uma melhora no quadro social de um país. Assim, seria pertinente chamar atenção para uma das famosas afirmações da economista Maria da Conceição Tavares “Ninguém come PIB, come alimentos”.

Ou seja, antes de se ter uma noção sobre superávit ou mesmo sobre déficit das contas públicas, deve-se analisar os indicadores sociais e econômicos de um país, levando em consideração todos esses fatores condicionantes devemos analisar a sua estrutura e história e a partir disso formular uma visão que permita compreender o porquê de nos mantermos periféricos e sermos um país tão desigual e como podemos mudar essa realidade. Segundo uma matéria do Brasil de Fato: “A redução das despesas significa cortar investimentos em saneamento básico, moradias populares, saúde, educação, infraestrutura e muito mais. Tudo isso para atender aos interesses da entidade mercado”⁴⁰³.

Pode-se dizer que políticas econômicas efetivas atendem a demandas que buscam um equilíbrio mínimo entre o crescimento econômico e o desenvolvimento social, buscando que todos os membros da sociedade tenham acesso às condições

⁴⁰³

Disponível em:
<https://www.brasildefato.com.br/2024/04/27/alem-do-deficit-zero-e-possivel-sanear-as-contas-publicas>



básicas para uma vida digna. Deste modo há uma disposição de uma abordagem mais abrangente, em economia, no campo da heterodoxia, na análise de indicadores e na formulação de estratégias que promovam o bem-estar geral, além de considerar os diversos aspectos que influenciam a qualidade de vida das pessoas, ao invés de promover apenas números para o mercado.

De outro modo busco enfatizar através desse texto que o foco excessivo do mercado financeiro nos indicadores puramente econômicos, como crescimento do PIB e controle da inflação, muitas vezes ignora aspectos fundamentais do desenvolvimento social e da melhoria das condições de vida da população. Podemos recordar como Maria da Conceição Tavares nos lembra que o crescimento econômico, por si só, não resolve questões básicas como alimentação, saúde e educação. É necessário que haja políticas públicas que contemplem tanto o crescimento quanto o desenvolvimento social, de modo a atender às necessidades reais das pessoas, equilibrando os interesses de mercado com a promoção do bem-estar coletivo.

Quem acompanha pari passo a conjuntura política, econômica e social do Brasil há muitos anos, está cansado de saber as profundas crises nas quais o país mergulhou desde o golpe parlamentar de 2016. As crises multifacetadas e profundas se deram nas esferas econômica, social, política e institucional e, em meio a essas múltiplas crises tivemos dois governos, o de Michel Temer e o de Bolsonaro, os quais registraram um acelerado retrocesso dos indicadores sociais, aumento da desigualdade e retirada de direitos da classe trabalhadora, num contexto de destruição do Estado e do aparato institucional do país.

Nesse cenário antes resumido parecia que não havia mais espaço para uma piora da situação, mas, por incrível que pareça piorou sim, pois veio a pandemia da covid-19 em 2020 e assistimos a uma gestão genocida da pandemia, que imitando a gestão norte-americana, colocou os Estados Unidos e o Brasil no ranking dos países em que o vírus mais ceifou vidas, 1 milhão e tantas e 700.000, respectivamente.

Saindo da pandemia, enfrentamos uma campanha eleitoral duríssima, com a cara de todas as campanhas eleitorais nas quais a extrema direita possui protagonismo. De modo clichê e repetitivo, campanhas eleitorais protagonizadas pela extrema direita contam com a disseminação de muita fake News, teorias conspiratórias, a criação e gestão de inimigos que precisam ser combatidos, uma obsessão na pauta de costumes, já que não há projeto e propostas que considerem os interesses do povo, de modo que a pauta de costumes vira uma cortina de fumaça para evitar o debate propositivo no campo da economia e das políticas públicas. Como desfecho, campanhas eleitorais nas quais a extrema direita é derrotada nas urnas, busca-se pôr em xeque o resultado eleitoral e, se possível, tenta-se um golpe de Estado, sendo o Brasil e os Estados Unidos exemplos muitos parecidos do roteiro antes sintetizado.

Foi no meio desse emaranhado todo que em 2022, Lula venceu as eleições à Presidência do Brasil para o seu terceiro mandato, assumindo um país em terra arrasada, num contexto de pós-pandemia e padecendo de uma profunda crise institucional (que

⁴⁰⁴Artigo escrito em setembro de 2024.

⁴⁰⁵Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE e tutora do PET-Economia. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

ainda não foi superada), com uma economia apática e em amplo retrocesso social. Logo de cara, o governo se submeteu a uma nova regra fiscal, que substituiu o teto de gastos, mas manteve ainda um ambiente de muito constrangimento à gestão da política fiscal. No Banco Central, Campos Neto asseverou o caráter contracionista da gestão monetária, e parecia que o governo não teria meios de gerir as políticas fiscal e monetária de um modo mais condizente com um objetivo de retomada da economia e enfrentamento dos retrocessos sociais em curso. O alento nisso tudo foi a aprovação da PEC da transição, ainda no final de 2022, que gerou uma folga fiscal ao garantir os recursos para o pagamento das ações de transferência de renda.

Mas é impressionante como a receita de Keynes nunca falha, pois, bastou melhorar a gestão do gasto público, retomar o gasto em investimento e organizar melhor as políticas sociais que a economia rapidamente começou a apresentar resultados positivos, com efeitos sociais concretos, apesar da gestão monetária contraproducente conduzida pelo BC, que mantém o Brasil no ranking de segunda maior taxa de juros do mundo, perdendo somente para a Rússia, que cabe ressaltar é um país em guerra.

Então, o propósito da breve análise é sintetizar alguns resultados que justificam o título desse artigo de opinião, ou seja, pequenas conquistas que nutrem entusiasmo, motivação e contentamento, a ponto de criar a dúvida de se são mesmo pequenas conquistas ou se são grandes conquistas, sobretudo quando se toma como parâmetro de comparação o período 2016-2022. Lógico que esse contentamento não é tolo, nem tão pouco ingênuo ou infantil, considerando que eu tenho a plena consciência de que a gestão do PT se coloca no campo progressista, mas numa postura de não enfrentamento, nem ruptura do status quo, e em razão disso há limites ao avanço, bem como, as conquistas alcançadas são frágeis e podem ser destruídas sem muita resistência e à velocidade da luz. Não estou insinuando que o governo deva adotar uma postura de radicalização, pois esta pode gerar um duro preço a ser pago. Porém, a realidade nos encurrala, seja para qual lado nos movermos, e uma gestão progressista, mas com a busca do consenso com os donos do dinheiro, também cobra o seu preço.

Sem mais delongas, vamos dar uma passada em alguns resultados já registrados:

Em 2023, caiu 85% o número de brasileiros em situação de insegurança alimentar (considerando seus três graus)⁴⁰⁶, o que significou que 31 milhões de

⁴⁰⁶<https://oglobo.globo.com/mundo/g20-no-brasil/noticia/2024/07/24/31-milhoes-de-brasileiros-deixam-a-inseguranca-alimentar-mas-brasil-segue-no-mapa-da-fome-da-onu.ghtml>.



brasileiros deixaram a situação de insegurança alimentar em 2023, embora o Brasil ainda esteja no Mapa da Fome, depois de ter saído dessa condição em 2014, pela primeira e única vez em toda a sua história.

Atualmente, o número de famílias abarcadas pelo programa Bolsa Família é de 20,83 milhões, com um total de 500.000 famílias que ingressaram no programa somente no mês de julho próximo. Cabe destacar ainda que o valor médio do benefício pago é de R\$ 682,56, garantindo a proteção a uma condição extrema de pobreza/miséria⁴⁰⁷.

Em razão do Programa Pé de Meia, 2,7 milhões de jovens permanecem na escola, cursando o ensino médio em escolas públicas, recebendo uma bolsa mensal de R\$ 200 reais e sendo contemplados com uma poupança, na qual o governo deposita R\$ 1.000 por ano, para ser acessada ao término do ensino médio. Essa medida simples e que custa muito pouco aos cofres públicos mantém os jovens na escola, livrando-os de um ingresso precoce e precarizado no mercado de trabalho, que normalmente leva à interrupção dos estudos, aniquilando as possibilidades na luta por mobilidade social. O programa ainda amplia o contingente de jovens que farão Enem e poderão ingressar na universidade pública nos próximos anos⁴⁰⁸.

Houve uma forte reorganização das políticas de combate à insegurança alimentar, dentre estas a política de merenda escolar, que recebeu recursos e ajustes estruturais, indo muito além do Programa Bolsa Família.

O salário-mínimo voltou a ganhar poder de compra, pela regra que além da inflação, voltou a considerar o crescimento econômico, em seu reajuste anual. A massa de rendimentos do trabalho alcançou um aumento real acima da inflação, de 11,7%. Este percentual representa quase o dobro do resultado de 2022 (6,6%) e o melhor resultado desde 1995, quando registrou alta de 12,9%⁴⁰⁹.

A taxa de desemprego, em julho próximo, atingiu o menor patamar desde o ano de 2014, alcançando um percentual de 6,8%, e a renda média dos empregados alcançou a cifra de R\$ 3.206⁴¹⁰. Essa melhora no mercado de trabalho, atingindo a menor taxa de

⁴⁰⁷

[https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202407/bolsa-familia-bate-recorde-do-ano-e-inclui-500-mil-familias-em-julho-com-investimento-de-r-14-2-bilhoes#:~:text=Fome%20\(MDS\).-,O%20benef%C3%ADcio%20m%C3%A9dio%20de%20R%24%20682%2C56%20alcan%C3%A7a%2020%2C,feira%20\(18%2F07\).](https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202407/bolsa-familia-bate-recorde-do-ano-e-inclui-500-mil-familias-em-julho-com-investimento-de-r-14-2-bilhoes#:~:text=Fome%20(MDS).-,O%20benef%C3%ADcio%20m%C3%A9dio%20de%20R%24%20682%2C56%20alcan%C3%A7a%2020%2C,feira%20(18%2F07).)

⁴⁰⁸<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/08/pe-de-meia-tera-mais-de-1-milhao-de-novos-beneficiados#:~:text=As%20novas%20regras%20ampliam%20em,incentivo%20a%20partir%20de%20agosto.>

⁴⁰⁹

[https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/03/renda-do-trabalho-dos-brasileiros-tem-a-maior-alta-desde-o-plano-real.shtml.](https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/03/renda-do-trabalho-dos-brasileiros-tem-a-maior-alta-desde-o-plano-real.shtml)

⁴¹⁰

https://www.nexojornal.com.br/extra/2024/08/30/desemprego-cai-mais-e-fica-no-menor-nivel-do-trimestre-ate-julho?utm_medium=Social&utm_campaign=RedesNexo&utm_source=Facebook&fbclid=IwZXh0bgNhZW0CMTEAAR33



desemprego dos dez últimos anos, resulta da melhora na gestão da política fiscal, apontada por Laura Carvalho como um dos principais motores autônomos do crescimento econômico. Em razão disso, a economia brasileira cresceu em torno de 3% em 2023 e projeta-se essa mesma taxa para 2024, após a taxa acima do previsto, de 1,4% no segundo trimestre, puxada pelo investimento e pelo consumo das famílias⁴¹¹.

Enfim, o singelo artigo de opinião ficará por aqui, embora haja outros números positivos que poderiam ser explorados. Contudo, conforme já apontado antes, a crise institucional segue sem solução e ainda não conseguimos alcançar o patamar que tínhamos chegado em termos de indicadores sociais, resultantes do processo de inclusão social experimentado entre 2002 e 2015. Desse modo, podemos afirmar que estamos trilhando por um caminho que já havia sido trilhado, alcançando conquistas que já havíamos estabelecido, mas que foram sendo perdidas entre 2016-2022. E, como o Brasil segue em disputa, conforme aponta o economista e professor da Unicamp Pedro Rossi, não temos garantia de quanto tempo seguiremos nessa trajetória, do quanto conseguiremos avançar e se será possível consolidar avanços sociais.

Então, fazendo uma análise pela ótica do copo meio cheio ou do copo meio vazio, arrisco dizer o seguinte: olhando pelo copo meio cheio, podemos comparar os indicadores sociais e econômicos de 2023-2024, com o período 2016-2022, e com isso temos melhoras importantes, as quais vinham sendo prometidas desde a implementação da agenda da Ponte para o Futuro, a partir de 2016, mas que nunca se concretizaram. Além da reestruturação dos Ministérios e de suas secretárias, que vem permitindo gerir e acompanhar melhor a consecução das políticas sociais e da política econômica.

Contudo, mirando pelo copo meio vazio, o cenário que se tem é tenso, preocupante e incerto, dado que nem conseguimos retornar para o patamar de 2015, em termos de inclusão social e melhora socioeconômica. Seguimos numa séria crise institucional, com uma sociedade polarizada e fraturada, na qual a extrema direita segue protagonizando em muitos espaços e debates. A disputa pelas fatias do PIB e do orçamento só se acirram, numa situação em que o ‘andar de cima’ não aceita mais um projeto inclusivo e democrático e, por isso, o Brasil segue em disputa sem prazo para desfecho, pondo as singelas conquistas que antes pontuei por um fio. Face aos impasses

OQGjP7J5inZhel6GWqvNknjeNdIVdN1FvdAcYUqgKWF3zQikEzzetI4_aem_lqjTVtS68N9wYPnRntoBVg#Echobox=1725042910

⁴¹¹

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/09/03/analise-pib-acelera-com-crescimento-forte-de-investimento-e-consumo-das-familias-e-do-governo.ghtml>.



trazidos na breve reflexão, faço o exercício ensinado por Ariano Suassuna, que de modo divertido e sábio, ao mesmo tempo, nos ensinou o seguinte: “O otimista é um tolo. O pessimista é um chato. Bom mesmo é ser um realista esperançoso.” Só nos resta treinarmos essa condição mental de “realistas esperançosos”, penso eu!



Emanuel Lucas Guerra Sobral⁴¹³

Águida Cristina Santos Almeida⁴¹⁴

O PIB do segundo trimestre de 2024 apresentou uma alta de 1,4% em relação ao trimestre anterior, informou o IBGE no dia 03 de setembro, atingindo o 6º lugar entre os países que mais cresceram no G20⁴¹⁵. Houve crescimento da economia, redução nos níveis de desemprego, mas a imprensa conseguiu transformar esse resultado em uma notícia ruim, como afirma Juliane Furno em matéria na Intercept Brasil⁴¹⁶. Em matéria, a mesma destaca que não se surpreende já que é a mesma mídia que dá palco à opinião de que o desemprego teria que subir e à argumentação de que recessão e desemprego derrubam a inflação.

Juliane Furno faz uma análise na matéria mencionada dos fatores que explicam o crescimento do PIB e traz que um primeiro elemento de análise é que o que puxou o crescimento de 1,4% foi a demanda interna, em convergência com os pressupostos da análise de Keynes. Segundo o autor mencionado, com o aumento da renda das pessoas, seja pela redução do desemprego, do crescimento das negociações salariais acima da inflação, pela política de valorização do salário, pelo Bolsa Família etc. é o que dá o pontapé para um ciclo virtuoso, dado o impacto na demanda agregada, isso sem nem falar da retomada do gasto em investimento público que permitiu a retomada de várias obras paradas. Se as pessoas têm mais renda, demandam mais bens e serviços e com isso os empresários precisam contratar mais trabalhadores, criar estoques para ampliar a produção etc. Não é à toa que a taxa de desemprego está em 6,8%⁴¹⁷, menor taxa desde

⁴¹²Artigo escrito em setembro de 2024.

⁴¹³Graduando do curso de Ciências Econômicas da UFCG, integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação e Tutorial de Ciências Econômicas. E-mail: emanuel.lucas@estudante.ufcg.edu.br;

⁴¹⁴Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, tutora do PET-Economia e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

⁴¹⁵BBC. Brasil é 6ª economia que mais cresceu no mundo em 2024. G1, 03 set. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/09/03/brasil-e-6a-economia-que-mais-cresceu-no-mundo-em-2024.g.html>. Acesso em: 07 set. 2024.

⁴¹⁶FURNO, Juliane. O PIB subiu, mas a imprensa conseguiu transformar isso em uma notícia ruim. Intercept Brasil, 06 set. 2024. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2024/09/06/o-pib-subiu-mas-a-imprensa-conseguiu-transformar-isso-em-uma-noticia-ruim/>. Acesso em: 07 set. 2024.

⁴¹⁷MARTINS, Raphael. Desemprego cai a 6,8% no trimestre terminado em julho, diz IBGE. G1, 30 ago. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/08/30/desemprego-cai-a-68percent-no-trimestre-terminado-em-julho-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 07 set. 2024.

2014. Ou seja, numa economia capitalista o gasto de um agente é a renda de outro, de maneira que o gasto que determina a renda, o produto e, conseqüentemente, o nível de emprego.

Comparando com o trimestre anterior, do lado da oferta, os destaques foram as altas do setor de serviços com 1% e da indústria com 1,8%, enquanto a agropecuária registrou queda de 2,3%. Na ponta da demanda, os melhores resultados se deveram ao investimento com crescimento de 2,1%, seguido pelo consumo das famílias com 1,3% e, consumo do governo com 1,3%⁴¹⁸. Juliane Furno ainda reforça a expressividade dos valores quando se analisa o segundo trimestre de 2023 com o segundo trimestre de 2024, onde o consumo das famílias cresceu 4,9% e o consumo do governo cresceu 3,1%. Esse aumento impacta diretamente os serviços, comércio e a indústria nacional, que são fortemente dependentes da dinâmica de funcionamento do mercado interno.

Mas mesmo com esses resultados, a imprensa corporativa transforma isso em notícia ruim. Juliane destaca que para os analistas dos principais jornais, a alta do PIB vem acompanhada da ideia de “perigo” e traz o termo “terrorismo econômico”, que pode ser compreendido por um conjunto de discursos que sugerem que o governo e a política econômica não devem se distanciar do que denominaram como “boas práticas macroeconômicas”. As quais se resumem tão somente na estabilidade de preços, desconsiderando os impactos econômicos e sociais de uma política focada somente nesse objetivo, bem como desprezando a responsabilidade social que um Estado deve ter para o seu povo. Os trabalhadores devem se contentar com uma política fiscal de apertos salariais. “Conclusão: contente-se com seu salário baixo, afinal, se ele crescer talvez você não tenha mais emprego.”

Na sequência de uma notícia sobre crescimento do PIB vem um alerta, de que esse resultado pode causar inflação, descontrole dos preços, maiores juros, retomando o que já é sabido. Só importa a estabilidade de preços, independentemente do custo social e econômico que tenha que se pagar por isso. Com um Banco Central autônomo com meta apenas para inflação, na gestão monetária, onde Campos Neto, há tempos, afirmou que a autoridade monetária não criaria metas para a criação de empregos ou crescimento

⁴¹⁸CARRANÇA, Thais. PIB sobe 1,4% no 2º tri: por que economia cresce, desemprego cai, mas percepção do brasileiro segue negativa? BBC News Brasil, 03 set. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c2kj22xv1xjo>. Acesso em: 07 set. 2024.



econômico⁴¹⁹, só demonstra como a gestão monetária do Brasil é falha, e isso perdura desde 1999, ano em que o regime de metas de inflação foi instituído.

A Folha de São Paulo, no dia 03 de setembro, publicou a matéria: Economia tem melhor triênio desde 2013 e mal sabemos o motivo da melhora⁴²⁰, onde dizem não saber o que levou o PIB a subir tanto e nem quanto tempo vai durar. Por fim, não faltam tecnocratas com bons modelos sinalizando crescimento acima do “PIB potencial”, ou os que sugerem níveis maiores de desemprego para os brasileiros como algo necessário.

Todavia, o modelo econômico falha quando não responde o que fazer com 8 milhões de desempregados, como traz Furno, que finaliza sua análise informando que fica difícil achar que a inflação é nosso destino certo ao mesmo tempo em que a renda e a demanda crescem junto com a atividade industrial, ou seja, “fica difícil acreditar que estamos a dois passos do “fantasma da inflação”, com uma taxa anual de 4,5%, em boa medida determinada pelo comportamento do dólar e das demais instabilidades internacionais, portanto, respondendo mais ao câmbio do que às variáveis de consumo.” Ou seja, por trás do terrorismo econômico e da obsessão na estabilidade monetária há objetivos escusos, que transbordam em muito as justificativas postas. Mas, infelizmente não é fácil perceber e interpretar as retóricas do mercado e seus operadores, que gerem suas fartas carteiras de ativo absolutamente de costas para os interesses do povo e das suas necessidades.

⁴¹⁹FERRARI, Hamilton. BC não criará metas para empregos e crescimento econômico, diz Campos Neto. Poder360, 16 dez. 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/bc-nao-criara-metas-para-empregos-e-crescimento-economico-diz-campos-neto/>. Acesso em: 07 set. 2024.

⁴²⁰FREIRE, Vinicius Torres. Economia tem melhor triênio desde 2013 e mal sabemos o motivo da melhora. Folha de S. Paulo, 03 set. 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/viniustorres/2024/09/economia-tem-melhor-trienio-desde-2013-e-mal-sabemos-o-motivo-da-melhora.shtml>. Acesso em: 07 set. 2024.



LIBERDADE DE EXPRESSÃO: ATÉ QUE PONTO UMA ‘OPINIÃO’ É DE FATO APENAS UMA OPINIÃO?⁴²¹

Igor Pereira dos Santos⁴²²

Águida Cristina dos Santos Almeida⁴²³

Na contemporaneidade, seja no cenário nacional ou mundial, a defesa cega à liberdade de expressão é trazida à tona de forma cada vez mais acentuada pelos mais diversos espectros políticos e sociais para justificar distintas ações nos mais diversos âmbitos da sociedade. Mas o que é a liberdade de expressão? De acordo com o artigo 5º, parágrafo IV, da Constituição Federal de 1988, “É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato”⁴²⁴. Ou seja, todo cidadão é livre para expressar sua opinião. No entanto, deve ficar bem claro que a liberdade de expressão não deixa qualquer cidadão isento de responder criminalmente por seus atos quando esses infringirem as leis da nação. Aparentemente, tal fato passa despercebido para boa parte daqueles que usam a defesa da liberdade de expressão para justificar a destilação de ódio, sobretudo através das redes sociais.

Possuindo a liberdade para expressar sua opinião, as pessoas o fazem, mas por vezes cruzam a linha tênue que separa a opinião de um discurso de ódio, da disseminação de desinformação, e/ou de teorias conspiratórias ou até mesmo, de mentiras. É aí que entra o problema, pois, se és livre para opinar, também deves ser para arcar com as consequências de seus atos. Entretanto, em razão de a justiça brasileira tardar e muitas vezes falhar, as pessoas sentem-se livres para falar as mais diversas atrocidades sob o véu da liberdade de expressão, pois confiam que vão acabar impunes. Se já não fosse bastante problemático ofender a dignidade alheia por meio de discursos de ódio e falaciosos, torna-se ainda pior quando acarreta crimes. Ultimamente é o que ocorre com bastante frequência, como veremos a seguir.

⁴²¹ Artigo escrito em setembro de 2024.

⁴²² Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial (PET - Economia). E-mail: igorpereira123ml@gmail.com.

⁴²³ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, tutora do PET-Economia e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

⁴²⁴ <https://constituicao.stf.jus.br/dispositivo/cf-88-parte-1-titulo-2-capitulo-1-artigo-5#:~:text=Art.%205%C2%BA%20Todos%20s%C3%A3o%20iguais,69>



É indiscutível a importância das redes sociais nos dias de hoje para o acesso a informações quase que simultâneas, tornando bem rápida a disseminação de notícias. Entretanto, aumentou-se também a disseminação de informações falsas, vulgo “fake news”, que trazem consigo inúmeros problemas. A propagação de notícias falsas por si só já é algo ruim, pois distorce a realidade, confunde as pessoas, manipula suas emoções e em nada agrega à sociedade. E podem ser ainda mais prejudiciais ao associar falsos discursos a questões ligadas à gestão política do país, manipulando a população; ao descredibilizar a ciência, ainda pior em momentos de crises sanitárias, atingindo o ápice da insanidade quando é o próprio presidente da nação que o faz, como aconteceu durante a pandemia da covid-19. Como por exemplo, recomendar medicamentos ao tratamento da covid-19 sem comprovação científica⁴²⁵ ou, associar o efeito colateral de se transformar em jacaré após se vacinar, atacando a eficácia⁴²⁶ do único instrumento efetivo de imunização contra o vírus, em um momento crucial onde precisávamos de um líder, não de alguém fazendo “piadas” (sendo esse alguém o presidente da República, simplesmente).

Não para por aí, os exemplos são incontáveis e a circulação de notícias falsas está cada vez maior. Os indivíduos podem expressar suas opiniões, no entanto desinformação não é opinião. O apelo à liberdade de expressão para propagar informações falsas como verdadeiras piora a situação, pois quando se trata de uma informação falaciosa que vem a ser desmentida, se acusa estar sendo feito o uso de censura. Isso se agrava pelo fato de a maioria das pessoas, quando interpeladas com notícias/informações, não checam se a informação é verdadeira ou não⁴²⁷, o que culmina em mais fake News circulando e, como consequência, mais gente acreditando estar sendo “censurada”, quando aquela notícia é corretamente descredibilizada. O combate às notícias falsas não é censura, mas sim o mínimo necessário a ser feito, para atenuar os danos, principalmente quando estas tomam proporções desastrosas, como quando Fabiane Maria de Jesus foi linchada até a morte após ser acusada falsamente de

⁴²⁵<https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-defendeu-uso-de-cloroquina-em-23-discursos-oficiais-leia-as-frases-25025384>

⁴²⁶

<https://valor.globo.com/politica/noticia/2023/05/03/relembre-7-frases-de-bolsonaro-sobre-a-vacinacao-contracovid-19.ghtml>

⁴²⁷<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/quase-metade-dos-brasileiros-que-usam-internet-nao-ancam-se-informacoes-sao-verdadeiras-diz-pesquisa/>

sequestrar crianças. Inclusive, tal caso foi base para a telenovela da Globo, Travessia, só que diferente da novela, na vida real, o fim foi trágico⁴²⁸.

Mais recentemente está em pauta o assunto acerca da suspensão do X (Twitter) no Brasil, sob a qual muitos já se posicionaram contra e muitos também se posicionaram a favor. O principal argumento em defesa da plataforma diz respeito à liberdade de expressão, acusando o Ministro Alexandre de Moraes de censura. Entretanto, tal argumento esbarra nas próprias atitudes do atual dono da plataforma, o Elon Musk. Diz-se defensor da liberdade de expressão, mas suas relações com a China, país onde o X é proibido, não possuem problema quanto a essa questão. Coincidentemente, a China é o país onde o Musk possui a segunda maior fabricante de seus veículos⁴²⁹. O que isso significa? A liberdade de expressão tem um preço? Está condicionada ao quanto de lucro pode ser obtido? Então é por isso que o empresário vive a atormentar a América Latina, e mais agressivamente o Brasil, para manter a proximidade e se apropriar das reservas de lítio⁴³⁰? Fica a reflexão.

A liberdade de expressão é sempre muito bem-vinda na sociedade, mas não deve jamais ferir os direitos e integridade de outras pessoas. O direito de expressar opiniões é legítimo, o de espalhar fake News, não. Defender a legitimidade do partido nazista de existir, sob o viés da liberdade de expressão, não há nenhuma justificativa plausível e sensata que possa ser empregada para tal, mas ocorreu, inclusive por um deputado⁴³¹. Não há liberdade de expressão alguma para pregar a superioridade de uma raça perante outra, ou seja, disseminar racismo, ou ditar quem deve ou não morrer, tal como ocorrera durante o regime nazista na Segunda Guerra Mundial. Esse é apenas um dos diversos exemplos extremos que vemos rotineiramente utilizando-se da retórica da liberdade de expressão. O que torna cada vez mais evidente os limites necessários à expressão de opinião, quando esta nada vem a agregar, muito pelo contrário.

Assim sendo, fica-nos a reflexão sobre até que ponto somos livres para expressar nossas opiniões e quando essas opiniões ultrapassam os limites da liberdade

⁴²⁸<https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2023/05/05/fake-news-que-inspirou-travessia-se-repete-exatos-nove-anos-depois-com-espantamento-na-mesma-cidade-em-sp.ghtml>

⁴²⁹<https://www.bbc.com/portuguese/articles/ckr5k54900lo#:~:text=A%20China%20%C3%A9%20o%20segundo%20maior%20mercado,a%20Tesla%2C%20implementando%20fun%C3%A7%C3%B5es%20de%20dire%C3%A7%C3%A3o%20aut%C3%B4noma>

⁴³⁰<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-04/niquel-litio-e-satelites-conheca-interesses-de-musk-nobrasil#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20Servi%C3%A7o,mil%20toneladas%20do%20min%C3%A9rio%20estimadas.&text=J%C3%A1%20o%20Minist%C3%A9rio%20de%20Minas,o%205%C2%AA%20maior%20produtor%20mundial.>

⁴³¹<https://www.nexojornal.com.br/extra/2022/02/08/monark-e-kim-kataguiri-defendem-existencia-de-partido-nazista>



de expressão. No embate entre o que é e o que deixa de ser a liberdade de opinar há múltiplos pontos por trás dos argumentos, que muitas vezes passam despercebidos pela maioria das pessoas. No entanto, é fundamental compreender que fake News, discursos de ódio, racistas, misóginos e demais semelhantes, jamais se configuram como liberdade de expressão. O caminho para combater tais questões é árduo e longo, sobretudo pelo modo como as redes sociais ajudam na disseminação de informações, mas deve ser percorrido com firmeza, dadas as consequências nefastas que o não enfrentamento desse problema traz ao funcionamento das democracias e da vida em sociedades complexas. O ponto central é fazer com que entendamos o que de fato é liberdade de expressão e o que é ou não uma opinião.



MITOS SÃO APENAS MITOS?⁴³²

Iago Ricardo Dos Santos Silva⁴³³

Águida Cristina Santos Almeida⁴³⁴

A palavra Mito tem origem no grego, *mythós*, que significa uma narrativa fantástica que possui o objetivo de explicar a origem de tudo que existe e é considerado importante para um determinado povo. Não temos como negar a importância dos mitos, como a primeira tentativa de explicação dos fenômenos que cercam a humanidade. Porém o que eu gostaria de discutir nessa breve análise seria a criação e perpetuação de alguns mitos na ciência econômica.

O primeiro mito é conhecido por vários nomes, como a lei de Say, lei dos mercados de Say, que ficou conhecida pela síntese máxima “toda oferta cria sua própria demanda”. Miglioli (1979)⁴³⁵ traz na sua tese de doutorado uma densa análise a respeito dessa “lei”. Num primeiro momento, para um leigo em economia, o postulado de Say pode parecer algo com a mesma rigidez científica que o teorema de Pitágoras, a lei da gravidade de Newton ou até a teoria da relatividade de Einstein”. Todavia, não passava de uma concepção desprezível feita por Jean-Baptiste Say.

Ainda segundo o autor, o que explica a perpetuação da lei de Say na Ciência Econômica é que ele foi adotada pelos clássicos, principalmente por David Ricardo que adicionou a lógica de Say na sua teoria, e a figura do John Stuart Mill foi responsável pela transição dos clássicos para os neoclássicos e a manutenção dessa lógica de Say, perpetuando-a na teoria econômica, por cerca de 100 anos.

Porém, o que levou ao questionamento da “lei de Say” foi primeiramente o princípio da demanda efetiva, proposta por Kalecki e Keynes, que por caminhos metodológicos diferentes chegaram à conclusão do funcionamento da economia capitalista, que é diametralmente oposta à ideia proposta por Say. Através do chamado princípio da demanda efetiva, que por sua vez, pode ser sintetizado em “a demanda gera

⁴³²Artigo escrito em setembro de 2024.

⁴³³Graduando(a) do curso de Ciências Econômicas da UFCG, do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE), Membro do PET Economia-UFCG. E-mail: iago.ricardo@estudante.ufcg.edu.br;

⁴³⁴Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE e revisora do presente artigo.
E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com

<https://www.nofront.com.br/o-mito-do-estado-minimo-e-a-fada-da-confianca/>

⁴³⁵ MIGLIOLI, J. Acumulação de capital e a demanda efetiva, 1979.



sua própria oferta”. Mas, o que veio a ser o prego no caixão no funcionamento da “lei de Say”, foi sem dúvida a crise de 1929, uma crise de superprodução impossível de ser entendida e superada no âmbito da visão proposta por Say. Então, foi necessário a aplicação da lógica keynesiana para que se pudesse resolver essa crise, através de intervenção e investimento estatal por exemplo, o que de certa forma, transformou a grandiosa “lei” de Say em um mito que durou bastante tempo, que permanece até hoje sendo ensinada nos cursos de economia, por incrível que pareça.

Outro mito presente na ciência econômica, que foi desmistificado por Paul Krugman, vencedor do Nobel de Economia de 2008, é o mito que ele nomeia como a “fada da confiança”, que diz que o controle das contas públicas, por meio da redução de despesas e do tamanho do Estado, com o uso de políticas de austeridade, sinalizaria ao mercado responsabilidade e disciplina, o que traria confiança e, conseqüentemente, os investimentos necessários, que trariam o retorno do crescimento, que seria puxado pelas decisões dos empresários. Esse modo irônico que Krugman empregou para criticar a teoria ortodoxa ficou famoso quando ele ironizou o baixo crescimento europeu após os ajustes fiscais feitos por esses países após a crise de 2008, que levou essas economias para uma trajetória bem distinta daquela prometida pelos defensores da austeridade fiscal. (No front, 2020)

E por fim, temos o mito do orçamento familiar, que funciona com a tentativa de igualar a gestão do orçamento estatal com a gestão dos recursos por uma família, insinuando que o meio para equilibrar as finanças é o corte de gastos, seja pelo governo, seja por uma família ou empresa. Não obstante, essa falsa analogia não leva em consideração os recursos que o Estado tem acesso para gerir sua dívida, seja por meio da emissão de títulos públicos (o mais importante lastro da riqueza financeira em qualquer país), bem como a gestão dos impostos e tributos, entre outros meios disponíveis somente ao Estado.

O que se queria demonstrar é como uma parcela da Ciência Econômica é construída e baseada a partir de alguns mitos, e o pior é que essas ideias são as que normalmente chegam na população que tem interesse na área econômica, e meio que se fundem numa espécie de imaginário popular. Por exemplo, as pessoas não têm conhecimento sobre política monetária, mas são ensinadas a acreditar que imprimir dinheiro é ruim, pois gera inflação, como também não compreendem a gestão da política fiscal, mas são ensinadas que o Estado gastar é ruim.

Isso tudo forma uma verdadeira mitologia econômica que muitas vezes diverge da realidade. Claro que existem motivos para isso, pode ser devido as essas mega simplificações que transformam teorias econômicas inteiras em uma frase ou duas. Mas no final de tudo, esses mitos, essas construções com mais retórica que ciência, perpetuados ao longo da evolução da economia, e em diferentes áreas da sociedade não passam de mitos e inexoravelmente entrarão em contradição, quando submetidos a uma análise mais acurada e perspicaz da realidade, como a lei de Say ou a fada da confiança. Deveríamos começar a construir mitos e teorias baseados na realidade.



Ruth Vitoria Barros Cardoso⁴³⁷

Águida Cristina Santos Almeida⁴³⁸

A criminalidade e a violência são questões que afligem sociedades ao redor do mundo, exigindo uma abordagem multifacetada para sua compreensão e enfrentamento, pois essas questões vão muito além das escolhas dos indivíduos, ao contrário da explicação normalmente empregada como principal justificativa da criminalidade, posta do modo bem simples “o caminho que escolheu para si”. Contudo, nos contextos concretos omite-se um arcabouço histórico, enraizado em desigualdades, cultura, falhas e dinâmicas sociais que facilitam essa passagem entre a linha do bem e o mal, para contingentes crescentes de seres humanos.

O tráfico de drogas, as desigualdades sociais e a drogatização da juventude estão profundamente interligados em um ciclo vicioso que perpetua a marginalização e a violência nas comunidades mais vulneráveis. A falta de oportunidades econômicas e educacionais empurra jovens para o mundo do crime, onde o tráfico surge como uma alternativa de sobrevivência. Essa escolha, embora trágica, é muitas vezes a única que parece viável em um contexto de dificuldades diárias.

As desigualdades sociais criam um terreno fértil para o crescimento do tráfico de drogas, pois a ausência de políticas públicas eficazes para combater a pobreza e promover a inclusão social deixa um vazio que é rapidamente preenchido pelo crime organizado. Essas organizações oferecem uma espécie de "ascensão social" rápida, embora extremamente perigosa, para aqueles que não veem outras saídas.

E é a partir daí que surge a economia criminal, que é frequentemente marginalizada no debate público, e exerce uma influência considerável sobre sociedades em todo o mundo. A economia criminal não surge do nada; ela floresce em ambientes de desigualdade, onde o acesso a recursos e oportunidades é restringido para uma parcela significativa da população. Associada ao tráfico, contrabando e corrupção, ela é capaz de revelar falhas profundas no sistema econômico formal.

⁴³⁶ Artigo escrito em setembro de 2024

⁴³⁷ Graduanda no curso de Ciências Econômicas da UFCG, integrante do GAACE e do PET-Economia. Email: ruthvcardoso.ufcg10@gmail.com

⁴³⁸ Professora do curso de Ciências Econômicas da UFCG, coordenadora do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica-GAACE, tutora do PET-Economia da UFCG. No presente artigo fez o trabalho de revisão. Email: aguidasantosalmeida@gmail.com

Em muitos casos, a chamada "rede de segurança" para aqueles que são excluídos da economia formal, são indivíduos em situações de vulnerabilidade, sem acesso a empregos dignos, educação de qualidade ou serviços básicos, identificam na economia paralela uma chance de sobrevivência. Esse fenômeno, embora compreensível, tem consequências devastadoras para o tecido social, perpetuando ciclos de violência e instabilidade social.

Por outro lado, há uma concentração perigosa de poder nas mãos de organizações criminosas, que quando se organizam em formato de milícia, se transformam numa máfia com projeto de poder, e ingressam na política conseguindo eleger parlamentares para os mais diversos cargos políticos, elevando os problemas e as complexidades a patamares inimagináveis. Esses grupos (na forma ou não de milícia), com recursos financeiros consideráveis e influência sobre mercados e comunidades (como traficantes, milicianos e políticos corruptos, por exemplo), podem corromper instituições públicas, minando a confiança no Estado e na democracia. Sob esse viés, um dos principais motores financeiros para organizações criminosas é a cocaína, que possui um papel central na economia criminal.

Sob esse viés, a cocaína foi isolada da folha de coca no século XIX e inicialmente utilizada na medicina por suas propriedades anestésicas e estimulantes. A substância ganhou grande popularidade no final do século XIX e início do século XX, sendo encontrada em diversos produtos, como bebidas e remédios, a exemplo disso está a Coca-Cola, quando em 1886, o farmacêutico John Pemberton, inventou um líquido para curar dores de cabeça, à base da mistura de extrato de noz-de-cola e extrato de folhas de coca, a qual foi levada para a farmácia Jacob's Pharmacy, onde, misturada à água gaseificada, foi servida aos clientes por US\$ 0,05 o copo. O "tônico para o cérebro", criado pela curiosidade de John Pemberton naquele dia, se tornaria um grande símbolo norte americano e uma poderosa marca⁴³⁹.

No entanto, com o aumento do consumo e a percepção dos seus efeitos nocivos, a cocaína foi proibida em diversos países. Então, em decorrência da sua ilegalidade em diversos países, a Colômbia, o Peru e a Bolívia se tornaram os principais produtores de cocaína no mundo. Em uma reportagem feita pela Folha de São Paulo, "a oferta de cocaína disparou nos últimos anos e atingiu níveis recordes, aponta relatório da ONU divulgado em 2023. O fenômeno se deve ao aperfeiçoamento do processo de

⁴³⁹FOLHA DE S. PAULO. A história da Coca-Cola. Folha de S. Paulo, 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/webstories/cultura/2022/05/a-historia-da-coca-cola/>. Acesso em: 14 set. 2024.



fabricação da droga, ao aumento da demanda e do cultivo de coca, que cresceu 35% entre 2020 e 2021, o maior salto desde 2016. Já a área de plantação de coca, matéria-prima da droga, dobrou de 2013 a 2017, atingindo um pico em 2018 e voltou a crescer em 2021. Há mais de 300 mil hectares de plantações de coca na Colômbia, no Peru e na Bolívia — os três países onde se concentram os campos de cultivo, segundo o UNODC, o Escritório da ONU sobre Drogas e Crime⁴⁴⁰.

A produção de cocaína exige condições climáticas específicas e mão de obra barata. As plantações de coca geralmente estão localizadas em áreas remotas e de difícil acesso, seu cultivo e produção estão intimamente ligados ao crime organizado, que controla as rotas do tráfico e a distribuição da droga. A droga é transportada pelas vias marítima, aérea e terrestre, utilizando diversas técnicas para burlar a fiscalização. Países como o Brasil, o México e a Guatemala são importantes pontos de trânsito para a cocaína que é produzida na América do Sul e destinada aos mercados consumidores nos Estados Unidos e países da Europa. Os Estados Unidos são o maior mercado consumidor de cocaína no mundo, seguido por países europeus como a Espanha e a França⁴⁴¹.

Pablo Escobar, o colombiano que se tornou um dos criminosos mais ricos e poderosos do mundo, construiu um império do tráfico de cocaína. Líder do Cartel de Medellín, Escobar dominou o mercado global da droga na década de 1980, acumulando uma fortuna incalculável e exercendo um poder sem precedentes em sua região. No auge de sua influência, Escobar desafiou o Estado colombiano, ordenando assassinatos de juízes, políticos e policiais. No entanto, a intensificação da caçada humana e a pressão internacional levaram ao seu cerco e, finalmente, à sua morte em um tiroteio em 1993, marcando o fim de uma era de terror e violência⁴⁴².

O tráfico de cocaína está associado a altos níveis de violência, incluindo homicídios, sequestros e extorsão. A corrupção é endêmica em países produtores e consumidores de cocaína, com o crime organizado infiltrando-se em instituições governamentais e forças de segurança. O lucro obtido com o tráfico de drogas é

⁴⁴⁰ FOLHA DE S. PAULO. Produção de cocaína atinge níveis recordes no mundo após pandemia, diz ONU. Folha de S. Paulo, 2023. Disponível em: (<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/03/producao-de-cocaina-atinge-niveis-recordes-no-mundo-apos-pandemia-diz-onu.shtml>). Acesso em: 14 set. 2024.

⁴⁴¹ EL PAÍS. Brasil, a principal rota do tráfico de cocaína na América Latina. São Paulo, 2014. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/09/21/politica/1411333264_428018.html. Acesso em: 13 set. 2024.

⁴⁴² MANTOVANI, Flávia. A contagem regressiva do ex-chefe dos mercenários de Pablo Escobar. El País Brasil, 26 ago. 2014. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/08/26/internacional/1409015458_888835.html. Acesso em: 14 set. 2024.



utilizado para financiar outras atividades criminosas e para legalizar o dinheiro obtido de forma ilícita. Além disso, seu consumo causa diversos problemas de saúde, como dependência, doenças cardiovasculares e danos neurológicos, afetando de diversas formas a vida de comunidades inteiras, gerando insegurança, pobreza e desigualdade social⁴⁴³. O tráfico de drogas é um problema complexo, com diversas causas e consequências, o que dificulta a sua erradicação. A corrupção em diversos níveis dificulta seu combate e implementação de políticas eficazes. A demanda por cocaína continua alta em muitos países, o que alimenta o mercado ilegal.

A economia criminal financia a corrupção em diversos níveis de governo, desde a polícia até a política. O dinheiro obtido com o tráfico de cocaína é lavado em diversos setores da economia, como o imobiliário, o comércio e o setor financeiro e impacta relações internacionais entre os países produtores, consumidores e de trânsito. A criminalidade e a violência, especialmente aquela ligada ao tráfico de drogas, são sintomas profundos de desigualdades sociais e falhas nas instituições. A história da cocaína, desde sua descoberta até a construção de impérios criminosos como o de Pablo Escobar, demonstra como a busca por lucro fácil e a falta de oportunidades podem corromper sociedades inteiras. Dessa forma, alimentada pelo tráfico de drogas, cria um ciclo vicioso de violência, corrupção e desigualdade.

A ausência de políticas públicas eficazes, a fragilidade das instituições e a demanda constante por drogas ilícitas perpetuam esse sistema. É fundamental entender que o combate ao tráfico de drogas não se limita à repressão policial, mas exige uma abordagem multifacetada que inclua a promoção da inclusão social, a geração de oportunidades econômicas, a reforma do sistema de justiça e a cooperação internacional, até mudanças culturais, e a reconstrução de relações e laços comunitários, que apoiem e acolham os mais jovens, em todas as instâncias da vida.

Este artigo não é sobre uma pauta de legalização das drogas ou romantização da economia criminal como um todo, mas uma visão pouco discutida sobre uma questão que além de enraizada em todas as partes do mundo, vem ficando ainda mais forte, como uma erva daninha, que se espalha por todo o território, revelando uma geopolítica inimaginável de poder e crime, e alimentando uma ideologia que naturaliza a violência sobre as comunidades mais pobres, criminalizando a pobreza e a juventude para justificar crimes perpetrados com o objetivo de manter o status quo.

⁴⁴³Desigualdades sociais e uso de drogas. JusBrasil. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/desigualdades-sociais-e-uso-de-drogas/397931066>. Acesso em: 14 set. 2024.



QUANTO MENOS SOMOS, MELHOR PASSAMOS INTERNACIONALMENTE?⁴⁴⁴

Edilma de Oliveira⁴⁴⁵

Águida Cristina Santos Almeida⁴⁴⁶

A expressão popular "quanto menos somos, melhor passamos" sugere que a exclusividade e o isolamento trazem vantagens, insinuando que em grupos menores há menos conflitos e maior prosperidade entre os envolvidos. Embora essa visão possa fazer sentido em contextos limitados, como pequenas comunidades ou grupos sociais, quando aplicada a um cenário mais amplo, como o comércio internacional, essa lógica se inverte. No mundo globalizado de hoje, o sucesso e o desenvolvimento econômico dependem da colaboração e das trocas entre nações.

O comércio internacional, baseado em parcerias e interdependência, mostra que quanto mais países se envolvem e colaboram, maior é o crescimento e a prosperidade coletiva⁴⁴⁷, mas que na verdade é distribuído de modo absolutamente assimétrico entre o tipo de produto ou o tipo de trabalho com os quais se participa nesse comércio. O comércio internacional é a compra e venda de bens entre países, assim, um país adquire produtos e bens de outro, bem como vende produtos e serviços a outros países, denominando o que se chama de importações e exportações. Em transações desse tipo, há questões tanto financeiras quanto tributárias, administrativas e aduaneiras, por exemplo.

Ademais, na formulada teoria das vantagens comparativas de David Ricardo⁴⁴⁸, ilustra essa dinâmica defendendo que cada país deve se especializar naquilo que faz de melhor e trocar com outros, maximizando a eficiência global. Em vez de restringir suas trocas a poucos parceiros ou tentar ser autossuficiente, como propõe implicitamente a ideia de "quanto menos somos", a abertura ao comércio cria oportunidades que, de outra forma, não estariam disponíveis, mas também pode bloquear oportunidades de desenvolvimento nacional dependendo do modo como a inserção no comércio internacional é feita. Países com economias fechadas, ou limitadas por barreiras

⁴⁴⁴ Artigo escrito em setembro de 2024.

⁴⁴⁵ Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE). E-mail: edilma.oliveira1@estudante.ufcg.edu.br.

⁴⁴⁶ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, tutora do PET-Economia e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

⁴⁴⁷ Comércio internacional - O que é, vantagens, conceito e definição

⁴⁴⁸ Vantagem comparativa – Wikipédia, a enciclopédia livre (wikipedia.org)

comerciais, tendem a crescer mais lentamente e tem menor acesso a inovações e recursos que não produzem internamente, se não conseguirem desenvolver seu próprio potencial manufatureiro e, ao conseguirem fazer isso disputam no comércio internacional de modo muito mais vantajoso e competitivo.

Com isso, a expressão sugere que a exclusão é a melhor situação, citarei exemplos que provam ao contrário de escassez e isolamento, sendo eles⁴⁴⁹ o acesso a novos mercados, aumento da produção e eficiência, maior competitividade e desenvolvimento tecnológico são benefícios que o comércio internacional nos proporciona, mas com potencialidades muito distintas a depender do tipo de produto no qual um país se insere transacionando. No entanto, desvantagens também nos levam a refletir se esse é o melhor cenário, desigualdade, desemprego, dependência externa e poluição ambiental, são problemas a serem enfrentados, sobretudo quando um país enfrenta todos esses problemas e ainda por cima se reduz a um mero vendedor de matérias-primas, as quais permitem condições de comercialização e de ganhos, muito menores que os produtos industrializados.

Além disso, a imigração de pessoas que buscam emprego e melhor qualidade de vida gera tensões e conflitos dentro de outros países que porventura não são o seu de origem. Como exemplo, podemos ver nas eleições dos EUA, precisamente em um dos eventos da campanha de Donald Trump⁴⁵⁰ que mostra com clareza cartazes com citações “Deportações em massa agora!”, gerando desespero nas famílias. No entanto, os imigrantes também são vistos como agentes que podem impulsionar a economia⁴⁵¹, portando papéis fundamentais na construção e tecnologia, especialmente nos Estados Unidos, pois empresas de tecnologia no Vale do Silício⁴⁵², como Google⁴⁵³ e Tesla⁴⁵⁴, foram fundadas por imigrantes de culturas diferentes e essas empresas acabaram gerando crescimento e avanços tecnológicos, nos dias atuais.

Ademais, sabemos que os Estados Unidos e a China⁴⁵⁵ ampliam seu potencial econômico em função da capacidade de se conectar a mercados ao redor do mundo, exportando e importando produtos e serviços de forma massiva. O Brasil⁴⁵⁶, ao ampliar suas relações comerciais com a China, experimentou um crescimento significativo nas

⁴⁴⁹ As vantagens e desvantagens do comércio internacional (cantinhoempreendedor.com.br)

⁴⁵⁰ Eleições nos EUA 2024: os planos de Trump de fazer deportações em massa caso vença - BBC News Brasil

⁴⁵¹ Por que tantas gigantes do Vale do Silício têm executivos indianos - BBC News Brasil

⁴⁵² Vale do Silício – Wikipédia, a enciclopédia livre (wikipedia.org).

⁴⁵³ A história dos fundadores do Google: conheça o percurso de Larry Page e Sergey Brin - eBiografia

⁴⁵⁴ Quem é Elon Musk, o multimilionário fundador da Tesla que enviou seu carro ao espaço - BBC News Brasil

⁴⁵⁵ CEBRI-Revista | A rivalidade China-EUA e os interesses estratégicos do Brasil

⁴⁵⁶ Relação entre Brasil e China: uma parceria estratégica em ascensão | Exame



exportações de commodities como soja e minério de ferro, infelizmente numa posição competitiva desvantajosa, apesar dos ganhos monetários que o comércio gerou.

Concluimos que a expressão “quanto menos somos, melhor passamos” é uma visão limitada quando o conteúdo é comércio internacional, pois a exclusividade e o isolamento em grupos pequenos podem conter suas vantagens, mas, em um cenário global, onde a interdependência entre nações é o verdadeiro motor para um crescimento econômico. O comércio internacional deve sempre se basear em colaboração, inovação, crescimento e prosperidade entre países, pois, é importante reconhecer que somos desiguais. Assim, conclui-se que, em vez de menos, quanto mais somos, mais conectados e colaborativos nos tornamos, melhores são as oportunidades de desenvolvimento econômico.

Não obstante, as relações entre os países no comércio internacional são fortemente assimétricas e no final das contas, os países que comercializam bens industrializados, sobretudo de média e alta tecnologias, são os que usufruem da maior parcela dos ganhos no comércio internacional e isso é lamentável. Desse modo, antes de contar com as vantagens do comércio internacional, o que um país precisa de verdade é desenvolver seu próprio potencial manufatureiro e com isso, mudar sua posição relativa na divisão internacional do trabalho.

Cloves Eduardo Leite da Silva Mendes⁴⁵⁸

Águida Cristina Santos Almeida⁴⁵⁹

Hoje, vivemos melhores do que os reis do passado. Essa afirmação, por mais que esteja certa, não exclui o fato de que não nos livramos dos demônios do passado que continuam atormentando a humanidade no seu dia a dia: Fome, guerras, doenças e o colapso ambiental (sendo esse o mais jovem da turma), corroem a vida de mais de 700 milhões de pessoas ao redor do mundo⁴⁶⁰, seja direta ou indiretamente. E em pleno século XXI, ainda é normal presenciar pessoas dormindo na rua, países afundados em miséria e pobreza, sem ao menos conseguirem resolver problemas considerados simples para boa parte do mundo rico, como o saneamento básico, educação e até higiene. Com a presença de problemas como esses e que ainda afligem nossa existência, um questionamento persiste em alguns daqueles que se importam com os problemas dos próximos: Por qual razão gastamos tanto para explorar o espaço que não impacta em nada as vidas das pessoas comuns? Será que vale a pena gastar tanto na pintura de um foguete do que na compra de cestas básicas?

À partida, já respondo que sim. Na verdade, mesmo que colocássemos um fim nas pesquisas espaciais para focar na resolução de problemas sociais, ainda não chegaríamos nem perto do dinheiro necessário para isso. Se usarmos a NASA como exemplo, dada a sua importância e mídia, os Estados Unidos no ano de 2024 disponibilizaram 1,015 trilhões de dólares (cerca de 14% do orçamento público previsto para 2024) e que foi designado para o setor de gastos ao qual a NASA faz parte, no caso, me refiro ao setor de gastos não compulsórios não relacionados à defesa. Mas, ainda dentro desta fatia, temos diferentes subgrupos, como o subgrupo da “Ciência, Meio-Ambiente e Energia”, o qual recebe 11% do valor. A NASA disputa com outros órgãos pelo valor designado, com a mesma sendo responsável por receber 5% do total antes mencionado, que equivale cerca de 8,8 bilhões de dólares. Entretanto, esse

⁴⁵⁷ Artigo escrito em setembro de 2024.

⁴⁵⁸ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE). E-mail: Eduardo.mendes2035@gmail.com.

⁴⁵⁹ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, tutora do PET-Economia e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

⁴⁶⁰ <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/07/24/mais-de-700-milhoes-de-pessoas-passam-fome-no-mundo-diz-onu.ghtml>.

montante de US\$ 8,8 bilhões não é destinado à pesquisa espacial, na verdade somente 4,9% desse valor e 26,3% para a exploração espacial em si, ou seja, esses 31,1% equivalem no fim a somente 0,024% do orçamento público americano, o que equivale a aproximadamente 7 bilhões de dólares⁴⁶¹. Dado isso, eu te pergunto, você resolveria todos os problemas sociais contando somente com esse montante por ano?

Na verdade, não me entenda mal, compreendo que ver alguém empolgado com o lançamento de um foguete, que muito provavelmente terá uma vida útil ridícula, pareça bem esquisito. Mas a aplicação e o dinamismo vão além disso. A começar pela câmera do seu celular, que exige a necessidade de carregar uma câmera que não fosse enorme para o padrão compacto dos foguetes fez com que Eric Fossum desenvolvesse um novo sensor para câmeras de vídeo chamado de CMOS-APS, um semicondutor de óxido de metal complementar de pixel ativo, deixando a tarefa muito mais prática.

Além disso, também temos a roupa de compressão para grávidas, uma tecnologia inicialmente desenvolvida para que os pilotos e astronautas não perdessem a consciência em condições extremas de voo, e que futuramente viria a ajudar no combate de mortes de grávidas por hemorragia interna durante o parto. E até mesmo a fórmula enriquecida para bebês teve seu aprimoramento como benefício indireto de pesquisas espaciais, dada a necessidade de desenvolver melhores alimentos para os astronautas. Outras “pequenas” coisas do nosso dia a dia também compartilham da presença do benefício da exploração espacial, como os satélites que oferecem comunicação, o GPS do carro, monitores hospitalares, isolantes térmicos e até amortecedores para terremotos.

E mesmo aqueles assolados pela fome e sede também podem usufruir de eventuais frutos que a exploração espacial pode resultar. Como é o caso da Índia, que conseguiu diminuir parte dos impactos negativos da fome e da sede depois de ter se desenvolvido como uma potência espacial. Isso permitiu que ao Estado indiano saber onde e quando plantar seus alimentos, ajudando a contornar em parte os problemas ocasionados pela seca. Outro benefício foi o melhor tratamento de dados sobre a água. Apesar de a Índia ter mais água que países como Israel, ainda assim a disponibilidade de água por habitante vem diminuindo, passando de 4000m³ em 1950 para 1000m³ atualmente⁴⁶². Entretanto, com os sistemas de satélites, os operadores de distribuição de

⁴⁶¹Budget of the United States Government FY 2024-2023 AAAS / https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2023/03/budget_fy2024.pdf

⁴⁶² <https://apolitical.co/solution-articles/pt/crise-da-agua-na-india>



água podem saber de forma mais estratégica de qual reservatório liberar a água, além de tornar mais prático o descobrimento de água subterrânea.

E até mesmo na própria questão ambiental pode-se ter um benefício, com imagens de satélites podendo ser usadas para destacar locais de incêndios ou com altas chances de isso acontecer. Ou no tratamento de água suja, nos possibilitando tornar lagos poluídos em água potável para uso humano. Como no caso do Sistema de Suporte de Vida na Exploração Espacial (ECLSS) desenvolvido pela NASA e que conta com um equipamento processador de urina que é capaz de purificar cerca de 98% da urina⁴⁶³. Ou seja, é possível ramificá-la a fim de tornar reutilizável a água poluída, mas com uma taxa menor de perda.

Por fim, posso concluir que o problema não está no dinheiro que gastamos em exploração espacial, mas sim na falta de atitudes realmente verdadeiras para mudar o mundo, dado que a riqueza global cresceu imensamente nos últimos séculos. Mesmo que de forma resumida, foi possível observar o quanto as tecnologias espaciais beneficiaram outras áreas que não tinham qualquer correlação entre elas, logo, o dinheiro gasto não serviu unicamente para ver planetas, mas também para melhorar a vida de quem vive na Terra. E isso ocorre em qualquer área, por mais que haja danos ambientais, como é o caso do computador, que nasceu em meio à guerra. Então, pergunto eu, se até mesmo de uma guerra já brotaram frutos capazes de trazer algo bom, por que do espaço seria diferente?

Além disso, se os recursos já acumulados permitem os humanos explorarem o espaço, não devem faltar recursos para resolver os problemas sociais mais graves, como a fome, por exemplo. Pelos esforços para explorar o espaço e desenvolver as tantas outras tecnologias que foram sendo desenvolvidas nesses últimos séculos, nota-se que a solução dos problemas sociais mais crônicos trata apenas de uma questão de prioridade política, ou seja, da falta dela, pelos donos do dinheiro e do poder.

⁴⁶³ National Aeronautics and Space Administration



**MAPA DA FOME: O BRASIL ESTÁ PRESTES A, NOVAMENTE, NÃO PARTICIPAR MAIS
DESSA LISTA⁴⁶⁴**

Ariana Ellen da S. Bezerra⁴⁶⁵

Águida Cristina Santos Almeida⁴⁶⁶

No ano de 2022, uma das notícias que se alastrava era a volta do Brasil ao Mapa da Fome e o permanente agravamento do quadro de insegurança alimentar que assolava grande parte da população brasileira, depois de cinco anos fora (2014-2018) dessa lamentável estatística, segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, a FAO. Já no ano de 2024, podemos ver um caminho inverso sendo traçado, pois a FAO divulgou no seu último relatório que em 2023 o número de casos de subnutrição subsistente no Brasil saiu de 4,2% para 2,8%, o que representa que mais de 14,7 milhões de brasileiros saíram da condição de fome⁴. O SOFI 2024, Relatório das Nações Unidas sobre o estado da insegurança alimentar mundial, mostrou que houve uma queda de 85% no quadro de insegurança alimentar no Brasil no ano de 2023. E a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) calculou que o número de pessoas que se encontravam em condição de insegurança alimentar e nutricional grave saiu de 33,1 milhões em 2022 para 8,7 milhões em 2023⁶. O que podemos observar entre esses dois períodos com mudanças tão significativas?

Apesar de não ser o fator exclusivo, a pandemia teve um papel importante no aumento do índice da fome em todo mundo. Além disso, o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), foi responsável por extinguir o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), logo em 2019, quando assumiu para o mandato, e o conselho tinha o objetivo de atuar no combate à fome no país com a elaboração de políticas públicas e na coordenação dos Conselhos Municipais de Segurança Alimentar (Comsea). Então, o desmonte das políticas e ações que promoviam a segurança alimentar no país e a demora de ação deste governo com medidas de suporte à população no período da pandemia, resultou num rápido e permanente aumento de

⁴⁶⁴ Artigo escrito em setembro de 2024.

⁴⁶⁵ Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE). E-mail: anaeleaninha62@gmail.com.

⁴⁶⁶ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, tutora do PET-Economia e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

pessoas em situação de insegurança alimentar, em seus três níveis. A professora Rita Ines Paetzhold Pauli do Departamento de Economia e Relações Internacionais da UFSM afirmou que “quando o Brasil entra novamente no Mapa da Fome é porque houve a retração de políticas públicas ou um governo que não deu a devida importância para a questão, mas claro que muitas vezes também temos o problema das crises econômicas, como a crise mundial em 2008”.

Não podemos dizer também que a engrenagem da economia brasileira vinha em seu melhor desde meados de 2015, e o ataque a políticas de seguridade social começou a ocorrer já no governo Temer, e não se pode negar que isso afetou as classes mais sociais mais vulneráveis. Como Daniela Ribeiro Castilho e Esther Luíza de Souza Lemos dizem, em seu artigo chamado "Necropolítica e governo Jair Bolsonaro: repercussões na seguridade social brasileira": “Seus primeiros vinte e seis meses de governo revelam o desmonte significativo dos poucos direitos conquistados pela classe trabalhadora brasileira”.

Enquanto isso, atualmente, no governo que caminha na direção oposta, propõe-se retirar, mais uma vez, o Brasil do Mapa da Fome. O presidente afirma que a fome decorre sobretudo de escolhas políticas e que acabar com ela é o compromisso mais urgente que se tem no seu terceiro mandato. Podemos ver medidas de distribuição de renda e o acesso à alimentação em conjunto com outras mais, sendo tomadas. O Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome do Brasil, afirma que desde o início de 2024 há esforços do governo Federal no trabalho integrado com o Sistema Único da Assistência Social e o Sistema de Segurança Alimentar, ao dizer que “Estamos implementando o Plano Brasil Sem Fome e a Redução da Pobreza com mais igualdade. Até julho, cadastramos e beneficiamos cerca de 4 milhões de pessoas, incluindo 1,4 milhão de famílias. O trabalho continuará para alcançar nosso objetivo que é tirar o Brasil do Mapa da Fome sob a coordenação do presidente Lula”.

Já o representante da FAO no Brasil, Jorge Meza, destaca a notabilidade da agricultura familiar no Brasil, que tem uma significativa participação, ultrapassando 60% dos alimentos consumidos internamente, e ressaltando o papel que a ciência e tecnologia exercem na agricultura sustentável, e cita o programa "Brasil sem Fome" que foi criado para coordenar soluções em torno de problemas ligados a esta área, não somente no Brasil, mas envolvendo todos os países periféricos do mundo, coordenados pelo presidente Lula, no âmbito de sua gestão na direção do G-20.

Com todos esses dados se observa a importância de políticas públicas voltadas tanto para atender à população em situação de vulnerabilidade, disponibilizando alimentação adequada, quanto a programas elaborados com intuito de geração de renda, pois todas essas medidas promovem inclusão social. A necessidade de ações coordenadas é clara, e as consequências positivas da aplicação são notáveis, não muito tempo após a sua implementação, pois, em apenas um ano e meio da consecução de políticas inclusivas, o Brasil vai se aproximando de sair do Mapa da Fome. Quando isso acontecer novamente, significará o Brasil dizendo ao mundo inteiro que em nosso território todos os brasileiros conquistaram o direito garantido de fazer três refeições por dia.

O potencial de evolução social que a nossa nação tem é gigante, mas a restrição imposta pelo terror a respeito de gastos governamentais acaba impedindo tais políticas. Não tem como saber se o próximo governo não será ultraneoliberal e se não haverá, novamente, o desmanche das políticas de seguridade social. O que sabemos é que o Estado é um instrumento de ação coletiva que deve buscar alcançar entre muitas coisas a estabilidade social, o bem-estar e a justiça social, de maneira que não há sentido em excluí-lo da própria sociedade, pois como bem pontua Laura Carvalho (2018, p. 160), em seu livro *a Valsa Brasileira: A proteção aos mais vulneráveis sempre pode caber no Orçamento*, mas o genocídio jamais caberá na civilização.

GUERRA CULTURAL: QUAIS OS LIMITES ENTRE LIBERDADE RELIGIOSA E A PROTEÇÃO DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO⁴⁶⁷

Ariana Ellen da S. Bezerra⁴⁶⁸

Águida Cristina Santos Almeida⁴⁶⁹

O Brasil encontra-se hoje em um cenário de guerra cultural, termo esse popularizado no governo anterior, caracterizado por um incansável conflito de narrativas maniqueístas. E essa divisão foi atribuída, no âmbito político, entre a esquerda e a extrema direita. Podemos ver um aumento da força da extrema direita política, mas o que pode explicar esse fenômeno?

Primeiro temos que frisar que esse contexto não se dá só no Brasil, pelo contrário, há uma onda crescente desse movimento no mundo, principalmente na Europa e nos Estados Unidos. Não à toa que a extrema direita é organizada internacionalmente, e apresenta um certo padrão em comum entre os diversos países nos quais protagoniza e manipula multidões. Não podemos dizer que esta guerra surgiu apenas de uma única discordância, mas é possível classificar pontos que se destacam, como a forte polarização política, a obsessão em pautas identitárias, criação de comunidades online que facilitam a disseminação de fake News, junto com a influência de movimentos internacionais, além da direção educacional que é vista de forma negativa por parte dos militantes de extrema direita.

É observada a união de ideologias que antes atuavam separadamente agora atuando juntas. Atualmente partidos de extrema direita abrangem conservadores, PSEUDO-cristãos, liberais e pseudonacionalistas, que alimentam ideologias fascistas (racistas, xenofóbicas, misóginas, homofóbicas) no movimento conduzido pela extrema direita. E no Brasil o crescimento dessa massa é justificado também pelo descontentamento da atuação política, pontuando a corrupção e ineficiência na gestão pública, dos partidos vigentes e, no caso do e a recessão econômica de 2015-2016, abriu o caminho para posicionamentos de discurso antissistema e disruptivo com os quais a

⁴⁶⁷ Artigo escrito em setembro de 2024.

⁴⁶⁸ Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE). E-mail: anaeleaninha62@gmail.com.

⁴⁶⁹ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, tutora do PET-Economia e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

extrema direita ganha espaço, juntamente com um foco exacerbado nos valores conservadores.

Tratativas mais fervorosas a respeito desse quadro foram incluídas no discurso político, alterando-o. E com a inserção de pautas ligadas à religião no âmbito do discurso político, passou-se assim a não se tratar mais de uma disputa tão somente política, mas da salvação espiritual da nação, como o escritor e historiador brasileiro João Cezar Castro Rocha expressa em sua fala ao referir-se aos líderes que a usam “cuja finalidade é a criação de inimigos, e a criação desses inimigos imaginários permite manter a militância bolsonarista permanentemente mobilizada”.

E quando há essa ligação com a religião? A política e a religião sempre andaram juntas. Em um país onde quase 90% da população é cristã, os discursos políticos cada vez buscam se aproximar dessa população. Com a redemocratização, ocorreu um pluralismo que abriu espaço para a perda da hegemonia católica, mas que continua a ser ainda majoritariamente cristã, em razão da expansão das denominações evangélicas, que começam a se fazer presentes por volta dos anos 1980, com o discurso de que “irmão vota em irmão” e colocando ainda “Se você se diz cristão e ainda vota na esquerda, há apenas duas possibilidades: ou você não segue realmente os ensinamentos do cristianismo ou os segue e ainda não entendeu o que a esquerda é verdadeiramente”, do bispo Renato Cardoso, deixando clara a tendência de alinhamento de alguns líderes religiosos com as ideologias da extrema direita. Muitos religiosos tendem a estender sua fé na esfera social, apoiando muitos representantes políticos que validam bandeiras de clara supressão de direitos alheios, com a alegação de seguirem os ensinamentos do Senhor.

O sociólogo Boaventura de Sousa Santos chama “de teologia política os discursos que reivindicam a presença da religião na esfera pública” e onde “líderes religiosos tentam responder a isso, buscando resgatar a posição de influência na vida pública dos textos sagrados, de modo que leis e valores religiosos passem a valer para todos”. E qual importância disso para o Brasil? São muitos os desenvolvimentos a partir dessas ações, como a forte presença de inconstitucionalidades no amplo discurso dessa massa, como o contínuo pedido de intervenção militar e saudosismo à ditadura, rejeição de direitos à comunidade LGBTQI+, das mulheres, dos negros e de qualquer minoria, o apoio à imposição de pena de morte, e discursos com uma pregação um tanto quanto meritocrática.

Mas uma das reflexões colocadas no presente artigo é que ao pregarem a necessidade de conjugar a religião com a política, é que compromete a diversidade religiosa e a pluralidade do discurso político, já que essa imposição acaba tendo o propósito de promover a imposição religiosa via Estado, o que fere a laicidade, disputando não só o espaço público, mas “disputando as regras de estruturação desse espaço público”⁶. E enquanto os mesmos que defendem suas presenças na esfera política como preservação da sua liberdade religiosa, ao mesmo tempo registra-se a perseguição que é vista dentro dos próprios templos desses mesmos líderes religiosos, contra os que não concordam com seus posicionamentos.

No âmbito da economia, vê-se a utilização da religião como mecanismo para manipular massas, no mesmo instante em que se apoia representantes contrários ao povo que promovem alianças com madeireiros, mineradores e banqueiros. O ponto é que não há problemas em relação a pessoas religiosas se envolverem na política, mas sim quando tentam impor valores e ideias que não respeitam o Estado democrático de direito e sua laicidade, como fica claro em falas que afirmam que a Constituição é na verdade a Bíblia. Onde está o Estado laico nisto?

A CRISE HABITACIONAL E AS MORADIAS IMPROVISADAS: UMA VERGONHA NACIONAL⁴⁷⁰

Maria Anaele Silva de Lima⁴⁷¹

Águida Cristina Santos Almeida⁴⁷²

O Brasil enfrenta uma crise habitacional preocupante, com 160 mil pessoas vivendo em moradias improvisadas. Entre elas, 56,6 mil moram em tendas ou barracas de lona, plástico ou tecido, de acordo com o Instituto de Pesquisa Brasileiro de Geografia (IBGE). Essa realidade não é apenas uma questão de ausência de teto, mas uma ferida aberta na dignidade de milhões de brasileiros que sofrem com a falta de condições básicas de moradia. Embora o direito à moradia tenha sido assegurado pela Emenda Constitucional nº 26, em 2000, esse direito, passadas mais de duas décadas, ainda está distante de ser uma realidade para milhões de cidadãos.

Morar dignamente significa muito mais do que ter um abrigo. Trata-se de viver em um ambiente seguro, com acesso a serviços básicos que garantem saúde e qualidade de vida. No entanto, o que vemos são pessoas sendo empurradas para áreas de risco, onde tendas, barracas e veículos se tornam alternativas forçadas de moradia. O IBGE revela que além dos 56,6 mil em barracas, 1.875 mil brasileiros vivem em veículos como carros, caminhões e trailers, enquanto outros 27 mil se abrigam em cavernas ou estruturas naturais. A falta de infraestrutura básica nesses locais agrava as condições de vida dessas pessoas, expondo-as a riscos de saúde, violência e exclusão social.

Embora os dados mostrem uma queda de 43% no número de domicílios improvisados em comparação a 2010, quando 283 mil pessoas viviam nessas condições⁴⁷³, essa redução não é motivo para comemorar. De acordo com Perez, essa queda pode ser atribuída a mudanças metodológicas no levantamento e a melhoria de indicadores econômicos em determinados períodos, mas ainda estamos muito longe de

⁴⁷⁰ Artigo escrito em setembro de 2024

⁴⁷¹ Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE). E-mail: anaeleaninha62@gmail.com.

⁴⁷² Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, tutora do PET-Economia e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

⁴⁷³ <https://g1.globo.com/economia/censo/noticia/2024/09/06/censo-brasil-tem-57-mil-pessoas-morando-em-tendas-e-barracas-e-19-mil-em-veiculos.ghtml>

resolver o problema habitacional do Brasil. A persistência de moradias inadequadas é reflexo da falta de planejamento urbano, do crescimento desordenado das cidades e da ausência de políticas públicas de longo prazo.

O Estado brasileiro tem falhado repetidamente em implantar soluções efetivas e sustentáveis para combater esse problema. Programas como o “Minha Casa Minha Vida” demonstram potencial, mas são insuficientes para enfrentar a magnitude do déficit habitacional, que afeta principalmente as populações mais pobres. A maior parte das pessoas que vivem em moradias improvisadas, segundo o IBGE, pertencem a famílias que ganham até dois salários-mínimos⁴⁷⁴. A falta de políticas públicas contínuas, aliada ao alto custo de vida, impede que essas famílias saiam da pobreza e tenham acesso a uma moradia digna.

Como a advogada e especialista em Direito Privado, Samylla Móll ressalta, “a casa, em si, não confere dignidade ao ser humano. É preciso que ela venha acompanhada de comida na mesa, emprego digno, saúde mínima, educação e acesso à cultura”. Ou seja, a moradia deve ser parte de um conjunto de políticas que visem a garantir o bem-estar integral do cidadão. Não basta apenas construir casas; é preciso criar condições melhores para que essas pessoas tenham uma vida digna, com acesso a todos os seus direitos.

A crise habitacional no Brasil exige ações mais concretas e comprometidas por parte dos governos e da sociedade. É necessário pensar em políticas habitacionais que vão além do assistencialismo, e que promovam soluções que incluam a construção de infraestrutura e o acesso a serviços essenciais. Além disso, o papel da iniciativa privada e de ONGS é importante para completar as ações estatais, criando parcerias que promovam moradias dignas, acessíveis e sustentáveis. A moradia não pode continuar sendo um privilégio de poucos, pois ela é um direito garantido pela Constituição, e por isso deve ser assegurado a todos os brasileiros.

Enquanto o Estado negligenciar a necessidade de políticas públicas habitacionais fortes e inclusivas, milhões de brasileiros continuarão a viver em condições subumanas. Moradia digna é uma questão de justiça social, e não podemos mais aceitar essa realidade alarmante. O direito à moradia deve ser cumprido na prática, e não apenas no papel. Desse modo, poderemos construir um Brasil mais igualitário, onde todos tenham um acesso a um lar que lhes garanta segurança, saúde e dignidade.

⁴⁷⁴<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-04/brasil-registra-deficit-habitacional-de-6-milhoes-de-domicilios>.



Observem os seguintes dados, aqueles apontados antes, ou seja, uma relação dívida/PIB em 65,5% e a Selic em 14,25% ao ano, em 2015, quando o diagnóstico era o de que o Brasil havia quebrado, não restando alternativa ao tal “ajuste fiscal”, que nunca tem fim. Em 2020, a relação dívida/PIB saltou de 74% para 86%⁴⁷⁹, e, pasmem, em março de 2021 a Selic atingiu o menor patamar da história, em 2% ao ano, onde permaneceu até o final do ano. Reparem que tínhamos uma relação dívida/PIB em torno de 20% acima daquela registrada quando derrubaram Dilma Rousseff, sob o argumento de que o Brasil estava quebrado. Mais impressionante que isso, é que a Selic, taxa que rola grande parte da dívida pública, nesse momento, estava no menor patamar dos registros históricos.

Mais impressionante ainda, se possível, é que nesse momento, ou seja, em 2020, não foi dito uma única vez que o Brasil tinha quebrado, e nenhum dos bancos que detêm títulos da dívida brasileira se desfizeram destes ativos, nem tão pouco deixaram de comprar novos títulos da dívida pública. Observem que apesar de uma Selic tão baixa, os títulos da dívida pública brasileira seguiam atrativos e que perante uma relação dívida/PIB em 86% os bancos não entraram em pânico com medo de o Brasil “quebrar” e eles tomarem calote. Acho que as máscaras caíram se havia alguma dúvida de que o terrorismo fiscal tinha por finalidade única, expulsar descaradamente o povo brasileiro do orçamento público, apesar de toda injustiça tributária que esse mesmo povo amargo e, de viver na democracia mais desigual do mundo, sofrendo diariamente os malefícios sociais dessa estrutura injustificável.

Seguindo a linha de raciocínio, no dia 18 de setembro próximo, foi publicada uma matéria muito interessante no Jornal Valor Econômico⁴⁸⁰, sob o título “Investimento da União cresce em 2024, mas segue insuficiente”, na qual foram chamados para opinar alguns economistas. Na matéria tinha alguns dados, umas opiniões razoáveis e outras absolutamente absurdas, mas que deixaram claro o que tantos economistas do campo progressista vêm alertando repetidamente, isto é, que na agenda da elite brasileira não tem povo, como por exemplo, podemos destacar os nomes de Pedro Rossi (Unicamp), André Roncaglia (Unifesp), Laura Carvalho (USP), Luiz

⁴⁷⁹ ARAÚJO, VICTOR LEONARDO. A economia brasileira sob o governo Bolsonaro (2019-2022): neoliberalismo radical e pragmatismo econômico. Texto para Discussão – Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2023.

⁴⁸⁰ <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/09/18/investimento-da-uniao-cresce-em-2024-mas-segue-insuficient.e.html>.

Gonzaga Belluzzo (Unicamp), dentre tantos outros analistas para além da área de Economia, que se conectam com os interesses do povo brasileiro.

Na matéria, ora apontada antes, alguns economistas se colocam destacando a baixa taxa de investimento do Brasil e das consequências que isso representa em termos do agravamento da condição da infraestrutura e na baixa capacidade de crescimento do país. Destacam ainda que por mais que o investimento público tenha um papel importante, o investimento privado que deve se destacar, ainda naquela insistência desde 2016, que os empresários devem liderar uma agenda de investimento, mas isso simplesmente não ocorreu até o presente, confirmando a ideia do investimento privado como uma despesa induzida, ou seja, não operando como um motor autônomo de crescimento. A matéria foi construída com base em dados da Secretária do Tesouro Nacional e com opinião de economistas como Manoel Pires, da FGV e José Ronaldo de Souza Jr., professor do Ibmec e consultor da Leme Consultores, por exemplo.

É apontado que nos primeiros sete meses do corrente ano o investimento público atingiu o maior patamar desde o ano de 2016, alcançando R\$ 32 bilhões, quando atingiu a cifra de R\$ 50 bilhões anuais na década passada, e depois de 2016 foi despencando a ponto de cobrir sequer os custos com a depreciação do estoque de capital. Esse modo, os economistas ouvidos lamentam o pífio gasto em investimento no Brasil, mas o chocante, e ao mesmo tempo previsível, é que se atribui essa baixa taxa de investimento ao fato de que as despesas obrigatórias do governo são muito elevadas e rígidas, considerando que 90% das despesas do governo são obrigatórias, com destaque para os pisos constitucionais em saúde e educação, os benefícios sociais da previdência social e o impacto que o ganho real do salário mínimo representa nesses benefícios.

O interessante é que em diferentes momentos da matéria são colocadas as opiniões dos economistas consultados, de modo nominal, ou seja, deixando claro a opinião e quem a proferiu. Contudo, no momento em que a solução para aumentar os recursos públicos invertidos para investimento, deve se dar pela desvinculação das despesas constitucionais, que impactam diretamente na vida do povo, não aparece o nome de ninguém, mas somente ‘a opinião dos economistas ouvidos’, o que para mim não trata de algo trivial, mas ao contrário, exhibe a covardia e o cinismo daqueles que omitem a injustiça tributária cometida ao povo brasileiro, sobretudo o mais pobre, ao mesmo tempo, que defende a retirada descarada do povo do orçamento público. Segue trecho da matéria considerada:

Na avaliação dos economistas ouvidos pelo Valor, a principal maneira de abrir espaço dentro do arcabouço para ampliar os investimentos seriam mudanças nas regras para as despesas obrigatórias da União. Entre as opções sugeridas, estão desvinculação de benefícios previdenciários e assistenciais dos reajustes do salário-mínimo, correção do mínimo apenas pela inflação, sem altas reais, e alterações nos pisos constitucionais para gastos com saúde e educação, hoje atrelados à receita. De janeiro a julho, a despesa total da União foi de R\$ 1,325 trilhão, mas só R\$ 32 bilhões foram para o investimento.

Avaliem na citação acima, que todas as medidas levantadas como a saída para criar ‘folga’ no orçamento à ampliação do gasto público em investimento, implicam ataque a direitos e garantias sociais, bem como a redução e sucateamento da frágil estrutura de Estado de bem-estar social que vamos conseguindo consolidar desde a aprovação da Constituição de 1988, apesar da manutenção da agenda neoliberal que se choca o tempo todo com nossa Constituição Cidadã.

Sabemos que apesar da estrutura de serviços públicos já oferecida pelo Estado brasileiro, vivemos num contexto social caótico, no qual os problemas sociais e econômicos se avolumam e alguns territórios do país vivem em ambiente claro de guerra civil, imaginem o que irá acontecer se os direitos e garantias que vêm sendo mantidos com muita luta, diga-se de passagem, forem destruídos? Façam um exercício mental tentando imaginar o quanto há espaço para a situação social e econômica do povo piorar.

Apesar do descalabro de apontar a subtração de recursos das mais importantes políticas sociais que atendem ao povo brasileiro, como a ‘solução’ para aumentar o gasto público em investimento, o mais preocupante nessa matéria foi destacar o esforço que o governo vem fazendo para revisar gastos de diversas ações que também afetam diretamente o povo, como os gastos em seguro-desemprego, por exemplo. Segue trecho da matéria:

Conforme o Valor publicou nas últimas semanas, a equipe econômica debate mudanças nas regras de diversas fontes de pressões de gastos obrigatórios, como seguro-desemprego, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), abono salarial, Simples Nacional e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). As sugestões só devem ser apresentadas formalmente depois das eleições municipais.

Sinceramente, se essa revisão realmente implicar ataque a direitos sociais conquistados, num governo que se coloca no campo progressista, o que esperar de

governos que se declaram (ou se declararem) reacionários. Foi essa imposição da lógica neoliberal, engessando as regras de aplicação da política econômica, implementando contrarreformas que destruíram os mercados de trabalho e todo o aparato de proteção social, em governos de diferentes espectros políticos, ou seja, tanto conservadores, quanto progressistas, que levou o discurso disruptivo da extrema direita a cooptar ‘almas e corações’, como vem acontecendo em diferentes países do Ocidente.

Por seu turno, se de um lado, o discurso da extrema direita é mesmo disruptivo, do lado da agenda de propostas, é absolutamente reacionário, de modo que se o campo progressista entrega pouco ao povo (dada a tal imposição da ordem neoliberal), a extrema direita só entrega o caos. Portanto, tratando do Brasil especificamente, vemos uma tendência a repetir o passado, ou seja, a terceira gestão do presidente Lula deve melhorar um pouquinho a vida do povo brasileiro e, depois (não sabemos exatamente em quanto tempo), o país se encontrará novamente com uma gestão de extrema direita que num retorno, não virá para ‘brincadeira’, considerando que ainda tem muitas medidas da agenda Fiesp para serem implementadas e essa agenda é totalmente anti povo.

Como melhor tem esclarecido o filósofo e psicanalista Vladimir Safatle, acadêmico da USP, a extrema direita radicalizou, então se a esquerda não radicalizar, não equilibra a balança e, por mais que as consequências sejam as piores, o povo correrá para quem promete ruptura, dado que não se suporta mais as coisas como elas estão e como elas têm sido. Então, ao não radicalizar com uma agenda que priorize a justiça e a proteção sociais, o campo progressista consegue, no máximo, ir adiando a ‘pior das piores’ situações em termos de desorganização social e escalada, ainda maior, da violência policial e civil. Dito isto, surge os sentimentos conflitantes, o alívio e a motivação de acompanhar os dados das poucas melhoras e conquistas, de um lado; e ao mesmo tempo, a aflição e a angústia de estar percorrendo o caminho da profecia autorrealizável, ou seja, a extrema direita irá retornar para concluir o projeto que ficou inacabado, só dá não para precisar quando. É dureza viu!

Axl Bonfim Rached⁴⁸²

Águida Cristina Santos Almeida⁴⁸³

Nos últimos anos, a dinâmica das moedas e o papel do dólar americano na economia global têm atraído a atenção de economistas, além de analistas de diferentes áreas das ciências humanas, investidores e políticos. Uma das abordagens mais intrigantes para entender essa complexidade é a Teoria do Milkshake do Dólar, proposta por Brent Johnson⁴⁸⁴. Assim como um milkshake que atrai a atenção em uma lanchonete, o dólar se destaca em um ambiente financeiro repleto de incertezas. Essa teoria sugere que, em tempos de instabilidade, o dólar se torna o ativo preferido dos investidores, "sugando" capital de outras moedas e economias.

A força do dólar americano é sustentada por uma combinação de fatores econômicos, políticos e históricos. O Acordo de Bretton Woods, firmado em 1944⁴⁸⁵, estabeleceu o dólar como a principal moeda de reserva global, vinculado ao ouro e respaldado pela economia robusta dos Estados Unidos. Esse sistema promoveu a estabilidade nas transações internacionais e consolidou o dólar como o meio preferido para comércio e investimentos. Embora o padrão ouro-dólar tenha sido abandonado na década de 1970, feita por Richard Nixon, estabelecendo o padrão dólar-dólar (ou seja, um padrão monetário sem lastro), o dólar manteve sua posição privilegiada devido à confiança na economia americana, à liquidez do mercado financeiro dos EUA e à ampla aceitação do dólar em todo o mundo.

Além do aspecto econômico, a força do dólar também está intrinsecamente ligada ao poder militar e à influência geopolítica dos Estados Unidos. Com as forças armadas mais poderosas do mundo e uma presença militar global, a partir de bases militares instaladas em muitos países, os EUA exercem um papel crucial na segurança internacional, o que reforça a confiança em sua moeda. As alianças estratégicas, como a

⁴⁸¹ Artigo escrito em setembro de 2024.

⁴⁸² Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE), do PET-Economia e do Centro Acadêmico de Economia (CA - Economia). E-mail: axlrached@gmail.com

⁴⁸³ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, tutora do PET-Economia e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

⁴⁸⁴ <https://www.bitdegree.org/crypto/tutorials/dollar-milkshake-theory#what-is-the-dollar-milkshake-theory>

⁴⁸⁵ https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2247:catid=28&Itemid=23

OTAN, e a capacidade de projetar poder em regiões-chave aumentam e contribuem à estabilidade do dólar. Essa combinação de fatores econômicos e geopolíticos não apenas solidifica a posição do dólar como moeda de reserva, mas também o torna um instrumento de influência, permitindo que os EUA exerçam sanções e moldem o comportamento de outros países no cenário global. A questão que fica é: qual o limite desse poder? E por quanto tempo mais os países aceitarão passivamente tal situação?

Recentemente, quem ficou sem o seu “milkshake” foi a Rússia. A invasão da Ucrânia em fevereiro de 2022 provocou uma resposta rápida e contundente da comunidade internacional, mais precisamente dos EUA e aliados, que se uniram para impor sanções severas ao governo russo. Uma das medidas mais significativas, além do confisco de reservas russas em dólar⁴⁸⁶, foi a exclusão de várias instituições financeiras russas do sistema SWIFT (Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication)⁴⁸⁷. Este sistema, essencial para a transferência de dinheiro entre bancos em todo o mundo, facilita as transações internacionais e é crucial para o comércio global. O banimento da Rússia desse sistema não apenas isolou suas instituições financeiras, mas também dificultou o acesso do país aos mercados internacionais, assim limitando sua capacidade de comércio exterior.

Além das consequências imediatas para o sistema financeiro russo, a exclusão do SWIFT também teve um impacto significativo nas dinâmicas geopolíticas. O movimento demonstrou a determinação da comunidade internacional em unir forças contra a agressão russa e enviar uma mensagem clara de que ações militares não seriam toleradas. Com a Rússia isolada economicamente, a teoria do Milkshake do Dólar novamente foi colocada em provação, já que investidores tendem a buscar a segurança do dólar em tempos de crise. O que foi observado no primeiro mês, todavia, foi uma alta da moeda nos primeiros dias de guerra, mas, no mês subsequente, houve uma queda e uma forte desvalorização do dólar em face das moedas de outros países, incluindo os países em desenvolvimento⁴⁸⁸. O que explicaria tal contrassenso?

O confisco de reservas em dólar da Rússia abalou a confiança na moeda, e gerou questionamentos de países e investidores ao redor do mundo sobre se, dado a força, a influência e o poderio militar e nuclear russo, os EUA e seus aliados fizeram

⁴⁸⁶ <https://www.ufrgs.br/fce/o-confisco-de-ativos-russos-tiro-no-pe-do-ocidente/>

⁴⁸⁷ <https://www.fazcomex.com.br/comex/swift-russia-sistema-financeiro-do-qual-a-russia-foi-excluida/>

⁴⁸⁸ <https://www.infomoney.com.br/mercados/em-um-mes-de-guerra-na-ucrania-investidor-tomou-mais-risco-influenciado-por-commodities-dolar-perdeu-forca-para-moedas-emergentes/>



tais ações contra um país tão robusto, o quão expostos estariam países e instituições mais fracas no caso de sanções do bloco EUA/OTAN?

É o que questionou, por exemplo, a China, vendo também dia após dia os EUA provocarem Taiwan a declarar independência contra o controle do Partido Comunista Chinês, semelhante ao que foi feito em Hong Kong. A China, no entanto, possuindo uma robustez econômica maior em face aos estadunidenses parece estar em um primeiro momento, protegida. Mas sabe que os EUA não tolerarão quaisquer movimentos que promovam a chamada “multipolaridade”, tão propagada nos últimos anos pelo Sul Global, em especial pelos chineses, que pregam uma descentralização do poder global. E para tal, o BRICS+⁴⁸⁹, grupo de países emergentes liderados pela China, propõem uma alternativa: a Unit.

A Unit é uma proposta do BRICS+ que visa criar uma moeda única para facilitar transações comerciais entre os países membros, promovendo maior autonomia financeira e reduzindo a dependência do dólar americano nas trocas internacionais⁴⁹⁰, sendo um conceito que já foi discutido pelo grupo de trabalho de serviços financeiros e investimentos, criado pelo Conselho Empresarial do BRICS+, e que tem grandes chances de se tornar a política oficial dos BRICS+ já em 2025. A ideia é que, ao estabelecer um meio de troca que funcione entre as nações do bloco, o Unit permitiria a realização de transações diretas em sua própria moeda, eliminando a necessidade de converter suas transações comerciais e financeiras em dólar, o que poderia resultar em menores custos e maior eficiência nas trocas comerciais e, sobretudo, no afrouxamento da restrição externa ao crescimento, a qual constitui um elemento estrutural do balanço de pagamentos de países periféricos que participam no comércio internacional, basicamente transacionando commodities agrominerais. Sendo assim, é possível afirmar que essa abordagem buscaria fortalecer as economias emergentes e aumentar sua competitividade no comércio internacional, ao mesmo tempo em que emerge como uma alternativa viável ao sistema financeiro dominado pelo dólar.

A adoção da Unit também tem o potencial de arrefecer o poder do dólar ao diversificar as reservas de moeda e as transações comerciais em um cenário global cada vez mais multipolar. Se os BRICS+ conseguirem implementar e estabilizar essa nova

⁴⁸⁹ Atualmente, os países que compõem os BRICS são Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Recentemente, em agosto de 2023, os BRICS anunciaram a inclusão de novos membros: Egito, Etiópia, Irã, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos. Esses países foram aceitos para integrar o grupo a partir de 1º de janeiro de 2024, expandindo assim a influência do BRICS na arena global.

⁴⁹⁰ <https://unitfoundation.org/>

moeda, isso poderia incentivar outros países a considerar opções além do dólar para suas transações internacionais, promovendo um sistema financeiro mais equilibrado. Além disso, a criação da Unit sinalizaria um esforço conjunto dos BRICS+ para desafiar a hegemonia do dólar, reduzindo sua influência nas economias emergentes e proporcionando maior liberdade econômica em um mundo interconectado, onde as potências emergentes buscam maior representação e voz nas decisões financeiras globais.

Em artigo pela GGN, o analista de geopolítica Pepe Escobar vislumbra na Unit uma proposta inovadora que resolveria a crise global de confiança e a dependência do sistema monetário tal como definido em Bretton Woods, o qual ficou monopolizado pelos interesses estratégicos norte-americanos⁴⁹¹. Ele argumenta que a Unit funcionará como uma nova moeda internacional, ancorada em ouro e nas moedas dos BRICS+, oferecendo uma solução descentralizada para transações financeiras, o que resultaria na eliminação de pressões políticas e na promoção da soberania financeira, podendo ser vista como um divisor de águas para o mundo todo, e assim permitindo um comércio mais justo e eficiente, além de facilitar a criação de novos produtos financeiros.

Escobar também destaca no artigo que a implementação da Unit pode transformar as relações comerciais, especialmente entre países sob sanções, como Rússia e Irã, ajudando a superar gargalos na infraestrutura financeira global. Ele enfatiza que a proposta é academicamente sólida e tecnologicamente inovadora, com potencial para servir como uma conexão entre o Sul Global e o Ocidente. A legitimidade conferida pela ONU é vista como um diferencial importante, reforçando a necessidade de um novo sistema que promova comércio justo e crescimento econômico sustentável, livre das interferências políticas e restrições, impostas pelo sistema atual.

Neste sentido, é correto afirmar que, em sendo implementada, a Unit poderá ameaçar a hegemonia global do dólar, cuja força ainda se mantém, porém, não mais intacta após os eventos ocorridos com a invasão russa à Ucrânia. O crescimento da economia russa nos últimos anos⁴⁹², incluindo a surpreendente previsão do FMI para este ano (2024) de 3,2% de aumento do PIB, coloca em xeque a vitalidade e a centralidade do dólar nos próximos anos. Tal conjuntura inevitavelmente irá obrigar os EUA, e seus asseclas, a irem com suas ferramentas para o jogo, sob o risco de perder a sua hegemonia.

⁴⁹¹ <https://jornalgggn.com.br/geopolitica/bomba-de-desdolarizacao-o-brics-por-pepe-escobar/>

⁴⁹² <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cd117qwxpgno>

E de certo, essas ferramentas serão cada vez mais beligerantes, pois como bem pontua José Luís Fiori, acadêmico da UFRJ, as armas e as moedas são os principais instrumentos do exercício do poder pelos Estados e, sobretudo pelo Estado que consegue impor sua hegemonia no sistema-mundo. Então, quanto mais fraquejar o poder monetário, mas o pêndulo vai pesar com o poder das armas. Acabou-se, aparentemente, a “doce” era dos “milkshakes”.



O Estado brasileiro se faz presente na vida da população em diversos momentos do cotidiano, ao acessar serviços de saúde, educação, segurança, entre outros, até no acesso aos mais diversos mercados que são regulados pelo governo. A ação estatal tem o poder de gerir a coesão social, de modo que com uma boa gestão dos serviços públicos, os cidadãos podem se sentir mais seguros e satisfeitos, por meio do chamado Estado de bem-estar social. Porém, a ordem neoliberal propõe que o Estado contraia sua oferta de serviços à população, para que empresas privadas possam atuar em seu lugar.

Foi o que se verificou com os gastos de investimentos em saúde, quando da aprovação da PEC do Teto de Gastos de 2016. Conforme discutido por Carvalho (2018), as medidas de austeridade aprovadas causaram cortes em despesas discricionárias, como é o caso dos gastos em investimento, bem como em despesas primárias obrigatórias, como saúde e educação, previstas na Constituição de 1988. O resultado disto na saúde, de acordo com estudo do Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (IEPS), é que a saúde pública não conseguiu acompanhar a demanda da população ao passo que, no orçamento da saúde de 2013 a 2023 o crescimento com orçamento foi de menos de 1%⁴⁹⁶, desconsiderando os gastos com a pandemia de covid 19, enquanto os investimentos em saúde caíram 64%⁴⁹⁷ no mesmo período.

Então, quando o Estado recua nos serviços de atendimento às populações, teorias neoliberais pregam que forças mercadológicas conseguiriam chegar a oferecer o preço ótimo de serviços pelos quais as populações demandam. Entretanto há várias questões a serem consideradas, a primeira delas é que o tipo de serviço que o SUS oferece à população é diferente do serviço do plano de saúde, bem como discutiu o

⁴⁹³ Artigo escrito em setembro de 2024

⁴⁹⁴ Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial (PET - Economia). E-mail: hortenciafrazao@hotmail.com

⁴⁹⁵ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, tutora do PET-Economia e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

⁴⁹⁶ <https://ieps.org.br/orcamento-da-saude-cresceu- apenas-25-em-10-anos-revela-pesquisa-do-ieps-e-umane/>

⁴⁹⁷ Ibidem4

médico sanitário Gonzalo Vecina (2023), no “Podcast Não Ficção”, esclarecendo que os planos de saúde atacam apenas a doença, enquanto o SUS tem uma abordagem integral, cuidando da saúde da população, prestando assistência em diferentes frentes.

Outro ponto a ser discutido é o tamanho da saúde assistencial, verifica-se que de 2003 a 2023 o percentual da população coberta por planos suplementares subiu de 18% para 24,9%⁴⁹⁸, e conforme apresentado em matéria da Intercept, as sete maiores empresas de saúde privada agem como um oligopólio, determinando preços e a qualidade do serviço que será ofertado. São grupos com muito poder de mercado, não apenas no ramo da saúde, dado que possuem participação em muitas outras empresas de diferentes ramos. Considerando as empresas nas quais são acionistas, chegam a configurar como terceiro lugar em termos de mercado nacional⁴⁹⁹, ficando atrás apenas do setor energético e financeiro.

Do ponto de vista da teoria microeconômica, o setor de saúde privada já tende ao monopólio natural, uma vez que tem barreiras à entrada. Então, quando as empresas começam a combinar preços e serviços a situação fica ainda mais grave, de modo que as agências reguladoras devem vigiar para que o preço dos planos fique no nível determinado pelos reajustes estipulados pela agência reguladora. Contudo, é comum as empresas alegarem prejuízos⁵⁰⁰, e em movimentos coordenados subirem os preços.

Com o poder político que o oligopólio traz (ao passo que se aumentam as margens de lucro), os planos de saúde ficam mais seletivos em relação a quais serviços prestar. Este ano reclamações de clientes à ANS sobre cancelamento unilateral de contratos cresceu 212%⁵⁰¹, considerando apenas os clientes com autismo, para os clientes no geral o aumento nas reclamações foi de 32%⁵⁰², ou seja, as empresas de saúde além de não oferecerem aos seus clientes um preço viável, ainda dispensam clientes considerados “onerosos”. Em contraponto, apenas 1,8% das reclamações aos planos de saúde viram multas⁵⁰³, as quais não fazem diferença nas receitas das operadoras dos planos.

A forma que as empresas de saúde agem seguindo o modus operandi empresarial, de busca de lucros acima de tudo, se tornar muito complicado quando trata

⁴⁹⁸ <https://www.iess.org.br/publicacao/blog/taxa-de-cobertura-da-saude-suplementar-no-brasil-chega-249-em-2023>

⁴⁹⁹ <https://www.intercept.com.br/2024/08/02/sete-empresas-saude-privada-controlam-economia/>

⁵⁰⁰ Ibidem 8

⁵⁰¹ <https://www.intercept.com.br/2024/06/26/planos-de-saude-descartaram-autistas-e-portadores-de-doencas-graves/>

⁵⁰² Ibidem 9

⁵⁰³ Ibidem 9

da saúde, pois neste caso se coloca em risco a vida dos seres humanos. Porém, isso não significa que os planos de saúde deveriam acabar, eles devem compor a saúde complementar ao SUS. Mas, todo esse contexto, de ampliação da saúde privada, só foi possível porque o Estado foi reduzindo sua atuação em um setor essencial. Como já falado anteriormente, é um setor com barreiras à entrada, então quando o setor público diminui o seu tamanho, a cobertura do SUS fica fragilizada, enquanto a população continua crescendo e envelhecendo, de modo que a oferta cai e a demanda aumenta. Porém, empresas novas terão dificuldades para entrar no setor, o que faz então aumentar o poder de mercado das empresas que já ocupam o mercado.

Entretanto, o contrário poderia acontecer, caso o SUS aumentasse a sua atuação na sociedade. Com isso, os planos de saúde tenderiam a melhorar os serviços e preços para não perderem seus clientes. Cabe ainda esclarecer que na renda média do brasileiro não tem espaço para pagar plano de saúde, de modo que o encolhimento do SUS tende a deixar parcelas crescentes da população sem cobertura em saúde e, isso perfaz uma questão social de imensa importância.

Porém, apesar de óbvia, esta não é uma solução simples de se pôr em prática, ou seja, a ampliação do sistema público de saúde, uma vez que isso reduziria a margem de lucro das empresas privadas, de forma que a política pública que ousar agir desse modo entraria em conflito com um dos maiores grupos econômicos do país, um dos motivos pelos quais é tão difícil aumentar os investimentos públicos em saúde, ao mesmo tempo em que é feito um imenso terrorismo fiscal por parte do mercado financeiro para impedir a expansão dos gastos públicos, sobretudo em saúde e em educação. Como consequência, os cidadãos padecem se forem depender dos planos privados, mesmo que tivessem renda para bancar, considerando que os planos de saúde descartam gente como se fosse brincadeira de criança.

O perfil ideal de pagantes pelos planos de saúde é constituído por jovens saudáveis, pois pagam mensalidades, sem demandar muitos serviços. Os enfermos, jovens ou não, são párias, mesmo quando cumprem o pagamento das mensalidades, dado que demandam muito, gerando despesas aos planos. Então, a política antiética e desumana dos planos tende a criar uma situação na qual os enfermos, jovens ou não, tendem a ser expelidos e passam a compor a fila do SUS.

A MOVIMENTAÇÃO DAS BETS⁵⁰⁴

Gysmenya Gabriela Barbosa de Melo⁵⁰⁵

Águida Cristina Santos Almeida⁵⁰⁶

O mercado da loteria de apostas de quota fixa, conhecida como bets, vem crescendo de forma exponencial no Brasil. Os jornais e noticiários a cada dia nos traz uma enxurrada de novidades que vai denotando a proporção gigante que esse mercado vem tomando e em paralelo, já são perceptíveis as consequências e os impactos sociais e na economia, como por exemplo, nas esferas da saúde, da educação, da vida familiar e no comportamento dos brasileiros. Diante desse cenário, o governo federal teve de agir à criação de regras, pois desde que a Lei que permitiu essa atividade no Brasil (número 14.790), que fora sancionada em 2018, no governo de Michel Temer, até os dias atuais, não foram implementadas as normas, regulamentações das apostas esportivas de quotas fixas no Brasil, criando um espaço propício para o cometimento de diversos crimes, os quais envolvem artistas famosos, influencers, atletas etc.

No entanto essas diretrizes e regulamentações deveriam ter sido criadas no ato da aprovação desse tipo de atividade no país, ou no mais tardar no governo de Bolsonaro, mas é o governo atual quem está trabalhando na regulamentação para que empresas interessadas em atuar no mercado brasileiro tenham regras a seguir e possam responder por crimes, e outras consequências oriundas da atividade que desempenham. Atualmente, o total de empresas interessadas em atuar no segmento já soma mais de 120 cadastradas, de acordo ao site: <https://sigap.fazenda.gov.br/consulta-publica/lista-solicitacoes>.

O Governo teve de acelerar a legalização das bets, que estava prevista para entrar em vigência em janeiro de 2025, e agora passará a valer a partir de 01 de outubro de 2024, dada a rapidez com a qual o caos social resultante da atuação dessas empresas foi criando no país. Para se ter uma ideia, segundo a matéria publicada no Jornal Folha

⁵⁰⁴ Artigo escrito em setembro de 2024

⁵⁰⁵ Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE). E-mail: gysmenya@gmail.com.

⁵⁰⁶ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, tutora do PET-Economia e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.



de São Paulo, no dia 17 de setembro de 2024 “Há estimativas de que cerca de 2.000 sites de apostas esportivas estejam no ar no país hoje”⁵⁰⁷.

Com a regulamentação do setor⁵⁰⁸ o governo prever arrecadar R\$ 4 bilhões, oriundos das autorizações iniciais de funcionamento e, há estimativa de arrecadar R\$ 12 bilhões por ano. As empresas serão taxadas em 12% nos impostos, e os apostadores em 15% dos prêmios líquidos obtidos. Apesar da expectativa de regulamentação e arrecadação, paira a dúvida do quanto isso será suficiente para contornar os danos sociais que essas bets vem criando na rotina do povo brasileiro.

Pois, vejamos qual é o contexto da população brasileira. De acordo com estudo divulgado pela Strategy& consultoria estratégica da PwC, só reafirma o que vemos todos os dias nos jornais, onde os dados revelam que o crescimento acelerado do mercado de apostas esportivas no Brasil foi de 89%, entre 2020 e 2024. O volume das apostas esportivas em 2023 foi estimado entre R\$ 60 a R\$ 100 bilhões, criando um impacto negativo no setor de consumo e no orçamento das famílias⁵⁰⁹, precisamente entre as classes mais baixas, que vêm presenciando o uso da pouca renda disponível sendo canalizada para as apostas, tendo como perfil principal homens, jovens e concentrados na região Sudeste.

Diante dos dados e fatos expostos, a preocupação é ainda com o que está por vir, nesse momento cabe chamar atenção para os riscos e danos já evidentes, como o endividamento de famílias por conta de empréstimos, inclusive com agiotas; a propagação do vício; problemas de saúde mental causados pela dependência e/ou abstinência do jogo. Portanto, quem já tinha um hábito em jogar mediante apostas, como baralho, dominó, bingos, máquinas caça-níquel, já foram inseridos e atraídos de forma automática para esse novo mundo das bets, que vem com uma proposta de apostar em seu time, usando umas das paixões do brasileiro, que é o futebol.

Juntamente com a parcela majoritariamente masculina que faz uma ‘fezinha’ em seu time, ou seja, é um hábito que faz parte da rotina do brasileiro, e nesta proposta de entretenimento, sob a promessa de obter dinheiro fácil, renda extra, com a divulgação

⁵⁰⁷<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/09/apostas-viraram-problema-social-grave-e-governo-fara-pente-fino-para-regulamentar-medidas-diz-haddad.shtml>.

⁵⁰⁸

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/09/apostas-viraram-problema-social-grave-e-governo-fara-pente-fino-para-regulamentar-medidas-diz-haddad.shtml>.

⁵⁰⁹

<https://www.pwc.com.br/pt/sala-de-imprensa/release/pwc-parte-do-orcamento-familiar-no-brasil-e-transferido-para-apostas-esportivas-e-setor-de-varejo-sente-o-impacto.html>.

dos influencers, patrocínios e a publicidade desenfreada, aí a presa já foi fígada e condicionada ao vício. Além disso, a rapidez e modernização gerada, seja pelos canais de divulgação, de pagamento e também as formas para jogar, como por exemplo, internet, pix, cartão de crédito, o acesso fica cada vez mais facilitado, ágil e incontrolável pelos usuários, que vão se viciando e conseqüentemente perdendo o controle da situação.

Contudo, temos que estar atentos aos sinais e comportamentos anormais do próximo ao nosso redor, atentos em perceber a dependência, e orientar sobre os malefícios que podem vir a acometê-los e informá-los que têm grupos de ajuda, como os jogadores anônimos, serviços de tratamento de saúde específico para se livrar do vício.

No momento, temos que acompanhar todo o desenrolar dessa regulamentação, funcionamento e fiscalização dessas empresas, pois com os valores estimados para arrecadação e se este montante realmente será aplicado de forma eficaz pelo governo no setor da saúde, em forma de prevenção, políticas públicas, educação financeira. Todo cuidado é pouco, pois, a jogatina nas bets e os malefícios conseqüentes do vício já se tornaram uma epidemia, ou seja, um problema de saúde pública, com impactos financeiros e econômicos, problemas sociais e familiares.

Com isso, unir forças contrárias a esse ‘mercado’ parece ser remar contra a maré, uma vez que se trata de uma atividade que traz alta rentabilidade econômica aos empresários das plataformas, com a promessa de movimentar a economia através da arrecadação. Contudo, não se pode perder de vista a população vulnerável, ainda invisibilizada, que está cada vez mais utilizando sua renda essencial para fins de apostas, com todas as conseqüências sociais e econômicas que isso significa. Ou seja, a balança sempre pesando para o lado mais fraco e o jogo ainda segue rolando solto.

Jessé Gomes Araújo⁵¹¹

Águida Cristina Santos Almeida⁵¹²

Em setembro de 1969, o engenheiro mecânico e eletricitista João Gurgel inaugurava no Brasil uma fábrica nacional de automóveis, chamada Gurgel. Uma das grandes inovações, foi o fato de se tratar do primeiro carro da América Latina 100% elétrico. No entanto, nem tudo são flores, o modelo Itaipu E150 tinha capacidade apenas para duas pessoas, tinha problemas de estrutura como peso da bateria, baixa autonomia e recarga, problemas que temos até hoje.

Cinquenta e cinco anos se passaram, e hoje estamos em uma corrida contra o tempo para diminuir as emissões de CO₂ na atmosfera, de modo que podemos nos perguntar: Será que dessa vez encontramos a solução no setor automotivo para zero Emissão? Melhoramos a bateria, aumentamos a autonomia e criamos carregadores mais rápidos que antes, porém o que prova que assim o setor automotivo no segmento elétrico será mais sustentável?

Antes de responder as perguntas, vamos observar o carro elétrico mais vendido no Brasil, que é o BYD Dolphin. Ele tem 95cv e 18,4 kgfm (quilograma-força metro) de torque, a bateria de íons de lítio e autonomia de 290km, segundo o Inmetro⁵¹³. Em uma tomada residencial o carro pode chegar a 23h a carga completa, já o tempo de carga em uma wallbox na residência a recarga cai pra 7h15⁵¹⁴. Em números, é um ótimo carro para o dia a dia, no entanto para viagens como todo carro elétrico, pode demorar mais horas, caso precise carregar ao longo do caminho. E falando em recarga de bateria, puxamos o primeiro tópico para discussão do quanto é sustentável.

Carros elétricos não emitem CO₂ na atmosfera enquanto roda na cidade, porém a sua fonte de energia pode ser emissora. Na Europa a matriz energética predominante

⁵¹⁰ Artigo escrito em setembro de 2024

⁵¹¹ Graduando(a) em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE). E-mail: jessegomesaraujovip@gmail.com

⁵¹² Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, tutora do PET-Economia e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

⁵¹³ https://quatorrodas.abril.com.br/carros-eletricos/passamos-semanas-usando-so-carros-eletricos-veja-perrengues-e-descobertas#google_vignette

⁵¹⁴ <https://quatorrodas.abril.com.br/noticias/quanto-tempo-e-dinheiro-sao-gastos-para-carregar-o-carro-eletrico-em-casa>

ainda é constituída pelos combustíveis fósseis, como o petróleo e gás natural, diferente do Brasil, que atualmente as três maiores fontes renováveis que compõem a matriz de energia elétrica brasileira são hídricas (55%), Eólica (14,8%) e Biomassa (8,4%)⁵¹⁵.

No entanto, mais uma vez, pode-se afirmar ‘nem tudo são flores’, por mais que o Brasil tenha uma matriz energética constituída por energia renováveis e ampla margem para sua expansão, não tem uma infraestrutura de recarga. Atualmente, o Brasil tem cerca de 4.300 estações de recarga, segundo a startup Tupinambá Energia. A empresa realiza a contagem em parceria com a Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE). Esse número é considerado satisfatório para a frota de carros movidos a bateria existente hoje. Segundo Fábio Delatore, professor de Engenharia Elétrica da Fundação Educacional Inaciana (FEI), disse que “Na maioria das vezes, a recarga é feita em casa. O consumo é equivalente ao de um chuveiro elétrico”⁵¹⁶.

Os carros elétricos são ótimas escolhas no tocante à redução das emissões de gases do efeito estufa, mas quanto à sustentabilidade, há questões a se considerar. Carros híbridos que utilizam etanol e eletricidade seria uma ótima alternativa, já que segundo a Stellantis, que simulou em teste dinâmico de um veículo quando alimentado com quatro fontes distintas de energia, a fim de mensurar a emissão total de CO₂ em cada situação, obteve os seguintes resultados: Gasolina (E27): 60,64 kg CO₂eq; 100% elétrico (BEV) com energia europeia: 30,41 kg CO₂eq; Etanol (E100): 25,79 kg CO₂eq; 100% elétrico (BEV) com energia brasileira: 21,45 kg CO₂eq⁵¹⁷.

Em suma, acredito que carros elétricos e principalmente carros híbridos são bons para uma mobilidade sustentável, porém não acho que isso deva ocorrer sem pensar em consequências, pois o que vamos fazer quando uma bateria parar de funcionar, ao se tratar de um resíduo que irá demorar um longo tempo para ser absorvido pelo meio ambiente, além da intensificação da mineração que será necessária para produzir as baterias? Não vamos apenas jogar no lixo e deixar para lá. O meio ambiente já está degradado demais, e o quanto antes diminuamos o CO₂ na atmosfera melhor não apenas para o planeta, mas até para nós humanos. Contudo, o lixo também emite metano, um dos gases do efeito estufa. Ou seja, nota-se que não há solução fácil e instantânea para a questão da incompatibilidade entre a economia e a sustentabilidade ambiental.

⁵¹⁵ <https://www.gov.br/aneel/pt-br/assuntos/noticias/2024/matriz-eletrica-brasileira-alcanca-200-gw>

⁵¹⁶ <https://mobilidade.estadao.com.br/resolver/infraestrutura-de-recarga-desafio-para-o-brasil/>

⁵¹⁷ <https://www.media.stellantis.com/br-pt/corporate-communications/press/comparativo-de-emissoes-de-co2-confirma-vantagens-do-etanol-para-uma-mobilidade-mais-sustentavel>



Foi noticiado na última quarta-feira (18) o que já era esperado pelos agentes de mercado, que a taxa básica de juros, a taxa Selic, iria sofrer elevação, e foi assim que ocorreu, subindo 0,25 ponto percentual⁵²¹, passando de 10,50% para o patamar de 10,75%. A repercussão deste fato logo é observada na economia como um todo, como por exemplo, a valorização cambial que foi impulsionada pela decisão do COPOM⁵²² (impulsionada também pela decisão do Banco Central americano, o FED, que realizou corte no juro).

Quando analisada sob uma ótica macroeconômica, a justificativa da decisão, que tem por argumento o alcance da meta inflacionária (3%), é de que a atividade econômica tem sido impulsionada com a economia muito aquecida, e a previsão dos agentes de mercado no boletim Focus já é de que haja um crescimento de 3% no PIB para este ano. Partindo do pressuposto em questão, a análise baseia-se na visão de que a inflação brasileira é resultado de pressões de demanda, a qual eleva os preços. Assim, seria a inflação brasileira exclusivamente resultante deste fator? De antemão, gostaria de apontar que existem também outras contribuições na economia que nos ajudam a observar outras perspectivas para esse cenário e entender melhor seus determinantes.

A princípio, define-se a inflação como “um aumento generalizado nos níveis de preços dos bens e serviços de uma economia ao longo do tempo”. Uma das mensurações da inflação no Brasil é feita pelo IBGE (Instituto brasileiro de Geografia e Estatística), que por diferentes índices relaciona o peso de determinadas cestas de consumo à população com suas respectivas variações de preço, a partir de dois principais índices: o IPCA (índice nacional de preços ao consumidor amplo) e o INPC

⁵¹⁸Artigo escrito em setembro de 2024

⁵¹⁹Graduando em Ciências econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do grupo de acompanhamento e análise da conjuntura econômica (GAACE).

⁵²⁰Professora da unidade acadêmica de economia da UFCG, coordenadora do GAACE, tutora do PET-Economia e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

⁵²¹

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/09/18/bc-aumenta-os-juros-por-que-a-economia-vai-bem-a-selic-tem-que-subir.ghtml>

⁵²²<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/09/19/dolar-a-r-546-e-hora-de-voltar-a-comprar-a-moeda.ghtml>

(Índice nacional de preços ao consumidor). Estes, respectivamente, consideram a variação do custo de vida médio de famílias com renda mensal de 1 a 40 salários-mínimos e para famílias com renda de 1 a 5 salários-mínimos. A metodologia de cálculo definida e utilizada pelo IBGE faz com que, mesmo com um aparente decréscimo nos preços de determinados bens, possa haver uma alta na inflação como um todo, se as cestas que levam à elevação do índice tiverem maior peso. Cabe destacar ainda que a inflação medida pelo IPCA é considerada pelo governo o índice oficial da inflação no Brasil e, conseqüentemente, o índice empregado pelo Banco Central no âmbito do regime de metas de inflação.

Para que se possam formular políticas econômicas eficientes no controle do nível de preços, são comumente usados pelos países mecanismos de política fiscal e monetária⁵²³, que têm como objetivo o controle da demanda agregada, o que por sua vez desestimula o consumo e, por conseguinte, estabiliza os preços. Deste modo, é essencial que se façam “diagnósticos” precisos a respeito das causas da inflação, todas as vezes que esta surgir, de tal modo que o “remédio” para combatê-la possa ser eficaz. Isto porque as pressões de demanda constituem somente uma das possíveis causas à ocorrência da inflação, existindo várias questões de ordem estrutural e/ou de conflito distributivo que podem gerar pressões inflacionárias. Economistas de distintas vertentes elaboraram diferentes contribuições sobre o tema.

Uma perspectiva conhecida a respeito de seus determinantes, e bastante discutida, diz respeito ao fato de que uma expansão monetária é sempre acompanhada de aumento nos níveis de preços. A esta se dá o nome de “teoria quantitativa da moeda”, e numa perspectiva liberal, podemos analisá-la nas contribuições de Milton Friedman, economista norte-americano, o qual credita a inflação a um fenômeno exclusivamente monetário, independentemente do modo como esta emerge. Então, partindo da hipótese antes colocada, as políticas que devem ser feitas de combate à inflação têm que apresentar caráter contracionista, e induzir à contenção da oferta monetária, e, por conseguinte, da demanda agregada.

Por outra perspectiva, um choque de custos também pode estar relacionado a uma elevação direta nos níveis de preços, e está ligada à oferta agregada, diferentemente da visão anterior. Uma vez que a oferta agregada está em função de fatores de produção, aumentos salariais, altas nos preços das matérias-primas, elevação de tributos e taxas de

⁵²³ A depender também do regime de câmbio do país, pode-se fazer uso da política cambial como um meio de ancorar as políticas.



juros, câmbio desvalorizado e outros fatores que venham provocar elevações na estrutura de custos da economia, podem vir a gerar pressões nos preços, numa relação direta com uma estrutura de mercado na qual predomine uma estrutura oligopólica/monopólica.

Essa última ótica demonstra que não somente pressões de demanda têm influência nos preços, mas também pressões que muitas vezes atingem elementos que impactam a oferta, reverberando na estrutura de preços. Pode ser expandido principalmente se os produtos afetados por altas de preços constituem maior peso na estrutura de custos entre muitos setores. Um exemplo que pode ser mencionado é o do preço do petróleo, que está vinculado às flutuações no mercado internacional, e se aumentado de maneira significativa, impacta os índices inflacionários, dado seu impacto nos custos de transporte, o que vai fazer com que gere pressões de preços na totalidade dos setores produtivos, como ocorre também quando aumenta o preço da energia, por exemplo, outro importante custo de produção.

Além disso, outra ótica distinta para observar a inflação resulta de um comportamento que faz com que os preços subam com base em uma expectativa de inflação futura. Essa situação ocorre tanto quanto maior for o grau de indexação da economia, a qual faz com que a inflação passada seja sempre repassada para preços e contratos que tenham regra de indexação, e é conhecida como “inflação inercial” ou “inércia inflacionária”.

Outro fator não tão comum, mas que está relacionado a elevações nos preços é o dos eventos naturais e conflitos armados. Pode haver desastres, como podemos citar os ocorridos nas cidades mineiras de Brumadinho e Mariana, e mais recentemente em boa parte do Rio Grande do Sul com as chuvas. Ocorrências desse tipo, além de guerras e conflitos, podem interromper a produção e distribuição de bens, que implicará em elevações nos preços.

Em suma, considerando os aspectos que determinam o “modus operandi” da política monetária no Brasil, e sua relação direta com a inflação (que necessariamente deve estar situada dentro da meta bianual estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e perseguida pelo Comitê de Política Monetária – COPOM, do Banco Central), os conceitos observados demonstram que a determinação da origem dessa inflação está diretamente ligada às políticas que são feitas com o intuito de manter a estabilidade monetária.

Todavia, não só pela via da demanda agregada pode estar calcado um desajuste nos preços, mas também por questões relacionadas à oferta agregada, e deste modo necessita-se de políticas macroeconômicas diferentes daquelas implantadas quando a inflação ocorre em razão de pressão na demanda. Sendo a inflação ligada a pressões na estrutura de custos da economia, o tipo de ação a implementar depende do setor e/ou da causa que está provocando pressões nos preços. Em resumo, pode-se afirmar o seguinte: a inflação constitui um fenômeno socioeconômico complexo, tendo diferentes causas possíveis, e, conseqüentemente, as ações políticas para lidar com esse fenômeno também devem ser diversas, pois dependem dos fatores que explicam a subida dos preços.

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: ROMPIMENTO DO CICLO DA POBREZA INTERGERACIONAL⁵²⁴

Camila da Silva Santana⁵²⁵

Águida Cristina Santos Almeida⁵²⁶

É comum nos depararmos com aquela velha relação de trade-off entre equidade e eficiência, a qual autoimpõe uma escolha ao governo: tornar o país mais eficiente e competitivo, ao aumentar o investimento, ou criar e manter políticas que promovam a equidade social. Contudo, esse conflito não deveria ser criado, pois ele é equivocado. Primeiro porque essa relação de trade-off é inexistente. Há espaço no orçamento para ambas as políticas, e elas não são mutuamente excludentes, são na verdade relacionais.

Perceba, uma política industrial leva tempo para apresentar bons resultados, mas enquanto a indústria amadurece o que fazemos com os cidadãos vulneráveis daquele país? Pedimos que sentem e esperem, alegando que em breve a política industrial dará retorno e eles serão empregados e a vida melhorará? Não te lembra da teoria do bolo, a qual defende que é necessário fazer o bolo crescer, para pensar em distribuí-lo? E quem vai ocupar os novos cargos criados pelos avanços tecnológicos dessa nova indústria se no hoje, enquanto esse novo futuro estiver sendo construído, esses mesmos cidadãos estiverem longe das escolas e universidades, preocupados demais com a subsistência, sendo mortos ou encarcerados?

Quem tem fome, tem fome hoje. O futuro só existirá para aqueles que estiverem vivos, e é por isso que neste trabalho analisaremos o Programa Bolsa Família e sua capacidade de ruptura da pobreza geracional. O Programa Bolsa Família (PBF) é muito conhecido pelas transferências de renda, porém o programa vai muito; além disso, devido às condicionalidades para ser beneficiário do mesmo. Dentre elas, a matrícula e a frequência obrigatória das crianças e adolescentes em idade escolar, além de obrigações com a saúde, como manter atualizado o cartão de vacina⁵²⁷.

⁵²⁴ Artigo escrito em setembro de 2024.

⁵²⁵ Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE). E-mail: ssantanacamila20@gmail.com

⁵²⁶ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, tutora do PET-Economia e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

⁵²⁷ Ministério da Saúde, Programa Bolsa Família, acesse em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsa-familia> Cartilha do Bolsa Família.



O PBF, quando associado ao Programa Saúde da Família, tem impacto sobre a mortalidade infantil, pois até mesmo o fato de os pais serem alfabetizados é fator determinante entre a vida e a morte de uma criança, pois a alfabetização da mãe é muito mais eficiente do que todo conjunto de políticas de saúde pública. Levar ao médico e administrar a medicação da forma certa, além de ir à busca dos profissionais certos, nas situações de enfermidade, está intrinsecamente ligado ao nível de escolaridade da mãe. No período estudado de 2002 a 2015 pela pesquisadora da Fiocruz, Tereza Campello, a mortalidade infantil causada por diarreia recuou em 46% e a morte por desnutrição em 58%⁵²⁸. Em pouco mais de uma década as crianças deixaram de morrer por fome.

Para corroborar com essa informação, seguem mais alguns dados acerca da queda vertiginosa da mortalidade infantil. Um estudo realizado por pesquisadores do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA⁵²⁹ mostrou que a mortalidade infantil é 17% menor entre crianças beneficiárias do PBF do que entre aquelas não contempladas pelo programa. E que esses números são melhores em pequenas cidades, nas quais há uma administração melhor do programa, conjugado com a implementação de políticas complementares. Vale ressaltar aqui um ponto que é o CADÚnico. O Cadastro único facilita a ampliação e melhoria dos programas, tanto do PBF, como de outros, pois é um banco de dados importantíssimo, e a partir dele os governos municipais, estaduais e federal promovem as suas políticas.

Então o PBF é complementado por políticas municipais, como o oferecimento de escolas e creches integrais, que oferecem merenda de boa qualidade. Com isso desafoga grandemente as finanças das famílias beneficiadas, como por exemplo, o ganho de material escolar e do uniforme, que acabam constituindo um ponto importante à permanência das crianças na escola.

Além disso, a melhoria da renda é fator determinante para aumentar o acesso à educação, já que permite manter as crianças e adolescentes na escola, livrando-os do trabalho infantil (no caso das crianças) e do trabalho precarizado, que anda junto com a interrupção precoce dos estudos, no caso dos jovens. Conforme destaca Tereza Campello: “A valorização do salário-mínimo, aposentadorias e, principalmente, o Bolsa Família fizeram toda a diferença, uma vez que o perfil predominante das famílias pobres

⁵²⁸ Faces da desigualdade no Brasil um olhar sobre os que ficam para trás/ coordenação geral de Tereza Campello – Brasília DF, Faculdade Latino-americana de ciências sociais, 2017 p. 57.

⁵²⁹ INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA, Retrospectiva 2021 – Bolsa Família ajudou a reduzir a mortalidade infantil em 17%, aponta estudo, disponível em: <https://isc.ufba.br/retrospectiva-2021-bolsa-familia-ajudou-a-reduzir-a-mortalidade-infantil-em-17-aponta-estudo/> Acesso em: 29 Setembro 2024.

é formado por pessoas jovens com filhos em idade escolar e uma parte destas crianças estavam no trabalho infantil ou privadas do acesso à escola⁵³⁰”.

Ao analisarmos qualquer dado sobre nível de escolaridade no Brasil, é possível observar que na população menor de 14 anos, a porcentagem de crianças matriculadas por habitante é bem maior do que entre adolescentes e jovens, principalmente entre os meninos. Isso ocorre tanto por causas externas quanto internas ao sistema escolar. Os garotos quando vão se aproximando da maioridade, vão sentindo o peso de contribuir para o sustento de suas casas, e a escola já não é mais atrativa devido à ausência de perspectiva de futuro, já que para grande parte dos jovens de baixa renda o ensino superior não é tomado como possível e/ou viável e a evasão escolar começa a tomar níveis altíssimos.

O PBF tem ajudado a alterar esse cenário de evasão, ainda que não nos níveis desejados. Em 2002, apenas 10,7% dos jovens pertencentes aos 5% mais pobres chegou ao ensino médio na idade certa, em 2015 esse percentual era de 39%⁵³¹. Enquanto que para o restante da população, o aumento foi de 40,8% em 2002, para 57,9% em 2015, isto é, o número de jovens e adolescentes que chegaram ao ensino médio na idade certa, no grupo pertencente aos 5% mais pobres foi quatro vezes maior em relação ao restante da população, diminuindo o grande hiato entre a classe mais pobre e vulnerável em relação ao restante da população do país, no que diz respeito ao nível de escolaridade, implicando em melhores oportunidades de emprego, contribuindo para o fim do ciclo de pobreza.

Isso nos leva a um desafio maior, aumentar o nível de jovens de baixa renda com acesso ao ensino superior. No período de 2002 a 2015, enquanto o acesso ao ensino superior para o conjunto da sociedade quase dobrou, para os 20% mais pobres, foi multiplicado em 23 vezes⁵³². Em 2015, 35% dos formandos que fizeram o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) eram os primeiros da família a serem diplomados. Esses números são a junção de todas as políticas sociais, administradas desde a tenra infância. Por exemplo, a ampliação da renda via política de valorização do salário-mínimo, programas de transferência de renda, programas de inclusão ao ensino

⁵³⁰ Faces da desigualdade no Brasil um olhar sobre os que ficam para trás/ coordenação geral de Tereza Campello – Brasília DF, Faculdade Latino-americana de ciências sociais, 2017 p. 19

⁵³¹ Faces da desigualdade no Brasil um olhar sobre os que ficam para trás/ coordenação geral de Tereza Campello – Brasília DF, Faculdade Latino-americana de ciências sociais, 2017 p.20.

⁵³² Faces da desigualdade no Brasil um olhar sobre os que ficam para trás/ coordenação geral de Tereza Campello – Brasília DF, Faculdade Latino-americana de ciências sociais, 2017 p.22.

superior, como o Enem, SISU, Prouni e Fies, políticas de cotas e o ReUni⁵³³, foram ações que possibilitaram a quebra da pobreza intergeracional para uma parcela dos mais pobres, embora os desafios sociais tenham permanecido enormes, apesar de todos esses avanços experimentados entre 2002-2015.

O presente artigo de opinião se destinou a: em primeiro lugar, minar o preconceito acerca do Programa Bolsa Família, a operar contra o estigma imposto aos beneficiários do Programa, e, sobretudo, demonstrar que o PBF é muito mais que uma mera política de transferência de renda. Como nós pudemos ver não há motivos para que se pondere enxergar uma relação de custo de oportunidade entre programas que promovam equidade social e políticas de eficiência, pois uma nação só é forte se o seu povo estiver bem alimentado, saudável e ocupando os espaços no mercado de trabalho, nas universidades e nas cadeiras de poder. Mas isso só será possível se essas pessoas estiverem vivas, vivendo e não sobrevivendo, tendo tempo e oportunidade para se desenvolverem. A discussão entre programas de ampliação de direitos nunca foi e nunca será uma questão orçamentária, mas totalmente de vontade política. Numa política que não cabe ao povo, não pode ser aceita pelo povo como política, até porque em última instância não há economia sem povo.

Por isso, para mostrar o carácter quebrador do ciclo de pobreza trarei alguns dados sobre inserção de beneficiários e ex-beneficiários do PBF, no mercado de trabalho. Uma matéria recente do jornal O GLOBO, mostra que no último ano, quase 6 em 10 empregos gerados, são ocupados por beneficiários do Bolsa Família. Isso é explicado pelo aumento nas vagas de trabalho e pela atualização do programa, que prevê uma maior segurança aos beneficiários que consigam se inserir no mercado de trabalho. Isto porque, é permitido a continuação do recebimento do benefício às famílias, que com o novo emprego, passem a ter uma renda per capita de até meio salário-mínimo (hoje R\$706). Com isso, o benefício se estenderá por 2 anos, momento no qual passa a ser diminuído na metade do benefício antes recebido⁵³⁴. Isso traz mais segurança à família e incentiva a busca por emprego formal.

O jornal Folha de S. Paulo trouxe na edição de 10 junho de 2023 em sua manchete, que 45% dos filhos do Bolsa Família estão no mercado formal de trabalho. A matéria traz a história de Vera Nuzia Boaventura, que foi faxineira, passou a ser

⁵³³Iniciativa de apoio a planos de reestruturação e expansão das Universidades Federais.

⁵³⁴ O GLOBO, Quase 6 em cada 10 novos empregos são ocupados por beneficiários do Bolsa Família, acesse: <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/09/16/quase-6-em-cada-10-novos-empregos-sao-ocupados-por-beneficiarios-do-bolsa-familia.ghtml>.

beneficiária do programa, com isso conseguiu fazer um curso de informática, o qual possibilitou conseguir um emprego em telemarketing, e mais tarde outro curso a qualificaria a uma vaga de emprego na biblioteca de uma universidade, na qual seus três filhos viriam a ganhar bolsas de estudo. A matéria vai explicitar que: “cerca de 5,2 milhões dessa primeira geração de dependentes de famílias do programa, que tinham de 7 a 16 anos em 2005, foram encontrados ao menos uma vez na RAIS (pesquisa oficial para o mercado de trabalho formal) de 2015 a 2019⁵³⁵. Isso significa que dessa primeira geração de filhos de beneficiários do PBF, 44,7% dos 11,6 milhões de crianças e adolescentes de 7 a 16, em 2005, acessaram o mercado formal de trabalho ao menos uma vez.

Para finalizar, o jornal Poder 360 vai nos informar que 56% das vagas formais geradas até julho de 2024 ficaram com beneficiários do Bolsa Família⁵³⁶, minando o estigma de que o acesso ao benefício estimula a preguiça. Ao ler as matérias referenciadas, o leitor vai perceber que grande parte dos empregos formais é de baixa qualidade, mas isso não é demérito, pelo contrário, mostra que os beneficiários de programas sociais não são pobres coitados, ou como muitos alegam “encostados”, mas ao contrário, são cidadãos brasileiros, que exercendo os seus direitos constituídos, pouco a pouco podem experimentar alguma melhora nas condições de vida. Com isso, seus filhos terão melhores condições, e seus netos não passarão pelas mesmas privações. É disso que se trata o programa. É uma verdadeira ponte para o futuro. Todos os projetos de uma vida e até mesmo de uma nação são de longo prazo, mas quem tem fome hoje, precisa comer hoje!

⁵³⁵ FOLHA DE S. PAULO, 45% dos 'filhos do Bolsa Família' entraram no mercado de trabalho formal, acesse em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/06/45-dos-filhos-do-bolsa-familia-entraram-no-mercado-de-trabalho-formal.shtml>.

⁵³⁶ PODER 360, 56% das vagas formais ficaram com beneficiários do Bolsa Família, acesse em: <https://www.poder360.com.br/poder-economia/56-das-vagas-formais-ficam-com-beneficiarios-do-bolsa-familia/>



Maria Gabriella da Silva Valentim⁵³⁸

Águida Cristina Santos Almeida⁵³⁹

O ano é 2024 e mais uma vez estamos à beira de uma tragédia ambiental envolvendo o rompimento de uma barragem de rejeitos. Pois é! E para a surpresa de ninguém, a responsável por tamanha falta de responsabilidade e transparência é (como em outros dois casos anteriores), a empresa de mineração Vale do Rio Doce (Vale S.A.), privatizada e entregue a investidores internacionais desde 1997.

Atualmente, a Vale informou que durante uma inspeção de rotina foram identificadas “trincas superficiais” na barragem Forquilha III, que está localizada na mina de Fábrica em Ouro Preto, Região Central de Minas Gerais. Porém, segundo a empresa, apesar das fissuras encontradas, as condições da estrutura permanecem inalteradas⁵⁴⁰. Será mesmo? Se isso é verdade, qual o motivo de terem evacuado as áreas próximas à barragem?

De acordo com a Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam), a Vale notificou na sexta (13), a existência de duas trincas de 1 cm de espessura e aproximadamente 2 e 5 metros de comprimento. Entretanto, durante a fiscalização do órgão ambiental, foi constatada a existência de outras duas fissuras, uma de 10 e outra de 4 metros de comprimento⁵⁴¹.

A barragem em questão, a Forquilha III, encontra-se atualmente no nível de emergência 3, o mais alto na escala de risco, precisando ser monitorada constantemente de forma permanente. A estrutura possui 77 metros de altura e armazena 19,4 milhões de metros cúbicos de rejeitos e o processo de descaracterização da barragem está em andamento, com previsão de conclusão em 2035⁵⁴². Mas em que pé anda esse processo de descaracterização da barragem? Vejamos as inconsistências envolvendo o passado de desastres da Vale.

⁵³⁷Artigo escrito em setembro de 2024.

⁵³⁸Graduanda do curso de Ciências Econômicas da UFCG, do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE), integrante do Programa de Educação Tutorial - Economia (PET-Economia) e Presidenta do Centro Acadêmico de Economia da UFCG (CA - Celso Furtado). E-mail: silvagabriella776@gmail.com;

⁵³⁹Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, tutora do PET-Economia e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

⁵⁴⁰Vale identificar trincas em barragem em nível máximo de emergência em Ouro Preto.

⁵⁴¹Idem.

⁵⁴²Idem.

Agora em 2024 completou-se cinco anos desde o rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, pertencente à Vale, em Brumadinho, Minas Gerais, tragédia que ceifou a vida de 272 pessoas, além de liberar uma avalanche de rejeitos, gerando grandes impactos em vários municípios da bacia do Rio Paraopeba⁵⁴³. Também, fez nove anos do rompimento da barragem do Fundão, em Mariana, no subdistrito de Bento Rodrigues, também em Minas Gerais, matando 19 pessoas e sendo considerada a maior tragédia ambiental da história do Brasil.

Após o desastre ocorrido em Brumadinho, foi sancionada a “Lei Mar de Lama Nunca Mais”, em 2019. Com essa lei, foi proibida a construção de novas barragens a montante (são aquelas cujo corpo da barragem é construído com o uso de rejeito através de alteamentos sucessivos sobre o próprio rejeito depositado), além de determinar que seja feita a descaracterização daquelas barragens que ainda estão ativas, como é o caso da Forquilha III, que se encontra nesse processo⁵⁴⁴.

Como se não bastasse a situação alarmante da barragem Forquilha III, a Agência Nacional de Mineração (ANM) também constatou fissuras na barragem de rejeitos Forquilha V, da Vale, igualmente localizada na mina de Fábrica, em Ouro Preto, na Região Central de Minas Gerais, que passou a estar em situação de alerta. A inspeção que foi realizada no dia 5 do mês passado exigiu que a mineradora realizasse a limpeza e o monitoramento da estabilização ou progressão das fissuras⁵⁴⁵.

A empresa também ficou incumbida de realizar inspeções diárias e enviar relatórios com o acompanhamento da situação da estrutura, bem como das medidas de segurança que estão sendo/serão implementadas e um estudo sobre as causas do problema (importante destacar essa parte, pois esse tipo de situação é recorrente nas barragens a montante da Vale e isso não ocorre por acaso). A mineradora, por sua vez, veio a argumentar que a vistoria não alterou as condições de estabilidade da barragem e que ela permanece em conformidade e fora da situação de emergência, não afetando outras barragens do complexo, como a própria Forquilha III, que está localizada na mesma mina⁵⁴⁶.

Em caso de rompimento, o material contido na barragem Forquilha III seguiria em direção ao Ribeirão Mata-Porcos, sentido a Itabirito, porém, o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas (CBH Velhas) não foi comunicado pela Vale do evento,

⁵⁴³Vale identificar trincas em barragem em nível máximo de emergência em Ouro Preto.

⁵⁴⁴Idem.

⁵⁴⁵Idem.

⁵⁴⁶Idem.

que consiste no mau funcionamento de um dos 131 drenos da barragem. Entretanto, antes de os rejeitos encontrarem o Rio Itabirito, chegando ao Rio das Velhas, existe uma Estrutura de Contenção a Jusante (ECJ), que consiste em um grande muro de 95 metros de altura e 330 metros de comprimento, que foi construído pela Vale para “atenuar” as consequências no caso de um rompimento das barragens do complexo “Fábrica”, mas, até então, nunca houve um teste desse tipo de estrutura em um cenário real⁵⁴⁷.

Mas o problema segue para além disso, pois caso essa estrutura não seja capaz de barrar/conter todo o material, ele seria despejado no Rio Velhas e seguiria até a Estação de Tratamento de Água (ETA) Bela Fama (que realiza a captação de água sem a presença de reservatórios), da Copasa, em Honório Bicalho, que abastece 2,4 milhões de pessoas na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e 70% da população da capital⁵⁴⁸.

O complexo “Fábrica”, da Vale, é composto por oito barragens e um dique, quase todos sem atestado de estabilidade, onde, das estruturas citadas, seis estão em nível de emergência, uma está em nível de alerta e apenas duas barragens possuem estruturas confiáveis, segundo dados da Agência Nacional de Mineração (ANM). Além do risco iminente representado por Forquilha III, as barragens Forquilhas I e II e Grupo estão em nível 2 de emergência⁵⁴⁹. Isso é absurdo e inconcebível!

Daniel Neri⁵⁵⁰ defendeu recentemente sua tese intitulada “Terrorismo de barragens: estratégias de despossessão produzidas pela mineração de ferro em Minas Gerais”, na qual realizou a análise de casos de conflitos minerários e a expropriação de territórios, e é categórico ao afirmar que esse evento recente se adequa e possui todas as características desse modelo de operação⁵⁵¹.

Daniela Campolina⁵⁵², por sua vez, destaca a falta de estrutura adequada da mina Fábrica, situação que perdura por décadas, pois já em 2008, Forquilha III não teve sua estabilidade atestada de acordo com as bases de dados sobre barragens da ANM e da Feam. Ela chama atenção para o fato de que, como explicitado antes, estamos falando de um possível colapso conjunto das estruturas, que representaria mais de 55 milhões de metros cúbicos de rejeitos, um volume 4,5 vezes maior que o das

⁵⁴⁷Barragem da Vale em nível máximo de emergência entre Ouro Preto e Itabirito apresenta anomalia.

⁵⁴⁸Idem.

⁵⁴⁹Idem.

⁵⁵⁰Professor de Física do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) em Ouro Preto e doutor em Política Científica e Tecnológica pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

⁵⁵¹Barragem da Vale em nível máximo de emergência entre Ouro Preto e Itabirito apresenta anomalia..

⁵⁵²Integrante do Grupo de Pesquisa Educação, Mineração e Território (EduMiTe), da UFMG.

barragens que romperam em Brumadinho! Nas palavras de Daniela: “O caso de Forquilha III em si é bastante grave, mas deve-se considerar a situação do complexo inteiro. Eu desconheço lugar no mundo que tem tantas barragens em nível tão grave”⁵⁵³.

Mas ela (Daniela) também não afasta a ideia de terrorismo de barragem, “[...] se a empresa tem tanta preocupação com a segurança das pessoas do entorno que ela quer remover, por que ela continua despejando rejeito em duas barragens [Forquilha V e Prata] e não interrompe totalmente as atividades da mina Fábrica?”⁵⁵⁴, questiona a pesquisadora. E é importante nos atentarmos ao fato de que a barragem Forquilha V, começou a operar em 2021, dois anos depois que Forquilha III entrou em risco de rompimento e após a criação da lei “Mar de Lama Nunca Mais”. Sendo assim, onde está a preocupação da Vale nessa situação? Uma barragem se encontra em risco de romper e a empresa simplesmente começa a operação de outra? Essa conta não fecha!

Daniel Neri salienta que medidas com o propósito de evitar novos desastres não funcionarão se não acarretarem mudanças estruturais. “Não precisamos de novas minas. Todo ferro e todo aço que temos em forma de sucata seriam suficientes para mantermos a produção de mercadorias. Mas isso não garante a taxa média de lucro da qual o capitalismo não abre mão”⁵⁵⁵, nos diz ele, alertando ainda sobre a periculosidade das atividades de mineração e seus riscos com relação às bacias hidrográficas da região, “o aquífero da Serra da Gandarela é uma caixa d’água que pode ajudar a Grande Belo Horizonte. Não se trata apenas de ecologismo. Trata-se de uma luta por sobrevivência. Temos que lembrar às pessoas que ninguém bebe minério”, fala Daniel⁵⁵⁶.

A verdade é que a afirmação da Vale de que “prioriza a segurança de suas barragens, operações, empregados e comunidades, com uma atuação transparente”⁵⁵⁷, é absurdamente contraditória quando analisamos todos os fatos postos. O histórico de rompimentos, as recorrentes falhas de monitoramento e a falta de comunicação de forma adequada sobre os riscos iminentes às comunidades só nos comprovam que a segurança e a transparência não são (e nunca foram), de fato, prioridades da empresa. A Vale continua a agir de forma negligente, tratando a segurança e a vida das pessoas como uma questão secundária, se é que chegam a ser consideradas em algum momento!

⁵⁵³Barragem da Vale em nível máximo de emergência entre Ouro Preto e Itabirito apresenta anomalia.

⁵⁵⁴Idem.

⁵⁵⁵Terrorismo de barragens’ traz à tona conluio do poder público com mineradoras.

⁵⁵⁶Idem.

⁵⁵⁷Vale esclarece sobre barragem Forquilha III.

Enquanto a empresa lucra cada vez mais, as comunidades vivem à mercê de um futuro incerto, esperando que as promessas de segurança não passem de “mais balela” e acabem se convertendo em uma nova tragédia anunciada. A realidade é que, até agora, a Vale, “de bonito só tem o discurso e a lábia”, e mesmo assim, vem falhando em cumprir com a sua própria narrativa, deixando clara e urgente a necessidade de uma reformulação estrutural nas práticas de mineração, de fiscalização e de punição, antes que mais vidas sejam ceifadas, famílias sejam destruídas e nos encontremos novamente em meio ao caos.

Por fim, deixo aqui meu questionamento, quando a Vale fala em cumprir e honrar responsabilidades, para quem está se dirigindo? Para as vidas que estão em risco ou para manter as falsas e mentirosas aparências perante o mercado e a sociedade? Quantos ainda terão que pagar pelo descaso, irresponsabilidade e impunidade?



O IMPACTO DA MUDANÇA CLIMÁTICA NA OFERTA DE ALIMENTOS: EM DIREÇÃO AO FUNDO DO POÇO⁵⁵⁸

Diary de Mélo Santos⁵⁵⁹

Águida Cristina Santos Almeida⁵⁶⁰

O filme O poço (2019) apresenta uma metáfora com base numa sociedade vertical, a obra se passa em uma prisão onde as pessoas são alimentadas por uma plataforma escalonada, de maneira que os prisioneiros que se situam nos níveis mais altos comem mais que o necessário e os que se situam nos níveis inferiores comem os restos. De modo semelhante, a sociedade é marcada pela má distribuição de recursos e desigualdade fazendo com que a fome seja presente nas classes de pessoas excluídas, normalmente em países periféricos, ou seja, constituindo um contingente de pessoas que estão no “fundo do poço”.

Ademais, as mudanças climáticas são alterações que ocorrerão durante um longo período, provocando alterações estruturais nos padrões de temperatura e clima, para além daquelas mudanças causadas por fatores relacionados à própria variabilidade natural do clima. Contudo, desde 1800 a ação antrópica, ou seja, aquela resultante da ação humana é o motor das mudanças climáticas, principalmente por causa da queima de combustíveis fósseis, a exemplo do carvão, petróleo e do gás⁵⁶¹, dado que o uso de energias fósseis emite gases de efeito estufa que agem como um cobertor ao redor da Terra retendo o calor do sol e com isso aumentando a temperatura do planeta.

O aumento das variações no sistema climático resultará em calor extremo e frio intenso (em medida menor), impactando a seca que facilita a propagação do fogo. O clima seco e instável pode afetar a colheita de alimentos, como: cítricos, laranjas e limões. As condições climáticas podem possibilitar o avanço do Cancro cítrico ou Grening, doença bacteriana transmitida pelo inseto Psílideo⁵⁶². Outros alimentos também são afetados, como: tomates, batatas, milho, pêssegos e azeitonas, por conta de

⁵⁵⁸Artigo escrito em setembro de 2024.

⁵⁵⁹Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial (PET - Economia). E-mail: diuarycg@gmail.com.

⁵⁶⁰Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

⁵⁶¹<https://brasil.un.org/pt-br/175180-o-que-são-mudanças-climáticas>

⁵⁶²<https://www.cartacapital.com.br/economia/mudancas-climaticas-podem-aumentar-precos-de-alimentos-ainda-em-2024/>

tempestades e inundações, geadas e ondas de calor, eventos extremos que afetam a produção agrícola⁵⁶³, em diferentes partes do mundo. Então, como consequência dos impactos provocados pelos extremos climáticos na produção dos alimentos, tende a afetar a oferta de comida, ocasionando em um aumento dos preços e dificultando o acesso das pessoas com rendas menores, que ficam sob o risco de ingressar no contingente de famintos que o mundo já possui, que de acordo com o relatório “O Estado da Segurança Alimentar e da Nutrição no Mundo” (SOFI), divulgado pelas Nações Unidas, aponta que um contingente de mais de 700 milhões de pessoas passavam fome em 2023⁵⁶⁴.

O café é um produto internacional e tem o seu preço cotado em dólar e recentemente teve a produção afetada pelas mudanças climáticas. Ocorreu que no Vietnã, as mudanças climáticas resultaram em uma seca histórica e um tufão que devastou as plantações, sendo o segundo país com a maior produção mundial de café (atrás apenas do Brasil). Enquanto isso, no Brasil as queimadas destruíram plantações no interior de São Paulo, nas cidades de Pedregulho e Altinópolis, impactando diretamente a oferta de café, contribuindo com o aumento do preço da mercadoria. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2024, o café sofreu um aumento de 20,1% no preço⁵⁶⁵.

Essas ocorrências estão acontecendo, concomitantemente, em um cenário de neoliberalismo crescente fazendo com que nas políticas manejadas pelos governos nacionais, tenda a prevalecer redução dos gastos governamentais com seguridade social e, por outro, se pratique uma política monetária que foca somente na estabilidade dos preços, juntamente com uma política tributária regressiva, o que provoca uma permanente piora nas desigualdades sociais. Com o desmonte de políticas de assistência social não se garante o direito à alimentação aos mais vulneráveis, ocorrendo assim o aumento do grau de insegurança alimentar.

A humanidade pode atingir um ponto irreversível ao comprometer a autorregulação dos ciclos biofísicos do planeta, mediante os índices das queimadas constantes na região do pantanal e amazônica, corroborando com o agravamento da crise ambiental. Com a urgência climática e o aumento da fome, têm sido realizadas

⁵⁶³<https://umsoplaneta.globo.com/clima/noticia/2024/01/13/os-alimentos-que-o-mundo-deve-perder-por-causa-da-s-mudancas-climaticas.ghtml>

⁵⁶⁴<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/07/24/mais-de-700-milhoes-de-pessoas-passam-fome-no-mundo-diz-onu.ghtml>

⁵⁶⁵<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2024/09/26/mudancas-climaticas-e-reducao-da-oferta-impactam-prodo-do-cafe-no-brasil-e-no-mundo.ghtml>

propostas, pelo Brasil, na pessoa do presidente Lula que atualmente preside o G-20, para lidar com a situação de insegurança alimentar no mundo. A iniciativa em construção recebeu o nome de “Aliança Global contra a Fome e a Pobreza Extrema”⁵⁶⁶, por meio da qual vem se buscando construir ações e levantar recursos, unindo o máximo número possível de países e parceiros. Sendo assim, a crise atual carece de soluções a altura, pois a alteração na oferta de alimentos devido às mudanças no clima pode elevar os preços dos alimentos em um cenário muito concreto de agravamento do quadro de fome.

⁵⁶⁶<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c4gd0ep32l5o.amp>



A CERTEZA DE QUE O PLANETA TERRA SEGUIRÁ AQUECENDO: O QUE ISSO SIGNIFICA?⁵⁶⁷

Águida Cristina Santos Almeida⁵⁶⁸

No dia 24 de setembro, o secretário geral da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), Haitham Al Gahis, deu uma entrevista para o jornal Valor Econômico⁵⁶⁹, aproveitando sua estada no Brasil para participar de um evento. Na entrevista, Haitham Al Gahis afirmou enfaticamente que não é possível retirar o petróleo e o gás da matriz energética, abrindo uma concessão somente para o carvão, alegando que não é possível subtrair 80% da matriz energética que dispomos. O secretário falou ainda que as demais formas de energia devem somar-se a matriz energética disponível e não a subtrair e que a OPEP lança esforços no desenvolvimento de tecnologias para captura de carbono, bem como tecnologias que reduzam emissões.

Faço questão de destacar alguns trechos da entrevista de Haitham Al Gahis: “Não tem como retirar 80% da matriz energética do mundo” [...]. “O mundo continua crescendo e precisando de mais energias de todas as fontes. A Opep incentiva o desenvolvimento de todas as tecnologias, como a captura de carbono, por exemplo. Vamos precisar de todas elas”. Para fechar a sequência de absurdos (logo entenderemos o porquê do termo), o secretário disparou que a OPEP se embasa em dados e não em ideologias: “Temos base técnica, sem ideologias. Nosso mandato é garantir o fornecimento do petróleo e da energia que o mundo irá precisar”.

Vejam só, já é amplamente sabido e comprovado que a queima de carvão e de combustíveis fósseis emitem gases do efeito estufa, sobretudo o dióxido de carbono, que concentrado em quantidades demasiadas na atmosfera amplifica o efeito estufa e com isso eleva a temperatura do sistema Terra. Atualmente há pelo menos três fatores que apontam à aceleração do aquecimento e com isso a urgência de descontinuar a matriz termofóssil. O primeiro desses fatores diz respeito ao DET (Desequilíbrio Energético da Terra), que segue crescendo e se explica pelo fato de a Terra não estar conseguindo emitir para a atmosfera toda a energia que incide sobre si. As informações

⁵⁶⁷Artigo escrito em outubro de 2024.

⁵⁶⁸Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE e tutora do PET-Economia.
E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

⁵⁶⁹<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2024/09/24/fantasia-achar-que-o-mundo-vai-eliminar-petroleo-diz-secr-etrio-geral-da-opep.ghtml>.

constantes no breve artigo de opinião se baseiam na obra do professor da Unicamp, Luiz Marques, de nome “O decênio decisivo”⁵⁷⁰. Segue trecho da obra do Marques:

O planeta tem estado em desequilíbrio, com menos energia saindo do topo da atmosfera do que entrando, desde ao menos cerca de 1970, e a Terra vem ganhando substancialmente energia ao longo das últimas quatro décadas [...]. A quantidade de dióxido de carbono (CO₂) na atmosfera deve ser reduzida de 410 partes por milhão (ppm) para 353 ppm [...], de modo a restabelecer o equilíbrio energético da Terra (EET). Esse simples número, EET, é a métrica mais importante da qual a comunidade científica e o público devem estar conscientes, como a medida do sucesso na tarefa de pôr as mudanças climáticas sob controle. (MARQUES, 2023, p. 240/241).

O outro indício contundente na evidência do aquecimento do planeta e de sua aceleração diz respeito ao estado dos oceanos, que estão em processo de colapso tendo em vista que absorvem 90% do aquecimento, sofrendo com isso uma enorme carga, a ponto de estarem passando por um processo chamado de “febre dos oceanos”, colocando a vida e o equilíbrio marinho em risco, o que por seu turno também reverbera em toda a dinâmica terrestre, dado que os vários sistemas que compõem a Terra estão interligados. Para se ter uma ideia, o aquecimento dos oceanos prolifera as ondas de calor marinho e de calor marinho extremo e isso contribui à proliferação de ondas de calor na atmosfera. Segundo Marques (2023, p. 246): “[...] O trabalho confirma essa inequívoca aceleração do aquecimento oceânico ao revelar que a taxa de aquecimento no período 1987-2019 foi 450% maior que a do período 1955-1986”.

Outro instrumento que serve de consistente embasamento à comunidade científica é o conhecimento propiciado pela paleoclimatologia, a qual tem por propósito estudar o clima em diferentes eras geológicas do planeta, para conseguir tecer cenários de comparação com a atualidade e embasar a construção de cenários futuros. Segundo a paleoclimatologia em eras geológicas que a Terra tinha uma concentração de gases do efeito estufa semelhantes aos níveis atuais, a temperatura superficial do planeta era bem mais alta do que na atualidade. A questão é que nesse momento nossa espécie ainda não habitava o planeta, assim como várias outras espécies que dividem conosco essa casa de nome planeta Terra. Segue trecho da obra:

Em 2021, essas concentrações oscilaram sazonalmente entre 413 e 421,3 ppm (3 de abril de 2021). Como visto no Capítulo 4 (seção 4.4), concentrações atmosféricas

⁵⁷⁰ MARQUES, LUIZ. O decênio decisivo: Propostas para uma política de sobrevivência. São Paulo: Elefante, 2023.

de CO₂, só superaram 400 ppm há pelo menos dois milhões (IPCC) ou mesmo há mais de três milhões de anos, isto é, durante o Plioceno, a última época geológica do Terciário, quando a temperatura estava a 2°C a 3°C acima do período pré-industrial (p. 273).

Além de tudo o que foi dito até agora, é fundamental também compreender que em razão da existência dos oceanos, os quais ocupam em torno de 70% da superfície do planeta, este acaba tendo uma grande inércia térmica, de modo que as emissões presentes vão seguir aquecendo o planeta durante um longo período à frente. Com isso, mesmo que as emissões líquidas fossem totalmente zeradas nesse momento, a Terra seguiria aquecendo ao longo de um período extenso. Pode-se usar a analogia de uma chaleira no fogo para entender esse processo. Quando fervemos água numa chaleira e a tiramos do fogo, demora um tempo para a água esfriar, é desse mesmo modo que se dá a relação entre as emissões e o aquecimento do planeta. Então, essa questão também figura como um elemento preocupante.

É recorrente se levantar a questão de o porquê ser um problema tão grave a temperatura do planeta seguir aumentando, ou mesmo, se relativizar essa evidência. Ocorre que o aumento dessa temperatura além de 1,5° a 2° em relação ao período pré-industrial produzirá graves consequências no sistema climático e no seu sistema de autorregulação. Em razão disso, os extremos climáticos que produzem tragédias naturais (secas, enchentes, tufões, terremotos, ondas de calor, ondas de calor extremo etc.) irão se ampliar numa velocidade inimaginável.

Não obstante, isso ainda não é o pior de tudo, a questão mais surreal do aquecimento do planeta é o fato do corpo humano, bem como a fisiologia de inúmeras outras espécies de seres vivos, não sobreviverem a temperaturas elevadas. No caso dos seres humanos, por exemplo [...] Esse limite, expresso pelo termo “temperatura de bulbo úmido”, é ultrapassado em temperaturas maiores que 35°C” (MARQUES, 2023, p. 246). Marques (2023, p. 253) coloca o seguinte:

Em tais temperaturas, combinadas à alta umidade, o sistema de resfriamento natural, inclusive de organismos jovens e saudáveis, entra em alto risco de falência, mesmo à sombra e com quantidades ilimitadas de hidratação. A consequência mais provável é então a morte por hipertermia ou por complicações a ela associadas [...] além disso, o calor pode levar à morte por outros muitos fatores, entre os quais a desidratação e a insolação (p. 253).

Com isso, se o aquecimento não for contido e pior, seguir aumentando, a principal causa de morte em razão do clima não se dará pela multiplicação de tragédias naturais, mas, pelo excesso de calor, o qual se tornará uma verdadeira epidemia e ceifará uma quantidade crescente de vidas, como já vem ocorrendo. Marques relata na obra uma extensão de dados, para inúmeros países, em diferentes anos, do que ele denomina de epidemiologia do aquecimento.

[...] Segundo os autores (Giovanni Forzieri e colegas), o aquecimento global será responsável por mais de 90% do aumento do risco para os seres humanos no âmbito dos desastres relacionados ao clima. O excesso de calor, então, já não será um exterminador relativamente silencioso. Ele ganhará proporções epidêmicas e se somará às próximas pandemias (p. 257).

Perante esse breve relato, acredito que dá para perceber a gravidade da situação em não apressar a descontinuidade da matriz termofóssil, substituindo-a rapidamente por fontes renováveis de energia, como por exemplo, a solar e a eólica. Na verdade, o que vem ocorrendo é que o aumento da geração de energia por fontes renováveis tem se somado àquela gerada pela matriz termofóssil, exatamente como o secretário geral da OPEP explicitou na entrevista. É por esse motivo que Marques afirma que o aquecimento global não é somente uma engrenagem de caráter biofísico, mas sobretudo de caráter financeiro, dado que os poderes político e econômico seguem apostando na matriz termofóssil, com a permanente inversão de cifras bilionárias para esse setor, ignorando cinicamente os alertas do clima, da natureza e da ciência. Inclusive, na entrevista do secretário geral da OPEP ele aponta que a demanda de energia seguirá aumentando e que somente para o petróleo a estimativa é de investimento na ordem de US\$ 17,4 trilhões, até 2050.

Reparem que dentro da lógica que impera no presente, é absolutamente normal colocar nossa espécie e inúmeras outras em risco de extinção, mas não se pode em hipótese alguma remodelar a ordem posta, ordem esta que como qualquer outra foi nós mesmos que criamos. Ou seja, não se pode criar outra coisa que garanta nossa permanência no planeta, com todas as demais formas de vida que ainda resistem, dado que já somos responsáveis pela extinção de muitas e muitas espécies e paisagens naturais.

Não há como não dar razão a Albert Einstein, quando afirmou “Apenas duas coisas são infinitas: o universo e a estupidez humana, e não tenho certeza quanto à primeira”, que homem sábio e, ao mesmo tempo, que constatação tão triste, sobretudo

quando penso no potencial que nossa espécie possui e como esse potencial pode ser empregado para criar realidades que nos proporcionem a verdadeira felicidade, encontrada somente quando nos harmonizamos conosco mesmo, com a comunidade humana e com a biosfera. Por isso estamos adoecendo enquanto coletividade, porque estamos indo na direção oposta do caminho que poderia nos proporcionar felicidade genuína.

Devemos seguir firmes, mas tentando remar contra a maré, ao não abrir mão de valores, sentimentos e práticas que caminhem na direção de nos fazer sonhar e contribuir à formação de uma verdadeira humanidade, buscando contemplar do melhor modo possível nosso ser individual e coletivo, ao mesmo tempo, sem antagonizá-los, ou hipertrofiarmos/negarmos um desses dois aspectos fundamentais que nos constituem. Acredito que seja o melhor que podemos fazer, nesse tempo em que a naturalização da violência, do ódio, da divisão, da ampla fratura social, segue ganhando terreno social!



“CHINO VALIENTE AQUI ESTÁ TU GENTE”?⁵⁷¹

Júlia Arruda Câmara S. Rodrigues⁵⁷²

Águida Cristina Santos Almeida⁵⁷³

No dia 11 de setembro de 2024, o refrão “Chino valiente aquí está tu gente” entoou nas ruas peruanas em homenagem ao ex-presidente Alberto Fujimori, conhecido carinhosamente como “El Chino”, apesar da sua origem japonesa. Também foi recordado os feitos do líder político como a salvação do Peru da hiperinflação na década de 1990 e da luta contra a “ameaça Senderista”, sendo essas conquistas apenas meias verdades para respeitar a memória do defunto, que nunca respeitou os vivos.

Fujimori surgiu nas eleições presidenciais de 1989, como um candidato antissistema: “Meu governo é o produto da rejeição, de estar farto do Peru por causa da frivolidade, corrupção e disfunção da classe política tradicional e da burocracia”, disse ele em sua campanha eleitoral, alegando uma ameaça comunista da esquerda e reprovando a política neoliberal do candidato oponente Mario Vargas Llosa, que segundo ele, destruiria o Peru.

No entanto, o “Fujishock”, triunfo econômico tão aclamado pelos fujimoristas, quando o El Chino resgatou o país que tinha uma inflação anual de 7.600%⁵⁷⁴, foi alcançado pelo Projeto Neoliberal, elaborado por Vargas Llosa e extremamente reprovado por Fujimore meses antes, durante a sua candidatura. O programa foi posto em vigor depois de uma visita do presidente a Nova Iorque, em junho de 1990, quando o Fundo Monetário Internacional se pôs à disposição para resgatar a economia peruana, atraindo investimentos estrangeiros para o país ao mesmo tempo que leiloava empresas públicas, demitia funcionários, congelava salários e cortava gastos com a saúde e com a educação pública, ignorando duas questões estruturais da sociedade peruana: a má distribuição de renda e a falta de inclusão social dos indígenas. Os resultados dessa política, dita como bem-sucedida, é que de acordo com o jornal peruano “La República” em 2023, cerca de 75% da população

⁵⁷¹ Artigo escrito em outubro de 2024

⁵⁷² Graduando(a) em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE). E-mail: juliaacsuassuna@gmail.com.

⁵⁷³ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, tutora do PET-Economia e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

⁵⁷⁴ <https://revistas.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/download/rlah.v6i18.825/386423/386498>

economicamente ativa estava na informalidade⁵⁷⁵ e, conseqüentemente, não possuía nenhuma seguridade social, no entanto, esse programa salvou o mais importante: os privilégios da classe dominante.

Com o discurso de descrédito do Congresso e do Poder Judiciário, além do apoio políticos corruptos, em 1992 Fujimori deu um “autogolpe” e com isso, dissolveu estas instituições. Adotando até o final do seu governo uma “democracia” plebiscitária, que consistia no uso e abuso de recursos estatais para promover uma comunicação direta com as massas, garantindo a sua permanência no poder e satisfazendo as vontades do capital financeiro e industrial.

Outro conto da saga de Fujimori foi sua luta contra a “ameaça Senderista”, identificada no Partido Comunista do Peru-Sendero Luminoso (PCP-SL), partido guiado pelas ideias leninistas, que predominava na região central do país, local isolado geograficamente e marginalizado socialmente, que por muitos anos foi negligenciado pelo Governo, que explorava a população nativa, mas que também uma universidade politizada e um líder carismático⁵⁷⁶.

A narrativa de Fujimori é que o país estava tomado pelos terroristas e que a capital estava bloqueada, quando na verdade o terror que triunfava era o do Governo. Fujimori elaborou um pomposo projeto chamado Programa Nacional de Saúde Reprodutiva e Planificação Familiar, que na prática consistiu na esterilização forçada⁵⁷⁷ de aproximadamente 350 mil mulheres, em sua maioria indígena, em idade fértil, que pertenciam ao Sendero. Perplexamente, esse projeto foi visto pelos seus apoiadores como um avanço dos direitos humanos das mulheres, além de ser a única forma de acabar com a pobreza que castigava o Peru.

Não obstante, infelizmente, a esterilização forçada não foi a única violação dos direitos humanos do El Chino, ele também foi responsável pelo massacre do distrito de Barrios Altos⁵⁷⁸, em 1991, que resultou na morte de quinze civis e pelo desaparecimento de nove estudantes e do professor universitário Enrique Guzmán, em 1992, crime esse conhecido como La Cantuta. A esses crimes, cabe acrescentar ainda o sequestro e morte do jornalista Pedro Yauri Bustamante e de outros nove civis residentes em El Santa, os

⁵⁷⁵

<https://larepublica.pe/economia/2023/02/08/ministerio-de-economia-informalidad-laboral-en-el-peru-llega-el-75-o-it-inei-empleo-formal-peru-298112>

⁵⁷⁶ Palmer, D. S. (1986). Rebellion in Rural Peru: The Origins and Evolution of Sendero Luminoso. *Comparative Politics*, 18(2), 127–146. <https://doi.org/10.2307/421840>

⁵⁷⁷ O crime da esterilização forçada - Le Monde Diplomatique

⁵⁷⁸ amr460072005en (1).pdf

quais foram atribuídos ao grupo parapolicial Colina, criado por Vlademiro Montesinos, braço de ferro de Fujimori, e apoiado pelo falecido presidente. Apenas em 1994 que o crime de La Cantuta começou a ser julgado, no entanto, com Fujimori ainda no poder, o Congresso concedeu anistia para todos os indivíduos indiciados e também para aqueles que já estavam presos. El Chino repetiu a prática no julgamento do massacre de Barrios Altos e nos quatros anos seguintes que as famílias lutaram por justiça, o Congresso reforçava a lei que concedeu a anistia e, ainda, uma segunda lei que proibia o protesto do Poder Judiciário contra sua decisão.

Fujimori foi eleito pela terceira vez em 2000 com uma campanha alicerçada na subordinação de fiscais eleitorais, de deputados e na censura jornalística. Seu governo desmoronou depois do vazamento de vídeo de Montesinos subornando um deputado do Congresso, que comprovava as acusações⁵⁷⁹ de crimes cometidos em mandatos anteriores. Com isso, El Chino fugiu para o Japão, onde tentou renunciar ao cargo, via FAX, o qual foi recusado e o processo de impeachment foi realizado, e posteriormente, seus crimes foram julgados. Alberto morreu deixando uma dívida de 80 milhões de dólares, e com uma longa lista de crimes contra o povo peruano e, apesar do seu mandato sanguinário, parece que ele partiu com a gratidão de muitos peruanos.

⁵⁷⁹ Alberto Fujimori | Biography, Presidency, & Facts | Britannica



Charles Lucio Bezerra da Silva⁵⁸¹

Águida Cristina Santos Almeida⁵⁸²

Na contemporaneidade, um dos grandes fatores no planejamento de cidades e um dos grandes fatores que possuem influência no dia a dia da população é o quesito mobilidade urbana, sendo um dos maiores desafios enfrentados por populações de grandes cidades ao redor do mundo. Essa é uma problemática que não se limita apenas à questão do deslocamento, mas está profundamente interligada a problemas sociais, econômicos e ambientais. Ao contrastar um bairro e uma cidade simbólicos de metrópoles icônicas, gostaria de aqui realizar uma comparação entre Ipanema, no Rio de Janeiro, e Los Angeles, na Califórnia. Nesses dois bairros de duas diferentes cidades, em diferentes países, podemos observar as diferentes estratégias de mobilidade adotadas e os impactos que essas escolhas geram na vida das populações que ocupam esses espaços e no meio ambiente⁵⁸³.

Ipanema, situado em uma das áreas mais nobres do Rio de Janeiro, é conhecido por sua proximidade com a praia, suas ruas movimentadas e por uma vida urbana vibrante. Mas, além da sua beleza, Ipanema também oferece um modelo funcional de mobilidade urbana. O bairro é bem atendido por diversas linhas de metrô, ônibus e ciclovias, o que permite aos moradores e visitantes circularem de forma eficiente e barata. No Brasil, a implementação de transporte público em regiões densamente urbanizadas é crucial para promover a inclusão social e a acessibilidade. Isso se reflete não apenas na redução do tempo de deslocamento, mas também no aumento do acesso a oportunidades econômicas e serviços essenciais. De acordo com dados do Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (ITDP), o transporte público no Rio de Janeiro desempenha um papel fundamental na diminuição das desigualdades sociais,

⁵⁸⁰ Artigo escrito em outubro de 2024.

⁵⁸¹ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial (PET - Economia). E-mail: Charles.lucio@estudante.edu.ufcg.edu.br.

⁵⁸² Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, tutora do PET-Economia e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

⁵⁸³

especialmente em bairros com alta densidade demográfica como Ipanema, conectando diversas regiões da cidade de forma acessível e sustentável⁵⁸⁴.

Os efeitos de uma rede eficiente de transporte público vão além da mera logística. A presença de um sistema robusto reduz significativamente a quantidade de carros nas ruas, o que contribui para uma menor emissão de poluentes. De acordo com estudos gerais de instituições, como o World Resources Institute (WRI) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV)⁵⁸⁵, a integração de diferentes formas de transporte público com o uso de bicicletas em grandes cidades, como o Rio de Janeiro, pode contribuir significativamente para a redução de emissões de gases de efeito estufa. A expansão das ciclovias e a promoção de modos de transporte sustentável têm mostrado impactos positivos na mobilidade urbana e no meio ambiente.

Los Angeles, por outro lado, é um exemplo clássico da dependência quase total de automóveis particulares. A cidade cresceu de maneira horizontal, impulsionada pela expansão dos subúrbios, no pós-guerra, o que moldou profundamente a infraestrutura local e a cultura de mobilidade. Com uma rede de transporte público fragmentada e de baixa cobertura, a alternativa para a grande maioria dos habitantes de Los Angeles é o carro particular. De acordo com um relatório da California Air Resources Board (CARB), cerca de 80% dos deslocamentos em Los Angeles são feitos de carro, fazendo com que a cidade registre uma das maiores taxas de veículos por habitante do mundo⁵⁸⁶, com cerca de 2 milhões de automóveis registrados, segundo a U.S. Department of Transportation⁵⁸⁷.

A infraestrutura pública de transporte coletivo em Los Angeles, embora esteja sendo expandida, ainda não é suficiente para competir com a conveniência do carro. Esse cenário contribui para uma elevada emissão de gases de efeito estufa e para os engarrafamentos massivos, que fazem parte do cotidiano da cidade. Essa dependência de automóveis tem uma série de consequências negativas. Em primeiro lugar, ela cria um padrão de ocupação do solo que privilegia grandes rodovias e estacionamentos, em detrimento de espaços verdes, parques e áreas públicas. Ao contrário de Ipanema, onde praças e espaços comunitários são amplamente acessíveis, Los Angeles é repleta de

⁵⁸⁴ Disponível em: <https://itdpbrasil.org/programas/transporte-publico/>

⁵⁸⁵ Disponível em: <https://portal.fgv.br/artigos/beneficios-mobilidade-urbana-baseada-trens-e-metros>

⁵⁸⁶ Disponível em: <https://ww2.arb.ca.gov/news/california-moves-accelerate-100-new-zero-emission-vehicle-sales-2035>

⁵⁸⁷ Disponível em: <https://www.gov.ca.gov/2022/11/16/california-releases-worlds-first-plan-to-achieve-net-zero-carbon-pollution/>



vastas extensões de asfalto destinadas a acomodar os veículos, degradando a paisagem urbana e contribuindo para a formação de “ilhas de calor”.

Além disso, o uso massivo de carros particulares gera altos níveis de poluição atmosférica. Segundo a Environmental Protection Agency (EPA⁵⁸⁸), Los Angeles tem uma das piores qualidades do ar nos Estados Unidos, com índices alarmantes de material particulado e ozônio troposférico. Esse caso evidencia as falhas e as necessidades e ausência de alternativas de transporte público, que também gera um efeito cascata de desigualdade social. Tudo isso torna Los Angeles uma cidade excludente, onde aqueles que não podem arcar com os custos de manter um carro (o que enseja despesas com seguro, combustível, manutenção e estacionamento) pode ter sua mobilidade severamente limitada.

A mobilidade urbana, por sua vez, está intrinsecamente ligada à questão ambiental. Em Ipanema, a combinação de transporte público, ciclovias e áreas de pedestres reduz a pegada de carbono e mantém o equilíbrio entre a urbanização e a preservação ambiental. A integração entre o bairro e os parques naturais, como o Parque Garota de Ipanema, é um exemplo claro de como o espaço público pode ser desenhado para servir tanto às necessidades de mobilidade quanto à qualidade de vida dos cidadãos. A relação entre a infraestrutura urbana e o meio ambiente é visível: ruas arborizadas, ciclovias bem estruturadas e a proximidade com a praia promovem um estilo de vida menos dependente de veículos poluentes.

Em Los Angeles, por outro lado, o modelo urbano baseado no automóvel cria um cenário muito diferente. A cidade é frequentemente criticada por sua falta de planejamento ambiental. Grandes avenidas, viadutos e uma vasta extensão de estacionamentos são características dominantes, o que compromete a paisagem urbana e aumenta o consumo de combustíveis fósseis. O uso maciço de carros faz com que Los Angeles contribua significativamente para as mudanças climáticas, com altos níveis de emissões de dióxido de carbono, conforme registrado pela Stanford School of Sustainability⁵⁸⁹. Além disso, o uso intensivo de terrenos para estacionamentos impede o desenvolvimento de áreas verdes e agrava a fragmentação urbana.

Nesse contexto pode-se dizer que há inúmeros desafios de mobilidade enfrentados especialmente na comparação entre Ipanema e Los Angeles, sendo que esses problemas indicam os futuros problemas, os quais se vinculam a problemas do

⁵⁸⁸ Disponível em: <https://gispub.epa.gov/air/trendsreport/2024/#introduction>

⁵⁸⁹

Disponível

em:

<https://sustainability.stanford.edu/news/californias-vehicle-emissions-fight-continues-50-year-struggle>



passado, para lidar com os desafios crescentes de urbanização. Assim, é necessário repensar as políticas de transporte e planejamento urbano. Ipanema, apesar de avançada em termos de transporte público, ainda enfrenta desafios relacionados à superlotação e à manutenção da infraestrutura existente. A recente crise fiscal no Brasil é um dos principais fatores que impactou os investimentos em transporte, e uma maior atenção à renovação e expansão das linhas de metrô e ônibus seria crucial para garantir que o modelo continue sustentável.

Por outro lado, Los Angeles, tem muito a aprender com cidades que apostaram em redes de transporte público e infraestrutura cicloviária. Recentemente, iniciativas como o Measure M, uma lei aprovada em 2016 para financiar a expansão do transporte público. Sendo considerada uma importante iniciativa à promoção do transporte público em Los Angeles, autorizando um aumento permanente de meio centavo no imposto sobre vendas, para financiar a expansão do sistema de transporte. Aprovada por uma ampla maioria de 71,15% dos votos⁵⁹⁰ e com uma arrecadação prevista de cerca de \$120 bilhões de dólares nas quatro próximas décadas, o Measure M visa financiar 40 projetos significativos de mobilidade ao longo dos próximos anos, incluindo melhorias nas rodovias, operações de ônibus, e conexões para bicicletas e pedestres. Esse é um dos principais fatores que indica mudanças na cidade e podem vir a conformar uma possível mudança no modelo de mobilidade.

Por fim, pode-se concluir que a comparação entre Ipanema e Los Angeles revela dois modelos de mobilidade urbana radicalmente diferentes. Enquanto Ipanema se destaca por sua acessibilidade ao transporte público, ciclovias e integração com a paisagem natural, Los Angeles é marcada por uma dependência massiva de automóveis e um padrão de desenvolvimento urbano fragmentado. Para enfrentar os desafios ambientais e sociais impostos por essa dinâmica, é necessário que ambas as cidades, que abrigam os bairros considerados, continuem a investir em soluções sustentáveis de mobilidade, visando não apenas a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes, mas também à preservação do meio ambiente para as gerações futuras.

590

Disponível em:
https://www.c40knowledgehub.org/s/article/How-to-pass-a-mega-transportation-measure-LA-County-s-Measure-M-lessons-learned?language=en_US



“ANCESTRALICÍDIO”: A LÓGICA CONDENADORA DOS NATIVOS⁵⁹¹

Inácio Cardoso dos Santos Neto⁵⁹²

Águida Cristina Santos Almeida⁵⁹³

A ação imperialista europeia ocorrida, sobretudo, nas denominadas grandes “descobertas” das Américas e, posteriormente, na exploração de continentes asiáticos e africanos, demonstra a visão eurocêntrica de mundo, não somente no estabelecimento da dominação política e econômica, como também da construção ideológica, que naturalizou/normalizou o projeto de dominação, exacerbando um caráter que poderia ser resumido em duas palavras, arrogância e violência. O formato de dominação e de sobrepujar povos parece ter sido ainda mais fortalecido nessas épocas do que em outras passadas, indicando uma estranheza ou até mesmo contradição para a celebrada europeia, iluminada pela sua cristandade, pela sua ampla valoração à ciência e a racionalidade, que marcaram boa parte de sua história.

As ações imperiais dos Estados europeus se relacionavam com seus interesses político-econômicos formalizados em parte, pelo pensamento bulionista da época. Mas de onde nasceu o aprendizado violento, preponderante, nocivo e destruidor para com povos e civilizações distintas? Talvez para a resposta dessa pergunta sejam necessárias muitas pesquisas de ordem histórica, psicanalítica, antropológica etc. No entanto, talvez uma pergunta intrigante possa ser feita, quais marcas esse estilo de relação poder-povo ainda persiste hoje?

Ao que parece, no caso brasileiro, a luta entre povos nativos com diferentes grupos sociais de poder econômico e influência no poder político apresenta algumas marcas (embora que nem de perto se mantenham com a mesma magnitude aos períodos do colonialismo europeu nas Américas) do desrespeito e arrogância para com a ancestralidade e o estilo de vida de povos originários. Isso porque, apresentam formas variadas, embora não novas, de combate à cosmovisão e a existência dos ancestrais deste solo brasileiro. Podemos observar inicialmente com a persistência no estilo de

⁵⁹¹ Artigo escrito em outubro de 2024.

⁵⁹² Graduando do curso de Ciências Econômicas da UFCG, do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e participante do Programa de Educação Tutorial em Ciências Econômicas. E-mail: neto-nos14@hotmail.com;

⁵⁹³ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, tutora do PET-Economia e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

violência física aos indígenas de diversos locais do Brasil. Chamemos atenção, no entanto, a alguns casos. O Estado do Mato Grosso do Sul parece ter um marco de sangue nos mais recentes tempos. Segundo o Instagram do Mídia Indígena Oficial, um jovem do povo Guaraní Kaiowa, de 23 anos, Neri, foi brutalmente assassinado com um tiro na cabeça. A postagem que foi realizada no dia 19 de setembro, pela página citada, a qual traz consigo a revolta da tribo perante a brutalidade sofrida.

No entanto, 4 dias após, a página notificou mais uma morte, de mais um jovem indígena da mesma tribo, no mesmo estado. Dessa vez a vítima foi Fred Morilha, de apenas 16 anos que, conforme o relato da polícia envolveu-se num acidente de trânsito, no qual a culpa foi atribuída à vítima. Os familiares da vítima, no entanto desconfiam da versão dada, uma vez que a tribo já relatou mortes em razão de atropelamentos e tiros a outros indígenas na mesma região. Uma região intensa de conflito nesse estado se encontra em Douradina (MS), onde um cerco de fazendeiros ameaça o povo Guarani Kaiowa.

Segundo reportagem do Nexo⁵⁹⁴, no dia 3 de agosto deste ano, jagunços deixaram ao menos cinco indígenas feridos a bala, havendo registros do uso de armas letais e de munição de borracha, sendo que, dois dias após as ocorrências antes citadas, realizaram um novo ataque aos indígenas. A área indígena atacada conta com 12 mil hectares reconhecidos e delimitados como Terra Indígena Panambi-Lagoa Rica. No entanto ainda não foram demarcadas pelo governo federal, motivo pelo qual se encontra em tantos conflitos. A área, que foi reconhecida e delimitada em 2011, conta com a presença de 126 famílias, com 18 idosos, 70 crianças e 50 jovens com menos de 18 anos, conforme a Agência Brasil.

Além do estado de Mato Grosso do Sul, situações semelhantes se desenham em outras localidades do território nacional, desde 2019, conforme o Conselho Indigenista Missionário⁵⁹⁵. No entanto, os casos relatados a seguir, diferentes do caso anterior, ocorrem com ataques, invasões e ameaças a povos nativos que habitam em terras já demarcadas pelo Estado, ou seja, por povos com direito já atestado juridicamente. Conforme a reportagem:

As Terras Indígenas (TIs) Arara, no Pará, e Araribóia, no Maranhão, registraram no primeiro mês do ano a invasão de madeireiros e a de grileiros que vem

⁵⁹⁴<https://www.nexojornal.com.br/extra/2024/08/05/indigenas-sofrem-cerco-de-fazendeiros-em-mato-grosso-do-su>
| Acesso em 30 Set 2024

⁵⁹⁵<https://cimi.org.br/2019/01/pelo-menos-seis-terras-indigenas-sofrem-com-invasoes-e-ameacas-no-inicio-de-2019/>
/ Acesso em 03 Out 2024

tentando se estabelecer no interior das áreas demarcadas. Os povos Uru-Eu-Wau-Wau e Karipuna, ambos em Rondônia, identificaram novas investidas de grileiros, que já abrem picadas e, no caso Karipuna, vem se estabelecendo dentro da terra. (MIOTTO, 2019, p.1)

Além dessas terras, a notícia ainda notifica um ataque a tiros contra os Guarani Mbya, na localização de Ponta do Arado, em Porto Alegre (RS), que havia marcado já o início do ano da reportagem em questão. Em todos os casos e também na terra demarcada dos Yanomamis, em Roraima, a marca é sempre a invasão e a ameaça de grupos interessados no território para explorar atividade econômica que propicie ganho econômico, por meio de atividades extrativas e/ou produtivistas.

Mas como a violência contra os nativos fica tão encoberta? Essa verificação de ataques a terras indígenas encontra espaço privilegiado em agendas políticas, ao longo do tempo, demonstrando que a cooptação do poder político por grupos de interesse econômico, bem como a ausência de políticas que privilegiem os interesses e os direitos desses povos, permite a manutenção de diferentes formas de violência contra esses povos. A mesma matéria do Conselho Indigenista Missionário, relata que o aumento dessas invasões a terras demarcadas vem sendo verificado nos últimos anos, após os cortes nos recursos de órgãos responsáveis por fiscalizar as terras indígenas, como por exemplo a FUNAI, e unidades de conservação, durante os governos de Temer e de Bolsonaro.

A matéria informa: “Em 2017, o Cimi registrou 96 casos de invasão, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos às terras indígenas no Brasil – um aumento de 62% em relação ao ano anterior, quando 59 casos foram registrados.” (MIOTTO, 2019, p.1). A matéria também aponta um dado curioso, de que as lideranças desses territórios indígenas afirmam que as ameaças crescentes se intensificaram na medida em que os invasores passaram a se sentir “representados” por Jair Bolsonaro, que ainda em campanha eleitoral se pronunciava contra as demarcações e os direitos indígenas.

Posteriormente o discurso veio à prática, uma vez que, dentro das primeiras medidas do governo Bolsonaro, ocorreu o desmembramento da Funai, a transferência das demarcações de terras indígenas aos cuidados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - dominado por ruralistas - e o enfraquecimento do Ministério do Meio Ambiente, ações estas que foram determinadas já no primeiro dia de expediente do novo governo, por meio da Medida Provisória (MP) 870.

A continuidade da coluna (que visava realizar uma crítica à atuação do poder do Agro, vinculado com as queimadas recentes na região da Amazônia) ainda aponta um fato alarmante, que é verdadeiro. As queimadas, a influência política da bancada ruralista e a articulação nacional do movimento de extrema direita conhecido como Invasão Zero, fazem parte de um mesmo projeto de país, que se propõe a minar a democracia brasileira em favor do pequeno grupo de coronelistas criminosos. Projeto esse que ficou mais claro no governo de Bolsonaro, mas que não adormeceu com a saída do “imbrochavel”.

Por outro lado, a ação indígena frente a tudo isso é de muita luta e resistência, luta esta, diga-se de passagem, que já perdura por 500 anos, ou seja, do período da colonização até o presente. Um claro exemplo disso tem-se no caso da Terra Indígena Rio dos Índios (RS), na qual se teria uma homologação de terras que daria o direito à demarcação de 713 hectares. No entanto a área ocupada pelos indígenas hoje é em torno de apenas 100 hectares devido a uma liminar da Justiça, movida por políticos e ruralistas locais. Ainda assim, a comunidade “[...] deu início a um projeto de reflorestamento que busca reabilitar as matas, plantadas centenas de árvores nativas e frutíferas através da escola indígena e parcerias, projeto que envolve os jovens, as crianças e os mais antigos da comunidade” (APIB, 2024, p.1)

Talvez por isso o nível de ruínas para os nativos precise alcançar um patamar mais elevado. O patamar que na verdade é originário de toda lei e de toda ação violenta, de toda omissão e de toda “vista grossa” que é feita. A saber, as mentes precisam ser cada vez mais reformuladas contra a lógica que ataca e ameaça os povos originários, uma lógica que de formas variadas condena e torna mal-vista o nativo e sua cosmovisão. Mas por que isso? Além de “atrapalhar” os planos de exploração por extração natural e criação de animais, sem ter em vistas os impactos e a realidade ambiental do século XXI, a forma nativa parece guardar consigo os segredos milenares para uma possível saída do enclausurado caso das crises capitalistas de superprodução, de uso irrestrito dos recursos naturais e das grandes desigualdades sociais.

Isso porque, como demonstra Pablo Solón⁵⁹⁶, uma alternativa sistêmica que entrou na tentativa de ser sistematizada por estudiosos, o bem-viver, que carrega ideais e valores anticapitalistas, valorizando a cosmovisão dos povos originários. Essa cosmovisão presente em diferentes povos originários defende, em grosso modo, a

⁵⁹⁶ SOLÓN, Pablo (org.). Alternativas sistêmicas: Bem viver, decrescimento, comuns, eco feminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização. São Paulo: Elefante, 2019. 224 p. ISBN 978-85-93115-24-0.



preservação da “pacha mama” (MÃE TERRA) da qual creem derivar todos nós, sendo nós humanos parte constituinte da pacha mama, e ao mesmo tempo se interrelacionando com os demais seres do mundo material e espiritual. Além disso, nessa perspectiva, há uma visão de tempo em espiral, não transcorrido mecanicamente e linearmente, o qual se choca com as ideias de crescimento infinito, presente em diversas teorias e políticas econômicas.

Somado a isso, como uma sequência lógica, a cosmovisão de povos originários defende o cuidado do outro, da tribo, tendo em vista a ligação que o indivíduo tem com seu similar humano e com todas as outras formas de vida, afastando as grandes desigualdades. Além disso, o ideal do bem viver é extremamente disruptivo com a lógica capitalista e antropocêntrica, dado que para o bem viver o caminho é saber coexistir bem, dançar, se interrelacionar, rompendo com a perspectiva consumista, individualista e competitiva do atual sistema.

No entanto, essa perspectiva de mundo, ou outras similares a ela passam longe de caírem com bons olhos na mentalidade em geral. Muito pelo contrário, a fala do ex-presidente Jair Bolsonaro, registrada pelo documentário “Vale dos isolados” parece melhor ilustrar a predominância do pensamento vigente. Quando perguntado sobre as políticas para os povos originários em seu governo, o ex-presidente afirmou “primeiro a gente tem que parar de pensar que o índio precisa viver daquele jeito lá”. A fala de Bolsonaro é emblemática, pois guarda em si todos os elementos da lógica “ancestralizada”, presente desde a época colonial, até os dias atuais.

Ela demonstra a presunção em que a forma de vida, de organização social e de cosmovisão atual é superior, de forma que o nativo deveria ser “moldado” pelo formato capitalista de vida. Aí se escondem a arrogância, a necessidade de trazer o outro para a forma que se diz “fazer tudo perfeito”, “fazer tudo direito”, aquela que diz “ser a única e melhor”. Para Boaventura de Sousa Santos, a perspectiva do ex-presidente é característica do processo não democrático que exclui do debate público, científico e político as “epistemologias do sul” que seriam as cosmovisões de minorias de diversos países que por vezes não são levadas em conta, por causa do processo de formação das ideias herdadas da Europa. Como resultado, essas vozes, essas epistemologias, essas cosmovisões são ignoradas, hostilizadas e invisibilizadas simplesmente porque o grande capital e sua lógica não se interessa por elas ou ainda, vê nelas algum perigo.

Encerro o presente artigo de opinião com a música que deu origem a ele, escrita e cantada pelo cantor de reggae brasileiro, Edson Gomes. A música em questão

relata exatamente tudo que o artigo se propôs a explicar e finaliza com a esperança indígena e daqueles que honradamente se erguem para dar voz contra a lógica condenativa dos nossos ancestrais.

Cadê nossos índios? Cadê nossos índios? Nossos índios estão morrendo, desaparecendo, sendo exterminados, pela ganância, pela prepotência, daquele que diz ser o melhor, daquele que diz fazer tudo perfeito, aquele que diz fazer tudo direito, aquele que diz ser o melhor [...] então devolva as terras desses homens (2x) [...] Então devolva as terras, para que tudo fique direito, para que tudo se torne perfeito, e a alegria retorne àquele lar, enfim a paz se restabeleça⁵⁹⁷.

⁵⁹⁷ GOMES, Edson. Devolução., [s.d.]. Disponível em: <<https://youtu.be/b8r1Fcisp-k>>. Acesso em: 4 out. 2024



GABÃO, 13 MESES DEPOIS DO GOLPE DE ESTADO: ONDE ESTAMOS?⁵⁹⁸

Guenold Omoungou Dibangoye⁵⁹⁹

Águida Cristina Santos Almeida⁶⁰⁰

Quarta-feira, dia 30 de agosto de 2023, aproximadamente às 3h da madrugada, o Gabão, país localizado no centro do continente africano e ex-colônia francesa sofreu pela primeira vez um golpe de Estado. Essa situação ilustrou a frustração e o fardo da população gabonesa que já estava pronta para encher as ruas da capital, Libreville, neste dia 30 e se revoltar de qualquer forma possível, inclusive pondo a vida em risco, em consequência dos resultados eleitorais. De 2020 para 2023 foram registrados sete golpes de Estado no continente africano, e todos se deram em territórios que foram ex-colônias francesas, a saber: Mali (2020), Guiné (2021), Sudão (2021), Burkina Faso (2022), Níger (2023) e do Gabão (2023).

Há várias décadas, no continente africano, especialmente na África subsariana, constata-se uma ruptura nas normas democráticas e eleitorais existentes e, uma presença significativa da corrupção. As ditaduras e situações de corrupção se tornaram onipresentes, e a democracia quase não existe mais. Situações lamentáveis, que geram consequências negativas na vida das pessoas, prejudicando essas populações e impedindo a evolução desses países que, acabam se endividando.

O Gabão teve sua independência em 1960. Desde lá, o país só conheceu até agora três presidentes, o primeiro que foi Léon Mba, assumiu o poder até 1967, ano em que ele faleceu. Logo depois, Omar Bongo Ondimba assumiu o poder, sendo assim o segundo presidente do país. Ele ficou no poder até 2009, ano em que faleceu. De 2009 até 2023, foi o filho mais velho dele, Ali Bongo Ondimba, que assumiu o cargo do pai. Foram no total cerca de 50 anos que a referida família esteve controlando o país, e instaurou sua ditadura de forma que a população não podia revoltar-se.

Esta família, desde sua tomada de poder já mantinha relações muito fortes com o governo francês, o que facilitava os interesses da França e ao mesmo tempo os

⁵⁹⁸ Artigo escrito em outubro de 2024.

⁵⁹⁹ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial (PET - Economia). E-mail: guenoldomoungou@gmail.com.

⁶⁰⁰ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, tutora do PET-Economia e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

interesses da família Ondimba. Desde sempre, quem tinha a França do seu lado tinha o ‘monopólio’ do país, dominava, roubava e manipulava as leis do país sem nenhuma restrição. Em contrapartida, a França conseguia manter seus interesses, tanto no acesso a matérias primas e outros recursos. O que ia totalmente em oposição com os interesses do povo que sofria por falta de investimentos em infraestrutura e serviços sociais. Num país em que não existia mais democracia, o ponto de vista do povo gabonês não tinha peso, era totalmente desconsiderado.

Durante os mandatos do pai Omar Bongo Ondimba, a situação socioeconômica do país era minimamente estável. A economia do país permitia um nível de vida básico de vida à população, com uma população em torno de um milhão e pouco de habitantes. Mas, desde a tomada de poder do filho em 2009, constatou-se que houve uma queda do nível socioeconômico, a além disso o ex-presidente Ali Bongo quis cortar os laços com a França, a fim de dar mais autonomia ao país, mas isso acabou gerando consequências negativas sobre a situação socioeconômica do país, e também na vida pessoal dele, pois a França viu seus interesses atingidos. Com isso, começaram alguns ataques contra Ali Bongo, até publicaram um documentário sobre a infância dele, relatando sua vida escolar, usada para alegar que ele nunca teria capacidade de dirigir o país. Foram várias as tentativas do ex-colón a fim de estimular o povo gabonês a se revoltar contra o presidente em vigência, Ali Bongo Ondimba.

Em 2018, o ex-presidente Ali Bongo sofreu com uma enfermidade (foi vítima de um AVC)⁶⁰¹, que lhe prejudicou bastante e o incapacitou fisicamente de assumir sua função de presidente. Mesmo assim, ele continuou dirigindo o país, até que em 2020, sofreu um segundo AVC. Então, na incapacidade total de se manter no cargo, sua esposa e princesa do Marrocos, Sylvia Bongo, junto com seu filho mais velho, passaram a dirigir o país, no instante que a economia seguiu piorando⁶⁰².

Dentre essas circunstâncias, constatou-se que a França, ex-país colonizador, tem um papel chave, pois apesar desses países terem conseguido a independência formal há muito tempo, a França ainda tinha (ou tem) de forma ‘indireta’ um grande poder político sobre os governos desses países, propagando e favorecendo assim a corrupção num grau bastante elevado, com o objetivo de assegurar seus interesses. Até hoje, a França, assim como vários outros países do Norte do Ocidente, é dependente dos insumos e matérias primas africanas. Como consequência, o ex-colón interfere nas

⁶⁰¹ Disponível em Gabon: le président Ali Bongo a évoqué son accident vasculaire cérébral de 2018 (rfi.fr)

⁶⁰² Acessível aqui Ali Bongo, après une décennie au pouvoir et un AVC, assure qu'il ira "au bout" de sa "mission" (francetvinfo.fr)



eleições presidenciais, em prol dos seus interesses, como aconteceu diversas vezes no Gabão, entre a década de 1967 até 2016, por meio da aliança com a família Bongo, que presidiu o país durante mais de 50 anos. As eleições legislativas perderam a confiabilidade, pois alguns grupos, com ajuda da França, manipulavam e fraudavam os resultados em conformidade com as suas motivações.

Foi nesse contexto que na madrugada do dia 30 de agosto de 2023 emergiu o golpe de Estado liderado pelo grupo CTRI (Comitê para a Transição e Restauração das Instituições). A fim de evitar uma trajetória caótica para o país, o grupo de forças armadas resolveu tomar o poder a fim de tentar retificar a situação do país e assim atribuir ao país seus valores, tanto no plano democrático quanto econômico. Desde então, vem sendo aplicadas várias reformas, sendo feito investimentos que vêm permitindo a melhoria das condições de vida do povo. Várias políticas públicas vêm sendo implementadas, permitindo a criação de empregos e infraestruturas.

Mas, de acordo com vários economistas, tal como o professor Albert Ondo Ossa, professor agregado em economia e candidato eleito pelo povo nas eleições fraudadas pelo ex-presidente Omar Bongo em agosto de 2023, este golpe de Estado foi em grande parte uma obra da França, que simplesmente já queria há muito tempo a saída do ex-presidente derrotado, por causa de sua incapacidade de dirigir o país depois de seus ataques. Dessa forma, constata-se então que a presença da França ainda segue influenciando a dinâmica política do país. Mesmo assim, o grupo de forças armadas no seu discurso do dia 30 de agosto, anunciou que depois de dois anos, ao decorrer do período da transição, serão organizadas eleições presidenciais, nas quais não haverá nenhuma fraude e que a democracia será respeitada, como deve ser. Hoje, como sempre, tudo que o povo gabonês pede é um país em que o sistema democrático seja respeitado, que o povo tenha a decisão final e seja considerado, porque durante cerca de 50 anos ele foi subtraído de todos seus direitos, oprimido e até às vezes torturado.

Sendo assim, o país todo acredita no professor Albert Ondo Ossa, o qual defende melhores condições de vida, em um país mais justo. Pois ele, através da sua vontade e sua luta, sem esquecer seu grande conhecimento, encarna a esperança desse povo que já sofreu tanto e precisa usufruir de seus direitos sociais, legislativos e democráticos.

Em suma, o golpe de Estado ocorrido no Gabão em 30 de agosto de 2023 foi resultado de décadas de insatisfação popular e crise econômica, agravadas pela gestão da família bongo, que esteve no poder por cerca de 50 anos. O governo de Ali Bongo

Ondimba, que sucedeu seu pai, Omar Bongo, em 2009, enfrentou uma crescente deterioração política e socioeconômica.

A influência francesa, mesmo após a independência do Gabão em 1960, permaneceu significativa, exacerbando problemas políticos e econômicos. A frustração culminou no golpe liderado pelo Comitê para a Transição e Restauração das Instituições (CTRI), que prometeu restaurar a democracia e melhorar as condições de vida. No entanto, segundo especialistas, como o professor Albert Ondo Ossa, o golpe pode ter sido instigado pela França, que já desejava a saída de Ali Bongo. O povo gabonês agora deposita suas esperanças em uma transição pacífica e democrática, buscando, acima de tudo, o respeito pelos direitos e a verdadeira soberania do país.



O FIM DAS PRIVATIZAÇÕES?⁶⁰³

Júlia Farias V. Caminha⁶⁰⁴

Águida Cristina Santos Almeida⁶⁰⁵

A lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, que sanciona o Programa Nacional de Desestatização, descreve em seu artigo 1º os objetivos fundamentais de sua existência, dentre eles estão: 1-reordenar a posição estratégica do Estado na economia, transferindo à iniciativa privada atividades indevidamente exploradas pelo setor público; 2- contribuir para a reestruturação econômica do setor público, especialmente através da melhoria do perfil e da redução da dívida pública líquida; e 3- permitir a retomada de investimentos nas empresas e atividades que vierem a ser transferidas à iniciativa privada⁶⁰⁶.

Somente nessas três primeiras demandas do projeto e, claro, no seu óbvio interesse expresso no título que reivindica, conseguimos compreender o caráter dessa medida, quais interesses busca suprir e a quem o projeto deseja beneficiar. Durante o período de 1990-2015 foram realizadas 99 desestatizações e o PND obteve uma receita de US\$54,5 bilhões fruto da venda de empresas e de participações minoritárias⁶⁰⁷.

O projeto citado acima faz parte de um sem-número grupo de medidas estatais que visam fragilizar o próprio Estado em nome de uma reclamada eficiência econômica dos setores privados. Isso demonstra adjunto de todo o caos político-econômico que vivemos nas últimas décadas, a vitória da narrativa e prática de um modelo de teorização social que busca transformar o mercado na medida de todas as coisas, transformando o Estado em sua própria ferramenta de subjugação.

O atual governo federal tenta fazer uma minimização das perdas retirando a maioria das estatais que estava na mira das privatizações fora do PND, empresas estas colocadas no programa durante as gestões dos ex-presidentes Bolsonaro e Temer. Entretanto, está mantida duas importantes estatais na lista de possíveis privatizações, a

⁶⁰³ Artigo escrito em outubro de 2024.

⁶⁰⁴ Graduando(a) do curso de Ciências Econômicas da UFCG, do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do grupo PET-Economia (Programa de Educação Tutorial do curso de Ciências Econômicas). E-mail: juliafariasvc@gmail.com.

⁶⁰⁵ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

⁶⁰⁶ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9491.htm

⁶⁰⁷ <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/desestatizacao/projetos-encerrados/privatizacao-federais-pnd>



Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), que opera os sistemas de trens urbanos em quatro capitais nordestinas, e a Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre (Trensurb), que é responsável pelo metrô da cidade. Muito embora o que parece é que essas empresas não serão completamente vendidas, devido a peculiaridades e necessidades específicas de investimento, como malhas ferroviárias há muito tempo sem expansão, inúmeros trens sucateados e sistemas de metrô defasados; há uma defesa, feita em especial pelos governos de Pernambuco (Raquel Lyra, do PSDB) e do Rio Grande do Sul (Eduardo Leite, também do PSDB), para realizar a desintegração dos metrôs, estadualizá-los, realizar investimentos pelo governo local e, após isso, vendê-los à iniciativa privada⁶⁰⁸. Ou seja, há uma defesa em utilizar recurso público para realizar investimento, porém com as receitas fruto desse investimento sendo abocanhadas de forma privada.

A esse fenômeno que estamos presenciando desde os anos 1980 dá-se o nome de neoliberalismo, um fenômeno que vai além do partido político em voga ou do ideário que inventa perseguir, os próprios governos de esquerda que geriram o Brasil sob uma perspectiva progressista acabaram reproduzindo essa agenda política. Nos primeiros governos Lula, por exemplo, foram realizadas as vendas/concessões à iniciativa privada da Rodovia Fernão Dias, do Banco do Estado do Ceará, da Usina Hidrelétrica do Jirau, e da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio. No governo Dilma, muito também não foi poupado, como as concessões dos Aeroportos de Viracopos (Campinas), do Galeão (Rio de Janeiro) e o de Guarulhos (São Paulo), o Campo de Petróleo de Libra e o Instituto de Resseguros do Brasil (IRB).

Nesse terceiro governo Lula o processo parece caminhar de forma diferente, o atual presidente da república sofre diversas críticas a despeito de como está gerindo as relações público-privadas no seu governo, muitos afirmam com argumentos convincentes que os processos de desestatização da economia durante esse seu governo não cessaram simplesmente porque empresas estatais não estão sendo vendidas em sua totalidade para entes privados, defendem que a desestatização continua forte, porém com um novo front, o Programa de Parceria de Investimentos (PPI).

O PPI foi criado a partir da Lei N° 13.334, de 13 de Setembro de 2016 (logo após a concretização do Golpe Parlamentar que derrubou a presidente Dilma, o qual foi selado em agosto de 2016), pelo então presidente Michel Temer, “destinado à ampliação e fortalecimento da interação entre o Estado e a iniciativa privada por meio da

⁶⁰⁸ <https://www.poder360.com.br/poder-infra/sob-lula-so-duas-estatais-continuam-no-plano-de-desestatizacoes/>



celebração de contratos de parceria para a execução de empreendimentos públicos de infraestrutura e de outras medidas de desestatização”⁶⁰⁹. Ou seja, é uma faceta dos processos de desmonte do Estado e tendo o BNDES como o condutor dos procedimentos de concessões e outras formas de desestatização viabilizadas por meio desse suposto programa de parceria⁶¹⁰.

Em abril de 2023, por exemplo, o governo Lula editou um decreto que regulamenta, incluindo e abrangendo, sua atuação em várias áreas antes restritas como, saneamento básico, educação e sistema prisional, autorizando, inclusive, a emissão de debêntures para permitir que empresas captem recursos à construção de presídios. Essa medida foi fortemente criticada pelos deputados Glauber Braga (Psol-RJ), Fernanda Melchionna (Psol-RS) e Sâmia Bomfim (Psol-SP), que enxergam que na medida “a possibilidade de privatização não apenas ignora as necessidades urgentes de reformas baseadas em direitos humanos e justiça social, mas também amplifica as dinâmicas pré-existentes de exclusão e opressão”⁶¹¹.

Também, o governo acionou diversos empreendimentos públicos federais para serem administrados no plano do PPI, como 16 Terminais portuários que passarão a integrar o programa⁶¹², decretado um dia após a prorrogação do Reporto - Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária - em prol da desoneração dos investimentos, vista como a “espinha dorsal da nossa reforma tributária”. O governo editou outro decreto para identificar três equipamentos do exército para compor a PPI, são eles o Museu Histórico do Exército Brasileiro, o Forte de Copacabana e áreas do Centro de Instrução de Guerra na Selva do Exército Brasileiro, no Amazonas⁶¹³.

Assim, o governo Lula aponta para os dois caminhos, ao mesmo tempo em que protege as grandes empresas estatais dos programas de privatização total (Correios e Petrobrás, por exemplo), abre muitas possibilidades para a desestatização em inúmeras áreas do setor público do país, atraindo críticas compreensivas e apoios controversos.

⁶⁰⁹https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/l13334.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2013.334%2C%20DE%2013%20DE%20SETEMBRO%20DE%202016.&text=Cria%20o%20Programa%20de%20Parcerias,2003%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias.

⁶¹⁰[https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/desestatizacao/ppi#:~:text=O%20BNDES%20%C3%A9%20o%20condutor,PPI\)%2C%20do%20Governo%20Federal](https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/desestatizacao/ppi#:~:text=O%20BNDES%20%C3%A9%20o%20condutor,PPI)%2C%20do%20Governo%20Federal).

⁶¹¹ <https://www.camara.leg.br/noticias/1073888-comissao-discute-privatizacao-do-sistema-prisional/>

⁶¹² <https://oantagonista.com.br/economia/crusoe-a-nova-lista-de-portos-prontos-para-privatizacao/>

⁶¹³<https://www.infomoney.com.br/politica/lula-inclui-terminais-de-santos-e-mais-8-portos-publicos-no-ppi-para-pos-sivel-desestatizacao/>



No Brasil, o debate público desde a redemocratização insiste na impossibilidade fiscal de consolidar os preceitos conquistados na Constituição Cidadã de 1988. Ainda antes da chegada da (des)ordem neoliberal alegava-se uma situação fiscal insustentável e por isso, a impossibilidade de fazer a Constituição de 1988 sair do papel, mas silenciando totalmente à brutal injustiça tributária cometida ao povo.

Contudo, desde 2015 o terrorismo fiscal escalou de patamar, num momento inclusive em que o próprio FMI vem fazendo autocrítica quanto ao direcionamento excessivo numa gestão fiscal austera, quando da condução da política fiscal pelos países e questionando a efetividade dessa receita em controlar a dívida pública, ao mesmo tempo em que vem alertando acerca das consequências sociais e econômicas negativas que as políticas de austeridade podem gerar, conforme Laura Carvalho aponta no livro *Valsa Brasileira*⁶¹⁶.

Na contramão até do FMI, desde 2015 o debate público é resumido a seguinte assertiva: Existe um caos fiscal no Brasil e um único meio de consertar essa situação, que é fazendo um ajuste fiscal estrutural que desvincule o Orçamento Público, o que consiste em desobrigar o Estado de honrar as diferentes despesas constitucionais representadas em direitos e garantias conquistados pelo povo, na Constituição de 1988, como por exemplo, os pisos mínimos de gastos em saúde e educação públicas, bem como as despesas em seguridade social. Ou seja, além de termos uma das estruturas tributárias mais regressivas do mundo, não achando pouco, faz-se urgente expulsar o povo do Orçamento, para resolver esse tal caos fiscal tão propagado todos os dias, no debate público de massa.

Veja que desonesta e cinicamente, aponta-se um caos fiscal (que não existe), e uma única solução para ele, que é impor a expulsão do povo do Orçamento público, que levaria o Brasil a uma situação social que mal consigo dimensionar. Em contrapartida, ignora-se a gestão do juro pelo Banco Central (sempre em patamares elevados) e o custo fiscal que resulta dessa gestão; ignora-se os abismos sociais que tornam o Brasil a

⁶¹⁴Artigo escrito em outubro de 2024.

⁶¹⁵Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE e tutora do PET-Economia.

E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

⁶¹⁶ CARVALHO, L. *Valsa Brasileira*. São Paulo: Todavia, 2018.

democracia mais desigual do mundo; ignora-se o fato de os mais ricos pagarem pouquíssimo imposto proporcionalmente ao que ganham, ao contrário do que acontece com os mais pobres.

Na obra “A Grande Transformação”, do pensador Karl Polanyi⁶¹⁷, que objetivou compreender de modo acurado o que significou a ascensão da economia de mercado e depois a sua derrocada ao longo do período que transcorreu durante e entre as duas guerras mundiais. Nessa obra indispensável para entender a história do Ocidente da Revolução Industrial para cá, Polanyi mostra que embora o liberalismo econômico e toda a estrutura política, geopolítica, ideológica que lhe davam fundamento, terem começado a ruir, sobretudo após a Primeira Guerra Mundial, os políticos, formadores de opinião, pensadores seguiam insistindo que estava tudo sob controle, na mais absoluta normalidade, bastando somente recompor o padrão Ouro para que tudo voltasse a ser como era antes. Dentro dessa insanidade, de negar a realidade, a economia de mercado caminhava na direção da ruína, dissolvendo a estrutura erguida dentro da ordem liberal, ao mesmo tempo em que o socialismo e o fascismo foram ascendendo, perante o naufrágio da ordem que imperava até então.

Mas, mesmo diante da ascensão disruptiva e violenta instaurada pela lógica fascista, a despolitização da economia seguia cegamente, com as mesmas alegações que ouvimos hoje, sobre a necessidade de manter os orçamentos “equilibrados” e a estabilidade monetária, a qualquer custo, ignorando a grave crise social em gestação, a qual passou a assumir proporções incontornáveis quando da eclosão da Grande Depressão. Mesmo perante o colapso provocado pela Grande Depressão, o debate economicista, tecnicista e despolitizado seguiu, blindando a economia e a gestão política do povo e de suas necessidades e tratando a economia como uma ilha isolada e limitada somente a prover os tais equilíbrios orçamentário e monetário.

Vejam que estamos nessa mesma situação no atual momento histórico, no qual nos vemos perante uma imensidão de desafios sociais, ambientais e econômicos a serem enfrentados e tudo isso deve ser desprezado em prol dos mesmos tais “equilíbrios” orçamentário e monetário. O governo que ousa (minimamente) ir de encontro a essa lógica perversa é rotulado como populista, criminoso, irresponsável pela instauração do caos e por isso deve ser combatido rapidamente. O governo Lula 3 está submetido a

⁶¹⁷ POLANYI, K. A grande transformação: as origens da nossa época. Tradução Fanny Wrobel. 14ª tiragem. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

uma nova regra fiscal, que substituiu o Teto de Gastos (que tinha sido aprovado em 2016, na gestão Temer). Sob essa nova regra fiscal o governo segue submetido ao exercício de uma gestão fiscal de modo bastante austero (ignorando demandas que precisam ser atendidas), juntamente com uma gestão monetária reduzida somente a perseguir uma meta de inflação (que é sempre revisada para baixo).

Esse arranjo impõe um grande contracionismo à gestão da política econômica, resultando em consequências nefastas às dinâmicas do crescimento econômico e do mercado de trabalho. Apesar dessas restrições, sob a gestão Lula 3, a economia vem retomando um desempenho econômico mais favorável, o qual vem resultando em repetidas reduções na taxa de desemprego, que combinadas com a recomposição das políticas sociais, estão promovendo melhora nos indicadores sociais e fazendo o Brasil caminhar novamente para a erradicação da fome.

Nesse processo de retomada da inclusão social, o governo não vem forçando mudanças que levem os mais ricos a pagarem impostos de forma justa, nem tão pouco tem atacado seus ativos e patrimônio. Ou seja, as corporações e, sobretudo aquelas que conformam o mercado financeiro seguem se apropriando de ganhos invejáveis. Apesar disso, agentes do mercado financeiro, principalmente, vem agindo muito além de alimentar o terrorismo fiscal, vociferando aos quatro cantos do país acerca da insustentabilidade da dívida pública, do caos fiscal e, inclusive, colocando em xeque a veracidade dos dados fiscais divulgados pelo governo. Nesse mesmo discurso acrescentam que a economia está muito aquecida, o desemprego está muito baixo e chegou a hora de botar o pé no freio, para evitar o descontrole da inflação (outro fantasma usado para alimentar a retórica que joga totalmente contra a democracia que ainda nos resta).

Contudo, os abusos cometidos pelos operadores do mercado financeiro e seus porta-vozes da imprensa corporativa estão indo muito além do discurso retórico, cínico e míope, que fecha completamente os olhos para o povo e suas necessidades. Na verdade, o mais grave e perigoso é que o mercado financeiro tem se valido dos instrumentos que dispõe para inviabilizar o governo, ao ameaçar diretamente a estreita capacidade que este ainda dispõe para gerir a política fiscal.

No mês de abril, apareceu no Valor Econômico uma matéria que apontou que embora a Selic estivesse caindo (naquele momento estava numa lenta trajetória de

queda), os agentes de mercado estavam elevando o juro de longo prazo⁶¹⁸ e que isso colocava em risco a retomada do investimento produtivo. A alegação para tamanho absurdo, da taxa longa se mover na direção oposta da taxa básica, se deu em torno dessa alegada desconfiança na gestão fiscal, do crescente risco fiscal instaurado, juntamente com a expectativa de mais inflação, numa economia já muito aquecida.

Na proximidade do meio do ano, quando o governo adiou a meta de déficit zero para 2025, pois do contrário teria que fazer um ajuste fiscal que subtrairia muitos bilhões de recursos das diferentes políticas que atendem as demandas do povo, como por exemplo, em gastos com educação e saúde, o mercado financeiro passou dias especulando contra o real⁶¹⁹, fazendo com que nossa moeda sofresse seguidas quedas em seu valor, sob as mesmas alegações do tal caos fiscal e com isso, forçou o governo a fazer um contingenciamento nos gastos, com impactos em vários Ministérios e políticas. Em razão da imposição do mercado o governo teve que congelar R\$ 15 bilhões do Orçamento, dos quais os gastos em investimento, no âmbito do PAC, foram impactados em R\$ 4,5 bilhões⁶²⁰, prejudicando a condução das políticas e a retomada da economia, o que atinge o povo em cheio, com os mesmos argumentos falsos de um caos fiscal, que simplesmente não existe.

Nos últimos dias, apareceu uma nova matéria no Valor Econômico alertando que o mercado voltou a subir o juro de longo prazo, sob as mesmas pseudo justificativas e agora, com o adicional de questionar a veracidade dos dados fiscais divulgados pelo governo. Inclusive, o mercado passou tanto da linha que o próprio Campos Neto deu uma declaração apontando para um exagero nessa conduta pelo mercado⁶²¹. E aí, para além da péssima qualidade do debate público brasileiro, o mercado vem agindo concretamente para inviabilizar o governo, dado que o desmantelamento da gestão fiscal pode estancar a melhora na economia, ainda frágil, o que impactará os indicadores sociais, criando um ambiente propício à derrubada do governo (que é justamente o que o mercado, sobretudo o financeiro, e a extrema direita, desejam que ocorra), sem dimensionar minimamente os custos institucionais, políticos, econômicos e sociais que

⁶¹⁸https://valor.globo.com/financas/noticia/2024/04/01/juro-longo-sobe-a-11-apesar-de-queda-da-selic.gh.html?li_source=LI&li_medium=news-page-widget.

⁶¹⁹

https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/06/dolar-volta-a-subir-em-dia-de-volatilidade-no-mercado-local-bolsa-oscila.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa

⁶²⁰ <https://jornalggn.com.br/economia/governo-congela-15-bilhoes-no-orcamento-entenda/>

⁶²¹https://valor.globo.com/financas/noticia/2024/09/24/campos-neto-ha-exagero-nos-premios-de-risco-do-mercado-em-relacao-ao-fiscal.gh.html?li_source=LI&li_medium=news-page-widget

disso resultará, sobretudo em função dos riscos de colocar o país numa escalada de violência civil e desorganização social.

E ao mesmo tempo em que a Selic voltou a subir (para além do patamar exorbitante no qual estava) e o mercado voltou a subir o juro de longo prazo, inviabilizando a retomada do investimento produtivo, o governo se viu perante a armadilha de fazer mais um contingenciamento no orçamento, bloqueando R\$ 13,3 bilhões de reais⁶²², que desta vez penalizou principalmente a saúde, que sofreu um corte de R\$ 4,5 bilhões.

Como trazer o povo para o debate propositivo em economia? Mostrando que a imposição da agenda econômica da elite minoritária significa um desmanche completo daquilo que já conseguimos conquistar na Constituição de 1988. Como fazer o povo entender que a gestão da política econômica precisa colocar seus interesses no centro das decisões e que seus direitos não podem ser ceifados em nenhuma hipótese? Como conseguir fazer o povo entender que as bandeiras a serem levantadas, engajando todos e todas, deveriam ser as seguintes: “O povo cabe no orçamento sim”; “Basta para a injustiça tributária”; “Abaixo a ditadura do mercado financeiro”. Notem que essas bandeiras nos unem, dado que todos querem desfrutar de mais direitos, de mais garantias sociais.

Por seu turno, as bandeiras ligadas à pauta de costumes nos dividem, frente a diversidade de pensamento, subjetividade e credo religioso que conforma toda e qualquer sociedade. A pauta de costumes deve ser trabalhada por meio do bom diálogo, do entendimento. Mas, ao usar a pauta de costumes para dividir o povo e jogá-lo contra si mesmo, faz-se o povo não enxergar e se distanciar das bandeiras que verdadeiramente importam, dado que as bandeiras que importam nos engajariam numa luta social na qual só temos a vantagem de sermos a grande maioria, e essa vantagem contrabalança um pouquinho da nossa fragilidade material e da nossa incapacidade de interferir nas instituições e nas decisões do poder político, frente ao imenso poder detido pela elite abastada, a qual constitui uma fração irrisória da população brasileira.

Que possamos nos unir em torno das bandeiras para as quais nossos interesses sejam convergentes, como por exemplo: “O povo cabe no Orçamento sim!”, “Abaixo a injustiça tributária aos mais pobres!”, “Os direitos conquistados na Constituição de

622

<https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/governo-anuncia-bloqueio-de-r-133-bi-no-orcamento-afetando-sau-de-e-educacao/>

1988 cabem no Orçamento sim”. Vamos pensar juntos e juntas em outras bandeiras agregativas? Que tal?

